

RELATÓRIO E CONTAS 2011

• Consolidado

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO	6
I. PERFIL DO GRUPO FINANCEIRO CRÉDITO AGRÍCOLA	
1. Órgãos Sociais da Caixa Central	13
2. Organograma do Grupo	16
3. Principais Indicadores do SICAM	17
II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	
1. Economia Internacional	19
2. Economia Portuguesa	24
4. Mercado Bancário	28
III. EVOLUÇÃO GERAL DA ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA	
1. Actividade Comercial	36
1.1. Depósitos e Outros Recursos	37
1.2. Evolução do Crédito	40
a) Empresas	43
b) Particulares	43
c) Locação Financeira	44
1.3. Meios Electrónicos de Pagamento	46
1.4. Canais Complementares	50
1.5. Área Internacional, Emigração e Representações Exteriores	54

2. Actividade Financeira e Mercado de Capitais	59
2.1. Estratégia de Actuação na Área de Tesouraria	59
2.2. Caixas, Empresas Associadas e <i>Corporate Desk</i>	60
2.3. Função Financeira no Grupo Crédito Agrícola	60
2.4. Controlo de Risco na Área de Tesouraria	62
2.5. Intermediação no Mercado de Capitais	62
3. Bancasseguros	64
3.1. Seguros – Ramos Reais	64
3.2. Seguros – Ramo Vida	68
4. Banca de Investimento	71
4.1. Gestão de Activos e Fundos de Investimento	71
4.2. Consultoria Financeira	79
IV. ANÁLISE FINANCEIRA	
1. Demonstração de Resultados	86
2. Evolução do Balanço	95
3. Grupo Crédito Agrícola	103
V. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO	
1. Balanço e Demonstração de Resultados	110
2. Notas Explicativas Anexas às Contas Consolidadas	123
3. Certificação Legal de Contas	237
4. Parecer do Conselho Consultivo	241

MENSAGEM DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Mensagem do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

No último exercício, apesar do aprofundamento do clima recessivo na economia portuguesa, e das condições adversas no mercado bancário, o SICAM, no seu todo, registou um resultado positivo de 53,3 milhões de euros, contra 36,3 milhões em 2010, o que colocou o Crédito Agrícola entre os poucos grupos com resultados positivos na actividade bancária em 2011, e o único em que os lucros cresceram, acabando mesmo por apresentar o segundo mais elevado nível de resultados no conjunto do sistema financeiro nacional.

No que se refere ao Grupo Crédito Agrícola, cujas contas consolidadas integram, para além do SICAM, também as seguradoras, as outras empresas de negócio, as sociedades instrumentais e os Fundos de Investimento, os resultados atingiram 55,0 milhões de euros, face a 35,5 milhões no ano anterior.

Considerando a Caixa Central em base individual, esta apresentou igualmente no exercício findo um resultado positivo, de pouco mais de 1 milhão de euros, que deu continuidade à série de exercícios lucrativos dos últimos anos, ao mesmo tempo que a instituição manteve uma significativa reserva de provisões e pôde criar condições para a melhoria da remuneração dos excedentes de liquidez das Caixas, o que é crucial na actual conjuntura do mercado, dada a extrema agressividade concorrencial que outras instituições continuam a evidenciar na área da captação.

No tocante às Caixas Associadas, é de realçar que apenas quatro Caixas registaram resultados negativos no passado exercício, aspecto que se assinala com agrado, e que contrasta claramente com o panorama de 2010, em que oito Caixas apresentaram prejuízos. Entre outros factores, esta melhoria geral do desempenho ao nível das Caixas Associadas reflecte o reforço da sua organização e das suas estruturas operativas, para o que muito contribuiu o processo de fusões, a par da modernização nos sistemas de informação do Grupo e na renovação da sua imagem corporativa.

Para a melhoria dos resultados do SICAM contribuiu a recuperação na margem financeira, que aumentou 12,1% em relação ao exercício anterior, num contexto em que o Grupo manteve uma postura defensiva no actual ambiente concorrencial pela captação de recursos, em que algumas instituições continuam a oferecer taxas de remuneração excessivas e insustentáveis.

Em sentido contrário ao verificado no conjunto do SICAM, a margem financeira da Caixa Central reduziu-se em 15%, essencialmente como reflexo da decisão assumida, no contexto de uma estratégia de Grupo, de incrementar a remuneração dos excedentes de liquidez das Caixas, visando a defesa da base de depósitos do Grupo. Assim, os juros pagos pela Caixa Central às Caixas Associadas em 2011 aumentaram cerca de 37 milhões de euros em relação a 2010, para um volume médio de depósitos que foi inferior.

Ao nível do produto bancário no seu todo, o crescimento conseguido pelo SICAM, de 5,9%, foi inferior ao da margem financeira, dado que no conjunto das restantes rubricas que concorrem para este agregado se registou uma expansão mais moderada, sendo de destacar a evolução no saldo de comissões, que cresceu apenas 5,4%, contra mais de 20% em 2010. Nos resultados de activos financeiros teve-se um crescimento mais expressivo, mas o seu valor absoluto é reduzido, enquanto na rubrica residual dos outros resultados de exploração se registou mesmo uma variação negativa.

No caso da Caixa Central verificou-se uma redução do produto bancário comparativamente a 2010, sobretudo pelo impacto da referida queda da margem financeira, com um crescimento moderado dos outros proveitos, e tendo a rubrica dos outros resultados de exploração sido, como no conjunto do SICAM, também negativa.

Devemos manter a nossa aposta no crescimento das comissões e da margem complementar porque, como se está a tornar cada vez mais evidente, já não é possível sustentar a rentabilidade da actividade bancária apenas com base na intermediação financeira.

Deste modo, temos que praticar uma gestão criteriosa do preço dos nossos serviços, assegurar a eficácia da cobrança e racionalizar a nossa política de isenções e reduções, que deverão apenas ser concedidas em casos especiais, a clientes que tenham grande importância para as Caixas, ou que se mostrem particularmente rentáveis mesmo com condições especiais de preço.

No mesmo sentido temos, igualmente, de incrementar os proveitos do *cross-selling* e *up-selling*, nomeadamente de seguros e fundos de investimento, e dinamizar as linhas de negócio com grande potencial para a geração de comissões, como é o caso dos cartões de crédito, que o Crédito Agrícola pode promover melhor que ninguém, com risco mais

controlado, dado o conhecimento próximo que temos de muitos dos nossos clientes.

No caso particular do negócio segurador, julgo que, apesar de o modelo que tem vindo a ser implementado na articulação das nossas companhias seguradoras com as Caixas ser passível de melhorias e de ajustamentos, podemos considerar que, nas suas linhas gerais, o Crédito Agrícola tem vindo a desenvolver com sucesso um modelo de banca-seguros, porventura em condições quase únicas em Portugal. Tal terá certamente contribuído para o facto de as duas seguradoras do Crédito Agrícola terem realizado, em conjunto, no exercício de 2011, lucros que representaram 25% do total dos lucros do sector segurador nacional.

É também da máxima importância, neste período em que as condições de exploração das instituições financeiras se apresentam bastante pressionadas, que continuemos a desenvolver esforços para a redução significativa dos custos de funcionamento do Grupo, os quais, no exercício findo, ainda evidenciaram um crescimento de 1,8% em pessoal e de 6,5% nos gastos gerais administrativos, tendo estes últimos, no entanto, sofrido um incremento excepcional em 2011 com as despesas da comemoração do Centenário e, entre outros factores, com a primeira parcela dos gastos, substanciais, relativos ao Programa Especial de Inspeções.

Há assim que concretizar todas as iniciativas já identificadas como tendo potencial de redução de custos, e monitorizar adequadamente a execução das que já foram adoptadas, de modo que as poupanças se materializem como previsto, fazendo com que a parcimónia que se verifica ao nível das Caixas seja alavancada por economias conseguidas centralmente, tirando partido da escala e dimensão do Grupo na negociação com fornecedores, e racionalizando estruturas e procedimentos.

Como era inevitável, a crise económica e financeira que atravessamos está a reflectir-se na subida do crédito vencido em todo o sistema bancário nacional, o que também ocorre no SICAM, quer na Caixa Central quer nas Caixas Associadas. Ao nível da Caixa Central o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias elevou-se assim de 3,7% no final de 2010 para 4,8% em Dezembro último, e no SICAM de 4,9% para 5,8% no mesmo período. Naturalmente esta evolução fez-se acompanhar de um aumento bastante expressivo nas provisões do exercício, as quais, no conjunto do SICAM, atingiram 111,7 milhões de euros em 2011 contra 103,6 milhões em 2010.

As perspectivas para o exercício em curso apontam para que o crédito vencido continue a avolumar-se no sistema bancário nacional, dando lugar a um crescimento muito expressivo das provisões, que vai pesar bastante nos resultados das instituições e será, sem dúvida, um dos factores mais negativos em 2012. O Crédito Agrícola, quer ao nível da Caixa Central quer ao nível de Caixas Associadas, dispõe de uma reserva de provisões extraordinárias que, em parte, permitirão absorver o impacto adverso desta situação, mas temos de estar preparados para resultados significativamente mais reduzidos que os conseguidos em 2011 - como já foi, aliás, assumido no Plano de Actividades aprovado em Dezembro último -, atendendo às condições de exploração muito desfavoráveis, que vão continuar a comprimir a rentabilidade dos bancos.

Como é reconhecido, o Crédito Agrícola, com a situação de liquidez e de solvabilidade de que desfruta, está bem posicionado para fazer face aos desafios da conjuntura, os quais temos, no entanto, de saber enfrentar com determinação, firmeza e serenidade, mas também com inteligência e visão, para continuarmos a fazer progredir o Grupo, fortalecendo a sua solidez e granjeando confiança acrescida junto dos nossos associados e clientes.

Trata-se de um desafio que tem de ser assumido por todos, dirigentes e colaboradores, ao nível das Caixas Associadas, da Caixa Central e das Empresas do Grupo, colocando sempre os interesses do Crédito Agrícola no primeiro plano e trabalhando num espírito de coesão. Coesão que é a chave do nosso sucesso, sendo fundamental assumi-la plenamente para que o Crédito Agrícola não perca a oportunidade histórica de se impor, de uma vez por todas, como uma das grandes instituições financeiras de Portugal e como mais uma referência de qualidade no panorama de excelência da banca cooperativa europeia.

Na preparação das condições para o futuro do Crédito Agrícola, cabe destacar a atenção que o Conselho Geral e de Supervisão, em articulação com o Conselho de Administração Executivo, deu à prossecução e conclusão do estudo sobre a reestruturação e reorganização da Caixa Central, distinguindo a actividade da instituição na área comercial, gestão de tesouraria e dos excedentes de liquidez das Caixas, prestação de serviços e supervisão das Caixas Associadas, e cuja implementação prática terá de ser feita à luz das funções nucleares que à Caixa Central competem no seio do Crédito Agrícola, e da visão que tenhamos para o futuro do Grupo.

A terminar quero exprimir o meu regozijo, e o do conjunto do Conselho Geral e de Supervisão, pelos resultados relativos ao Crédito Agrícola do Programa Especial de Inspeções, realizado no quadro do previsto para o sector financeiro no acordo com a *Troika*, já que as análises efectuadas pela equipa de auditoria concluíram que as imparidades existentes na carteira de crédito se encontravam amplamente cobertas, na data de referência do estudo, pelas provisões existentes, ao mesmo tempo que validaram o rácio *Core Tier 1* consolidado do Grupo tal como calculado pela Caixa Central – donde resultou a confirmação de que o Crédito Agrícola é o grupo bancário com o rácio *Core Tier 1* mais elevado no sistema bancário português.

O Conselho Geral e de Supervisão felicita os quadros e técnicos do Grupo que mais directamente estiveram envolvidos nestes trabalhos, quer os da Caixa Central – a quem coube a interacção directa com os inspectores – quer os das numerosas Caixas Associadas às quais foram solicitadas informações sobre dossiers específicos e procedimentos, sendo de enaltecer a prontidão e eficácia das suas respostas.

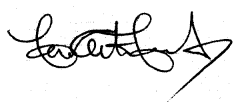
Já no início de 2012, foi realizada a terceira vertente do Programa Especial de Inspeções, que consistiu num *stress test* (teste de esforço) especial, sob coordenação de uma empresa consultora internacional, o qual concluiu igualmente pela resiliência do Crédito Agrícola perante os cenários adversos que foram considerados, nunca descendo o rácio *Core Tier 1* do Grupo, no período 2011-2015, e mesmo no pior cenário, abaixo de 10% - mantendo-se sempre acima de 12% no cenário base.

Estas conclusões evidenciam o progresso que o Crédito Agrícola no seu todo realizou nos últimos anos, e de que nos devemos orgulhar, embora sem complacências, cónscios, como devemos estar, dos grandes desafios que temos pela frente.

O Grupo já mostrou, porém, na sua história ainda recente, grande capacidade para responder a desafios e situações críticas. E mantendo a mesma atitude positiva de que demos prova no passado, vamos também ultrapassar e superar as dificuldades que a actual conjuntura coloca a todas as instituições financeiras.

Lisboa, 8 de Maio de 2012

O Presidente do Conselho Geral e de Supervisão



I. PERFIL DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. Órgãos Sociais da Caixa Central

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Viriato

Presidente

Nuno Carlos Ferreira Carrilho

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira

Vice-Presidente

Carlos Alberto Pereira Martins

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bairrada e Agueira

Secretário

João Batista Moreira Peres

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal

Presidente

Carlos Alberto Courelas

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores

Francisco Amâncio Oliveira Macedo

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baixo Mondego

António João Mota Cachulo da Trindade

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Gadiana Interior

José Artur Palma Estrela

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Porto de Mós

Jorge Manuel da Piedade Volante

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Região do Fundão e Sabugal

João Fernandes Chendo

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de S. Teotónio

António Manuel Nobre Louçã

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sotavento Algarvio

João Lázaro da Cruz Barrote

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Sousa e Baixo Tâmega

Henrique Vasconcelos Teixeira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente

João António Moraes da Costa Pinto

Vogal

Licínio Manuel Prata Pina

Vogal

Renato Manuel Ferreira Feitor

Vogal

José Fernando Maia Alexandre

Vogal

Maria Júlia de Almeida Rocha

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Ernst&Young Audit & Associados – S.R.O.C., S.A.

Representada por Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto

CONSELHO CONSULTIVO

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baixo Vouga

Presidente

José Luís Sereno Gomes Quaresma

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira

João Manuel Correia da Saúde

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alenquer

Hélio José de Lemos Rosa

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Batalha

Afonso de Sousa Marto

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Beja e Mértola

Francisco José Salgueiro Correia

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Douro, Corgo e Tâmega

Alcino Pinto dos Santos Sanfins

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lourinhã

António Augusto Nascimento Mateus

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ribatejo Norte

Arnaldo Filipe Rodrigues Santos

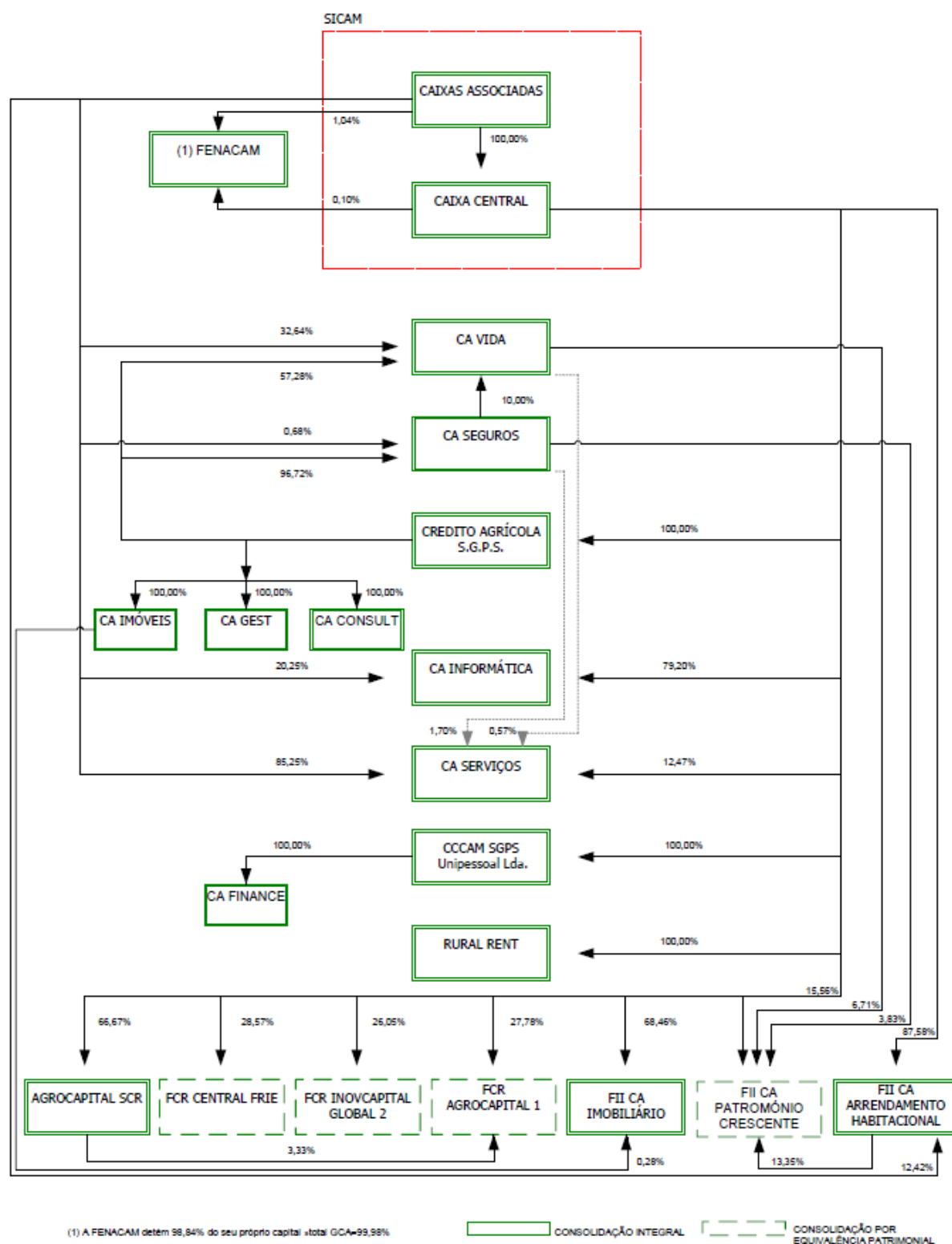
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Zona do Pinhal

Ângelo de Jesus Antunes

Por inerência, nos termos do nº 2 do artigo 35º dos estatutos da Caixa Central

Adriano Augusto Diegues

2. Organograma do Grupo



À data: 31/12/2011

4. Principais Indicadores do SICAM

EVOLUÇÃO DO SICAM

Valores em milhões de Euros

		2002 Dez.	2003 Dez.	2004 Dez.	2005 Dez.	2006 Dez.	2007 Dez.	2008 Dez.	2009 Dez.	2010 Dez.	2011 Dez.
Depósitos de clientes		6.863	7.181	7.599	8.174	8.671	9.158	9.613	10.070	9.989	9.884
Créditos sobre Clientes		6.387	6.690	6.942	7.290	7.464	7.467	8.373	8.859	8.606	8.587
Activo Líquido		7.946	8.251	8.696	9.319	10.044	10.566	11.447	12.097	13.213	13.030
Situação Líquida		520	570	657	738	828	874	979	1.000	1.026	1.058
Margem Financeira		307	306	316	326	352	387	403	315	306	343
Produto Bancário		370	376	396	404	424	486	513	424	445	472
Resultado Líquido		33	81	90	87	96	113	121	42	36	53
Core Tier 1 - GCA (%)	a)	8,1%	9,1%	10,4%	10,5%	11,6%	11,6%	12,2%	12,1%	12,7%	12,5%
Tier 1 - GCA (%)	a)	8,1%	9,1%	10,4%	10,5%	11,6%	11,5%	12,0%	11,8%	12,5%	12,3%
Rácio de Solvabilidade - GCA (%)	a)	10,5%	11,3%	12,9%	14,0%	14,4%	14,4%	13,3%	12,7%	13,4%	12,7%
Rácio de Transformação (%): - geral		93,1%	93,2%	91,4%	89,2%	86,1%	81,5%	87,1%	88,0%	86,2%	86,9%
- s/papel comercial		86,4%	88,5%	86,7%	85,5%	81,5%	79,3%	82,0%	84,0%	86,2%	86,9%
Rácio de Eficiência do SICAM (%)		52,5%	52,1%	52,5%	55,2%	58,4%	54,1%	55,5%	69,4%	67,1%	64,6%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) (%)		6,4%	14,1%	13,7%	11,8%	11,5%	13,0%	12,4%	4,2%	3,5%	5,0%
Rendibilidade dos Activos (ROA) (%)		0,4%	1,0%	1,0%	0,9%	1,0%	1,1%	1,1%	0,3%	0,3%	0,4%
Grau de Alavancagem (Leverage)		15,3	14,5	13,2	12,6	12,1	12,1	11,7	12,1	12,9	12,3
Rácio CV>90 dias		5,3%	5,5%	5,7%	5,9%	4,0%	3,4%	3,8%	4,1%	4,9%	5,8%
Rácio de cobertura do crédito vencido (%)		73,6%	94,7%	98,4%	105,4%	113,6%	108,9%	136,0%	127,4%	127,8%	119,8%
Número de CCAM		126	120	118	111	105	100	92	88	85	84
Número de Balcões (Total do SICAM)	b)	584	598	616	628	632	647	670	680	689	686
Activo Líquido Médio por CCAM	c)	61.543	67.026	71.754	81.993	91.648	102.500	116.924	127.626	132.375	133.162
Número médio de balcões/CCAM	d)	4,6	5,0	5,2	5,6	6,0	6,4	7,2	7,6	8,0	8,0

a) valores dos Rácios para 2002 a 2006 calculados de acordo com as regras de PCSB, 2007 em NCAs e a partir de 2008 NICs. A partir de Março 2008, com os critérios de Basileia II

b) Inclui os balcões da Caixa Central

c) em milhares de Euros

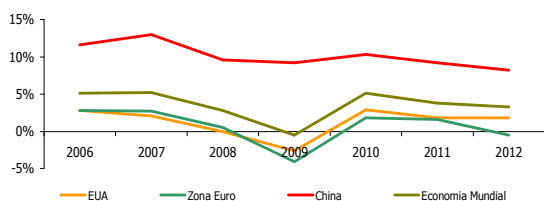
d) apenas balcões das CCAM

II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1. Economia Internacional

A evolução da economia mundial em 2011, depois de aparentar alguma recuperação na parte inicial do ano, entrou num novo período de desaceleração com riscos de acentuação de um cenário desfavorável. O crescimento manteve-se efectivamente fraco em muitas das economias avançadas e as expectativas voltaram a deteriorar-se.

**EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO
EM PORCENTAGEM DO PIB**



Fonte: FMI, World Economic Outlook (Jan 2012)

PIB

VARIAÇÃO ANUAL EM PORCENTAGEM

	2009	2010	2011	2012p
Zona Euro	-4,3	1,8	1,6	-0,5
Alemanha	-5,1	3,6	3,0	0,3
França	-2,6	1,4	1,6	0,2
Itália	-5,2	1,3	0,4	-2,2
Espanha	-3,7	-0,2	0,7	-1,7

Fonte: FMI, World Economic Outlook (Jan 2012)

No entanto, já sobre o final do ano, os indicadores macroeconómicos e de emprego nos EUA denotaram alguma melhoria, e no seio da Zona Euro a economia alemã – em contraste manifesto com a evolução evidenciada pelo conjunto da Zona – apresentava significativa robustez, com o crescimento a rondar os 3% e a taxa de desemprego num mínimo histórico de mais de duas décadas. Continua, porém, a incerteza sobre a firmeza da recuperação económica nos EUA. Quanto ao Japão, registou-se uma contracção da economia em 2011, para o que terá contribuído o acidente sísmico e suas sequelas, embora também com alguma recuperação nos meses mais recentes, sendo de notar que o país ainda não conseguiu sair da situação de deflação em que se encontra há mais de duas décadas.

Ao invés da generalidade dos países desenvolvidos, as economias emergentes continuaram a registar níveis de crescimento muito assinaláveis, o que contribuiu para que, globalmente, a economia mundial tivesse crescido a uma taxa anualizada de 3,8%. Mesmo as economias emergentes evidenciaram, porém, na segunda metade do ano, algum abrandamento, quer em resultado do enfraquecimento dos seus principais mercados de exportação, quer em consequência das políticas macroeconómicas de contenção, nomeadamente na esfera monetária, decididas pelas respectivas autoridades para contrariar as tensões inflacionistas. Assim, nalguns destes países, entre os quais a China, as políticas foram entretanto objecto de ajustamento num sentido mais expansionista no intuito de tentar contrariar o recente arrefecimento económico.

A fragilidade revelada pelas principais economias – apesar dos aspectos mais animadores acima apontados sobretudo quanto à Alemanha - apresenta-se ainda agravada pelos receios e especulação associados à dívida soberana de alguns países da Zona Euro. Além disso, os desequilíbrios fiscais que se mantêm noutras economias de primeiro plano, desde logo os próprios Estados Unidos, geram factores de incerteza que têm impacto na actividade económica, que são agravados pelos efeitos contraccionistas decorrentes das políticas de saneamento das finanças públicas, adoptadas em simultâneo num conjunto de países.

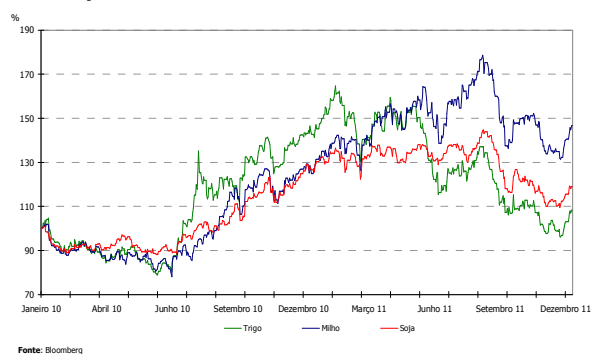
Subsistem, por outro lado, dificuldades na recuperação do mercado habitacional nos países mais afectados por bolhas imobiliárias - e até noutros onde este fenómeno foi mais limitado – e os níveis de desemprego mantiveram-se, em quase todos os países mais desenvolvidos, resistentes à descida, com a excepção já referida da Alemanha, e uma certa recuperação recente nos Estados Unidos.

A este panorama acrescem as *contraintes* ao nível do sector financeiro, ainda não totalmente depurado de activos tóxicos, com volumosas carteiras de crédito imobiliário em situação complexa, e enfrentando maior risco potencial nas dívidas soberanas, o que, face a requisitos de capital mais exigentes, lhe limitou a margem de manobra para a concessão de crédito à economia.

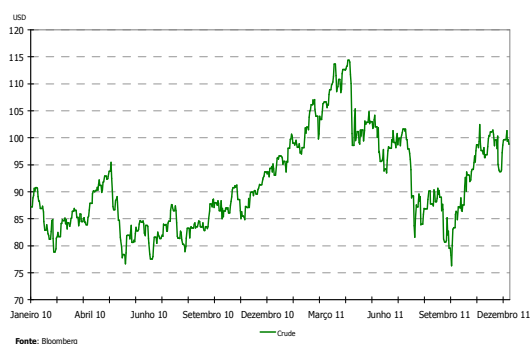
Neste contexto, a Directora Geral do FMI veio recentemente alertar para os riscos de uma recessão a nível global, se não forem adoptadas medidas que dissipem os factores de incerteza referidos e que favoreçam o relançamento económico, sendo os riscos mais importantes na Zona Euro.

Como factores de compensação em relação a este panorama refira-se a expectativa de que se mantenha uma certa moderação na subida dos níveis dos preços do petróleo bruto e de outros produtos básicos, dada a retracção da procura internacional induzida pela conjuntura desfavorável. Ainda assim, o preço do petróleo, apresenta algum crescimento em relação aos níveis de há um ano atrás, e as situações de crise no Médio Oriente são susceptíveis de manterem os preços sob pressão.

EVOLUÇÃO DAS COMMODITIES AGRÍCOLAS



EVOLUÇÃO DO PREÇO DO PETRÓLEO



Em suma, assistiu-se em 2011 a um abrandamento do conjunto das economias mais avançadas, não compensado pelo crescimento das economias emergentes, comprometendo a evolução económica global. No caso dos EUA o crescimento ficou em 1,8%, mantendo-se modestas as previsões de recuperação para 2012. A Zona Euro, por sua vez, registou um modesto crescimento de 1,6%, perspectivando-se, para 2012, uma contracção de 0,5%, sendo de destacar, porém, o comportamento da economia alemã, que conseguiu um crescimento significativo.

A resposta das autoridades à crise da dívida da Zona Euro continua a ser um factor determinante para a evolução macroeconómica, pela necessidade de clarificação das expectativas, fundamental para a normalização do mercado interbancário e do mercado de capitais e assim assegurar o fluxo de crédito à economia.

Entretanto, a crise no mercado de dívida pública na Europa acentuou-se, verificando-se uma situação de contágio da crise grega que se repercutiu sobre a dívida soberana irlandesa e portuguesa, bem como, mais tarde, italiana e espanhola, e em menor grau a de alguns outros países com finanças públicas mais pressionadas.

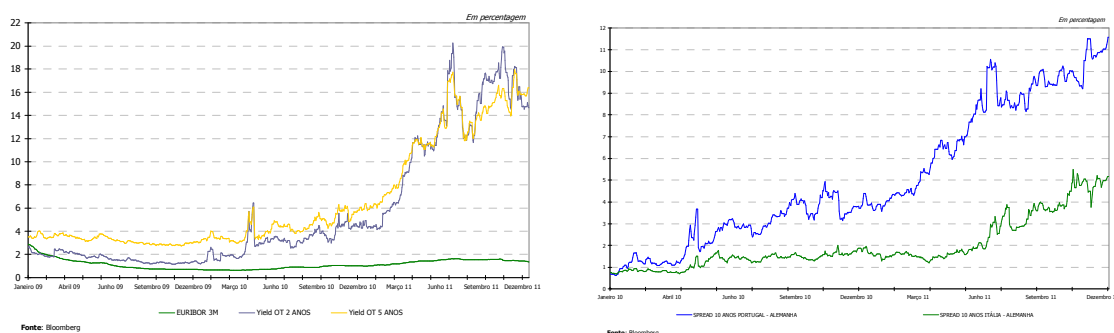
Neste ambiente, o saneamento das contas públicas foi colocado no topo das prioridades políticas, não só nos países em questão, mas até mesmo na própria Alemanha, e fora da Zona Euro, no Reino Unido.

A saída da crise actual – que já dura desde 2007, tendo sido desencadeada, como é de recordar, pelo colapso dos empréstimos à habitação do tipo *subprime* nos EUA e de toda a montagem financeira constituída em torno desses créditos – não se consegue só com o saneamento das finanças públicas e a reforma em curso na regulação do sector financeiro. É absolutamente crucial que se encontrem formas de estimular o crescimento económico,

muito especialmente nos países sujeitos a planos de austeridade, como via para esbater o impacto recessivo imediato desses planos, que podem comprometer o seu sucesso.

Entretanto, a crise da dívida soberana repercutiu-se sobre o valor das acções das instituições financeiras, o que arrastou a descida do mercado accionista, de forma particularmente acentuada na parte final do ano, anulando os ganhos que se haviam registado nos meses iniciais de 2011. No caso particular do índice da bolsa portuguesa, o PSI-20, a queda do valor das acções foi de 37%, comparativamente ao final de 2010 e de 25% em relação ao final do 1º semestre de 2011.

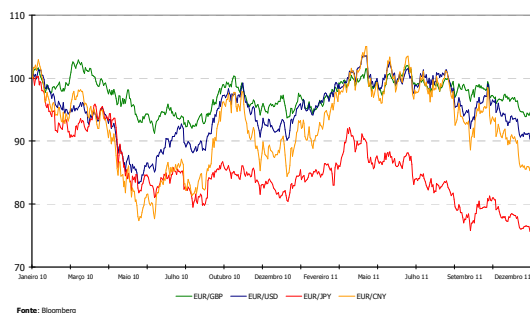
EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO DA DÍVIDA PÚBLICA E DO MERCADO MONETÁRIO



Apesar desta situação, a moeda única foi indirectamente suportada, durante grande parte do ano, pela decisão do BCE de subir a sua taxa directora em Abril e em Julho, num contexto em que a Reserva Federal dos EUA manteve sem alteração a política monetária ultra expansionista que tem vindo a seguir.

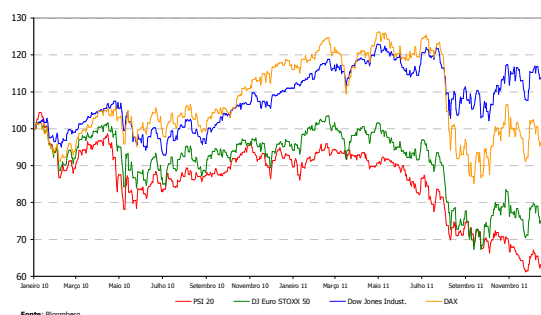
Só mais perto do final do ano, e com o referido alargamento da pressão especulativa às dívidas da Itália e da Espanha, é que o euro denotou alguma perda de valor em relação às principais divisas, e em particular em relação ao dólar dos EUA, verificando-se neste contexto uma valorização acentuada de algumas divisas, como foi sobretudo o caso do franco suíço.

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS MOEDAS



NOTA: A SUBIDA DA CURVA INDICA VALORIZAÇÃO DO EURO

EVOLUÇÃO DE ÍNDICES ACCIONISTAS



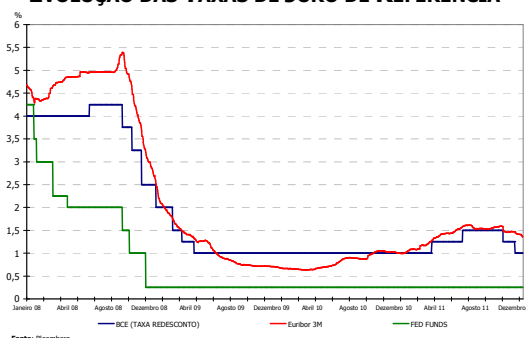
A decisão do BCE de reajustar em alta a sua taxa directora foi motivada pela ideia de que a recuperação económica na Zona Euro se estava a consolidar, o que levou a autoridade monetária a privilegiar a contenção dos riscos de inflação, que se encontrava em alta.

No entanto, o BCE manteve, nessa altura, as medidas não convencionais de política monetária, separando-as da definição da política de taxas de juro, no sentido de continuar a providenciar liquidez ao sistema bancário da Zona Euro. Depois, no início de Outubro, e perante a indicação de novo enfraquecimento do clima económico na Zona Euro, o BCE afastou-se ainda mais das políticas convencionais, reforçando as medidas excepcionais de cedência de liquidez ao sistema financeiro, e em Novembro e Dezembro, já sob a batuta do novo Presidente, decidiu reverter as anteriores subidas da taxa directora, a qual, em dois cortes sucessivos de 25 pb, regressou ao mínimo histórico de 1%.

Assim, as taxas *euribor*, que haviam registado uma ligeira subida ao longo de 2011, voltaram a descer na parte final do ano, descida que foi alavancada pelo alargamento das facilidades de disponibilização de liquidez aos bancos recentemente posta em prática pelo BCE, que envolveu a concessão de fundos pelo prazo de 3 anos à taxa fixa de 1% e a flexibilização dos critérios de elegibilidade dos activos colateralizáveis.

É de admitir que as taxas *euribor* se mantenham em níveis muito baixos durante a maior parte do ano de 2012.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO DE REFERÊNCIA



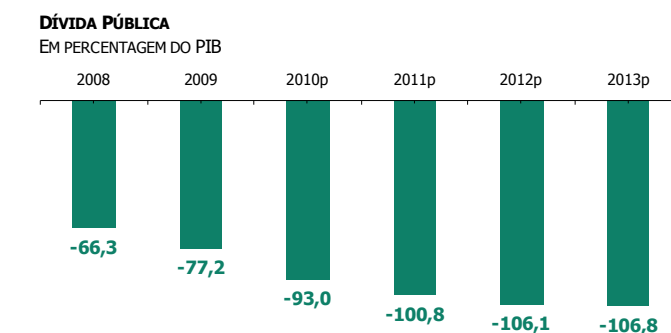
2. Economia Portuguesa

A evolução da economia portuguesa no período 2000-2010 caracterizou-se pela conjugação de fraco crescimento económico e acumulação de desequilíbrios nas condições de financiamento das famílias, das empresas, do estado e do sector financeiro. Portugal acumulou, nos últimos 10 anos, uma dívida externa bruta (total das dívidas do sector público e do sector privado ao estrangeiro) que atingia cerca de 230% do PIB em 2010, contra 100% do PIB em 1999.

Esta acumulação de dívida na economia portuguesa resultou de um aumento das necessidades de financiamento do sector público e do sector privado não financeiro, estas últimas sobretudo satisfeitas pelo sistema bancário português, através da colocação de dívida junto de entidades não residentes, recorrendo nomeadamente à titularização de créditos. O montante acumulado da dívida pública e privada coloca o país numa situação vulnerável perante os mercados financeiros.

Com a eclosão da crise da dívida grega, e com o agravamento da percepção de risco em relação aos países da Zona Euro com maiores níveis de endividamento, tal acabou por forçar o nosso país a recorrer ao dispositivo de assistência financeira criado no seio da Zona Euro em articulação com o FMI.

Considerando apenas a dívida pública, esta já ronda em 2011 o valor do PIB e manter-se-á acima dos 100% pelo menos até 2013, ano a partir do qual se perspectiva que a desejada retoma do crescimento económico, induzida por reformas estruturais e pela melhoria do clima de investimento, possa criar condições para o início de um período de desagravamento do nível de endividamento em termos do peso que representa no PIB português.



Fonte: Ministério das Finanças e INE

O ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos está, como era inevitável, a originar uma contracção significativa da procura interna, com impacto adverso ao nível da actividade económica e do emprego. O reforço da consolidação das finanças públicas, assim como a gradual desalavancagem do sector privado, incluindo o sistema financeiro, são, contudo, nas presentes circunstâncias inevitáveis. Espera-se que as reformas estruturais que integram igualmente o programa de ajustamento possam, entretanto, criar condições para um desenvolvimento equilibrado e sustentado da economia.

INDICADORES ECONÓMICOS

VARIAÇÃO ANUAL EM PERCENTAGEM

	2008	2009	2010	2011e	2012p
Produto Interno Bruto	0,0	-2,7	1,4	-1,6	-3,1
Consumo Privado	1,7	-0,8	2,3	-3,6	-6,0
Consumo Público	0,6	3,5	1,3	-3,2	-2,9
Formação Bruta de Capital Fixo	-1,3	-11,1	-4,9	-11,2	-12,8
Procura Interna	1,1	-2,5	0,7	-5,2	-6,5
Exportações	-0,4	-11,6	8,8	7,3	4,1
Importações	2,6	-9,2	5,1	-4,3	-6,3
Balança Corrente e de Capital (%PIB)	-10,5	-8,6	-8,9	-6,8	-1,6
Balança de Bens e Serviços (%PIB)	-8,9	-6,7	-6,6	-3,7	0,3
Índice Harmonizado de Preços do Consumidor	2,6	-0,8	1,4	3,6	3,2

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico, Inverno 2011

Estima-se assim que o PIB tenha registado em 2011 uma contracção de 1,6%, com uma forte redução da procura interna, parcialmente compensada por um contributo positivo da procura externa líquida. Para 2012 admite-se uma nova quebra do PIB, na ordem dos 3,1%, esperando-se uma retoma nos anos seguintes, sendo no entanto determinante para que tal se concretize um contributo menos negativo da procura interna (consumo privado e investimento), mantendo-se positivo o contributo da procura externa.

No consumo privado as restrições financeiras das famílias provocaram uma quebra de 3,6% em 2011, estimando-se uma contracção de 6% em 2012, com especial incidência nos bens e serviços menos essenciais. Também o consumo público registou uma redução de cerca de 3,2% em 2011, devendo cair adicionalmente 2,9% em 2012, em linha com o estabelecido no acordo de assistência financeira a Portugal.

Dadas as restrições no acesso ao financiamento do sector privado e as perspectivas pouco optimistas dos empresários quanto ao futuro da economia, a FBCF manteve em 2011 uma evolução negativa, descendo 11,2% em relação ao ano anterior, projectando-se nova quebra, de 12,8%, para 2012.

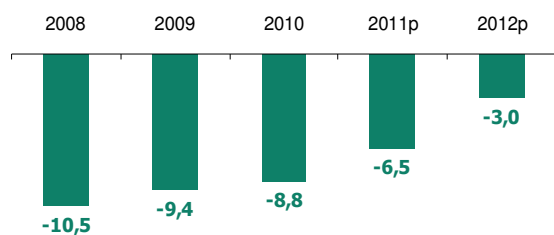
Face às perspectivas acentuadamente desfavoráveis para a procura interna, só as exportações poderão amortecer o impacto depressivo daí resultante sobre a economia no seu conjunto. Em 2011 esta componente do PIB cresceu 7,3%, projectando-se uma expansão de 4,1% em 2012. Para se conseguir esta evolução, é no entanto crucial que não se verifique uma excessiva subida do euro em relação às principais divisas, e ainda que o clima macroeconómico internacional não conduza a um assinalável arrefecimento da procura nos nossos principais mercados. O comportamento das exportações, conjugado com a prevista redução das importações, traduziu-se numa atenuação do défice da balança comercial e também da balança corrente e de capital, prevendo-se que tal se acentue em 2012 e em 2013, e que a balança comercial venha mesmo a apresentar um excedente.

A taxa de desemprego, que já ultrapassou 13% - era inferior a 4% em 2000 - deverá manter-se elevada e crescente até 2012, admitindo-se que a melhoria das condições macroeconómicas permita o seu desagravamento a partir de 2013.

No que diz respeito à inflação, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) subiu 3,6% em 2011 (1,4% em 2010), traduzindo fundamentalmente o impacto dos aumentos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) registado em meados de 2010 e no decurso de 2011, assim como um aumento muito significativo dos preços de alguns bens e serviços sujeitos a regulação, bem como, em parte do período, a própria subida do preço do petróleo e dos produtos energéticos.

O aumento da inflação em 2011 deverá, no entanto, assumir um carácter temporário, podendo registar-se uma descida para 3,2% em 2012, como resultado da acentuada quebra que se espera no consumo privado e na procura interna em geral.

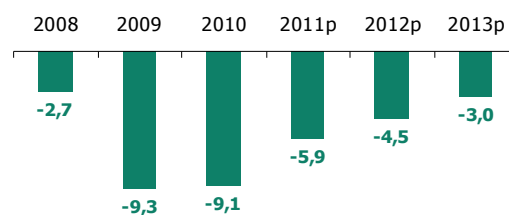
BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL
EM PERCENTAGEM DO PIB



Fonte:

2008 e 2009: Ministério das Finanças

DÉFICE PÚBLICO
EM PERCENTAGEM DO PIB



Fonte: Ministério das Finanças e INE

A trajetória de ajustamento definida em Maio de 2011, mantém o objectivo de redução do défice orçamental para o valor de 3% do PIB em 2013, num contexto de promoção do crescimento, correcção dos desequilíbrios macroeconómicos, estabilização do sector financeiro e melhoria das condições de financiamento da economia portuguesa. Especificamente em 2011, o défice deverá situar-se em 5,9% do PIB, descendo, segundo as projecções, para 4,5% em 2012.

Entretanto, têm sido anunciadas medidas de austeridade de grande severidade, visando a não ultrapassagem dos défices previstos no Acordo com a *troika*, mas que vão induzir significativos efeitos recessivos na economia.

3. Mercado Bancário

Os bancos portugueses têm vindo a proceder à desalavancagem dos seus balanços, o que tem passado, no caso de algumas instituições, pela venda de activos, pela conversão de instrumentos de dívida de carácter híbrido em capital, e também por um esforço acrescido de captação de depósitos a par de contenção do crédito.

Com esta estratégia, os bancos procuram adaptar-se ao novo ambiente de negócio, em que o mercado de dívida por grosso se encontra indisponível, e satisfazer as exigências em matéria de liquidez e de solvabilidade previstas, para o sector financeiro, no Acordo com a *troika*. Neste acordo, contempla-se o reforço do rácio de capital *Core Tier 1* para 9% até Junho de 2011 e 10% até ao final de 2012, e a descida para 120% do rácio de transformação de depósitos em crédito a partir de 2014, o que constitui um desafio complexo.

AGREGADOS DE CRÉDITO

VARIAÇÃO HOMÓLOGA EM PORCENTAGEM

	2009	2010			2011		
	Dez	Jun	Set	Dez	Jun	Set	Nov
Total (Sector privado não financeiro)	2,1	2,3	2,0	1,4	-0,2	-1,0	-1,9
Empresas	1,9	1,3	1,2	0,7	-0,3	-0,7	-1,8
Particulares	2,3	3,0	2,7	2,0	-0,1	-1,2	-1,9
Habituação	2,6	3,3	3,0	2,4	0,4	-0,6	-1,3
Outros fins	0,9	1,9	1,1	-0,2	-2,2	-3,7	-4,7

Fonte: Banco de Portugal, Indicadores da Conjuntura, Janeiro 2012

Assim, no conjunto do sector bancário verificou-se uma descida de 1,9% no valor total da carteira de crédito a empresas e particulares em Novembro de 2011, descida que foi sensivelmente da mesma ordem de grandeza nos dois segmentos: -1,8% no caso das empresas e -1,9% nos particulares. Esta evolução no valor total da carteira, apresentando, pela primeira vez, uma contracção visível em termos absolutos, denota o efeito de restrições a nível de crédito novo, bem como a não renovação, no segmento empresarial, de facilidades existentes, mas traduz igualmente uma menor procura de crédito quer por parte das empresas quer dos particulares.

Em relação aos depósitos, num contexto de acentuada subida nas suas taxas de remuneração, verifica-se um crescimento (5% entre Dezembro de 2010 e Setembro de 2011) do seu valor global, mercê sobretudo da migração de recursos fora de balanço para depósitos a prazo, e de fundos correspondentes a poupança anteriormente aplicada em

dívida pública, não sendo porém de excluir que a subida das taxas de remuneração possa ter induzido algum efeito de oferta.

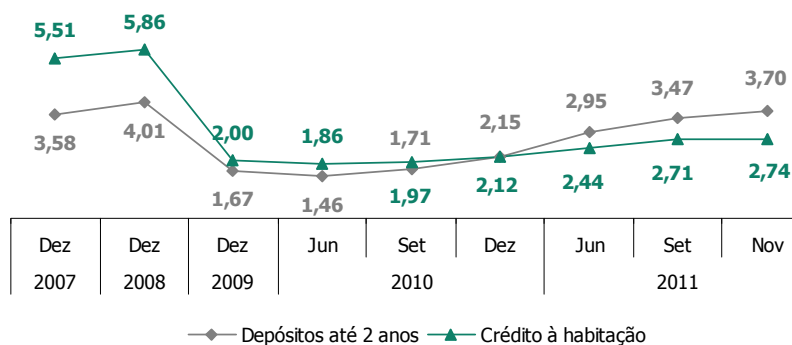
Com as remunerações que têm vindo a ser oferecidas, em Novembro de 2011 o custo médio dos depósitos (até 2 anos) situava-se em 3,70% - face a 2,15% em Dezembro de 2010, uma elevação de 1,55 pontos percentuais. Este aumento do custo dos depósitos foi significativamente superior ao observado no preço do crédito, cuja taxa média, no mesmo período, subiu de 3,77% para 5,06% no crédito a empresas (+1,29 pp), de 2,12% para 2,74% no crédito à habitação (+0,62 pp) e de 7,97% para 8,67% (+0,70 pp) no crédito ao consumo.

Assim, o ajustamento nas condições de *pricing* no mercado bancário nacional contribuiu, a par de outros factores, como a subida da taxa directora do BCE, entretanto revertida nos últimos meses, para a deterioração da margem financeira na maioria das principais instituições financeiras.

Note-se, aliás, que a evolução descrita se refere às taxas médias, que naturalmente estão influenciadas pelas condições de remuneração da carteira existente, a qual, no caso do crédito, inclui operações de longa maturidade que vão continuar a pressionar, no sentido da baixa, o nível médio das taxas, enquanto as taxas dos depósitos estão a subir de modo rápido para níveis significativamente mais elevados, o que tenderá a agravar os desequilíbrios de *pricing* que são já manifestos.

Em particular no crédito à habitação, devido à baixa rotação da carteira essencialmente constituída por operações de longo prazo, o nível de remuneração encontra-se claramente desalinhado do custo dos recursos, sendo actualmente a taxa média do crédito à habitação bem inferior ao custo dos depósitos até dois anos, situação que começou a verificar-se desde Dezembro/2010, e que cria um quadro de grande complexidade e de desequilíbrio que prejudica seriamente a rentabilidade das instituições financeiras no seu conjunto.

TAXAS DE JURO MÉDIAS NO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL
DEPÓSITOS ATÉ 2 ANOS E CRÉDITO À HABITAÇÃO



TAXAS DE JURO MÉDIAS
SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL

	2007	2008	2009	2010		2011				ΔPP
	Dez	Dez	Dez	Jun	Set	Dez	Jun	Set	Nov	Nov11-Dez10
Depósitos até 2 anos	3,58	4,01	1,67	1,46	1,71	2,15	2,95	3,47	3,70	1,55
Crédito a empresas	6,15	6,14	3,34	3,31	3,49	3,77	4,49	4,92	5,06	1,29
Crédito à habitação	5,51	5,86	2,00	1,86	1,97	2,12	2,44	2,71	2,74	0,62
Outro crédito a particulares	8,75	9,03	7,32	7,72	7,80	7,97	8,25	8,52	8,67	0,70

Fonte: Banco de Portugal, Indicadores da Conjuntura

Ao nível do crédito em incumprimento, regista-se uma subida generalizada do valor global e dos índices de crédito vencido, dadas as crescentes dificuldades de solvência e de liquidez por parte dos particulares e das empresas, no actual contexto de recessão económica, fortemente agravado pelas medidas de austeridade, que afectam de modo particularmente directo alguns sectores de actividade - como construção civil e obras públicas - mas cujos efeitos se repercutem sobre a quase generalidade dos sectores.

É de prever que esta situação não possa ser revertida a curto prazo em consequência da queda da procura interna (consumo e investimento). Deve porém notar-se que, apesar do crescimento do crédito vencido, o nível de cobertura de provisões na banca nacional mantém-se satisfatório, como foi confirmado pelo programa especial de inspecções que, no quadro do Acordo com a *troika*, abrangeu os oito maiores grupos bancários portugueses.

RÁCIO DE CRÉDITO VENCIDO - EMPRESAS

POR ESCALÕES DE CRÉDITO CONCEDIDO

Em percentagem, excepto escalões em euros

	2008		2009		2010			2011	
	Dez	Jun	Dez	Jun	Set	Dez	Jun	Set	
< 20.000	11,1	12,6	14,0	14,7	15,2	16,1	15,9	16,1	
20.000 – 50.000	8,0	9,3	9,9	10,7	11,1	11,6	12,2	13,0	
50.000 – 100.000	6,9	8,5	9,0	9,7	10,2	10,4	11,1	11,9	
100.000 – 200.000	6,0	7,2	7,9	8,6	8,8	8,8	9,7	10,5	
200.000 – 400.000	4,7	6,1	6,5	7,5	7,9	7,9	8,7	9,2	
400.000 – 1.000.000	4,6	6,3	6,7	7,4	7,8	7,4	8,7	9,5	
1.000.000 – 5.000.000	3,5	5,0	5,6	6,6	7,1	6,9	8,1	9,3	
> 5.000.000	1,0	2,7	2,6	2,8	3,2	2,5	3,2	4,0	

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico, Janeiro 2012

O incumprimento das empresas mantém as características dos últimos anos, com maior incidência nos créditos de menor valor, que naturalmente correspondem a negócios de menor dimensão, mas com tendência crescente em todos os escalões de endividamento.

O incumprimento no crédito ao consumo não cessa de aumentar, aproximando-se já de 10,1% da carteira, enquanto o nível de incumprimento no crédito à habitação tem sofrido um ligeiro aumento e está agora em 2,0%.

O incumprimento das empresas mantém uma tendência crescente na generalidade dos sectores de actividade, atingindo 6,1% em Setembro de 2011, contra apenas 1,7% em Dezembro de 2007, sendo particularmente evidente no sector da construção, com um rácio de 2% em 2007 e actualmente de 10,5%.

Entretanto, verifica-se também um alongamento da maturidade média dos créditos no sector bancário nacional, o que será em grande medida reflexo do maior recurso a operações de reestruturação no actual cenário de crise.

CRÉDITO AGRÍCOLA – EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS

O Crédito Agrícola, que celebrou em 2011 o seu primeiro centenário, registou na actividade bancária, que corresponde *grossa modo* ao SICAM – Caixa Central e Caixas Associadas – um resultado líquido da ordem de 53,3 milhões de euros, apesar de, face às condições conjunturais adversas e em atitude de prudência, ter reforçado significativamente as provisões em relação ao exercício anterior.

Embora, como instituição cooperativa, o Crédito Agrícola não tenha como móbil central da sua actividade o lucro, a realização de resultados positivos é fundamental para o grupo reforçar o seu capital e a sua solidez financeira, dando segurança acrescida aos associados e clientes, e capacitando-o para agir, a nível local, como parceiro de desenvolvimento das comunidades em que as Caixas Agrícolas se integram.

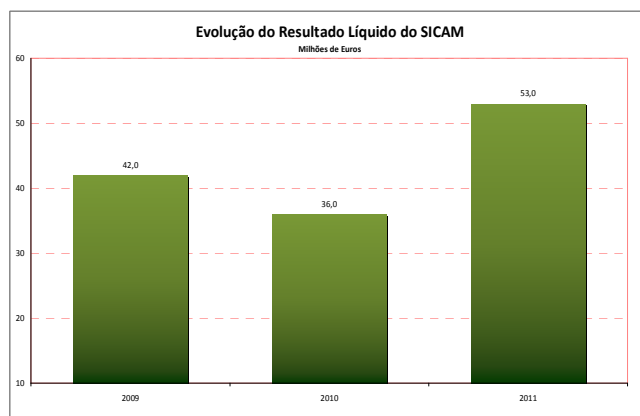
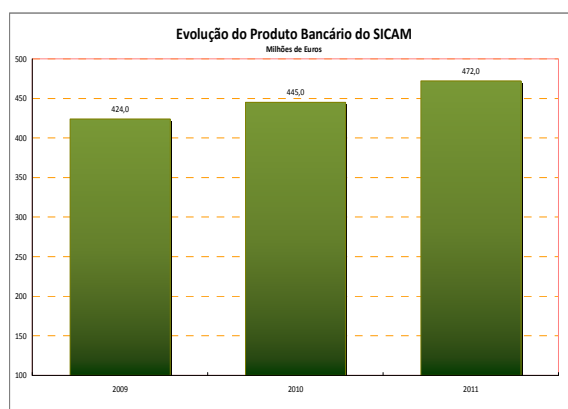
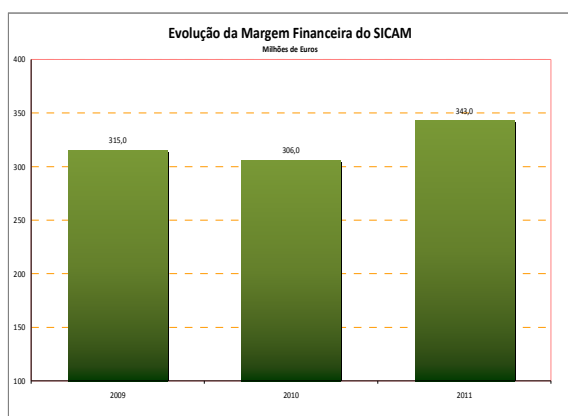
O nível de lucros apurado em 2011 foi significativamente superior (+46,8%) ao realizado em 2010, no qual as condições de exploração do Crédito Agrícola foram penalizadas por um factor exógeno, a saber, os níveis muito baixos em que, devido à política do BCE, se situaram as taxas *euribor* durante praticamente todo o ano.

Os resultados de 2011 compararam-se de modo bastante favorável com os dos demais bancos nacionais, os quais, em virtude das condicionantes referidas no ponto anterior, registaram significativa descida nos seus resultados, que em alguns casos foram mesmo negativos, e mais expressivamente na sua actividade doméstica.

No caso do Crédito Agrícola, foi a margem financeira que principalmente contribuiu para a recuperação dos resultados em 2011, ao registar um incremento de quase 37 milhões de euros (+12,1%) relativamente ao mesmo período de 2010.

O crescimento do produto bancário no seu todo foi menos expressivo, situando-se em 5,9%, uma vez que se observou um abrandamento na evolução de outras rubricas, sendo de referir, especialmente, o saldo de comissões, cuja expansão se cifrou em 5,4%, contra 21,3% no ano transacto.

Os custos de funcionamento, por sua vez, registaram no ano findo um crescimento de 2%, com um acréscimo nos gastos gerais administrativos de 2,9% e uma subida nos custos de pessoal de 1,6%.



Considerando a evolução ao nível do balanço, é de referir que o valor global dos depósitos de clientes se situa sensivelmente na mesma ordem de grandeza dos valores de fecho do último exercício, facto que é de destacar no contexto do clima concorrencial extremamente exacerbado a que se fez referência no ponto anterior, no qual as instituições do SICAM mantiveram essencialmente uma postura reactiva e defensiva, justificada pela sua confortável posição de liquidez. A defesa da base de depósitos apresenta-se, no entanto, como um imperativo para o Crédito Agrícola, pois dela depende a manutenção da actual posição de liquidez, que é um dos pontos fortes do Grupo na actual situação do mercado bancário.

No tocante ao crédito a clientes, verificou-se um pequeno decréscimo, da ordem de 0,2% em relação ao final de 2010 – de 8.606 milhões de euros para 8.587 milhões.

Em virtude desta evolução dos depósitos e do crédito, o rácio de transformação de recursos em crédito, que era de 86,2% em Dezembro de 2010, manteve-se praticamente invariante (86,9%) no final de 2011, pelo que o Crédito Agrícola continua a dispor de uma apreciável margem de segurança em matéria de liquidez.

Na composição do activo é de destacar o crescimento da rubrica de activos não correntes disponíveis para venda, que reflecte o volume crescente de bens imóveis adquiridos pelo Crédito Agrícola em dações em cumprimento para recuperação de crédito, ou em execuções judiciais com a mesma finalidade, em consequência das crescentes dificuldades de cumprimento por parte dos clientes, à imagem do que se verifica no conjunto do sistema bancário nacional.

Pela mesma razão, o rácio de crédito vencido (a mais de 90 dias), seguiu a tendência ascendente que se verificou nos outros bancos nacionais, apesar de o crédito vencido no Grupo estar a subir, na presente crise, menos do que noutras instituições, e elevou-se de 4,9% em Dezembro de 2010 para 5,8% em Dezembro de 2011. O rácio de cobertura do crédito vencido manteve-se porém confortável, em cerca de 120%.

Comparativamente ao final de 2010, o activo líquido do SICAM apresenta uma ligeira redução de 1,4%, mantendo-se porém acima dos 13 mil milhões de euros. A situação líquida prosseguiu a sua evolução ascendente, atingindo em Dezembro último 1.057 milhões de euros, contra 1.026 milhões no fecho de 2010.

O rácio de solvabilidade continua em nível bastante confortável, situando-se em cerca de 13%. O rácio *Core Tier 1*, por sua vez, o mais relevante no actual quadro regulamentar, excede nesta altura os 12%, evidenciando a robusta solvabilidade do Grupo Crédito Agrícola.

Outro indicador potencialmente relevante no novo enquadramento regulamentar em que o Crédito Agrícola apresenta uma posição bastante favorável é o rácio de *leverage*, o qual era de 12,3 Dezembro de 2011, nível bastante sólido face à situação que se verifica em numerosas instituições, quer internamente quer no plano internacional.

Assim, o Crédito Agrícola já satisfaz neste momento, com ampla margem, os dois principais parâmetros definidos no programa de ajustamento das instituições financeiras, a saber, o rácio *Core Tier 1* e o rácio de transformação.

Numa altura em que os demais bancos portugueses de maior relevância no nosso sistema financeiro iniciam um imperativo e exigente programa de ajustamento, o Crédito Agrícola dispõe, pela sua situação confortável nos dois indicadores referidos, uma assinalável posição de vantagem estratégica.

Na verdade, o Crédito Agrícola dispõe de uma almofada de liquidez e nível de solvabilidade que lhe permitem continuar a desenvolver a actividade creditícia sem constrangimentos de balanço, embora esta vantagem deva ser usada com grande ponderação, dada a complexidade da actual conjuntura.

Considerando o Grupo Crédito Agrícola no seu todo – incluindo, portanto, para além do SICAM, as empresas especializadas e instrumentais – a evolução em 2011 apresenta-se também favorável, sendo de referir em especial os resultados das duas seguradoras, CA Vida e CA Seguros, que, em conjunto, registaram em 2011 resultados positivos de cerca de 8 milhões de euros.

Refira-se, a terminar, que o Crédito Agrícola, como uma das principais instituições bancárias do nosso sistema financeiro, foi objecto, em paralelo com as outras sete instituições consideradas mais relevantes, de um extenso e profundo programa especial de inspecções, realizadas no âmbito do Acordo com a *troika*. Essas inspecções incidiram sobre a carteira de crédito, sobre os rácios de capital e sobre a capacidade de resistência a cenários adversos, tendo as conclusões sobre o nosso Grupo sido bastante favoráveis, confirmando a existência de um apreciável grau de segurança nas matérias analisadas.

III. EVOLUÇÃO GERAL DA ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. Actividade Comercial

O activo líquido consolidado do SICAM registou em 2011 um decréscimo de 1,4% face a 2010, tendo-se no entanto mantido acima de 13 mil milhões de euros, nível a que se chegou nesse exercício.

Refira-se que o activo líquido médio por CCAM aumentou, de 2010 para 2011, de 132,3 para 133,6 milhões de euros.

Valores em milhões de euros					
BALANÇO DO SICAM	2009	2010	2011	Δ	
				Abs.	%
ACTIVO (LÍQUIDO)	12.096,9	13.212,8	13.030,2	-182,6	-1,4%
do qual,					
Crédito a Clientes (bruto)	8.858,8	8.606,2	8.587,0	-19,2	-0,2%
Aplicações em I.C.'s	907,6	76,7	275,0	198,3	258,4%
Investimentos detidos até à maturidade	1.249,0	3.465,1	2.973,3	-491,8	-14,2%
PASSIVO	11.097,2	12.186,4	11.972,6	-213,8	-1,8%
do qual,					
Recursos de Clientes	10.070,1	9.988,7	9.883,9	-104,8	-1,0%
Recursos de I.C.'s, excepto Bancos Centrais	550,0	227,4	184,7	-42,7	-18,8%
Bancos Centrais	150,8	1.650,9	1.600,4	-50,5	-3,1%
SITUAÇÃO LÍQUIDA	999,7	1.026,4	1.057,6	31,2	3,0%

Em 2011 a rubrica Crédito a Clientes registou em termos líquidos uma variação de -1% e em termos brutos de -0,2%. Esta rubrica mantém-se como a que representa maior peso no Activo Líquido (61,1% em 2010 e 61,3% em 2011).

As rubricas Aplicações em IC's e Investimentos detidos até à maturidade foram, por sua vez, as que registaram maiores variações (a primeira registou um acréscimo de quase 200 milhões de euros e a segunda um decréscimo de quase 500 milhões de euros), aspecto que é tratado mais desenvolvidamente no ponto 1.2 deste relatório sobre a estrutura do balanço.

No que concerne ao passivo, a rubrica Recursos de Clientes é naturalmente a que detém peso dominante na sua estrutura (82% em 2010 e 82,6% em 2011), tendo no entanto registado um decréscimo de 1% face ao período homólogo anterior (-104,8 milhões de euros), atingindo os 9.883,9 milhões de euros em Dezembro de 2011.

Os recursos de IC's registaram um decréscimo significativo de 5% reduzindo-se em 93,2 milhões de euros e atingindo no final do exercício 1.785,1 milhões de euros. Desta diminuição, mais de 50% correspondeu a recursos de Bancos Centrais.

É de referir que tendo o decréscimo verificado no crédito a clientes (-0,2%) sido inferior ao verificado nos recursos de clientes (-1%), tal conduziu a um ligeiro aumento no rácio de transformação, de 86,2% em 2010 para 86,9% em 2011, rácio que continua a ser bastante conservador, sendo aliás inferior ao que se tinha em 2009.

Valores em milhões de euros, excepto %

	2009	2010	2011	Δ Abs. 11/10	Δ% 11/10
Recursos de Clientes	10.070,1	9.988,7	9.883,9	-104,8	-1,0%
Crédito a Clientes	8.858,8	8.606,2	8.587,0	-19,2	-0,2%
Rácio de Transformação (%)	88,0%	86,2%	86,9%	-	+ 0,7 p.p.

Assim, o valor dos depósitos continua a exceder largamente o crédito concedido, conservando o SICAM uma forte posição de liquidez no seu balanço.

1.1 Depósitos e Outros Recursos

Apesar do menor crescimento da economia e do ambiente marcadamente recessivo que caracteriza a actual conjuntura, e da continuada intensificação da concorrência interbancária na área da captação de recursos (que levou a entidade de Supervisão a tomar algumas medidas disciplinadoras), os depósitos de clientes do SICAM sofreram apenas uma ligeira diminuição, como se referiu, de 1%.

Valores em milhões de euros, excepto %

Depósitos de Clientes	2009	2010	2011	Δ Abs.	Δ%
Depósitos à Ordem	2.526,3	2.642,4	2.476,2	-166,3	-6,3%
Depósitos a Prazo e Poupanças	7.509,3	7.316,8	7.349,9	33,1	0,5%
Encargos a pagar líquidos	34,5	29,4	57,8	28,4	96,7%
Total	10.070,1	9.988,7	9.883,9	-104,8	-1,0%

Para além das medidas de suporte adoptadas ao nível da Caixa Central incidentes na remuneração dos excedentes de liquidez das Caixas, é de considerar que a postura e a actuação comercial das Caixas Agrícolas e a profunda ligação que mantêm às populações locais, foram factores que muito contribuíram para a sustentação da base de depósitos do SICAM, a qual foi acompanhada de um aumento de 0,5% nos Depósitos a Prazo e de poupança que atingiram quase 7.350 milhões de euros em 2011. Na verdade, a redução no valor total dos depósitos de clientes deu-se nos depósitos à ordem.

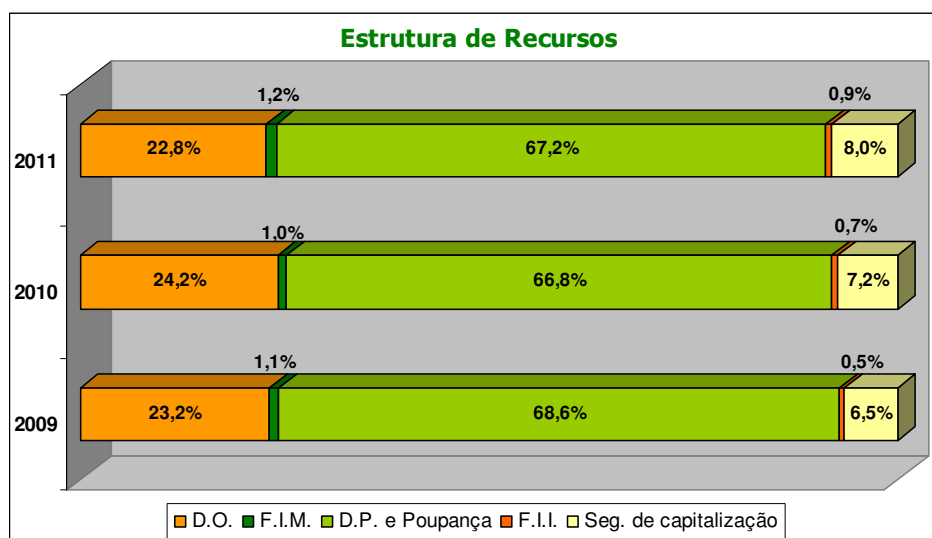
Refira-se ainda o aumento de quase 100% na rubrica de encargos a pagar (+28,4 milhões de euros) que estão reflectidos nas contas de 2011.

Quanto aos recursos fora de balanço cresceram globalmente 11%, o que constitui uma evolução muito expressiva manifestamente em contraciclo com o observado no conjunto do sector. Esta evolução, embora muito limitadamente, permite alguma compensação do esmagamento da margem de intermediação nos produtos tradicionais através das receitas de comissões geradas pelos produtos fora do balanço. Por outro lado, este crescimento nos produtos fora de balanço corresponde igualmente a uma estratégia de gestão dos recursos de clientes por parte das Caixas.

Valores em milhões de euros, excepto %					
Recursos fora do Balanço	2009	2010	2011	Δ Abs.	Δ%
Fundos de Investimento	182,5	192,3	222,2	29,8	15,5%
Mobiliários	123,4	111,8	128,2	16,4	14,7%
Imobiliários	59,1	80,5	94,0	13,4	16,7%
Seguros de Capitalização	715,7	795,8	874,6	78,8	9,9%
Total	898,2	988,1	1.096,7	108,6	11,0%

Relativamente à comercialização de fundos de investimento, verificaram-se aumentos consideráveis, quer no que respeita aos fundos de investimento mobiliário quer no que respeita aos fundos de investimento imobiliário, de 14, 7% e 16,7%, respectivamente.

É de assinalar ainda o crescimento de 9,9% nos seguros de capitalização, que passaram do valor total de 795,8 milhões de euros em 2010 para 874,6 milhões de euros no final de 2011.



Refira-se ainda que apesar da evolução crescente dos recursos fora do balanço e da ligeira redução dos depósitos, a estrutura de recursos não sofreu grande alteração, mantendo-se o peso dominante dos depósitos tradicionais, os quais representavam 67,2% dos recursos totais confiados ao Grupo no final de 2011.

Dada a evolução positiva nos produtos fora do balanço, o valor total dos recursos de clientes geridos pelo Crédito Agrícola não registou praticamente variação (ligeiro acréscimo comparativamente a 2010, de 0,03%).

Evolução dos recursos totais de clientes

Valores em milhões de euros, excepto %

	2009	2010	2011	Variação 11/10	
				Abs.	%
Depósitos de Clientes	10.070,1	9.988,7	9.883,9	-104,8	-1,0%
Produtos fora do balanço	898,2	988,1	1.096,7	108,6	11,0%
TOTAL	10.968,3	10.976,8	10.980,6	3,8	0,03%

1.2. Evolução do Crédito

Em 2011, como já se referiu, o volume do crédito no SICAM manteve-se praticamente inalterado, tendo registado um decréscimo de apenas 0,2% face ao período homólogo anterior, tendo passado de 8.606,2 milhões de euros em 2010 para 8.587 milhões em 2011.

O crédito concedido pela Caixa Central registou uma diminuição de 4,1 milhões de euros e o das Caixas Agrícolas de 15 milhões de euros.

O crédito concedido a empresas e particulares evoluiu em sentido contrário, tendo o primeiro aumentado 1,5% e o segundo diminuído 1,8%.

Valores em milhões de euros, excepto %

CRÉDITO a CLIENTES	2010	2011	Variação	
			absoluta	relativa
Crédito a Clientes (1)	8.606,2	8.587,0	-19,2	-0,2%
Empresas	4.118,6	4.179,8	61,2	1,5%
Particulares	4.487,6	4.407,1	-80,5	-1,8%
do qual crédito vencido a mais de 90 dias (2)	420,7	499,6	78,9	18,7%
Rácio de crédito Vencido (2/1)	4,9%	5,8%	-	-
Compromissos perante terceiros	1.306,3	1.080,5	-225,9	-17,3%
linhas de crédito irrevogáveis	854,9	597,2	-257,6	-30,1%
linhas de crédito revogáveis	301,3	322,3	21,0	7,0%
Garantias Prestadas ¹	301,5	273,9	-27,7	-9,2%

¹ Inclui garantias e avals prestados e créditos documentários de importação

O **crédito vencido** no SICAM a mais de 90 dias no final de 2011 apresentou um crescimento de 18,7% comparativamente a 2010, expandindo-se de 420,7 milhões de euros no final desse exercício para 499,6 milhões no termo de 2011.

Esta evolução denota um agravamento face a 2010, ano em que esta rubrica registou um acréscimo de 14,7%.

Como consequência, o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias registou um agravamento em 2011 atingindo um valor de 5,8%, contra 4,9% em Dezembro de 2010.

No ano de 2011 registou-se igualmente um aumento significativo (de 62,6%) no crédito vencido a menos de 90 dias (+4,1 milhões de euros na Caixa Central e +17,1 milhões de

euros nas Caixas Associadas).

Esta evolução resulta naturalmente das dificuldades acrescidas com que se deparam as famílias e empresas portuguesas, no actual contexto de crise, que impõem o reforço dos processos de acompanhamento do crédito e a intensificação dos esforços de recuperação.

Refira-se ainda que o rácio de cobertura do crédito vencido por provisões também diminuiu em relação ao final de 2010 de 127,8% para 119,8%, nível que no entanto se apresenta ainda confortável e excede amplamente o que se verificava há alguns anos atrás.

Relativamente aos **Compromissos perante Terceiros**, assistiu-se a um decréscimo de 17,3% face ao exercício de 2010 – de 1.306,3 milhões para 1.080,5 milhões de euros - devido essencialmente à evolução dos compromissos irrevogáveis, que diminuíram globalmente cerca de 257,6 milhões de euros.

No tocante, por sua vez, às **Garantias Prestadas**, verificou-se um decréscimo no seu valor global em 9,2%, para o que será factor explicativo a quebra de actividade no sector imobiliário e de obras públicas, o qual é um dos principais geradores da procura deste tipo de garantias.

Evolução do crédito por tipo de operação

Valores em milhões de euros, excepto %					
	2009	2010	2011	Δ Abs.	Δ %
Crédito à Habitação ^{a)}	2.341,7	2.459,7	2.480,5	20,8	0,8%
Contas Correntes Caucionadas	665,1	643,2	649,8	6,7	1,0%
Descontos Comerciais	90,0	77,1	70,3	-6,8	-8,8%
Leasing	169,9	190,3	182,5	-7,8	-4,1%
Cartões de Crédito	42,6	39,7	38,7	-1,0	-2,4%
Descobertos	28,2	24,9	30,3	5,4	21,9%
Operações com o Estrangeiro	9,8	10,8	12,4	1,6	14,4%
Papel Comercial	463,4	93,8	157,0	63,2	67,4%
Contratos de Financiamentos ^{b)}	5.026,5	5.046,6	4.939,3	-107,3	-2,1%
Rendimentos a receber (líq.)	36,9	35,5	42,6	7,1	20,1%
Receitas com rendimento diferido (líq.)	-15,3	-15,4	-16,5	-1,1	7,2%
Crédito a Clientes (1)	8.858,8	8.606,2	8.587,0	-19,2	-0,2%
Compromissos perante terceiros (2)	1.130,2	1.306,3	1.080,5	-225,9	-17,3%
dos quais linhas de crédito irrevogáveis	662,5	854,9	597,2	-257,6	-30,1%
dos quais linhas de crédito revogáveis	413,2	301,3	322,3	21,0	7,0%
Garantias Prestadas (3)	361,7	301,5	273,9	-27,7	-9,2%
Subtotal (2+3)	1.491,9	1.607,9	1.354,4	-253,5	-15,8%
Total (1+2+3)	10.350,7	10.214,1	9.941,4	-272,7	-2,7%

^{a)} A rubrica Crédito à Habitação inclui o "Crédito Multiusos" (C.H. complementar)

^{b)} Inclui empréstimos de maturidades diversas.

Tal como já foi referido, em 2011 verificou-se uma ligeira retracção do volume de crédito, explicável pelo desfavorável ambiente de negócio. No entanto, as diferentes tipologias de crédito registaram evoluções díspares.

O crédito à habitação do SICAM aumentou quase 21 milhões de euros (+0,8%), mas a um ritmo inferior ao verificado em 2010 (+5%).

Por outro lado, registou-se uma redução significativa nos descontos comerciais (-8,8%) e nas operações de locação financeira (-4,1%).

Em sentido contrário, nos descobertos e nas operações sobre o estrangeiro registaram-se crescimentos do seu valor global, de 21,9% e 14,4%, respectivamente, mas em valor absoluto de diminuta expressão, face ao reduzido peso que estas componentes ainda mantém na carteira de crédito do SICAM.

Registe-se o significativo acréscimo verificado no papel comercial, de 63,2 milhões de euros, atingindo 157 milhões de euros em Dezembro de 2011.

Continuando com reduzida dinâmica, o **crédito agenciado** registou um decréscimo de 1,8%, para 546,9 milhões de euros. No entanto, manteve-se praticamente inalterado o seu peso na carteira de crédito a clientes da Caixa Central (36% em 2010 e 35,5% em 2011).

Crédito Agenciado por tipologia de crédito

Valores em milhares de euros, excepto %

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO AGENCIADO	2010	2011	Variação	
			Absoluta	%
Crédito à habitação	199.103	191.621	-7.482	-3,8%
Cartões de crédito	20.469	18.785	-1.684	-8,2%
Descontos comerciais	1.204	1.182	-22	-1,8%
Contas correntes caucionadas	24.504	21.378	-3.126	-12,8%
Financiamentos	180.185	191.499	11.314	6,3%
Leasing	129.091	121.411	-7.680	-5,9%
Operações com o estrangeiro	2.094	975	-1.119	-53,4%
TOTAL	556.650	546.851	-9.799	-1,8%

A rubrica Crédito à Habitação inclui o "Crédito Multiusos" (CH complementar)

A diminuição verificada no crédito agenciado na maioria das tipologias de crédito é justificada, em grande medida, pelo aumento da capacidade de concessão de crédito por parte das Caixas Associadas - fruto da política de fusões levadas a cabo e do consequente aumento dos fundos próprios - bem como pelo número crescente de Caixas com autorização para ampliar o âmbito da sua actividade, a que acresce a retracção da procura

de crédito a nível local, como reflexo da actual situação recessiva da economia.

a) Empresas

No segmento de empresas, como se referiu, verificou-se, em termos globais, um acréscimo de 1,5% essencialmente explicado pelo aumento no crédito sob a forma de papel comercial que registou um acréscimo de 63,2 milhões de euros (+50,2 milhões de euros na Caixa Central e + 13 milhões de euros nas Caixas Agrícolas).

Valores em milhões de euros, excepto %

EMPRESAS	2010	2011	Variação	
			absoluta	relativa
Crédito a Empresas	4.118,6	4.179,8	61,2	1,5%
- Contas Correntes Caucionadas	551,7	566,7	15,0	2,7%
- Descontos Comerciais	69,9	69,1	-0,8	-1,2%
- Locação Financeira (Leasing)	158,2	152,8	-5,4	-3,4%
- Financiamentos ¹	3.338,8	3.391,2	52,4	1,6%
do qual Papel Comercial	93,8	157,0	63,2	67,4%

¹ Inclui descobertos e empréstimos de maturidades diversas, quer em moeda nacional quer estrangeira.

As restantes tipologias de crédito, reflectindo a actual conjuntura, que tem conduzido à retracção na procura de crédito viável, bem como a uma atitude de maior contenção por parte das Caixas, face ao agravamento dos factores de risco com que actualmente se deparam, registaram variações pouco significativas.

b) Particulares

O impacto do ambiente recessivo da economia e a própria instabilidade nos mercados financeiros, criando dificuldades concretas às famílias e pequenos negócios e acentuando factores de incerteza, condicionou a actividade creditícia também neste segmento.

Assistiu-se, assim, a um decréscimo da carteira de crédito a particulares na ordem dos 1,8%, comportamento extensível a quase todas as tipologias de crédito, para um valor total de 4.407,1 milhões de euros.

PARTICULARES e MICRO-NEGÓCIOS	2010	2011	Variação	
			absoluta	relativa
Crédito a Particulares	4.487,6	4.407,1	-80,5	-1,8%
- Crédito à Habitação ¹	2.459,7	2.480,5	20,8	0,8%
- Crédito ao Consumo ²	388,0	359,8	-28,2	-7,3%
do qual Cartões de Crédito	38,8	37,8	-1,0	-2,6%
- Locação Financeira (Leasing)	31,1	28,8	-2,3	-7,3%
- Outro Crédito por Desembolso de Fundos ³	1.608,9	1.538,0	-70,9	-4,4%

¹ A rubrica Crédito à Habitação inclui o "Crédito Multiusos" (C.H. complementar)

² Inclui descobertos, efeitos descontados, contas correntes e empréstimos de maturidades diversas.

³ Inclui descobertos, efeitos descontados, contas correntes e empréstimos de maturidades diversas.

O Crédito à Habitação aumentou 0,8%, o que se traduziu num aumento do crédito concedido para essa finalidade de quase 21 milhões de euros.

Em sentido contrário, o crédito ao consumo, no conjunto do SICAM, registou um decréscimo de 7,3%, reflexo do maior rigor na concessão deste tipo de crédito, em resultado da alteração dos factores de risco que lhe são inerentes. No entanto, esta tipologia de crédito continua a representar apenas uma pequena parcela do crédito concedido a particulares (8,2%).

Variação idêntica (-7,3%) registou o crédito na modalidade de locação financeira.

Refira-se também que, em termos de estrutura, no segmento de particulares o crédito à habitação continua a aumentar o seu peso, representando no final do exercício 56,3% do total do crédito concedido (+54,8% em 2010), peso dominante e que está em linha com o que se verifica no conjunto do sistema bancário.

c) Locação Financeira

Como resultado da forte retracção no investimento, a locação financeira teve uma grande redução de actividade no ano de 2011.

Com efeito, a celebração de novos contratos de locação financeira em 2011 pelo conjunto de instituições de crédito teve, em relação a 2010, uma quebra global de cerca de 44%. A locação financeira no Crédito Agrícola não podia deixar de reflectir essa conjuntura desfavorável, embora a quebra de 27% na celebração de novos contratos tenha ficado muito aquém da ocorrida no mercado.

Como reflexo do referido, a carteira de crédito em locação financeira teve uma redução de 4,1%, ascendendo o seu valor global, a 31/12/2011, a 182,5 milhões de euros.

Apesar do referido, os activos das CCAM em locação financeira, num valor global de 15,5 milhões de euros, registaram um acréscimo de 28,9% relativamente a 2010.

Se valor, em milhares de euros

Activo das oper. Leasing	2010	2011	Variação		Estrutura carteira	
			Absoluta	%	2010	2011
Caixa Central	179.305	167.014	-12.291	-7,4%	94,2%	91,5%
Caixas Associadas	11.035	15.510	4.475	28,9%	5,8%	8,5%
Total	190.340	182.524	-7.816	-4,1%	100,0%	100,0%

O sector empresarial não financeiro representa cerca de 83% do valor da carteira de crédito nesta área, enquanto os particulares e pequenos negócios têm um peso de quase 16%. Por sua vez, o sector público estatal e o sector financeiro têm um peso residual na carteira de leasing.

Se valor, em milhares de euros

Tipo de locatário	2010	2011	Variação		Estrutura carteira	
			Absoluta	%	2010	2011
Particulares e peq. negócios	31.080	28.820	-2.260	-7,3%	16,3%	15,8%
Sector público estatal	1.941	1.463	-478	-24,6%	1,0%	0,8%
Sector financeiro	1.084	942	-142	-13,1%	0,6%	0,5%
Sector não financeiro	156.235	151.299	-4.936	-3,2%	82,1%	82,9%
Total	190.340	182.524	-7.816	-4,1%	100,0%	100,0%

Numa análise ao tipo de bem locado, a carteira de crédito das viaturas e dos imóveis manteve-se praticamente inalterada, pelo que a redução verificada na carteira global ocorreu à custa dos equipamentos.

Se valor, em milhares de euros

Tipo de bem locado	2010	2011	Variação		Estrutura carteira	
			Absoluta	%	2010	2011
Viaturas	57.099	57.293	194	0,3%	30,0%	31,4%
Equipamentos	67.042	59.034	-8.008	-11,9%	35,2%	32,3%
Imóveis	66.199	66.197	-2	0,0%	34,8%	36,3%
Total	190.340	182.524	-7.816	-4,1%	100,0%	100,0%

De realçar o facto de não existirem diferenças muito significativas do peso de cada um dos grupos de bens na estrutura de crédito, representando cada um deles cerca de um terço do valor total da carteira, com ligeira predominância dos imóveis.

1.3. Meios Electrónicos de Pagamento

A actividade desta área tem vindo a ser fortemente influenciada pela alteração do Modelo de Negócio para os Meios de Pagamento, a nível Europeu, com implicações estruturais a nível do mercado nacional e impacto na oferta comercial e sua rentabilidade. Outro factor relevante prende-se com o agravamento do cenário actual da economia portuguesa, colocando fortes desafios ao crescimento de produtos de Crédito, bem como ao controlo dos riscos que lhe estão associados.

A nível do Grupo Crédito Agrícola, identificam-se algumas oportunidades para esta área de actividade, a saber:

- Alteração do Regime Jurídico do SICAM, permitindo às CCAM o registo da sua própria carteira do Crédito concedido por Cartão;
- A Rede de Proximidade das CCAM potencia o desenvolvimento do negócio com Comerciantes, a nível de Terminais de Pagamento Automático e Cartões CoBranded;
- A base de Associados do GCA potencia a oferta de novos produtos, tendo em vista a sua Fidelização, maior envolvimento Comercial e o aumento do Capital próprio das CCAM.

Linhas de Negócio

a) *Acquiring* de TPAs

No ano de 2011 foi efectuada a consolidação e desenvolvimento de actividades de *Acquiring*, nomeadamente com o apoio à Rede Comercial na captação de novos comerciantes, com a Migração de Terminais MBOnly para a Rede CA&companhia; e pela captação de comerciantes a nível nacional com o objectivo de contratação do Serviço de *Acquiring*.

Em Maio de 2011, o Serviço de *Acquiring* cumpriu o seu primeiro ano, após lançamento, tendo sido assinalado com uma Campanha de adesão à Rede CA&companhia, com ofertas

especiais dirigidas a Clientes aderentes e incentivos aos melhores desempenhos a nível comercial.

b) Emissão de Cartões

A nível da dinamização da oferta de Cartões, a actividade foi influenciada pela Acções previstas no Plano de Actividades, nomeadamente, com o lançamento do Plano de Negócios para os Meios Electrónicos de Pagamento. Neste enquadramento, foram realizadas visitas a cinquenta e duas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo para apresentação dos resultados da actividade e identificação de oportunidades de crescimento comercial e dos próprios resultados, quer nos cartões de crédito, cartões de débito ou na rede CA&companhia.

Produtos

c) Clube A

Foi efectuado o lançamento do Clube A – Clube de Associados CA, enquadrado no programa do Centenário do CA, que inclui programas de fidelização orientados para este segmento específico de Clientes/Associados, tais como Bónus no Tarifário a Clientes, Condições Especiais em Seguros e Descontos em Parceiros.

Este projecto de grande abrangência, que pretende reforçar o vínculo com os Associados do GCA, permite o desenvolvimento da Oferta diferenciada para este segmento, promovendo o aumento dos Capitais próprios das CCAM, a fidelização dos actuais Associados, e a penetração na Base de Dados de Clientes.

Neste âmbito foi também lançado o Cartão Associado, nas vertentes de Cartão de Crédito Particulares e Cartão de Crédito *Business* para Empresas. O cartão é o veículo de operacionalização do Clube A nas vertentes de: Identificação do Associado e da CCAM; Crédito de Bónus; Descontos; e Meio de Pagamento Universal.

d) Parceria AEP

Em 2011, a Associação Empresarial de Portugal (AEP) e o Crédito Agrícola celebraram uma parceria, que visa proporcionar um conjunto de produtos financeiros ajustados às

necessidades das empresas e dos profissionais que se relacionam com a AEP, assentes nos Programas AEP *Options*, no lançamento de Cartões de Crédito AEP *Plus* e *Access*, no Programa AEP Empreendedor e na Solução de Pagamentos Rede CA&companhia.

Apesar do difícil cenário que afecta a economia portuguesa foi ainda possível estabelecer acordos com as seguintes entidades ao abrigo do protocolo AEP: Vetagri, Revista C, Associação Empresarial de Póvoa do Varzim, Académico do Porto, Moneris, SKpro, Pluricosmética, CEVAL, Amigos do Coliseu, Associação Têxtil e Vestuário de Portugal, Compro o que é nosso e Visionarium.

e) Cartão Business

Foi efectuado o desenvolvimento do Cartão Business, que irá possibilitar o aumento da carteira e dos resultados pela aplicação a estas transacções de Interchange Fee superior. Está em curso a migração dos produtos do segmento Empresa e ENI para este novo BIN.

f) Produtos Picture Card

Em 2011 foi lançado o produto *Picture Card*, que permite através de um verso transversal, a obtenção de economias de escala pela emissão de cartões que têm a mesma imagem no verso, e uma imagem personalizada na frente.

Suporte CCAM / Rede Comercial

g) Gestão Rede ATM

Está em preparação o Piloto de *Cash Management* com a SIBS, com o objectivo de comprovar o contributo deste serviço para uma melhor performance da Rede de ATM a nível de aumento de rentabilidade e redução de custos.

Compliance

h) Migração DDA

Por imposição das Marcas Internacionais, procedeu-se durante o ano de 2011 à Migração da tecnologia Chip SDA dos Cartões, para a Norma DDA. Esta Norma consiste num método de

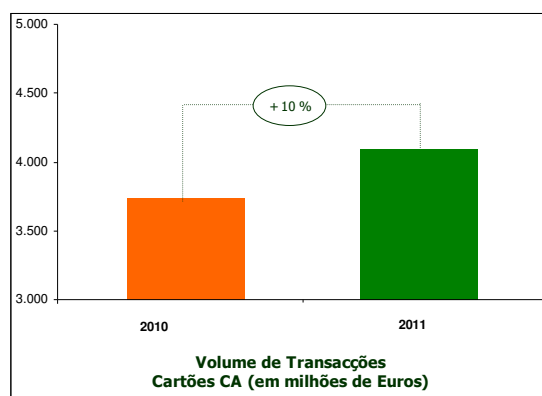
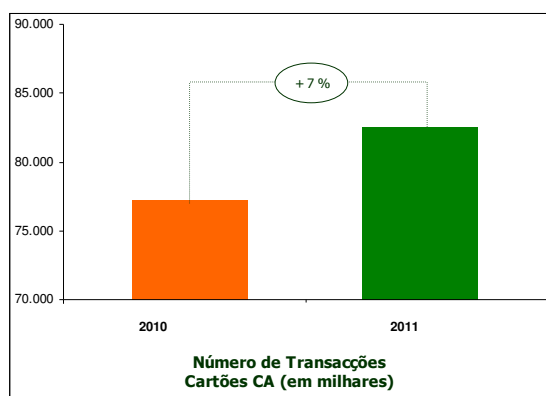
autenticação *offline* que torna as transacções mais seguras, protegendo-as contra práticas de *skimming*.

Foram efectuadas as actividades necessárias a nível tecnológico e de constituição de stocks, de modo a que a produção de novos plásticos até final de 2011 já seja realizada com chip DDA. O processo de migração exigiu um investimento na ordem de 1 milhão de euros.

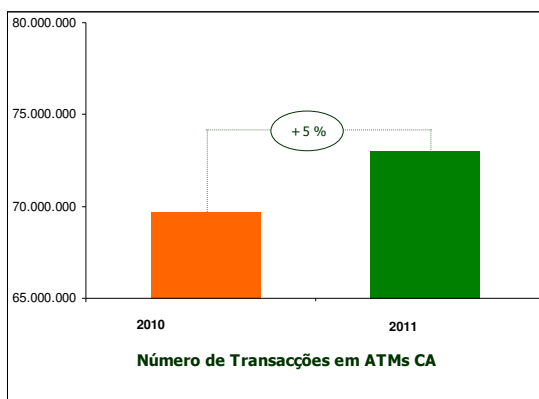
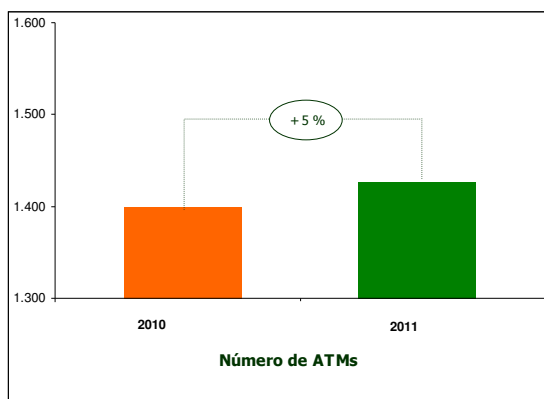
Resumo dos Principais Indicadores 2011

A actividade durante o ano de 2011, teve um acréscimo bastante positivo que se reflectiu em diversos indicadores, dos quais se destacam:

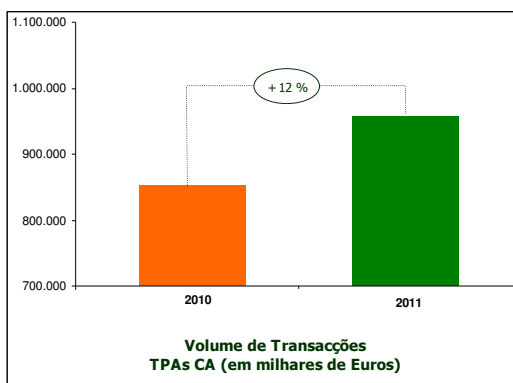
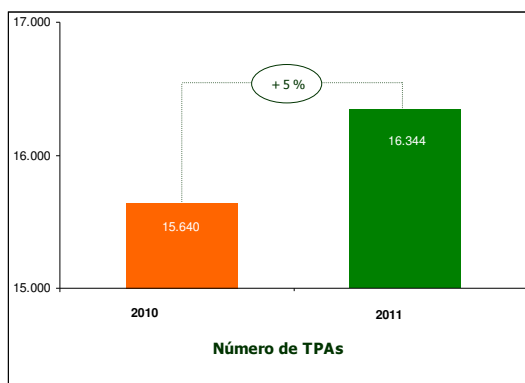
- Aumento da Quota de Mercado em Número de Cartões de Débito e Crédito:
- Aumento do Número e Volume de Transacções efectuadas com os Cartões de 7% e 10%, respectivamente:



- O parque de ATM da rede Multibanco detidas pelo CA registou um crescimento relativamente ao ano anterior de 5%, e apresenta uma quota de mercado de 10%:



- A instalação de Terminais de Pagamento Automático continuou a registar uma evolução positiva, o que permitiu alcançar a quota de Mercado de 6%, bem como um aumento do volume de transacções em TPAs do Crédito Agrícola em 12%.



1.4. Canais Complementares

A utilização dos canais de contacto alternativos ao canal presencial continua a registar um crescimento cada vez mais significativo por parte dos Clientes. Assim, para responder à oferta cada vez maior de serviços promovido pela concorrência, o Grupo CA tem vindo nos últimos anos a apostar no desenvolvimento destas plataformas tecnológicas, que permitem não só dinamizar e rentabilizar a actividade comercial através do reforço da relação com os Clientes, fortalecer a imagem de modernização e inovação do Grupo CA, como também permitir reduzir custos da instituição e otimizar processos.

Ao longo do ano 2011, a Caixa Central lançou novos serviços e novas funcionalidades nos

serviços à distância com os Clientes, com vista dispor de uma oferta alargada de soluções financeiras e disponibilizar à rede Comercial todas as condições necessárias à sua divulgação e comercialização, tendo-se registado durante o ano em análise um incremento significativo na evolução do negócio, destacando-se:

- O lançamento do novo Site CA, que se caracterizou por uma reformulação da imagem, segmentação da oferta, facilidade de navegação, interactividade entre o utilizador e a instituição, tendo-se alcançado um crescimento nos acessos ao site, face ao ano 2010, superior a 56%;
- Crescimento superior a 20% da Carteira de Clientes activos aos serviços *On-Line* – Particulares e Empresas, que reforça a necessidade contínua de investir nestas plataformas tecnológicas;
- Lançamento dos produtos de depósito a prazo, no quarto trimestre do ano 2011, para o canal On-Line, denominados de DP Net e DP Net Super, que registou, até final do ano cerca de 4.500 constituições.

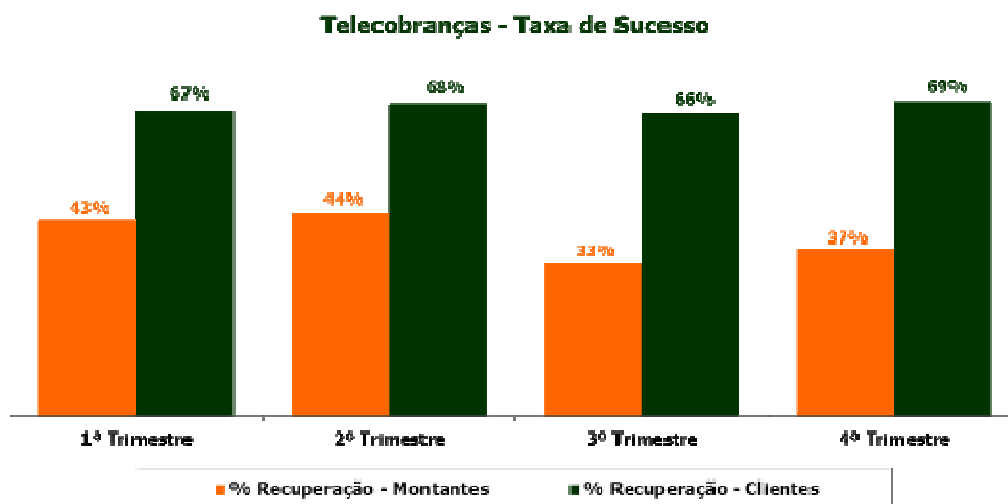
Seguidamente apresentam-se os principais indicadores registados em cada um dos serviços, ao longo do ano.

A) Linha Directa (*Contact Center*)

O serviço Linha Directa transaccional registou, em 2011, um crescimento de 7% nos contactos Inbound (Contactos Recebidos). O número de Clientes que contactou o serviço registou, igualmente, um crescimento de 10% face ao ano anterior.

Relativamente às acções de *Outbound* realizadas (chamadas efectuadas – Telemarketing e Telecobranças), destacam-se as acções de Telecobranças para crédito próprio.

Após esta acção os resultados registaram 68% de Clientes Recuperados e 39% de Montante Recuperado.



B) Evolução do Serviço de Internet Banking – *On-Line*

B1) *On-Line* Empresas

No Serviço *On-Line* Empresas registou-se um crescimento de cerca de 20% nas adesões activas, em relação ao ano 2010.

A análise semestral do 1º e 2º semestre de 2011, reflecte o crescimento significativo do volume de transacções realizadas no Serviço *On-Line*, face aos períodos homólogos de 2010 – 55% e 45%, respectivamente.

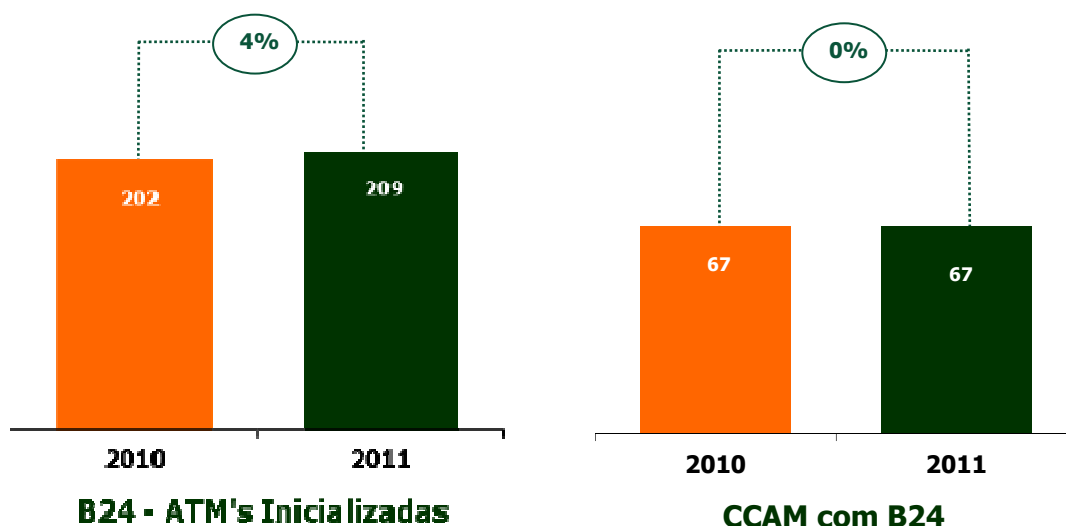
B2) *On-Line* Particulares

O Serviço *On-Line* Particulares registou um crescimento de cerca de 22% nas Adesões Activas ao Sistema MultiCanal, face ao ano 2010.

A evolução semestral do volume de transacções do Serviço *On-Line* Particulares registou em 2011, um crescimento de 40% e 37% respectivamente, face a igual período de 2010.

C) Evolução do Serviço Balcão 24

O Serviço Balcão 24, que conta já com 7 anos de existência, terminou o ano de 2011 com 209 Balcões em funcionamento, representando um crescimento de 3% nos serviços inicializados, face a 2010.



O número total de transacções registou um crescimento de 6%, face ao ano 2010.

A taxa média de transferência das transacções encontra-se acima dos 26%.

Salienta-se ainda que em 2011 se registou um crescimento no total de operações realizadas de 5%, face ao ano 2010.

Em 2011 evolução semestral do volume de transacções – Operações e Consultas – realizadas no Serviço Balcão 24, que registou, em 2011, um crescimento de 7% e 6% respectivamente, face a igual período de 2010.

D) Site Institucional Crédito Agrícola (www.creditoagricola.pt)

Em 2011 o acesso ao site registou, nas visitas efectuadas, um crescimento de 6% face a 2010 resultando num número de páginas vistas de cerca de 25 milhões o que reflectiu um crescimento de 56% face ao número de páginas vistas em 2010.

(colocar uma print screen do site)

1.5. Área Internacional, Emigração e Representações Exteriores

1.5.1. Área Internacional

O comércio internacional em Portugal registou, em 2011, um acréscimo de 6,6%, apesar do clima de recessão provocado pela crise económica global.

As operações internacionais, intermediadas pelo Crédito Agrícola, acompanharam este movimento, tendo a nossa quota de mercado aumentado cerca de 25%.

A aposta no sector exportador, actual motor da economia portuguesa, tem-se revelado compensadora.

O negócio internacional do Crédito Agrícola traduz maioritariamente o apoio às operações “Trade Finance” dos seus clientes pelo que a evolução registada significa também maior penetração no mercado da PME’s exportadoras.

A área de promoção do negócio internacional tem vindo a adoptar políticas proactivas de proximidade com o cliente que contribuam para um maior envolvimento comercial, maior fidelização e maior rentabilidade.

As condições de mercado e as alterações regulamentares impuseram desafios acrescidos à área de *Correspondent Banking*, no que se refere à negociação de produtos e serviços e de linhas de crédito.

A crise das dívidas soberanas, e as consequentes descidas de *rating* que afectaram as principais economias europeias, levou à necessidade de um acompanhamento permanente do risco internacional.

1.5.2. Emigração e Representações Exteriores

Esta área de negócio, com uma actividade dedicada a todo o Grupo Crédito Agrícola, está essencialmente vocacionada para o incremento e desenvolvimento do segmento dos clientes não residentes em Portugal, e tem como principais objectivos estratégicos, os seguintes:

- O funcionamento como antena de captação e detecção de oportunidades de negócio, com origem no exterior, para todo o Grupo CA;
- O alargamento da base de clientes;
- A diversificação de fontes de captação de recursos;
- A exploração de nichos de mercado ao nível de produtos e serviços especializados e dedicados a emigrantes, imigrantes, empresas não residentes e mercados externos;
- A gestão do negócio, no segmento de não residentes – particulares e empresas –, ao serviço das Caixas Associadas;
- Detecção de novos mercados internacionais para a expansão do Grupo Crédito Agrícola.

Emigração

O segmento de clientes Emigrantes tem, ao longo dos últimos anos, sido o principal alvo do esforço comercial desenvolvido pelas representações exteriores, beneficiando ainda da excelente implantação da rede do Crédito Agrícola, em Portugal.

Como resultado desta estratégia, as remessas de emigração vêm registando um crescimento sustentado, sinónimo quer da fidelização dos clientes, quer da aposta no incremento da presença do Grupo no exterior.

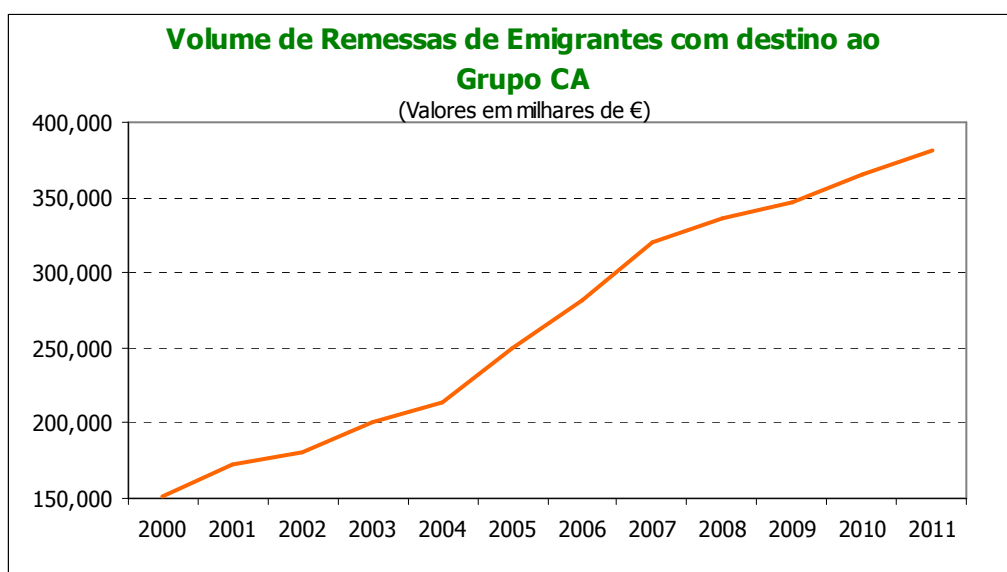
Assim, no ano de 2011, registámos um crescimento apreciável nas remessas, de cerca de 4,6%, tendo como impacto a subida da quota do Grupo Crédito Agrícola, para 16%, significando que o crescimento do Grupo se situou mais uma vez acima do crescimento dos números nacionais.

Imigração

Fruto do estatuto da Caixa Central, de Agente *Western Union*, este segmento de clientes tem sido objecto de uma atenção crescente da parte do Grupo, traduzindo-se na disponibilização do serviço de transferências daquela empresa em mais de 560 localizações. A esta área compete gerir e coordenar e dinamizar este serviço, tendo registado em 2011, mais um ano de forte crescimento, quer em valores transaccionados, que cresceram cerca de 22%.

Sucursais Financeiras Exteriores

As Sucursais (SFE) do Grupo Crédito Agrícola (Cabo Verde e Madeira) constituem uma ferramenta importante na captação, diversificação, complementaridade e competitividade do negócio direccionado para os não residentes em Portugal.



Particularmente a SFE de Cabo Verde tem vindo a desenvolver uma actividade bastante intensa, constituindo-se como pólo de difusão da imagem do Crédito Agrícola e captação de negócio para o SICAM e também para várias empresas do Grupo.

Não obstante a forte concorrência, a actividade da SFE tem-se pautado pelo objectivo principal de manutenção dos recursos de clientes, tentando conjugar esse propósito com a manutenção de uma forte solvabilidade (com o respectivo rácio a ultrapassar ligeiramente os 34%) e a não deterioração da sua margem financeira.

Destaque para o facto de, no final do ano de 2011 e em consequência do fim do regime fiscal especial atribuído às Sucursais Financeiras Exteriores a operar na Zona Franca da Madeira, foi decidido encerrar a actividade da Sucursal do Grupo CA domiciliada naquela Zona Franca.

CA Finance

Esta empresa do Grupo, especializada na Gestão de Activos, com o estatuto de Instituição Financeira Internacional e domiciliada na República de Cabo Verde tem desenvolvido, em estreita colaboração com outras empresas do universo Crédito Agrícola, nomeadamente a CA Consult e a CA Gest, uma actividade de prospecção de novas oportunidades de negócio nas áreas dos fundos imobiliários.

2. Actividade Financeira e Mercado de Capitais

2.1. Estratégia de Actuação na Área de Tesouraria

O desenvolvimento da crise financeira e a degradação da situação financeira nacional reflectiu-se em comportamentos de aversão ao risco por parte dos investidores que fecharam completamente as portas dos mercados de financiamento institucional às instituições financeiras nacionais. Por outro lado, as exigências do Memorando de Entendimento assinado entre o Estado Português e a Troika, particularmente no que à rápida redução do rácio de crédito sobre depósitos para um máximo de 120% diz respeito, originou uma concorrência extremada pela captação de depósitos, situação potencialmente crítica para a salvaguarda da liquidez do SICAM.

Neste contexto, a tesouraria pautou a sua actividade pela preocupação de manter em permanência uma carteira de activos com liquidez imediata capaz de suportar uma redução acentuada da base de depósitos do SICAM. Efectivamente, considerando a dependência do Grupo Crédito Agrícola dos depósitos de clientes como fonte de financiamento privilegiada e o contexto de agressividade comercial vivido, considerou-se prudente a manutenção de uma almofada de liquidez capaz de suportar uma redução muito significativa dos recursos de clientes num horizonte temporal de 1 mês.

Na gestão da tesouraria foram privilegiadas aplicações em activos de prazos curtos e risco reduzido de verem uma potencial redução da sua classificação de qualidade creditícia afectar significativamente o seu potencial de transformação imediata em liquidez.

No contexto vivido, a capacidade dos activos de servirem de colateral em operações de refinanciamento junto do Eurosistema foi um factor fundamental nas decisões de investimento da tesouraria tendo a gestão da liquidez sido condicionada ao longo do ano por uma desvalorização e redução da classificação da qualidade creditícia de muitos dos activos em carteira adquiridos em anos anteriores com prazos de vencimento mais dilatados, situação que reduziu a liquidez potencial associada à carteira de cobertura de aplicações das Caixas Associadas de prazos mais longos.

De modo a reforçar a sua capacidade de financiamento, mesmo que no contexto actual quase exclusivamente junto do Eurosistema, a Caixa Central iniciou um processo tendente

à criação de todas as condições necessárias à emissão de títulos garantidos pela carteira de crédito do SICAM. Este processo, com inequívoca relevância ao nível da capacidade de diversificação das fontes de financiamento do Grupo Crédito Agrícola apresenta igualmente benefícios ao nível do desenvolvimento de procedimentos uniformes e em consonância com as melhores práticas de mercado na concessão e acompanhamento do crédito comercial.

2.2 Caixas, Empresas Associadas e Corporate Desk (CEACD)

O CEACD assumiu a gestão dos produtos de passivo destinados às Caixas Associadas da Caixa Central. Neste contexto, foi criado um grupo de trabalho, em conjunto com a CA Serviços com o objectivo de efectuar um levantamento exaustivo das características dos produtos existentes assim como dos processos que lhes estão associados. Em resultado deste trabalho, foram elaborados documentos relativos a todos esses produtos que foram colocados à disposição dos seus utilizadores e criado um conjunto de interlocutores privilegiados com vista a uma articulação mais rápida e eficaz.

2.3. Função Financeira no Grupo Crédito Agrícola

Garantida a manutenção de uma almofada de liquidez em consonância com o contexto de incerteza vivido, foi ainda assim possível dar seguimento à estratégia de gestão de uma carteira de investimento que permitisse para além da sustentação da margem financeira da Caixa Central apoiar as Caixas Associadas na defesa da sua base de depósitos, ameaçada pela redobrada intensidade da concorrência, como resultado da já referida perturbação e deficiente funcionamento dos mercados de financiamento institucionais (tanto o mercado interbancário como o mercado de capitais) e das novas exigências regulamentares decorrentes do acordo assinado com a Troika.

A acentuação da inclinação positiva da curva de taxas de juro portuguesa permitiu em 2011 não só extrair maior rendimento e margem da estratégia até aí implementada como intensificá-la, dentro de patamar compatível com o controle do risco de crédito, mediante a deslocação da estrutura das aplicações preferencialmente para bilhetes do tesouro e

emissões de dívida de outras instituições de crédito nacionais com garantia soberana e prazo de vencimento até Maio de 2012, simultaneamente refinanciadas a taxas de juro persistentemente baixas.

Através da gestão da tabela de taxas de juro de remuneração dos depósitos das Caixas Associadas e da manutenção de produtos específicos (Depósito a Prazo Especial de Cobertura e, de forma muito mais mitigada do que em 2010 mas ainda assim relevante, do Depósito a Prazo Indexado à Dívida Pública), foi possível, em 2011 promover um esforço sem precedentes de apoio à retenção da base de depósitos do SICAM e à sustentação da sua margem financeira.

A estratégia desenvolvida em 2011 apenas foi possível atendendo às condições de mercado verdadeiramente extraordinárias e dificilmente repetíveis em 2012 sem deterioração do perfil de risco da carteira.

Evolução dos Activos sob Gestão do Departamento Financeiro

Valores em milhares de €

	Montante		Variação		% do Total	
	31.12.10	31.12.11	Absoluta	Relativa	2010	2011
M. Monetário, P. Comercial e Depósitos BdP	273,053	408,709	135,655	49.7%	7.6%	12.3%
Obrigações	3,307,595	2,921,193	-386,402	-11.7%	92.4%	87.7%
Total	3,580,648	3,329,902	-250,747	-7.0%	100.0%	100.0%

Neste contexto, o apuramento da autonomização dos resultados associados às diversas actividades – gestão de tesouraria, gestão da carteira de investimentos, gestão da margem comercial – entre outros, reforça a necessidade de contínuo desenvolvimento da Função ALM – Gestão de Activos Passivos, dotando o seu exercício dos recursos necessários a uma acompanhamento mais especializado e integrado das diversas parcelas do balanço.

De modo a promover uma gestão abrangente dos riscos, em 2010 continuaram a ser distribuídas análises de avaliação dos riscos de balanço a nível de cada Caixa Associada.

2.4. Controlo de Risco na Área de Tesouraria

Em 2011 procedeu-se a uma revisão dos processos internos de funcionamento, ajustando-os às potencialidades da nova solução de suporte integrado às actividades do *front*, *back* e *middle office* do Departamento Financeiro (Sistema Calypso) de modo a promover uma contínua adequação da gestão dos riscos operacional, de mercado e de contraparte às mais elevadas exigências da respectiva gestão e controle.

2.5. Intermediação no Mercado de Capitais

O agravamento da crise dos mercados financeiros da União Monetária Europeia e, em particular, a situação portuguesa, no quadro do programa de assistência financeira da União Europeia e do FMI a Portugal, afectaram negativamente a actividade da intermediação financeira em 2011.

Assim, as comissões de corretagem obtidas, nos mercados à vista e a prazo, sofreram uma redução significativa, enquanto os proveitos com a actividade de custódia registaram uma descida ligeira. Em contrapartida, os proveitos provenientes da actividade de organização e gestão de Programas de Emissões de Papel Comercial voltaram a crescer substancialmente, contribuindo para um crescimento dos proveitos globais associados à actividade de intermediação no mercado de capitais, conforme quadros abaixo:

Actividade	Valor (10 ³ €)		Comissões Brutas (10 ³ €)	
	2011	2010	2011	2010
Mercado à Vista	783.945	1.174.992	119	175
Custódia/Depositário *	1.319.773	1.301.297	1.773	1.823
Programas de Papel Comercial *	191.333	180.783	987	710

(*) Saldo a 31 de Dezembro

Actividade	Nº de Contratos		Comissões Brutas (10 ³ €)	
	2011	2010	2011	2010
Mercado Futuros	21.162	19.663	69	83

Os volumes processados na actividade de recepção e transmissão de ordens também registaram uma redução acentuada. Por seu lado, o valor dos instrumentos financeiros à guarda da Caixa Central, no âmbito da prestação de serviços de custódia ou de depositário, permaneceu estável.

No final do ano, registavam-se cerca de 7.700 contas de títulos de clientes abertas.

Continuou a ser relevante, em 2011, a movimentação de contas de títulos, com respectivo depósito de acções e constituição de penhor, associada a processos de concessão de crédito com a intervenção das Sociedades de Garantia Mútua, com um número acumulado de 1020 processos.

O número de clientes com acesso à plataforma de negociação em Bolsa, no Internet Banking do Crédito Agrícola – CA Online, aumentou de 4.501, em 31/12/2010, para 4.696, no final de 2011, representando parte significativa das contas de títulos, traduzindo uma tendência de crescimento da relação com os clientes através do canal da *internet*.

A organização de Programas de Emissão de Papel Comercial continuou a realizar-se em colaboração com o Gabinete Comercial de Empresas. Designadamente, foram originados 4 novos Programas, com um montante total de cerca de 51 milhões de euros. Ao longo do ano, manteve-se a actividade dos Programas já existentes, tendo sido realizadas 184 emissões de Papel Comercial.

A dimensão da actividade de organização e gestão de Programas de Emissões de Papel Comercial, justificou a entrada em produção, no início de 2011, e com a colaboração da CA Serviços, de uma aplicação informática destinada especificamente àquela actividade, permitindo a gestão automática das operações.

Em Fevereiro de 2011, realizou-se mais uma emissão de Títulos Especiais de Investimento, no montante de 14,5 milhões de euros, para reforço do rácio de solvabilidade Tier 1 da Caixa Central, tendo sido colocada exclusivamente junto de CCAM Associadas. Aquela emissão teve característica de dívida subordinada equiparada a fundos próprios de base, com prazo indeterminado.

O Departamento de Títulos participou regularmente na preparação e realização de acções de formação presenciais aos Colaboradores do Crédito Agrícola, no âmbito dos Programas FORBASIC e SABERES+, bem como de acções pontuais sobre o Mercado de Capitais, a pedido de CCAM Associadas.

3. Bancasseguros

3.1. Seguros – Ramos Reais

A CA Seguros desenvolveu em 2011 um **Sistema de Gestão da Qualidade, certificado pela APCER**, de acordo com a Norma NP EN ISO 9001:2008 tendo por objectivo a prestação de um nível de serviço que concorra para a Satisfação do Cliente através da sistematização de um processo de Melhoria Contínua. A preocupação com a Qualidade do serviço prestado, em estreita colaboração das Caixas Agrícolas, traduz-se num muito reduzido número de reclamações e, especialmente, nos excelentes tempos de regularização de sinistros do ramo Automóvel conforme transparece do relatório de conduta de mercado publicado pelo Instituto de Seguros de Portugal.

A CA Seguros reafirmou, em 2011, a consolidação da sua estratégia de Bancasseguros no âmbito dos seguros não vida numa relação directa com a actividade das Caixas Agrícolas na prestação de um serviço financeiro completo aos seus Associados e Clientes, tendo registado um crescimento no montante de prémios brutos emitidos de 3,4%, para 79,9 milhões de euros. A esta evolução correspondeu, também, um crescimento no número de Clientes e de apólices em carteira, respectivamente, de 12% e 8%, relativamente ao ano anterior.

Em 2011, a CA Seguros representou cerca de 14% do total dos prémios de Seguros Não Vida através do canal Bancasseguros no mercado. A par desta evolução positiva de carteira, verificou-se uma contenção na taxa média global de sinistralidade de 55%.

Igualmente relevante foi a conclusão do projecto de selecção e mudança de instalações contribuindo, assim, também, para um progressivo aumento dos níveis de segurança, de satisfação dos Colaboradores e, consequentemente, de eficiência dos seus serviços, para além de um impacto positivo na imagem do Grupo Crédito Agrícola.

A CA Seguros concretizou os objectivos estratégicos definidos para o exercício contribuindo desta forma para a afirmação dos seus valores, o reforço da qualidade de serviço aos seus Clientes e o prestígio do Grupo Crédito Agrícola no ano da comemoração do respectivo Centenário.

A CA Seguros adopta políticas de subscrição, avaliando os riscos que subscreve, paralelamente com políticas de preços que permitem manter um nível adequado de prémios face à experiência de sinistralidade e aos custos de gestão inerentes. Essas políticas contemplam a mitigação e diversificação dos riscos, definindo limites quanto ao risco retido e obtendo coberturas apropriadas de resseguro bem como procura assegurar os mecanismos adequados à sua monitorização e controlo.

No desenvolvimento da sua estratégia, a CA Seguros continua a assumir a actividade de Bancaseguros em ligação exclusiva ao Crédito Agrícola, no âmbito de um quadro institucional de cooperação, com o objectivo de prestar um serviço de elevada qualidade e assegurando elevados níveis de protecção na área dos seguros não vida.

O reforço desta estratégia passa por um constante incentivo a um maior envolvimento de todos os Colaboradores do Crédito Agrícola, cuja eficácia se revela no facto de o número de Balcões e de Colaboradores que prestam activamente este serviço de intermediação terem novamente aumentado em 2011.

A VI Convenção Anual da CA Seguros contou com a presença dos Colaboradores das Caixas Agrícolas que atingiram os objectivos definidos para essa qualificação. Outros incentivos distinguiram igualmente os Colaboradores das Caixas Agrícolas com melhor performance na venda de seguros. Unanimemente, os Colaboradores das Caixas Agrícolas participantes têm elogiado estas iniciativas e referem-nas como um dos factores mais motivantes para a contínua.

Com o Departamento de Marketing da Caixa Central capitalizaram-se sinergias ao nível da venda cruzada de Produtos Bancários e de Seguros merecendo especial destaque a Acção de Marketing **CA Lar Seguro**, produto de elevada longevidade.

Destaque, igualmente, para a Campanha **CA Novos Clientes**, associada às comemorações do Centenário do Crédito Agrícola, destinada a todos os novos Clientes que abriram, pela primeira vez, uma conta de depósitos à ordem em qualquer Caixa Agrícola. De salientar o elevado empenho de 1.814 Colaboradores de 670 Balcões que participaram nesta acção.

A comunicação teve presença regular nos meios de informação do Grupo e a nível interno lançou-se a *newsletter* que periodicamente informa todos os Colaboradores da CA Seguros das actividades mais relevantes relacionadas com a Companhia.

Reforçou-se o lançamento do produto **CA CliniCard** que suscitou um elevado envolvimento e entusiasmo dos Colaboradores do Crédito Agrícola, pela utilidade prática e conceito de comunicação apresentado.

Em 2011, no âmbito do processo de medição da Satisfação de Clientes, foram realizados inquéritos aos Clientes CA Seguros, com e sem sinistro, de maneira a conhecer o seu grau de satisfação/percepção relativamente ao tipo de serviços prestados, diversidade e qualidade dos mesmos. De uma forma geral os resultados foram extremamente positivos, sendo que 88% dos Clientes inquiridos revelaram estar satisfeitos com o nosso serviço após um sinistro e 93% do total de Clientes inquiridos disse que recomendaria a CA Seguros a um amigo ou familiar.

Os prémios brutos emitidos ascenderam a 79,9 milhões de euros, um crescimento de 3,4% face ao ano anterior, o que contrasta favoravelmente com a evolução do mercado não vida, que apresentou uma evolução negativa de 0,9% em 2011.

A boa performance ao nível da produção nova teve um impacto positivo sobre a dimensão da carteira de seguros, que atingiu 403 mil Apólices em vigor em 31 de Dezembro de 2011, um aumento de 7,9% em relação ao final do ano anterior. Da mesma forma, o número de Clientes com apólices em vigor aumentou 11,7%, de 203 mil para 226 mil, registando-se um número médio de apólices por Cliente, de 1,78.

A taxa de penetração da CA Seguros nos Clientes do Crédito Agrícola tem evoluído de forma positiva ao longo dos últimos anos, registando no final do ano de 2011 um rácio de 21,0%, o que representa ainda um enorme potencial de crescimento.

A taxa de sinistralidade global situou-se em 55,0% – antes de imputação de custos por funções -, o que representa níveis inferiores aos do mercado, não obstante a manutenção de uma política de provisionamento conservadora.

Os custos operacionais registaram um aumento de, apenas, 4,5% traduzindo uma política rigorosa de gestão de recursos e de gastos, e um aumento da produtividade.

O resultado líquido apurado em 2011 foi de 3,2 milhões de euros, o que representa um crescimento de 3,2% relativamente ao ano anterior.

Pelo quinto ano consecutivo, a Assembleia-Geral da CA Seguros deliberou efectuar o pagamento de dividendos aos Accionistas, desta vez pelo montante de 540 mil euros, o que corresponde a cerca de 16,9% do resultado líquido do exercício.

A situação patrimonial da CA Seguros registou uma evolução favorável em 2011, mantendo-se um elevado nível de cobertura das garantias financeiras exigidas pelo Instituto de Seguros de Portugal. A CA Seguros fechou o exercício com um montante de capitais próprios de 25,2 milhões de euros.

No activo, os investimentos financeiros registaram um crescimento de 3,4%. No passivo, a CA Seguros manteve uma política prudente ao nível do provisionamento, tal como em anos anteriores, e comprovada pela libertação de provisões relativas a sinistros ocorridos em anos anteriores. Globalmente, as provisões técnicas aumentaram 3,9 milhões de euros, situando-se em 31 de Dezembro de 2011 no valor total de 112,1 milhões de euros.

As responsabilidades relativas aos segurados encontram-se devidamente asseguradas em 31 de Dezembro de 2011 quer ao nível da representação das provisões técnicas quer ao nível da margem de solvência, em que a taxa de cobertura se situa em 205%. Refira-se ainda que os activos elegíveis para a representação das provisões técnicas asseguravam um grau de cobertura de 124%.

Valores em milhares de euros

CA seguros	2009	2010	2011
Prémios Brutos Emitidos	74.934	77.289	79.917
Activo	148.306	154.840	159.553
Capitais Próprios	26.575	22.655	25.195
Resultado Líquido	2.565	3.097	3.197
Nº Colaboradores no final do ano	139	142	140

3.2. Seguros – Ramo Vida

Para a CA Vida o ano de 2011 foi um marco na história da Companhia, tendo ficado comprovado que, apesar de todas as dificuldades derivadas da conjuntura económica, a coesão e solidez de um Grupo Financeiro em consonância com a capacidade de inovação e de adaptação da Companhia e com o esforço de toda uma Rede Comercial, conduziram a valores *record* tanto para a CA Vida como para as Caixas Agrícolas relativamente ao Negócio Vida.

A dinâmica das Caixas Agrícolas associada ao nível de competitividade das soluções disponibilizadas pela Companhia conduziram a um volume da produção de 302.795 milhares de euros e ao aumento da quota de mercado da Companhia, de 2,1% em 2010 para 4,1% em 2011, o que correspondeu à passagem da 7ª para a 5ª posição no Mercado de Seguros de Vida. Esta evolução, que representou um crescimento de 19% dos prémios brutos emitidos é ainda mais notória se se considerar a contracção de 38,1% verificada no Sector Segurador Vida.

Os custos de funcionamento da CA Vida aumentaram de forma muito contida em 2011, não ultrapassando 3% e ficando abaixo do valor orçamentado para o exercício, assim como, da taxa de inflação que foi de 3,6%. O resultado do exercício antes de impostos ascendeu a 5,4 milhões de euros, o qual correspondeu a um resultado líquido de 4,1 milhões de euros.

Tendo em consideração os resultados alcançados e mantendo a prática dos anos anteriores, a CA Vida propôs a distribuição de dividendos pelos Accionistas no montante de 750 mil euros, proposta que foi aprovada em Assembleia Geral.

Relevante que foi a iniciativa da aplicação do modelo de extra-comissionamento em 2010, a CA Vida voltou a aplicá-lo no ano de 2011, permitindo aumentar o retorno da actividade de Seguros de Vida com base nos desempenhos das Caixas Agrícolas. O valor das remunerações de mediação Vida atribuído às Caixas Agrícolas no ano de 2011 foi de 8,2 milhões de euros, um incremento de 35% face ao ano transacto.

No último triénio um dos maiores objectivos estratégicos da Companhia tem sido impulsionar o crescimento das Soluções de Protecção à Vida. É neste sentido, que a CA

Vida tem assumido como compromisso anual a concepção, adaptação e inovação de Seguros de Vida cada vez mais próximos das necessidades dos Clientes Crédito Agrícola, e simultaneamente potenciais catalisadores de nichos de mercado para a Actividade Bancária, servindo assim como instrumento de apoio às Caixas Agrícolas para fidelização dos seus Clientes.

Esta estratégia tem conduzido também ao aumento das apólices em carteira, sendo que no final de 2011 existiam 225.201 apólices em vigor e 2.433 contratos de Fundos de Pensões, o que representa um crescimento, face ao ano anterior, de 4,5% e 41%, respectivamente.

Em 2011, a CA Vida apostou no reforço do seu portfólio de produtos de risco, conferindo-lhes uma maior abrangência no que respeita às coberturas base e de saúde, hospitalização e intervenção cirúrgica, de forma a garantir uma segurança aos Clientes mais completa e entrando também no segmento feminino com uma solução inovadora e direccionada exclusivamente para as mulheres. No que respeita à capitalização, desenhou um novo caminho para a sua estratégia de produto, diferenciador dentro do Grupo Crédito Agrícola e notoriamente concorrencial face ao mercado, ao disponibilizar várias soluções com períodos de comercialização limitados.

No ano de 2011, potenciou-se e optimizou-se a importância das campanhas e acções comerciais previstas no Plano de Marketing do Grupo, que constituem os principais momentos da actividade comercial do Crédito Agrícola, destacando-se a colaboração extrema e privilegiada dos intervenientes, culminando nos resultados que são reconhecidos.

A colaboração da CA Vida no desenvolvimento e implementação do Plano de Formação do Grupo CA exigiu uma contínua preocupação em oferecer os melhores meios e métodos disponíveis obtendo-se, por conseguinte, incrementos qualitativos no desempenho dos formandos das Caixas Agrícolas. Como complemento ao Plano de Formação do Grupo, a Companhia colaborou activamente com as Caixas Agrícolas desenvolvendo, por sua iniciativa, acções de refrescamento de diferentes âmbitos, disponibilizando-se para responder às necessidades específicas destas.

Continuou-se a apostar numa comunicação directa com o canal bancário, um meio de proximidade com os Colaboradores das Caixas Agrícolas e, em simultâneo, com os seus

Clientes e a privilegiar a utilização das novas tecnologias como forma de estar cada vez mais próximo e de uma forma mais rápida junto dos Colaboradores do Grupo CA. Os meios de comunicação, como a *newsletter* “A Folha” e a “Flash”, mantiveram a sua regularidade, comunicando os eventos e actividades desenvolvidas que mais se destacaram ao longo do ano, bem como informando o Grupo das questões técnicas e operacionais associadas às soluções Vida.

Em 2011 assistiu-se a uma intensificação da crise da dívida soberana no espaço europeu e a um arrefecimento progressivo das expectativas de crescimento económico à escala global. A forte desvalorização dos activos de risco Portugal registada na sequência da activação do plano de resgate financeiro em Abril de 2011, constituiu o principal factor de erosão do valor do património das carteiras de investimento no ano.

Neste contexto, a política de investimentos adoptada foi orientada para a preservação do capital tendo presente o aumento da turbulência nos mercados obrigacionistas europeus e a acumulação dos riscos de degradação do ciclo de crescimento da economia mundial. A Companhia procedeu à reclassificação de parte da carteira de obrigações de “disponíveis para venda” para “a deter até à maturidade”, com o objectivo de mitigar o reconhecimento das perdas potenciais do portfólio de activos de dívida periférica no seu capital próprio.

As carteiras de investimento apresentaram taxas de rendibilidade positivas em 2011, tendo, inclusive, apresentado ganhos superiores aos respectivos *benchmarks*. Os activos sob gestão aumentaram 14% em 2011, comparativamente a 2010 atingindo os 986,7 milhões de euros, no final do ano.

O ano de 2012 apresenta-se como mais um ano de incerteza quanto ao futuro próximo, atendendo à envolvente macroeconómica. Tal envolvente, a par com a situação do sector bancário, constitui um desafio e uma obrigação para a CA Vida, com particular destaque para a preservação dos capitais investidos pelos Accionistas e salvaguarda dos Clientes do Grupo Crédito Agrícola.

Valores em milhares de euros

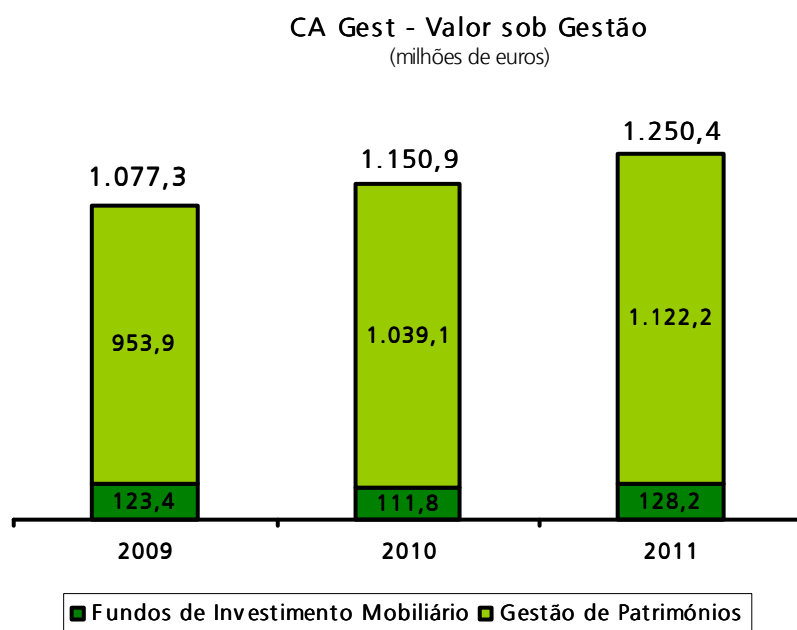
CA Vida	2009	2010	2011
Prémios Brutos Emitidos	207.990	254.442	277.030
Entregas em Contratos de Investimento			25.765
Contribuições para Fundos de Pensões	4.695	3.788	3.506
Activo Líquido	797.608	872.793	990.553
Capital Próprio	43.199	45.290	50.662
Resultado Líquido	6.015	6.107	4.134
Número de Colaboradores no final do ano	44	41	40

4. Banca de Investimento

4.1. Gestão de Activos e Fundos de Investimento

A evolução do sector de gestão de activos português em 2011 foi profundamente afectada pelo agravamento da crise dos mercados financeiros, continuando a registar, tal como no ano anterior, uma forte redução do volume de activos.

A CA Gest, com a imprescindível colaboração das entidades que integram o Grupo Crédito Agrícola, conseguiu ultrapassar os desafios acrescidos impostos pela conjuntura de mercado e contrariar a evolução do sector, alcançando em 2011 um crescimento de 8,6% do montante sob sua gestão, que ultrapassou os 1.250 milhões de euros.



Fundos de Investimento Mobiliário

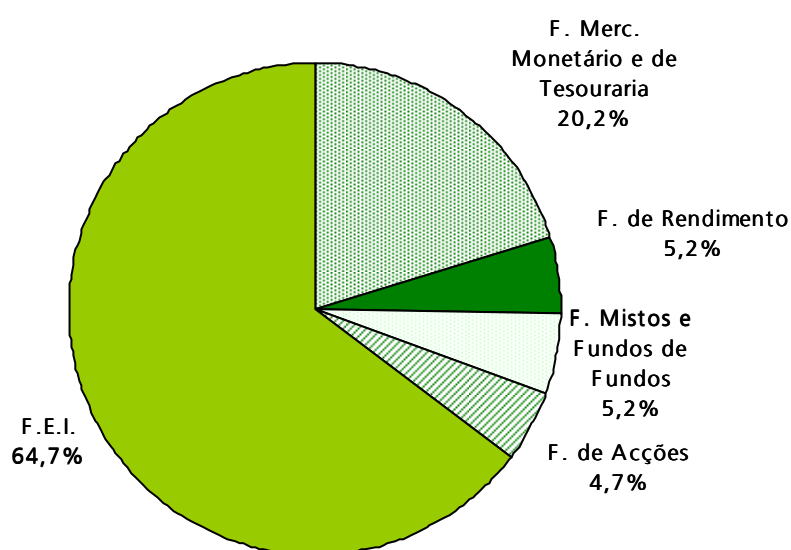
Depois de já terem sofrido uma redução de 17,3% em 2010, os Fundos de Investimento Mobiliário em Portugal viram o montante sob gestão recuar 23,9% em 2011, o que corresponde a uma quebra de 3,4 mil milhões de euros.

Esta evolução, decorrente do impacto da crise financeira na desvalorização dos activos e da retracção dos investidores, foi agravada pela migração de investimento para outros

produtos financeiros, em particular depósitos bancários, atendendo, por um lado às taxas passivas praticadas pelas Instituições de Crédito presentes no mercado nacional e, por outro lado, a alteração da política de investimentos de investidores institucionais, nomeadamente os enquadrados em Grupos Financeiros Nacionais, em resultado dos objectivos de “deleveraging” impostos no Programa de Assistência Económica e Financeira.

Em contraste com a evolução profundamente negativa do sector, o valor líquido global dos Fundos de Investimento Mobiliário geridos pela CA Gest e comercializados pelo SICAM subiu para 128,2 milhões de euros, em Dezembro de 2011, o que corresponde a uma aumento de 14,6% face ao verificado no final do ano anterior.

O crescimento resultou do sucesso comercial do lançamento de três fundos de capital garantido, oferta particularmente assertiva face às condições de mercado e ao perfil dominante dos investidores a que se dirigem os F.I.M. da CA Gest. Adicionalmente, a quase duplicação do montante aplicado do Fundo de Investimento “CA Monetário” também contribuiu para o crescimento global verificado.



Repartição dos Activos sob Gestão por Tipo de Fundo

O crescimento do valor global líquido do conjunto dos Fundos de Investimento Mobiliário sob gestão da CA Gest num ano de queda generalizada dos montantes dos F.I.M. geridos por entidades nacionais determinou um ganho de quota de mercado da CA Gest, que passou a ser de 1,2%.

Gestão de Carteiras

A desvalorização de parte dos activos decorrente da evolução dos principais mercados financeiros e a retracção dos investidores institucionais e particulares determinaram que o sector da gestão de patrimónios fosse igualmente duramente atingido, tendo os montantes sob gestão contraído 10,5 mil milhões de euros (-10,2 %) em 2011 face ao ano anterior.

A CA Gest contrariou esta tendência, tendo o montante sob gestão de carteiras de clientes ultrapassado os 1.122 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 83,2 milhões de euros face ao ano anterior (+8%), em linha com o crescimento verificado no ano anterior. Esta evolução positiva ficou inteiramente a dever-se ao crescimento das carteiras de clientes institucionais.

Face aos desafios e aos riscos acrescidos emergentes da crise das dívidas soberanas e da consequente deterioração dos níveis de solvabilidade da generalidade da banca europeia, bem como dos impactos dessa crise sobre o mercados financeiros das economias desenvolvidas, a política de investimentos adoptada pela CA Gest em concertação com os seus clientes institucionais foi claramente orientada para a preservação do capital tendo a desvalorização dos activos de risco Portugal, registada na sequência da activação do plano de resgate financeiro em Abril de 2011, constituído o principal factor de erosão patrimonial em 2011.

O serviço prestado a clientes institucionais aprofundou-se, designadamente no que respeita ao desenvolvimento de novos produtos de investimento, à implementação de critérios valorimétricos adicionais das carteiras em função das políticas de investimento dos clientes e ao aperfeiçoamento da informação prestada aos clientes.

A evolução negativa dos principais mercados financeiros e o aumento da aversão ao risco determinaram uma redução dos montantes sob gestão de Clientes Particulares. A CA Gest ampliou a diversificação dos activos integrantes das carteiras dos clientes particulares e os novos mandatos foram preferencialmente centrados em políticas de investimento orientadas para a preservação de capital.

Tal como se registou no sector dos Fundos de Investimento Mobiliário, a evolução francamente positiva do montante gerido pela Sociedade deu origem a um ganho de quota

da CA Gest, que passou a ser de 2,2%

Desenvolvimento da Oferta

O desenvolvimento da oferta da CA Gest confrontou-se com restrições particularmente exigentes resultantes da intensificação da crise soberana europeia, que determinou uma explosão do risco sistemático nos mercados financeiros internacionais e generalizou uma atitude de aversão ao risco, particularmente agudizada em Portugal pela crise financeira nacional e pelo seu impacto no sistema financeiro português.

Desde 2005 que a política de desenvolvimento de novas soluções de investimento e diversificação da oferta da CA Gest prossegue uma orientação que, no que respeita ao segmento de afluentes, tem vindo a privilegiar os fundos especiais de investimento, com duração limitada, que têm como objectivo o reembolso do capital investido e que proporcionem um rendimento competitivo, como forma de adequar os produtos disponibilizados ao perfil, necessidades financeiras e preferências dos seus clientes.

Esta política articula-se com a estratégia de diversificação e diferenciação dos instrumentos de captação e aplicação de disponibilidades e poupanças dos clientes do Crédito Agrícola, por forma a conferir competitividade à oferta global das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, capacidade de fidelização e ampliação da base de negócio.

Face a um contexto marcado pela acentuada instabilidade dos mercados financeiros, pelo declínio da poupança das famílias em Portugal, agravado pela contracção do rendimento disponível imposta pela política fiscal e pelo fortíssimo agravamento da concorrência pela captação de recursos de clientes, resultante das dificuldades de financiamento externo e de alteração do modelo de “funding” do sistema bancário nacional, a CA Gest aprofundou o desenvolvimento de soluções financeiras orientadas para a preservação de capital, concentrando-se no lançamento de novos fundos de investimento mobiliário de capital garantido, na sequência, aliás, da política de produto iniciada no último trimestre de 2010.

Assim, foram lançados os seguintes novos Fundos Especiais de Investimento:

- Fundo Especial de Investimento Aberto de Capital Garantido **CA Rendimento Fixo II**, constituído em 2 de Maio de 2011, com o capital inicial de 15.000.000 de euros e com a duração de aproximadamente 3 anos;

- Fundo Especial de Investimento Fechado de Capital Garantido **CA Rendimento Fixo III**, constituído em 18 de Julho de 2011 com um capital inicial de 19.999.980 de euros e com liquidação em 4 de Julho de 2013;
- Fundo Especial de Investimento Fechado de Capital Garantido **CA Rendimento Fixo IV**, constituído em 25 de Julho de 2011 com um capital inicial de 15.000.000 de euros pelo prazo de 2 anos.

Os três Fundos partilharam objectivos semelhantes, designadamente:

- a) Garantir, na data de liquidação do Fundo, um valor de reembolso por unidade de participação igual ao seu valor, apenas exigível naquela data;
- b) Proporcionar rendimentos periódicos líquidos correspondentes à aplicação ao valor base da unidade de participação da taxa anual fixada na data de constituição do Fundo e divulgada no dia útil seguinte;
- c) Proporcionar um rendimento adicional na data de liquidação do Fundo, correspondente à aplicação ao valor base da unidade de participação da taxa fixada na data de constituição do Fundo e divulgada no dia útil seguinte.

A adequação deste tipo de instrumento financeiro à procura na rede comercial do Crédito Agrícola ficou amplamente demonstrada pelo montante subscrito, que no caso dos Fundos Fechados esgotou o montante objecto de oferta.

Em conformidade com o determinado nos respectivos Prospectos e por terem atingido o termo do prazo pelo qual haviam sido constituídos foram liquidados os seguintes Fundos de Investimento CA Agro Valorização - Fundo Especial de Investimento Fechado e CA Euribor + - Fundo Especial de Investimento Aberto.

Principais Indicadores Financeiros

Valores em milhares de euros

Ca Gest	2010	2011	Varição Valor	%
Margem Financeira	32,7	104,6	71,9	220,1%
Produto Bancário	2.129,6	2.246,6	117,0	5,5%
Custos de Funcionamento	1.920,1	1.986,9	66,8	3,5%
Resultados Líquidos	133,2	174,8	41,5	31,2%
Activo (Líquido)	4.285,7	4.514,5	228,8	5,3%
Passivo	706,6	760,6	54,1	7,7%
Capital	3.579,1	3.753,9	174,8	4,9%

O aumento das taxas de juro em Portugal permitiu um forte aumento (+220,1%) da margem financeira, constituída exclusivamente pela remuneração das aplicações financeiras da Sociedade.

O incremento das comissões líquidas de 4,1%, resultante do aumento do montante sob gestão, associado à melhoria verificada na margem financeira, determinou um crescimento de 5,5% do produto bancário e permitiram o incremento dos resultados líquidos de impostos para 174,8 mil euros, traduzindo um aumento de 31,2% face ao ano anterior.

O aumento do valor global líquido dos Fundos de Investimento Mobiliário, a que se adicionou o aumento das taxas das comissões de comercialização, estiveram na base de do acréscimo das comissões de comercialização pagas às Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e à Caixa Central, tendo sido pagos 840,9 mil euros neste exercício.

Os capitais próprios atingiram os 3,75 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 4,9% face ao ano anterior e a sua rentabilidade melhorou de 3,9% em 2010 para 4,9% no último exercício.

4.1.1. Fundos de Investimento Imobiliário

Fundo CA Património Crescente

O Fundo CA Património Crescente concluiu o seu sexto exercício completo de actividade com cerca de 156,8 milhões de euros sob gestão (127,0 milhões em 2010), correspondentes a 12.063.967 unidades de participação (10.146.812 em 2010). A variação corresponde a 2.798.702 unidades subscritas e 881.547 unidades resgatadas.

O Fundo CA Património Crescente em 31 de Dezembro de 2011 tinha já 4.538 participantes (3.459 participantes em 2010) que subscreveram o Fundo em 404 balcões (2010: 321) da rede do Crédito Agrícola, correspondentes a 76 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (68 CCAM em 2010).

A falta de liquidez dos Bancos, relativamente ao ano de 2010, acentuou-se, originando um aumento da remuneração dos depósitos a prazo, tendo como consequência, um aumento dos resgates e uma diminuição das subscrições nos Fundos de Investimento Imobiliários Abertos. No entanto, o CA Património Crescente voltou, tal como nos anos anteriores, a apresentar rendibilidades competitivas em relação às aplicações tradicionais, o que, aliado às Campanhas promovidas pelo Departamento de Marketing da Caixa Central decorridas em 2011, levou-o a obter um crescimento do volume sob gestão de cerca de 23,5%.

No início de 2011, o Diário Económico, numa comparação entre os cerca de 600 Fundos de Investimento (Mobiliário e Imobiliário) geridos por gestoras nacionais, indicou o CA Património Crescente como o 2º Melhor Fundo Nacional, tendo também sido o 5º Melhor Fundo Nacional em Rendibilidades nos últimos 5 anos, apenas superado por Fundos de Acções Internacionais. Foi também considerado “Escolha Acertada”, para a Revista Proteste Investe, da DECO, entre os produtos da sua classe, repetindo a distinção alcançada pela primeira vez em 2009.

Por fim, foi distinguido pelo IPD (Investment Property Databank) como o melhor portfólio imobiliário generalista da Península Ibérica dos últimos três anos.

Fundo CA Arrendamento Habitacional

O Fundo iniciou a respectiva actividade em 23 de Outubro de 2009, com um capital de 50 milhões de euros, tendo concluído o seu primeiro exercício completo de actividade com cerca de 49,3 milhões de euros sob gestão, correspondentes a 500.000 unidades de participação.

Durante o ano de 2011, ocorreu um aumento de capital do Fundo, concretizado no dia 06 de Setembro, com a subscrição de um montante aproximado de 50 milhões de euros, correspondentes a 509.728 unidades de participação, tendo o Fundo terminado este ano com um Activo Líquido de cerca de 98,84 milhões de Euros, correspondentes a 1.009.728 unidades de participação.

Fundo CA Imobiliário

O Fundo, tendo iniciado a sua actividade em 1 de Setembro de 2005 com um capital de 12 milhões de Euros, atingiu em 31 de Dezembro passado o seu sexto exercício completo de actividade com cerca de 322,9 milhões de euros sob gestão (182,7 milhões em 2010) correspondentes a 36.418.084 unidades de participação (20.011.927 em 2010).

4.2. Consultoria Financeira

Enquanto unidade de Assessoria Financeira Especializada no âmbito da Banca de Negócios do Grupo Crédito Agrícola, a CA Consult tem por objecto a promoção e o desenvolvimento de negócios no sector empresarial, privado ou público, a internacionalização de empresas, a angariação de capitais alheios e próprios. Por outro lado caracteriza-se por ser dotada de competências técnicas, conhecimento sectorial e veículos de investimento que, articulados com a oferta de Banca Comercial, constituem factores críticos de sucesso do Grupo Crédito Agrícola.

Ao longo destes 7 anos de implementação do seu modelo de negócio, a CA Consult tem vindo a desenvolver a sua oferta, iniciando, em 2006, a prestação de serviços nas áreas de assessoria de gestão estratégica e de acompanhamento a Fundos e veículos de investimento, para, em 2008, acrescentar as vertentes de assessoria financeira (*M&A*, *Corporate Finance* e *Project Finance*). No ano de 2010, dando sequência a operações internacionais por parte dos seus Clientes, complementaram às competências anteriores, a vertente de internacionalização, focada, prioritariamente, nos mercados do Brasil e Cabo-Verde.

Numa perspectiva sectorial, o desenvolvimento focou-se em sectores considerados estratégicos para o Grupo, contribuindo para a notoriedade da marca, nomeadamente, *Agribusiness*, Florestas, Energias Renováveis e no Desenvolvimento Regional e Rural, seja em Portugal, seja em mercados externos.

Em simultâneo, desenvolveu actividades no sector da Saúde, em Portugal e no Brasil, e prospectou projectos e transacções em outros sectores, destacando-se, a Distribuição Alimentar, *Facility Services*, o sector das Embalagens, as Telecomunicações e o sector Financeiro, em especial, o desenvolvimento de novos fundos e veículos de investimento.

Neste contexto, o *portfolio* de produtos e serviços de Banca de Negócios do Grupo Crédito Agrícola, desenvolvido pela CA Consult, no ano de 2011, contemplou as seguintes áreas:

- Assessoria financeira nas vertentes de *M&A*, *Corporate Finance* e *Project Finance*
- Assessoria e acompanhamento a Capital de Risco e Participadas do Grupo

- Assessoria financeira e de gestão, externa e interna ao Grupo
- Promoção e desenvolvimento de Negócio Internacional

Assessoria Financeira nas vertentes de *M&A*, *Corporate Finance* e *Project Finance*

Nas vertentes de *M&A*, *Corporate Finance* e *Project Finance*, e atento o contexto económico e financeiro actual, a CA Consult procurou dirigir os seus esforços para a conclusão com sucesso dos mandatos contratados e para o desenvolvimento de oportunidades em mandatos *cross-border* principalmente entre os mercados Europeus e o Brasil, tendo sido angariados 2 novos mandatos nos sectores da Saúde e *Facility Services*.

Em Portugal, foram ainda angariados mandatos de assessoria financeira, nas vertentes de angariações de capital, reestruturações de dívida e alienação de empresas, nos sectores da Saúde e Embalagens e, mandatos de assessoria de gestão nas vertentes de melhoria de performance e expansão internacional no sector *agribusiness*.

Assessoria e Acompanhamento a Capital de Risco e Participadas

Tendo, no final de 2010, sido suscitada a eventual necessidade de redimensionar os capitais afectos ao FCR AGROCAPITAL 1, a actividade promocional registou abrandamento tendo a gestão deste Fundo sido centrada na conclusão das operações em análise e/ou já objecto de decisão. Não se tendo concluído por qualquer alteração à configuração do Fundo, no início do 2º semestre de 2011, foi retomada a actividade promocional e comercial seguindo a estratégia delineada em exercícios anteriores.

Foi então preparado um levantamento, a partir de uma amostra de 4.472 de PME's de áreas elegíveis para investimentos do Fundo, com particular destaque nas vertentes de dinâmica exportadora, crescimento, rentabilidade económica e capacidade de endividamento. Em resultado deste estudo foram identificadas cerca de 70 eventuais oportunidades elegíveis e no decurso do 2º semestre foram iniciados os contactos com tais empresas, nomeadamente as que integram a carteira de clientes de CCAM, tendo sido realizadas reuniões com 46 empresas de sectores enquadráveis na política de participações do Fundo.

No que respeita ao FCR CENTRAL FRIE foi prioritário, em 2011, assegurar a continuidade da actividade de investimento do fundo tendo sido obtido o acordo dos Participantes à prorrogação da sua maturidade em 4 anos. Deste modo o Fundo readquiriu capacidade para realizar novas operações embora o valor disponível para investimento tenha sido diminuído em resultado da redução do capital de 7,5 milhões de euros para 5,2 milhões deliberada pelos Participantes em final de Abril.

Sem prejuízo de os resultados destas iniciativas de revitalização de ambos os Fundos se esperarem para o ano em curso, em 2011 foram captadas para apreciação 13 novas oportunidades de investimento (menos 7 que em 2010), das quais 9 na área do *Agribusiness*.

Em 2011 registou-se um investimento em empresas do sector da transformação do papel e o exercício da opção de venda sobre duas participadas, mantendo-se no final do ano em apreciação 7 oportunidades de investimento das quais 6 respeitam às fileira agro-alimentar e florestal.

O agravamento da situação orçamental e económica, bem como a alteração governamental verificada, não favoreceram, em 2011, as iniciativas empreendidas para reforçar a presença do Grupo na área de Capital de Risco, designadamente pelo alargamento a outros sectores de actividade e/ou pela promoção da constituição de outros Fundos que permitam colmatar “falhas de mercado” e melhor rentabilizar a estrutura e conhecimento disponíveis.

Assessoria Financeira e de Gestão, Externa e Interna ao Grupo Crédito Agrícola

A CA Consult manteve, em parceria com a CA Finance em Cabo Verde, o desenvolvimento da linha de negócios de Fundos de Investimento Imobiliário, estando a decorrer, no momento, a estruturação de um fundo de desenvolvimento imobiliário com base em activos municipais da Cidade da Praia.

Por outro lado, e retomando alguns dos princípios norteadores do modelo de negócio da CA Consult em 2006, durante o ano de 2011, a CA Consult assessorou a Caixa Central em diversos projectos de redução de custos que se estima, venham a permitir poupanças significativas ao Grupo nas áreas de segurança e limpeza, *cash management*, comunicações fixas e móveis e compensação de cheques.

Adicionalmente, foram desenvolvidos projectos estratégicos e potencialmente estruturais para o Grupo, entre os quais se destacam, o *Visioning* para a Central de Compras do GCA e o diagnóstico ao modelo de negócio da Fenacam.

Promoção e Desenvolvimento de Negócio Internacional

Quanto à actividade de promoção e desenvolvimento de Negócio Internacional, a diversificação geográfica, iniciada em meados de 2009, tem vindo a demonstrar um potencial elevado de geração de novos negócios.

No entanto, a dificuldade de penetração nestes mercados (fruto, nomeadamente, do seu elevado grau de concorrência, menor historial em virtude da sua recente presença no mercado) e impossibilidade de suportar as empresas no processo de internacionalização pela inexistência de presença bancária internacional do Grupo, tem obrigado a CA Consult à contratação de mandatos com base em *success fee*, aumentando desta via o grau de risco dos seus proveitos operacionais.

Em complemento às parcerias iniciadas em 2010 para Angola e Moçambique, a CA Consult estabeleceu, em 2011, uma nova parceria com uma entidade alemã, o *Afrika Verein* - Associação para o desenvolvimento de negócio entre África e a Alemanha -, com o objectivo de complementar a capacidade técnica e financeira do Norte da Europa com as competências da CA Consult e o conhecimento local de elevada qualidade.

Quanto ao desenvolvimento de negócio no Brasil, no ano de 2011 tem vindo a materializar-se o esforço comercial efectuado, pela obtenção de novos mandatos e de operações que, estamos em crer, contribuirão de forma significativa para o volume de negócios da CA Consult nos próximos anos. É nossa perspectiva que, para a consolidação deste potencial de negócio, a CA Consult evolua para um modelo de actuação assente numa maior presença física no mercado, com o objectivo de proceder ao desenvolvimento sustentado da oferta de produtos e serviços da Banca de Negócios do Grupo e da marca Crédito Agrícola.

Desempenho Económico-Financeiro

Do ponto de vista dos resultados, as áreas *core* anteriormente descritas e em conjunto geraram, em 2011, rendimentos para a CA Consult que excederam 1,1 milhões de euros.

Reflectindo o clima adverso de negócios que caracterizou o ano de 2011, quer em termos nacionais quer em termos internacionais, o total de proveitos pela prestação de serviços registou uma redução de aproximadamente 27% face ao registado no ano anterior.

Nos gastos referentes à actividade da empresa, e apesar do investimento realizado no alargamento geográfico do negócio, foi possível atingir uma redução de 7% na rubrica de FSEs.

O esforço de contenção registado na rubrica de FSEs foi também sentido na rubrica de Gastos de Pessoal, onde a estabilidade do quadro dos colaboradores foi consistente com uma variação praticamente nula nos seus gastos.

Devido às características plurianuais dos projetos desenvolvidos pela CA Consult, o recebimento dos proveitos nem sempre é consistente com o seu estágio de desenvolvimento e assim, o recurso ao financiamento por capital alheio, provocou um aumento de aproximadamente 7,5 mil euros nos juros e gastos similares suportados face ao ano anterior.

A rubrica de "Imparidades de dívidas a receber" registou também uma melhoria significativa em 2011 face ao período anterior, havendo apenas necessidade de registar um valor de cerca de 6 mil euros, traduzindo um elevado grau de confiança no recebimento dos valores em dívida por parte de novos clientes.

A rubrica "Outros gastos e perdas" sofreu um aumento de aproximadamente 40,5 mil euros, justificados pela anulação de réditos de 2 projectos, desenvolvidos ao longo de 2010 e terminados sem sucesso, em 2011,

As depreciações e amortizações sofreram um aumento de aproximadamente 12,7 mil euros relativamente ao ano anterior em resultado da aquisição de material de transporte realizado durante o ano de 2010 ter o impacto de um ano completo em 2011. Em 2011 não se realizou qualquer aquisição.

Em consequência dos factores atrás descritos o resultado líquido do exercício atingiu um valor negativo de 678.558 euros, tendo o EBITDA sido negativo em 615.686 euros.

Em 9 de Dezembro de 2011 para reposição da Situação Líquida da sociedade em valores positivos, houve necessidade de aportar capital próprio por via de prestações acessórias, não onerosas de 130 mil euros e de 470 mil euros em numerário para cobertura de prejuízos do ano até Outubro. Adicionalmente foi realizada a cobertura de prejuízos transitados (257.895,29 euros) por utilização das Reservas Livres (254.740,89 euros) e de parte da Reserva Legal (3.154,40 euros).

Em resultado deste reforço de capitais, o endividamento por financiamento bancário foi reduzido em 140 mil euros.

Valores em milhares de euros

CA Consult	2009	2010	2011
Activo Líquido	654	944	660
Situação Líquida	325	217	139
Resultado Líquido	-147	-258	-679
Nº Colaboradores Efectivos	19	19	20

IV. ANÁLISE FINANCEIRA

1. Demonstração de Resultados

A actividade de exploração do SICAM em 2011 foi marcadamente condicionada pelo ambiente recessivo da economia e pelas condições prevalecentes no mercado bancário, caracterizadas essencialmente por:

- uma fortíssima concorrência no domínio da captação de depósitos de clientes, fazendo o custo médio dos recursos subir para níveis consideravelmente superiores aos do passado recente, apesar de o crescendo da concorrência pelos depósitos se verificar já desde há alguns anos;
- limitadas oportunidades para o crescimento do negócio dada a retracção da procura de crédito;
- aumento considerável do crédito vencido e das incidências de incumprimento.

Nesta envolvente claramente desfavorável, o SICAM conseguiu obter um resultado positivo ainda expressivo, sendo um dos três grupos bancários portugueses com lucros no exercício e o único em que estes aumentaram em relação a 2010.

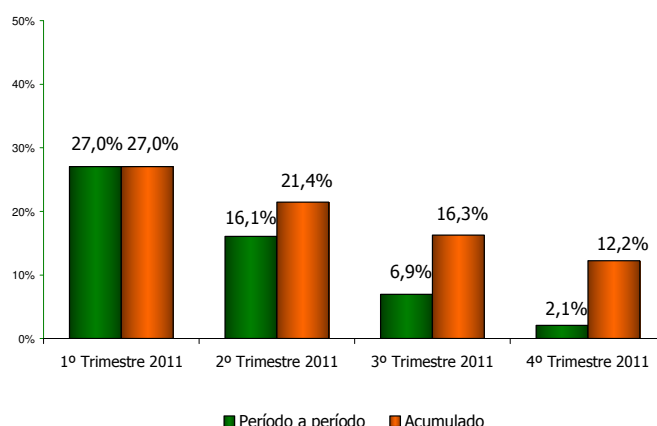
Para este desempenho contribuiu em grande medida a margem financeira, a qual, no conjunto do ano atingiu 343,0 milhões de euros, o que representou um crescimento de 12,2% em relação ao ano precedente, em que atingira 305,6 milhões. O SICAM, que registara em dois exercícios consecutivos – 2009 e 2010 – uma redução da margem financeira de várias dezenas de milhões de euros comparativamente ao nível de 2008, conseguiu em 2011 interromper esse ciclo, mantendo-se porém incertas e pouco favoráveis as perspectivas para 2012.

EVOLUÇÃO SEMESTRAL DA MARGEM FINANCEIRA SICAM

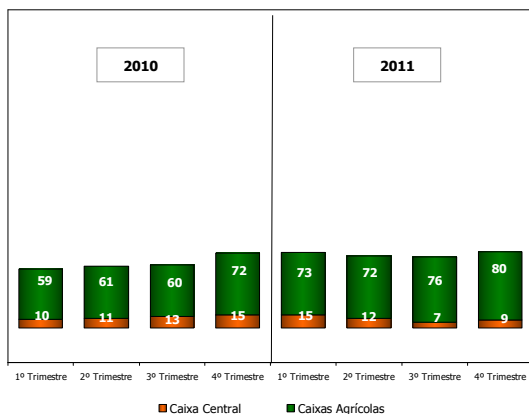
Valores em milhões de euros, excepto percentagens					
	2009	2010	2011	Variação 11/10	
				Abs.	%
1º semestre	172,3	141,0	171,3	30,3	21,5%
2º semestre	142,9	164,6	171,7	7,1	4,3%
Total	315,2	305,6	343,0	37,4	12,2%

Note-se aliás que a evolução das condições do mercado bancário ao longo do ano, e em particular o persistente e acentuado aumento do custo dos recursos, conduziu a uma marcada e contínua desaceleração do crescimento da margem financeira trimestre após trimestre, crescimento que decaiu de 27,0% em termos homólogos no primeiro trimestre para apenas 2,1% no último. Para tal contribuiu igualmente, na parte final do ano, a gradual inversão do processo de recuperação das taxas *euribor* que se havia observado até ao 3º trimestre, consequência da inflexão na política monetária do BCE.

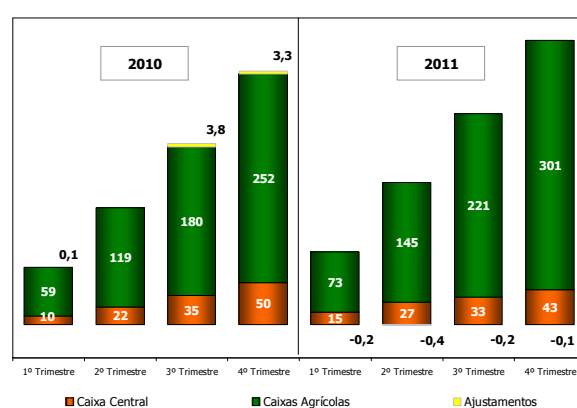
Evolução da Margem Financeira do SICAM (Δ % homóloga)



Evolução da Margem Financeira SICAM - período a período (milhões de euros)



Evolução da Margem Financeira SICAM - valores acumulados (milhões de euros)



Refira-se que a persistência das condições de extrema concorrência interbancária na captação de depósitos, implicou a necessidade de serem mantidas, durante o exercício de 2011, as condições especiais adoptadas ao nível da Caixa Central, visando a remuneração dos excedentes de liquidez das Caixas em moldes que lhes proporcionassem alguns meios de defesa da sua base de depósitos.

COMPONENTES DA MARGEM FINANCEIRA SICAM

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2009	2010	2011	Variação 11/10	
				Abs.	%
Juros recebidos	516,6	456,6	541,9	85,3	18,7%
Aplicações em Instituições de Crédito	37,8	6,6	4,2	-2,4	-36,0%
Crédito sobre Clientes	425,8	344,8	392,6	47,8	13,9%
Aplicações em Títulos	53,0	105,2	145,1	39,9	38,0%
Juros pagos	201,4	151,0	198,9	47,8	31,7%
Recursos de Instituições de Crédito	7,2	12,0	25,7	13,7	114,0%
Recursos de Clientes	177,2	112,4	147,6	35,2	31,3%
Outros passivos, incluindo recursos de OIC	17,0	26,6	25,5	-1,1	-4,0%
Margem financeira	315,2	305,6	343,0	37,4	12,2%

Decompondo a evolução da margem financeira do SICAM nas suas principais componentes, constata-se que os juros recebidos subiram 85,3 milhões de euros, contra um aumento de 47,8 milhões de euros nos juros pagos. Em termos relativos, porém, o aumento verificado nos juros pagos, pelas razões a que já se aludiu, foi muito mais expressivo que o registado nos juros recebidos: respectivamente de 31,7% e 18,7% comparativamente a 2010.

Na evolução dos juros activos destaca-se a expansão nos juros do crédito a clientes, de 47,8 milhões de euros, correspondente a 13,9%, atingindo no exercício 392,6 milhões. Em termos relativos, porém, o aumento mais acentuado, de 38%, ocorreu nos rendimentos das aplicações em títulos, que ascenderam em 2011 a 145,1 milhões de euros. Em contrapartida, os juros das aplicações directas em instituições de crédito – excluindo as aplicações em dívida titulada que estão incluídas nas aplicações em títulos – voltaram a descer, acompanhando a redução do peso desta rubrica no balanço consolidado do SICAM – a despeito de um aumento pontual na parte final de 2011 - e representam no exercício apenas 4,2 milhões de euros, contra 6,6 milhões em 2010. Em 2009 estes proveitos ainda totalizaram 37,8 milhões, tendo o seu valor máximo ocorrido em 2008, com 85,5 milhões.

No tocante aos juros passivos, e reflectindo a composição tradicional do *funding* do SICAM, o maior peso é o dos juros pagos pelos recursos de clientes, que se situaram no exercício em 147,6 milhões, traduzindo um aumento face a 2010, em que o respectivo valor fora de 112,4 milhões, apesar da redução do valor global dos depósitos, como reflexo da subida das taxas de juro. Esta resultou, naturalmente, do ambiente fortemente concorrencial que se vive no mercado bancário, perante o qual o SICAM manteve uma postura defensiva e meramente reactiva, tendo em conta a sua confortável posição de liquidez.

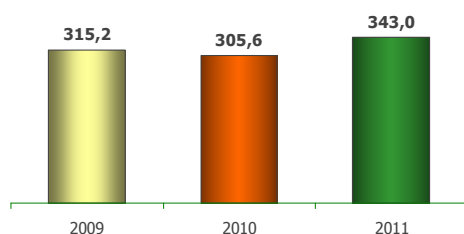
Têm vindo, porém, na presente conjuntura a ganhar peso crescente os juros pagos relativos ao refinanciamento de certas operações junto de outras instituições de crédito e do Euro-sistema. Assim, os juros relativos a esses financiamentos atingiram no exercício 25,7 milhões de euros, representando um aumento de 114,0% comparativamente ao valor de 2010, em que perfizeram 12,0 milhões. Finalmente, há a referir os juros de outros passivos financeiros que atingiram no período 25,5 milhões, um montante ligeiramente inferior ao de 2010 (de 26,6 milhões).

Sublinhe-se que o financiamento obtido junto do Euro-sistema, bem como junto de contrapartes internacionais privadas, está inteiramente ligado a aplicações líquidas e de reduzido risco, não sendo utilizado para o suporte da actividade comercial corrente do SICAM, a qual repousa inteiramente nos recursos de clientes, de acordo com a política tradicional do Crédito Agrícola.

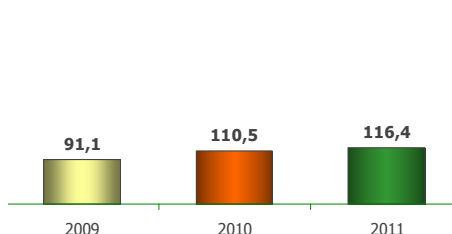
À parte a margem financeira, as restantes componentes do produto bancário tiveram globalmente um contributo negativo para este agregado, embora com comportamentos diferentes nas várias rubricas.

Assim, o saldo de comissões registou um crescimento de 5,4%, desacelerando marcadamente em relação ao exercício anterior, no qual as iniciativas tomadas ao nível do preço de serviços e da eficácia da cobrança tinham contribuído para um crescimento bastante significativo dos proveitos de comissões, de 21,3%, relativamente ao ano anterior. O saldo de comissões em 2011 totalizou 116,4 milhões de euros, contra 110,5 milhões em 2010, tendo mantido basicamente invariante o seu peso relativo no produto bancário: 24,7% em 2011 e 24,8% em 2010.

Evolução da Margem Financeira (Milhões de euros)



Evolução do saldo de comissões (Milhões de euros)



Detalhando a evolução das comissões, constata-se uma evolução positiva das correspondentes a *cross-selling*, sendo de salientar o aumento das comissões associadas a

cartões (+2,8 milhões de euros) das comissões de colocação e comercialização de contratos de seguros (+0,9 milhões nos seguros de ramos reais e +2,5 milhões nos seguros de vida) e nas comissões de colocação e comercialização de fundos de investimento mobiliário (+0,6 milhões).

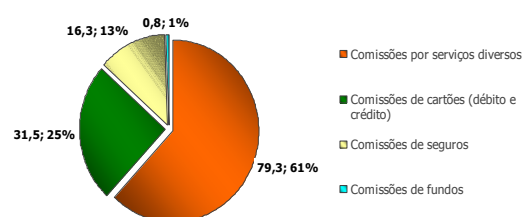
Nos resultados de operações financeiras apurou-se um crescimento significativo em termos relativos, de 19,3%, mas o valor absoluto do respectivo contributo para o produto bancário é limitado, cifrando-se no exercício em 8,5 milhões – contra 7,1 milhões em 2010.

Finalmente a rubrica residual de outros resultados de exploração registou, em termos líquidos, um decréscimo acentuado face ao valor do seu contributo em 2010, de 22 milhões de euros nesse exercício para apenas 3,8 milhões no exercício findo, para o que concorreram menos valias de 12,1 milhões de euros realizadas na alienação de activos adquiridos em recuperação de crédito, em contraste com o verificado no exercício anterior em que, em termos líquidos, se havia realizado um ligeiro resultado positivo nessas transacções.

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

COMISSÕES	2009	2010	2011	Variação 11/10	
				Abs.	%
Comissões recebidas	101,6	121,6	127,9	6,3	5,1%
Por garantias prestadas	5,6	5,2	5,2	0,1	1,1%
Por serviços prestados	73,1	84,9	90,6	5,7	6,3%
Outras	22,8	31,5	32,0	0,5	1,6%
Comissões pagas	10,5	11,1	11,5	0,3	3,0%
Por serviços bancários de terceiros	9,8	10,6	11,0	0,3	3,1%
Outras	0,7	0,5	0,5	---	---
Comissões líquidas	91,1	110,5	116,4	5,9	5,4%

SICAM - COMISSÕES RECEBIDAS (Valores em milhões de euros, excepto percentagens)



Tendo em conta a evolução descrita, o produto bancário registou em 2011 um crescimento de 5,9%, correspondendo a um acréscimo de 26,4 milhões de euros, atingindo no exercício 471,7 milhões. Esta evolução dá continuidade à recuperação registada neste agregado em 2010, depois da acentuada quebra ocorrida no exercício de 2009.

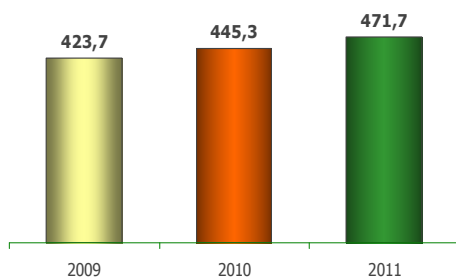
PRODUTO BANCÁRIO SICAM

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2009	2010	2011	Estrutura			Variação 11/10	
				2009	2010	2011	Abs.	%
Margem Financeira	315,2	305,6	343,0	74,4%	68,6%	72,7%	37,4	12,2%
Comissões líquidas	91,1	110,5	116,4	21,5%	24,8%	24,7%	5,9	5,4%
Resultado de operações financeiras	2,8	7,1	8,5	0,7%	1,6%	1,8%	1,4	19,3%
Outros resultados de exploração	14,6	22,1	3,8	3,4%	5,0%	0,8%	-18,3	-82,9%
Margem complementar	108,5	139,7	128,7	25,6%	31,4%	27,3%	-11,0	-7,9%
Total	423,7	445,3	471,7	100,0%	100,0%	100,0%	26,4	5,9%

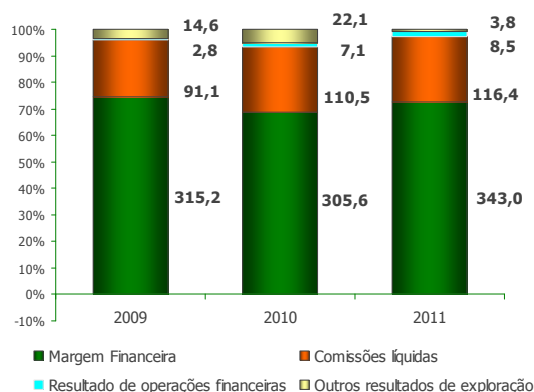
Produto Bancário

(Milhões de euros)



Composição do Produto Bancário

(Milhões de euros)



No concernente aos custos de funcionamento, estes situaram-se, em 2011, em 289,2 milhões de euros, representando um acréscimo de 2,2% sobre o dispêndio de 2010, que fora de 282,9 milhões.

Os custos com o pessoal sofreram um acréscimo de 1,6%, verificando-se um incremento mais acentuado nos gastos gerais administrativos, de 2,9%, como reflexo, nomeadamente, dos encargos extraordinários relacionados com a comemoração do Centenário do Crédito Agrícola e com o Programa Especial de Inspeções, que teve lugar no âmbito do previsto para o sector financeiro no Acordo de Assistência Financeira a Portugal, celebrado entre o Estado Português e a *Troika*.

Os custos das amortizações, no entanto, evidenciaram uma redução de 1,8%, situando-se no exercício em 15,8 milhões de euros, pelo que os custos de estrutura registaram um crescimento de 2%, ligeiramente inferior aos custos correntes de funcionamento.

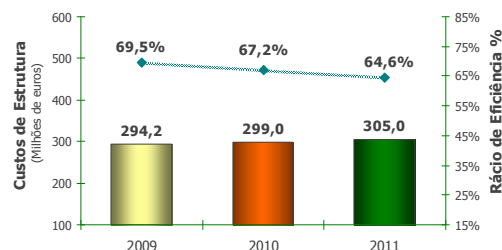
A evolução moderada dos custos de estrutura, conjugada com a recuperação no produto bancário, permitiu uma certa correcção no rácio de eficiência do SICAM (custos de estrutura/produto bancário), o qual se reduziu de 67,2% em 2010 para 64,6%.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE FUNCIONAMENTO

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2009	2010	2011	Variação 11/10	
				Abs.	%
Custos de Funcionamento	278,8	282,9	289,2	6,3	2,2%
dos quais:					
Custos de Pessoal	155,2	158,7	161,3	2,6	1,6%
Gastos Gerais Administrativos	123,6	124,2	127,9	3,7	2,9%
Amortizações	15,4	16,1	15,8	-0,3	-1,8%
Custos de estrutura	294,2	299,0	305,0	6,0	2,0%

Custos de Estrutura e Eficiência



Considerando as diferentes rubricas dos gastos gerais administrativos, o aumento mais significativo ocorreu em “publicidade e publicações” (+28,9% comparativamente a 2010), e em comunicação e expedição (+7,9%), reflectindo o impacto das despesas com o Centenário, seguindo-se-lhe os encargos judiciais, de contencioso e notariado, mostrado pelo maior número de operações de crédito objecto de intervenções de recuperação, judicial ou extra-judicial. Em contrapartida, verificam-se reduções noutras rubricas, tais como no material de consumo corrente, em rendas e alugueres, em avenças e honorários, em conservação e reparação, e igualmente nos serviços especializados de informática.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS
(Principais rubricas)

	Valores em milhares de euros, excepto percentagens				
	2009	2010	2011	Variação 11/10	
				Abs.	%
Água, energia e combustíveis	5.018	5.499	5.987	487,8	8,9%
Impressos e mat.consumo corrente	3.731	3.268	3.029	-238,4	-7,3%
Rendas e alugueres	8.399	8.478	8.374	-104,1	-1,2%
Comunicação e expedição	11.421	11.523	12.437	913,9	7,9%
Publicidade e publicações	8.180	5.497	7.084	1.586,7	28,9%
Avenças e honorários	6.795	8.233	7.353	-879,4	-10,7%
Conservação e reparação	5.842	6.738	5.944	-793,5	-11,8%
Encargos judiciais, contencioso e notariado	2.496	2.797	3.154	357,3	12,8%
Serviços especializados de informática *	37.271	38.436	37.660	-775,7	-2,0%

* Inclui os encargos relativos ao serviço de banca telefónica (Linha Directa)

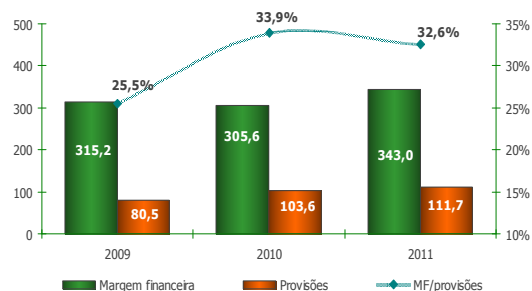
As provisões do exercício, totalizando 111,7 milhões de euros, excederam o montante das provisões de 2010 (103,6 milhões), denotando este aumento sobretudo a constituição e/ou reforço de provisões associadas a crédito vencido ou de cobrança duvidosa, como resultado da maior incidência, na actual conjuntura de crise, de situações de incumprimento e do seu prolongamento no tempo. Relembre-se que já no exercício de 2010 se registara um acréscimo expressivo nas provisões do exercício face a 2009, mas nesse exercício tal decorreu em grande medida de provisões extraordinárias que, por decisão de gestão ao nível da Caixa Central e das Caixas Associadas, foram efectuadas para reforçar a almofada de segurança do Crédito Agrícola perante a actual conjuntura recessiva.

PROVISÕES DO EXERCÍCIO

Valores em milhões de euros, excepto percentagens					
	2009	2010	2011	Variação 11/10	
				Abs.	%
Correcção de valor em crédito de clientes	77,9	104,3	111,5	7,2	6,9%
Imparidade de outros activos	2,6	-0,7	0,2	0,9	---
Total	80,5	103,6	111,7	8,1	7,8%

Absorção da Margem Financeira por Provisões

(Milhões de euros)



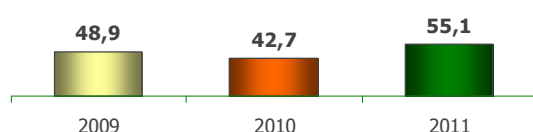
A absorção da margem financeira por provisões reduziu-se em 2011 ligeiramente, situando-se em 32,6%, nível que no entanto é significativamente superior aos verificados antes da actual crise económica e financeira. Em 2010 fora de 33,9%.

O resultado antes de impostos no exercício findo perfez 55,1 milhões de euros, superior em 29,1% relativamente ao apurado no ano anterior, sendo que no resultado líquido o incremento foi mais marcado: de 46,8%, isto é de 36,3 milhões de euros em 2010 para 53,3 milhões em 2011. Tal discrepância reflecte o efeito da maior carga fiscal relativa suportada em 2010 em virtude de as provisões extraordinárias desse ano não constituírem custo fiscal do exercício.

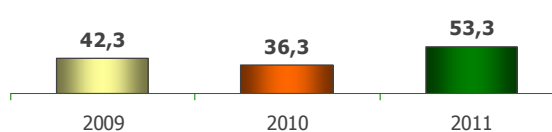
Taxa efectiva de IRC

2009	32,7%
2010	45,9%
2011	39,0%

Resultado Antes de Impostos (Milhões de euros)



Resultado Líquido (Milhões de euros)



DECOMPOSIÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2009	2010	2011	Variação 11/10	
				Abs.	%
Produto Bancário	423,7	445,3	471,7	26,5	5,9%
Custos de funcionamento	278,8	282,9	289,2	6,3	2,2%
Amortizações	15,4	16,1	15,8	-0,3	-1,8%
Provisões	80,5	103,6	111,7	8,1	7,8%
Resultado antes de Impostos	49,0	42,7	55,1	12,4	29,1%
Impostos correntes	-16,0	-19,6	-21,5	1,9	-9,6%
Impostos deferidos	9,5	13,3	19,7	6,4	48,5%
Resultado Líquido	42,4	36,3	53,3	17,0	46,7%
Cash Flow	138,2	156,1	180,8	24,8	15,9%

INDICADORES DE RENDIBILIDADE* E EFICIÊNCIA	2009	2010	2011
ROA (rentabilidade do Activo)	0,36%	0,29%	0,41%
ROE (rentabilidade dos Capitais Próprios)	4,26%	4,37%	5,12%
RAI / Activo Líquido	0,42%	0,34%	0,42%
Produto Bancário/Activo Líquido	3,62%	3,51%	3,61%
RAI/Capitais Próprios	4,92%	5,13%	5,29%
Leverage	11,76	15,25	12,55
Rácio de Eficiência (custos de estrutura / produto bancário)	69,45%	67,15%	64,65%

* Considerando a média do valor das rubricas do Activo Líquido e Capitais Próprios, nos extremos do intervalo e incluindo os valores registados em cada um dos trimestres intermédios de cada exercício, conforme Instrução nº 23/2011 sobre divulgação de indicadores de referência.

	ROE	=	ROA	x	Activo *
					Situação Líquida *
	↓		↓		↓
2009	4,26%	=	0,36%	x	11,76
2010	4,37%	=	0,29%	x	15,25
2011	5,12%	=	0,41%	x	12,55

* Média do valor das rubricas do Activo Líquido e Capitais Próprios, nos extremos do intervalo e incluindo os valores registados em cada um dos trimestres intermédios de cada exercício.

2. Evolução do Balanço

O valor do activo líquido do SICAM registou uma ligeira redução em 2011, de 1,4%, comparativamente a 2010, tendo passado de 13.212,8 milhões de euros para 13.030,2 milhões, o que foi acompanhado por uma diminuição do crédito líquido a clientes de 1,0%, correspondendo a uma contracção do valor total da carteira de 0,2%.

As aplicações em títulos, que ganharam nos últimos exercícios peso crescente na composição do activo, evidenciaram em 2011 um decréscimo do seu valor total de 8,2%, descendo de 3.819,7 milhões de euros em 2010 para 3.508,0 milhões no termo do exercício findo (-311,6 milhões).

Em sentido contrário, as aplicações directas em instituições de crédito, cujo peso na estrutura do activo se reduziu substancialmente nos últimos exercícios, registaram pontualmente um acréscimo no final de 2011, passando de 76,7 milhões em Dezembro de 2010 para 275 milhões, o que percentualmente se traduziu num crescimento de 258,4%. Apesar deste incremento, as aplicações em instituições de crédito mantêm um peso relativo na composição do activo (apenas 2,1%), muito menor do que aquele que apresentavam ainda em 2009 (7,5%, e que, aliás, já se encontrava em retracção face aos anos imediatamente precedentes).

Em contrapartida, as aplicações em títulos – que incluem, além da dívida pública, quase na totalidade portuguesa, dívida titulada de instituições financeiras – no final de 2011 representavam 26,9% do total do activo líquido, contra 28,9% em 2010, sendo a segunda rubrica de maior expressão, após o crédito a clientes, cujo peso no valor total do balanço se manteve relativamente estável em 2010 e 2011, em cerca de 61%.

No que toca às disponibilidades, continuam a representar um peso diminuto na estrutura do activo (2,6% em 2011 contra 2,7% em 2010)

A estrutura do balanço consolidado do SICAM reflecte as transformações operadas nos últimos anos, com o ajustamento à crise financeira, e que foram já referidas nos relatórios relativos aos dois últimos exercícios, decorrentes, por um lado, da menor atractividade em termos de rentabilidade e acrescida percepção de risco no tocante às aplicações em instituições financeiras, e, por outro, das limitadas oportunidades de crescimento na área

do crédito.

Foi igualmente determinante para a evolução observada, a necessidade de criar, ao nível da Caixa Central, uma carteira de cobertura, baseada inicialmente em dívida institucional e posteriormente também em dívida pública, para assegurar níveis de remuneração nos excedentes de liquidez das Caixas Associadas que lhes permitissem fazer face à extrema concorrência pelos depósitos por parte de outras instituições, que necessitam de ajustar e reforçar a sua posição estrutural de liquidez.

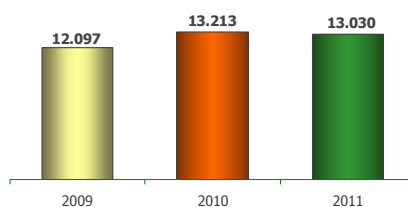
Neste sentido, e para ganhar maior margem de manobra, a Caixa Central complementou os recursos decorrentes dos excedentes das Caixas com fundos obtidos junto de instituições privadas estrangeiras, e também do Banco Central Europeu, através de operações repo com dívida pública e dívida titulada de instituições de crédito, o que se traduziu na expansão do seu balanço em base individual e se repercutiu igualmente num crescimento significativo do balanço consolidado do SICAM, e bem assim na assunção de um mismatch de posição, tirando partido da inclinação da yield curve.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO SICAM

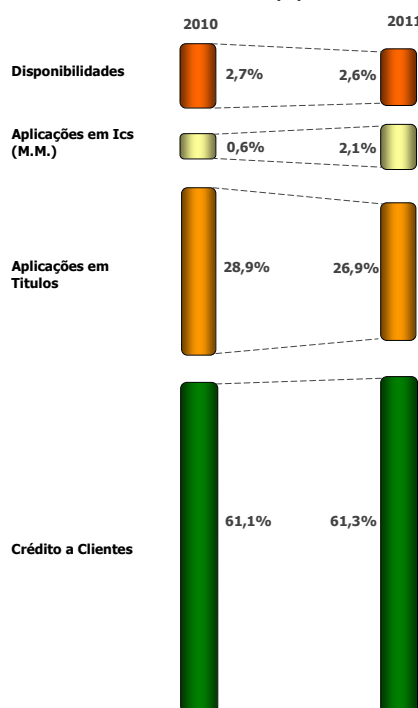
Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2009	2010	2011	Variação 11/10	
				Abs.	%
Activo					
Disponibilidades	387,6	361,1	342,9	-18,2	-5,0%
Aplicações em Instituições de Crédito	907,6	76,7	275,0	198,3	258,4%
Crédito a Clientes (líquido)	8.391,5	8.068,5	7.988,3	-80,2	-1,0%
Aplicações em Títulos (líquido)	1.617,6	3.819,7	3.508,0	-311,7	-8,2%
Investimentos em Filiais, Propr. de Invest., tangíveis e Intangíveis	359,9	357,5	350,8	-6,7	-1,9%
Activos por impostos (correntes e diferidos)	93,7	98,0	120,5	22,5	23,0%
Outros Activos	339,0	431,3	444,7	13,4	3,1%
Total Activo	12.096,9	13.212,8	13.030,2	-182,6	-1,4%
Passivo + Capital					
Recursos de Instituições de Crédito	700,8	1.878,3	1.785,1	-93,2	-5,0%
Recursos de Clientes	10.070,1	9.988,7	9.883,9	-104,8	-1,0%
Provisões	11,1	9,0	7,7	-1,3	-14,4%
Instrumentos Representativos de Capital	33,7	32,2	30,7	-1,5	-4,7%
Passivos subordinados	155,1	136,4	125,0	-11,4	-8,3%
Outros passivos	126,4	141,8	140,2	-1,6	-1,1%
Total Passivo	11.097,2	12.186,4	11.972,6	-213,8	-1,8%
Capitais Próprios	999,7	1.026,4	1.057,6	31,2	3,0%
Total	12.096,8	13.212,8	13.030,2	-182,6	-1,4%

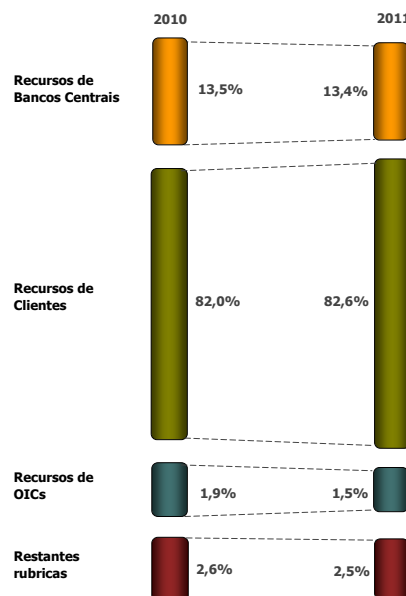
Evolução do Activo (Milhões de euros)



PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO ACTIVO (%)



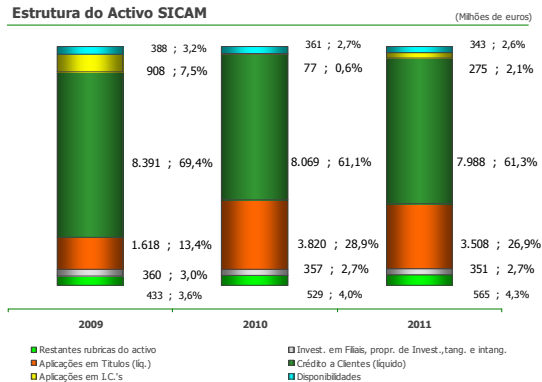
PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO PASSIVO (%)



ESTRUTURA DO ACTIVO LÍQUIDO SICAM

	(percentagem do activo total)		
	2009	2010	2011
Disponibilidades	3,2%	2,7%	2,6%
Aplicações em Instituições de Crédito	7,5%	0,6%	2,1%
Crédito a Clientes (líquido)	69,4%	61,1%	61,3%
Aplicações em Títulos (líquido)	13,4%	28,9%	26,9%
Investimentos em Filiais, Propr. de Invest., tangíveis e intangíveis	3,0%	2,7%	2,7%
Activos por impostos (correntes e diferidos)	0,8%	0,7%	0,9%
Outros Activos	2,8%	3,3%	3,4%
	100,0%	100,0%	100,0%

Estrutura do Activo SICAM



Nos investimentos em dívida pública tem-se privilegiado, por razões de gestão do risco de liquidez e de taxa de juro, dívida de prazo relativamente curto, e no decurso do último exercício preferencialmente bilhetes do tesouro. Por outro lado, grande parte dos activos correspondentes está contabilizada em investimentos detidos até à maturidade.

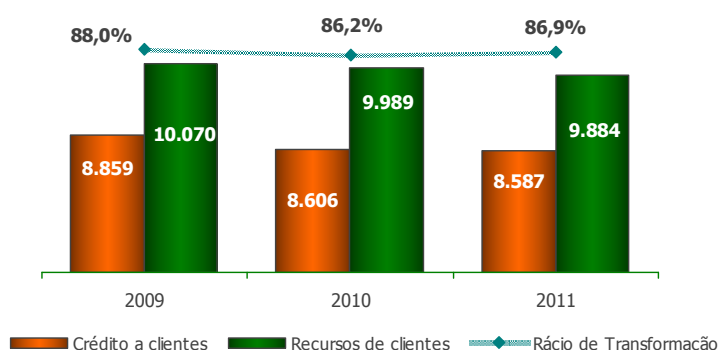
Em relação às aplicações em instituições de crédito, manteve-se em 2011 a opção por investimentos em títulos emitidos por instituições de bom rating e de grande relevância nos seus mercados domésticos, em detrimento da cedência de fundos no mercado interbancário, dado o nível esmagado das taxas euribor.

Quanto ao crédito a clientes, a evolução observada em 2011, que se traduziu num ligeiro decréscimo, já referido, do valor bruto da carteira, decorre dos constrangimentos da actual conjuntura, que conduzem a uma reduzida dinâmica da actividade creditícia, com manifesta retracção da procura, o que é agravado pela deterioração dos factores de risco. Na verdade, o SICAM, em termos consolidados não enfrenta restrições de balanço à expansão do crédito, dada a confortável liquidez de que desfruta e o rácio Tier 1 de mais de 12% que continua a apresentar, mas escasseiam oportunidades comerciais adequadas para o fazer.

No tocante ao passivo, têm peso dominante os depósitos de clientes, que em 2011 sofreram uma ligeira redução de 1,0% em relação ao valor do final de 2010, fruto da já referida competição interbancária pelos recursos, induzindo uma subida acentuada das taxas de juro, perante a qual o Crédito Agrícola mantém uma postura defensiva dada a liquidez de que desfruta. Note-se, no entanto, que considerando também os recursos de clientes “fora do balanço” – essencialmente seguros de capitalização e fundos de investimento – os recursos totais de clientes geridos pelo Crédito Agrícola não regrediram face ao valor total que se verificava no final do exercício precedente (cerca de 10.980 milhões de euros), registando até um ligeiro crescimento.

Apesar da redução do valor dos depósitos, o rácio de transformação de depósitos em crédito manteve em 2011 o valor que se registara em 2010, tendo subido apenas 0,7 pontos percentuais para 86,9%, nível que continua a ser marcadamente conservador, e que se situa amplamente abaixo do nível máximo indicado para os bancos portugueses no âmbito do Memorando com a Troika, que é de 120%.

Evolução do crédito e recursos de clientes (Milhões de euros)



Quanto aos recursos captados junto de outras instituições de crédito e de bancos centrais, o peso dos primeiros reduziu-se de 1,9% em 2010 para 1,5% em 2011, tendo os segundos mantido uma posição praticamente invariante: 13,4% em 2011 face a 13,5% no ano anterior.

Qualidade da carteira

O sistema bancário nacional tem vindo a sofrer o impacto da presente crise, com repercussões no crescimento do crédito vencido ao nível de todo o sistema – como se referiu no ponto 1.4. deste relatório -, o que igualmente se verifica no SICAM.

No último exercício o aumento do crédito vencido no SICAM foi de 22,0%, com particular incidência no crédito vencido a menos de 90 dias.

O rácio de crédito vencido – crédito vencido a mais de 90 dias sobre o valor total da carteira – elevou-se de 4,9% em 2010 para 5,8% no final de 2011, agravamento para o qual também contribuiu a inexistência de crescimento no valor total da carteira. Em valor absoluto, o crédito vencido a mais de 90 dias atingiu praticamente 500 milhões de euros, contra 420,7 milhões no termo do exercício anterior.

A cobertura do crédito vencido (> 90 dias) pelas provisões existentes mantém-se, porém, em 120%, nível que denota algum conforto, embora sendo inferior ao que se registava no final de 2010. De resto, como já se referiu noutra parte deste relatório, a análise às imparidades da carteira de crédito do SICAM, realizada no âmbito do Programa Especial de Inspeções, concluiu pela existência de um volume de provisões que cobriam com significativa margem, o montante de imparidade apurado. Para esta situação contribuiu a

política prudente seguida nos últimos anos no respeitante ao reforço de provisões, envolvendo a constituição ou manutenção de montantes expressivos de provisões extraordinárias quer na Caixa Central quer nas Caixas Associadas.

EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Valores em milhões de euros, excepto percentagens					
	2009	2010	2011	Variação 11/10	
				Abs.	%
Crédito total sobre clientes	8.858,8	8.606,2	8.587,0	-19,2	-0,2%
Crédito e juros vencidos	404,5	454,6	554,7	100,1	22,0%
do qual:					
vencido < 90 dias	37,7	33,9	55,2	21,2	62,6%
vencido > 90 dias	366,8	420,7	499,6	78,9	18,7%
Rátios de crédito vencido					
< 90 dias	0,4%	0,4%	0,6%		
> 90 dias	4,1%	4,9%	5,8%		

COBERTURA DE PROVISÕES

Valores em milhões de euros, excepto percentagens			
	2009	2010	2011
Crédito vencido a mais de 90 dias	366,8	420,7	499,6
Provisões	467,3	537,7	598,7
Provisões - CV > 90 dias	100,5	117,0	99,2
Provisões / CV > 90 dias (%)	127%	128%	120%

O rácio do crédito com incumprimento calculado nos termos da instrução nº 23/2011 do Banco de Portugal elevou-se, por sua vez, de 5,4% em 2010 para 6,5% em 2011.

No entanto, o rácio de incumprimento líquido, calculado nos termos da mesma instrução, reflecte favoravelmente a situação de provisionamento do crédito acima descrita, apresentando os rácios valores negativos em virtude de as provisões excederem os montantes de crédito vencido.

RÁCIOS DE INCUMPRIMENTO*

	2010	2011
Crédito com incumprimento/Crédito total	5,4%	6,5%
Crédito com incumprimento, líquido /Crédito total, líquido	-0,8%	-0,4%

* Calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº 23/2011

RÁCIOS CRÉDITO EM RISCO*

	2010	2011
Crédito em risco/Crédito total	7,5%	9,6%
Crédito risco, líquido /Crédito total, líquido	1,5%	2,9%

* Calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº 23/2011

De referir finalmente que o crédito em risco, que para além do crédito vencido há mais de 90 dias inclui o valor vincendo das mesmas operações e ainda o montante dos créditos reestruturados sem reforço de garantias e/ou pagamento integral de juros e encargos, se elevou igualmente de 2010 para 2011, atingindo o rácio bruto 9,6% (contra 7,5% no ano anterior) e o rácio líquido 2,9% (para 1,5% em 2010).

Solvabilidade

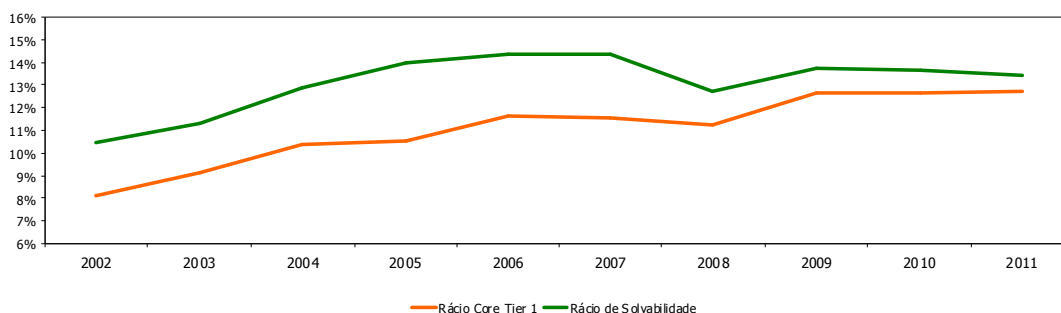
A situação líquida consolidada do SICAM era em Dezembro de 2011 de 1.057,6 milhões de euros, representando um crescimento de 31,2 milhões em relação ao final de 2010, assente na retenção dos resultados do exercício, inerente ao modelo de banca cooperativa do SICAM. No período de 2002-2011 a situação líquida do SICAM, fruto essencialmente da referida incorporação de resultados, aumentou em quase 540 milhões de euros.

No final de 2011, o rácio de solvabilidade global do SICAM situou-se em 13,4%, e o rácio correspondente aos fundos próprios de base (Tier 1) em 12,68%, contra respectivamente 13,7% e 12,62% no termo do exercício precedente. O rácio Core Tier 1 era, por sua vez, em Dezembro de 2011 de 12,72%.

O Crédito Agrícola apresenta-se assim, tal como foi evidenciado no Programa Especial de Inspeções, como o grupo bancário com o mais elevado rácio Core Tier 1 entre as principais instituições financeiras portuguesas, o que lhe confere uma margem de segurança apreciável para a absorção de eventuais perdas, facto que é de registar com o devido realce no contexto da actual crise económica e financeira. O nível mínimo estabelecido para este rácio no programa para o sector financeiro acordado com a Troika é de 10%, a atingir até ao final do corrente exercício, nível que, por conseguinte, o Crédito Agrícola já cumpre com ampla margem.

Acompanhando a evolução da sua situação líquida, foi também no período decorrido desde 2002 que o rácio de solvabilidade do SICAM e o rácio Tier 1 aumentaram de modo mais expressivo, subindo mais de 4 pontos percentuais em relação ao nível que evidenciavam nesse ano. Note-se, no entanto, que já no final de 2004 o rácio Core Tier 1 do SICAM ultrapassava a fasquia dos 10% - nível agora imposto como mínimo regulamentar.

EVOLUÇÃO DO RÁCIO DE SOLVABILIDADE DO SICAM



Em 2011 as componentes dos fundos próprios elegíveis como fundos próprios de base atingiram 1.064,4 milhões, contra 1.026,1 milhões no termo do ano anterior, o que representa um crescimento de 3,7%. Os fundos próprios complementares, que são de ordem de 100 milhões de euros, reduziram-se em 10,2%, para o que contribuiu essencialmente o reembolso de empréstimos subordinados que, em virtude da regulamentação que lhes é aplicável, deixaram de ser elegíveis como fundos próprios.

Por sua vez, o montante dos requisitos de fundos próprios correspondentes às exposições ponderadas pelos coeficientes de risco, em activos, elementos extrapatrimoniais e instrumentos derivados (estes últimos mantendo expressão pouco significativa) aumentaram em 3,9% para 596,6 milhões de euros, a que acrescem 74,9 milhões (uma redução de 2,2% face a 2010) relativamente ao risco operacional, traduzindo-se num valor global dos requisitos de fundos próprios de 671,5 milhões (+3,2% que no final de 2010).

Para além do rácio de solvabilidade, no contexto do novo enquadramento regulamentar em preparação, o rácio de leverage também tenderá a ganhar relevância, sendo de notar que igualmente neste aspecto a posição do SICAM é confortável, dado que o valor total – não ponderado – dos seus activos é apenas 12,6 vezes os seus capitais próprios (12,5 vezes em 2010).

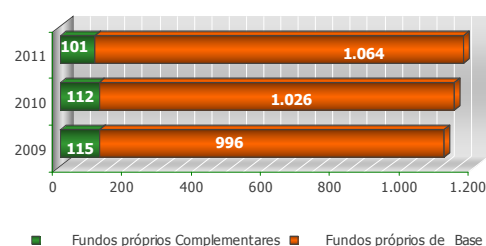
REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE SICAM

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

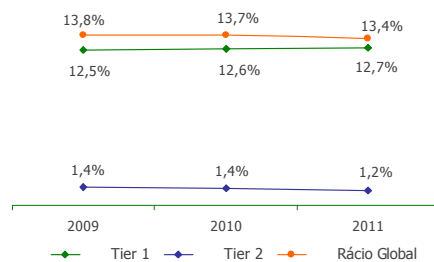
Solvabilidade	2009	2010	2011	Δ % 2011/2010
Fundos Próprios elegíveis				
Capital Tier 1 *	995,69	1.026,10	1.064,40	3,7%
Complementares	114,87	112,46	100,97	-10,2%
Dos quais:			0,00	
UPPER TIER 2	9,26	9,43	2,48	-73,7%
LOWER TIER 2	108,95	106,01	101,83	-3,9%
Deduções aos Fundos Próprios Totais	19,14	24,64	40,83	65,7%
Total	1.091,41	1.113,92	1.124,54	1,0%
Riscos ponderados				
Crédito	6.953,42	7.176,37	7.458,07	3,9%
Operacional	523,45	510,41	499,09	-2,2%
Total	7.476,87	7.686,77	7.957,16	3,5%
Requisitos de fundos próprios				
Crédito	556,27	574,11	596,65	3,9%
Operacional	78,52	76,56	74,86	-2,2%
Total	634,79	650,67	671,51	3,2%
Rácios de solvabilidade				
Tier 1	12,55%	12,62%	12,68%	0,06 p.p.
Tier 2	1,45%	1,38%	1,20%	-0,18 p.p.
Global	13,75%	13,70%	13,40%	-0,3 p.p.
Rácio de "Leverage"	11,89	12,49	12,55	

* Incluindo os resultados do exercício

Fundos Próprios (Milhões de euros)



Solvabilidade (Milhões de euros)



3. Grupo Crédito Agrícola

O activo consolidado do Grupo Crédito Agrícola no seu conjunto, que integra, para além do SICAM, as empresas do Grupo – instrumentais e de negócio – os fundos de investimento e a FENACAM, ao situar-se, em 2011, em 14.240,8 milhões de euros, manteve-se praticamente no mesmo valor do exercício precedente, com uma variação de apenas 0,1%.

EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS DO BALANÇO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

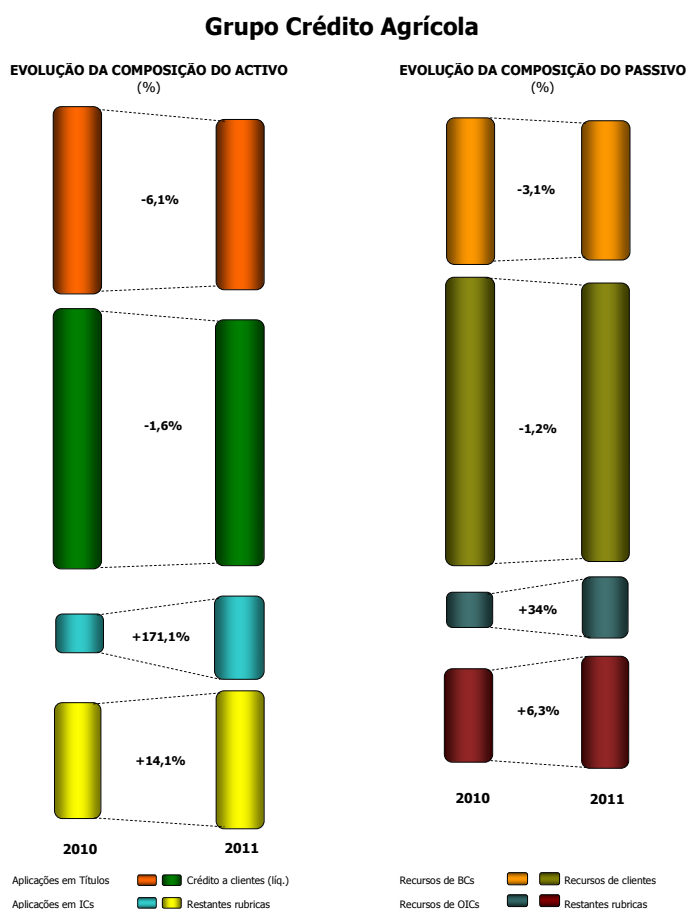
	Valores em milhões de euros, excepto percentagens				
	2009	2010	2011	Variação 11/10	
				Abs.	%
Activo líquido	12.947,6	14.224,1	14.240,8	16,7	0,1%
Crédito a clientes (líquido)	8.366,0	8.041,1	7.913,6	-127,5	-1,6%
Passivo	11.872,3	13.102,1	13.093,1	-9,0	-0,1%
Capitais Próprios	1.075,4	1.122,0	1.147,7	25,7	2,3%

Os capitais próprios do Grupo atingiram no final do exercício 1.148 milhões de euros, incluindo 102,0 milhões correspondentes a interesses minoritários, o que representa um acréscimo de 2,3% face ao nível de capitais próprios no termo do exercício precedente. Excluindo a parcela correspondente a estes interesses, o valor dos capitais próprios do Grupo elevou-se de 1.039,6 milhões em 2010 para 1.046,0 milhões em 2011, um ligeiro crescimento de 0,6%.

Na evolução da composição do activo consolidado do Grupo Crédito Agrícola deparam-se variações do peso das principais rubricas, na linha do que já se referiu relativamente ao SICAM, embora com uma diminuição um pouco mais acentuada no peso do crédito a clientes, que desceu de 56,5% do valor total do activo em 2010 para 55,6% em 2011.

De resto, e como seria de esperar, o crédito a clientes detém no activo consolidado do Grupo um peso manifestamente inferior ao que se verifica no SICAM, uma vez que no balanço consolidado do Grupo os activos financeiros correspondentes aos investimentos das seguradoras do Grupo e dos fundos de investimento objecto de consolidação integral têm já expressão significativa, para além de os créditos a empresas do Grupo serem anulados no processo de consolidação. Na verdade, considerando o conjunto das diferentes carteiras em que são registadas estes activos – “negociação”, “ao justo valor por resultados”, “disponíveis para venda” e “detidos até à maturidade” – o seu valor em 2011 atingiu 4.203,4 milhões de euros, representando 29,5% do activo do Grupo. No final de 2010 o valor acumulado destes mesmos activos situara-se em 4.475,1 milhões de euros,

havendo porém a notar que o fundo de investimento imobiliário CA Património Crescente foi nesse ano consolidado pelo método integral, o que deixou de acontecer em 2011, passando a entrar na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.



Comparando os valores do crédito a clientes nos balanços do SICAM e do Grupo, cuja diferença respeita, naturalmente, aos financiamentos a empresas do próprio Grupo – incluídos no valor do crédito do SICAM mas cujo montante, como referido acima, é anulado na consolidação ao nível do Grupo – pode concluir-se que o crédito interno no seio do Crédito Agrícola tem pouca relevância face ao valor total do crédito a clientes, o que constituiu um aspecto positivo, tanto mais que se conjuga com um valor igualmente reduzido, em termos relativos, das participações nessas empresas. Mesmo tendo em conta o valor dos suprimentos a empresas do Grupo, que ganhou maior expressão nos últimos exercícios, e que se encontram classificados em “outros activos” no balanço do SICAM, o peso do crédito a empresas do Grupo mantém-se bastante contido face ao valor total do crédito.

No lado do passivo, por sua vez, a diferença mais saliente entre o balanço do Grupo Crédito Agrícola e o do SICAM reside nas provisões técnicas de contratos de seguros, as quais, espelhando a evolução crescente da actividade seguradora do Crédito Agrícola, atingiram 1.006,9 milhões de euros no final de 2011. No final de 2010 o montante destas provisões era de 918,7 milhões.

No tocante à conta de exploração no exercício findo, o Grupo Crédito Agrícola, em linha com o verificado no SICAM, registou em 2011 igualmente um crescimento na margem financeira, de 334,9 milhões de euros para 380,7 milhões (+13,7%). O crescimento mais significativo, de 93,8%, deu-se, porém, na margem técnica de seguros, a qual ainda detém, no entanto, um peso reduzido no conjunto da conta de exploração em base consolidada do Grupo Crédito Agrícola, contribuindo para os proveitos operacionais de 2011 com apenas 10,1 milhões de euros. Em 2010 o contributo desta componente fora de 5,2 milhões.

O saldo de comissões, tal como se registou no SICAM, apresentou ao nível do Grupo um crescimento também muito moderado, de apenas 4,4%, atingindo no exercício 97,3 milhões de euros.

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

Valores em milhões de euros, excepto percentagens					
	2009	2010	2011	Variação 11/10	
				Abs.	%
Margem Financeira	340,7	334,9	380,7	45,7	13,7%
Margem técnica de seguros	8,7	5,2	10,1	4,9	93,8%
Comissões	81,9	93,2	97,3	4,1	4,4%
Outros rendimentos líquidos	26,1	44,3	15,0	-29,3	-66,1%
	457,4	477,6	503,1	25,4	5,3%
Custos de estrutura	314,6	326,0	330,3	4,3	1,3%
Provisões e imparidades	78,8	103,5	117,2	13,8	13,3%
Resultados antes de impostos	64,1	47,3	57,8	10,5	22,2%
Interesses minoritários	2,2	-2,2	1,9	4,1	187,2%
Resultado líquido consolidado	52,4	35,5	55,0	19,5	55,0%

* As diferenças para os totais resultam de arredondamentos e de itens de equivalência patrimonial quase sem expressão

O valor total dos proveitos operacionais (produto bancário e segurador) elevou-se em 2011 a 503,1 milhões de euros, o que representou um acréscimo relativamente a 2010 de 5,3% (+25,4 milhões de euros).

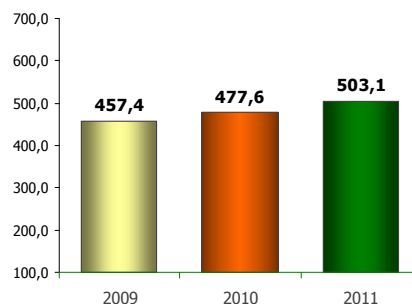
PRODUTO BANCÁRIO
GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2009	2010	2011	Estrutura		
				2009	2010	2011
Margem Financeira	340,7	334,9	380,7	74,5%	70,1%	75,7%
Comissões líquidas	81,9	93,2	97,3	17,9%	19,5%	19,3%
Margem técnica da actividade seguradora	8,7	5,2	10,1	1,9%	1,1%	2,0%
Resultado de operações financeiras	6,2	17,4	9,1	1,4%	3,6%	1,8%
Outros resultados de exploração	19,9	26,9	5,9	4,4%	5,6%	1,2%
Margem complementar	116,7	142,7	122,4	25,5%	29,9%	24,3%
Total	457,4	477,6	503,1	100,0%	100,0%	100,0%

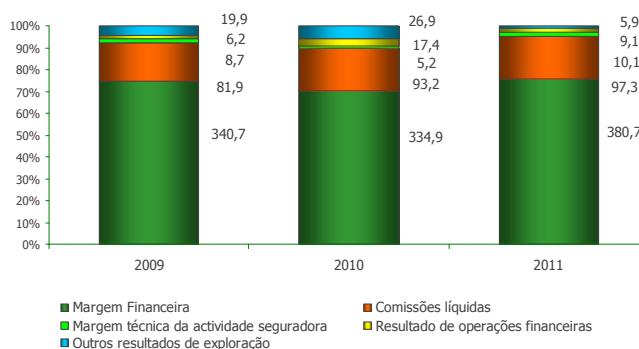
Produto Bancário

(Milhões de euros)



Composição do Produto Bancário

(Milhões de euros)

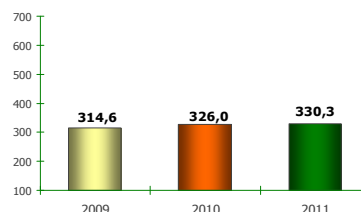


Em virtude dos encargos com a comemoração do Centenário, e de outros dispêndios extraordinários a que já se fez referência, os gastos gerais administrativos registaram um acréscimo de 6,5%. No entanto, os custos de estrutura tiveram globalmente um incremento de apenas 1,3%, atingindo 330,3 milhões de euros, reflectindo um crescimento dos custos de pessoal de 1,8% e uma contracção das amortizações do exercício em 15,3%, em consequência quer de se terem concluído as amortizações de certos activos tecnológicos, quer de se ter alongado o período de amortização de outros, em termos mais consistentes com a sua vida útil.

**EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE FUNCIONAMENTO
GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA**

Valores em milhões de euros, excepto percentagens					
	2009	2010	2011	Variação 11/10	
				Abs.	%
Custos de Funcionamento	280,7	288,6	298,6	10,0	3,5%
dos quais:					
Custos de Pessoal	181,1	185,9	189,2	3,3	1,8%
Gastos Gerais Administrativos	99,6	102,7	109,4	6,7	6,5%
Amortizações	33,9	37,4	31,7	-5,7	-15,3%
Custos de estrutura	314,6	326,0	330,3	4,3	1,3%

Custos de Estrutura (Milhões de euros)



O resultado líquido do Grupo Crédito Agrícola em termos consolidados, após reconhecimento dos interesses minoritários, atingiu 55,0 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 55% relativamente a 2010.

Para além do SICAM, os principais impactos positivos ou negativos, das diferentes entidades incluídas na consolidação foram, no exercício, os das duas seguradoras e os da área imobiliária – CA Imóveis e FII CA Imobiliário, sendo estes últimos negativos, espelhando a situação desfavorável do mercado imobiliário, e os primeiros positivos, como se dá conta noutra parte deste relatório.

Os fundos próprios de base do Grupo Crédito Agrícola (antes das deduções) elevaram-se de 1.053,2 milhões de euros em 2010 para 1.074,8 milhões em 2011. Os fundos complementares, por sua vez, reduziram-se, no mesmo período, de 98,7 milhões de euros para 83,4 milhões, devido sobretudo ao plano de redução associado aos empréstimos subordinados.

Considerando as deduções previstas nos normativos em vigor, os fundos próprios de base elegíveis representavam, no termo do exercício findo, 1.053,9 milhões de euros, contra 1.038,4 milhões em 2010. No entanto, há igualmente a considerar as deduções aos fundos próprios totais, que aumentaram de 28,2 milhões em 2010 para 52,0 milhões no final de 2011. Após esta dedução, os fundos totais elegíveis registaram uma contracção de 1.108,9 milhões de euros em 2010 para 1.085,3 milhões no ano findo (-2,1%).

Os requisitos de fundos próprios ascenderam, em 2011, a 685,7 milhões de euros, dos quais 77,2 milhões correspondem ao risco operacional, contra 664,1 milhões em 2010 para os requisitos globais, incluindo 78,2 milhões para risco operacional. Assim, em relação ao ano anterior, os requisitos de fundos próprios no final do exercício de 2011 apresentavam um crescimento de 3,3%.

Dado este incremento nos requisitos de fundos próprios, e o ligeiro decréscimo nos fundos elegíveis, o rácio de solvabilidade do Grupo Crédito Agrícola desceu de 13,4% para 12,7%, sendo no entanto a redução diminuta no *Core Tier 1*: de 12,7% em 2010 para 12,5% no exercício findo. Este rácio continua a ser o mais elevado no conjunto das instituições bancárias preponderantes no sistema financeiro português.

REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

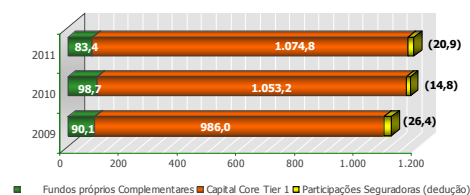
Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2009	2010	2011	Δ %
Fundos Próprios elegíveis				
Capital Core Tier 1 (*)	985,99	1.053,17	1.074,84	2,1%
Base (*)	959,56	1.038,41	1.053,91	1,5%
Complementares	90,10	98,69	83,38	-15,5%
Dos quais:				
UPPER TIER 2	7,58	7,44	0,08	-98,9%
LOWER TIER 2	108,95	106,01	104,23	-1,7%
Deduções aos Fundos Próprios Totais	20,73	28,18	52,01	84,6%
Total	1.028,93	1.108,92	1.085,28	-2,1%
Riscos ponderados				
Crédito	7.144,86	7.322,87	7.606,19	3,9%
Operacional	527,46	521,51	514,75	-1,3%
Total	7.672,3	7.844,4	8.120,9	3,5%
Requisitos de fundos próprios				
Crédito	571,59	585,83	608,50	3,9%
Operacional	79,12	78,23	77,21	-1,3%
Total	650,7	664,1	685,7	3,3%
Rátios de solvabilidade				
Core Tier 1	12,12%	12,69%	12,54%	-0,15 p.p.
Tier 1	11,80%	12,51%	12,30%	-0,21 p.p.
Tier 2	1,11%	1,19%	0,97%	-0,22 p.p.
Global	12,65%	13,36%	12,66%	-0,7 p.p.
Rácio de "Leverage"	12,10	12,38	12,45	

* Incluindo os resultados do exercício

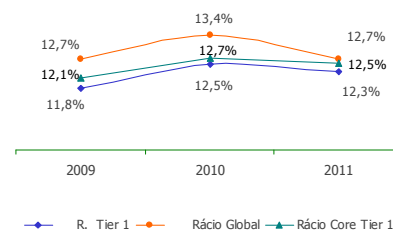
Fundos Próprios

(Milhões de euros)



Solvabilidade

(Milhões de euros)



V. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO GRUPO

1. Balanço e Demonstração de Resultados

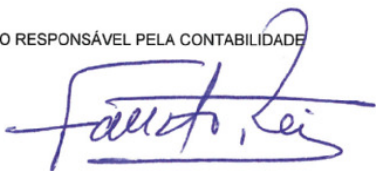
CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO, C.R.L.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

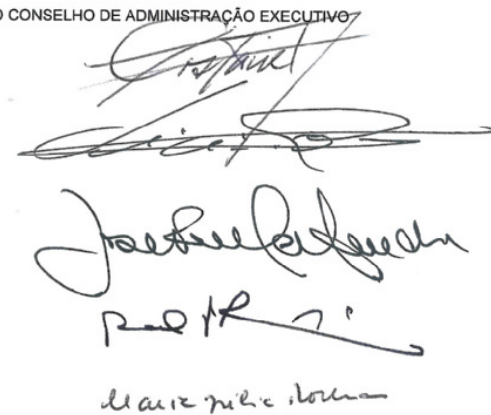
(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2011			2010	PASSIVO E CAPITAL	Notas	2011	2010
		Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	165.745.228	-	165.745.228	190.181.994	Recursos de bancos centrais	19	1.600.384.722	1.650.886.111
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	10.716.219	-	10.716.219	11.439.143	Passivos financeiros detidos para negociação	11	485.820	660.166
Activos financeiros detidos para negociação	7	1.442.330	-	1.442.330	1.202.397	Recursos de outras instituições de crédito	20	3.362.421.136	3.457.579.192
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	12.895.659	-	12.895.659	13.324.450	Recursos de clientes e outros empréstimos	21	204.626.651	205.136.605
Activos financeiros disponíveis para venda	9	482.521.901	(1.192)	482.520.709	295.454.557	Provisões	22	17.043.239	18.689.018
Aplicações em instituições de crédito	10	320.899.357	-	320.899.357	111.594.265	Passivos por impostos correntes	17	-	4.808.927
Crédito a clientes	12	1.540.785.762	(137.266.500)	1.403.519.262	1.411.422.457	Passivos por impostos diferidos	17	43.660	110.550
Investimentos detidos até à maturidade	13	2.816.985.934	-	2.816.985.934	3.307.829.623	Outros passivos subordinados	23	94.653.350	84.102.632
Outros activos tangíveis	14	28.040.357	(15.361.894)	12.678.463	13.396.785	Outros passivos	24	47.778.127	64.009.284
Activos intangíveis	15	6.508.734	(6.200.114)	308.620	354.705	Total do Passivo		5.327.436.705	5.485.982.485
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	16	80.751.407	(3.046.895)	77.704.512	80.218.421	- Capital	26	221.660.950	221.266.165
Activos por impostos correntes	17	2.924.858	-	2.924.858	-	Reservas de reavaliação	27	(8.697.232)	(6.770.875)
Activos por impostos diferidos	17	31.049.525	-	31.049.525	29.411.641	Outras reservas e resultados transitados	27	(67.557.824)	(69.512.156)
Outros activos	18	137.229.923	(2.742.498)	134.487.425	167.403.726	Lucro do exercício	27	1.035.502	2.268.545
Total do Activo		5.638.497.194	(164.619.093)	5.473.878.101	5.633.234.164	Total do Capital		146.441.396	147.251.679
						Total do Passivo e do Capital		5.473.878.101	5.633.234.164

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO, C.R.L.

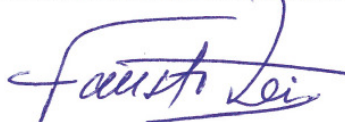
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

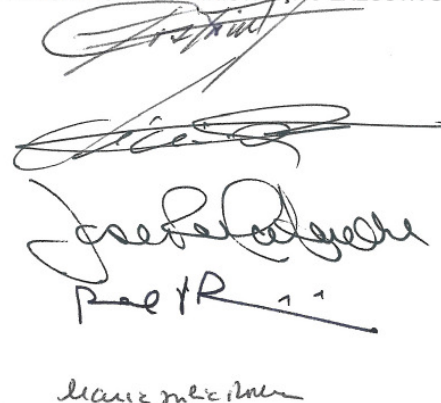
RUBRICA	Notas	2011	2010
Juros e rendimentos similares	28	197.942.325	153.488.376
Juros e encargos similares	29	(155.346.742)	(103.245.251)
Margem financeira		42.595.583	50.243.125
Rendimentos de instrumentos de capital	30	1.789.307	697.934
Rendimentos de serviços e comissões	31	27.419.653	26.659.395
Encargos com serviços e comissões	32	(7.748.995)	(7.418.070)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	33	(171.030)	5.075.310
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	34	4.924.927	164.302
Resultados de reavaliação cambial	35	1.261.470	194.001
Resultados de alienação de outros activos	36	(8.314.207)	(71.081)
Outros resultados de exploração	37	4.526	2.841.271
Produto bancário		61.761.234	78.386.187
Custos com pessoal	38	(24.319.557)	(24.195.042)
Gastos gerais administrativos	39	(22.856.695)	(21.082.595)
Amortizações do exercício	14 e 15	(1.367.420)	(1.405.230)
Provisões líquidas de reposições e anulações	22	978.622	2.348.703
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	22	(17.026.657)	(32.587.607)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	22	3.716.724	(518.747)
Resultado antes de impostos		886.251	945.669
Impostos correntes	17	(768.701)	(5.392.009)
diferidos	17	917.952	6.714.885
Resultado líquido do exercício		1.035.502	2.268.545

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO, C.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	225.361.978	180.147.771
Pagamento de juros e comissões	(163.095.737)	(110.663.321)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(46.952.656)	(45.041.602)
Contribuições para o fundo de pensões	(223.596)	(236.034)
(Pagamento) / recebimento de imposto sobre o rendimento	(8.502.487)	(184.371)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	1.265.996	3.035.272
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>7.853.498</u>	<u>27.057.715</u>
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos ao justo valor	(17.828)	233.770
Activos disponíveis para venda	184.349.402	(44.066.730)
Aplicações em instituições de crédito	209.305.092	(816.041.454)
Crédito a clientes	9.110.508	(319.629.450)
Investimentos detidos até à maturidade	(490.843.689)	2.135.776.828
Outros activos	(34.174.102)	50.375.673
	<u>(122.270.617)</u>	<u>1.006.648.637</u>
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	(174.346)	(779.586)
Recursos de outras instituições de crédito	(95.158.056)	(460.928.445)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(509.954)	(62.216.767)
Outros passivos	(71.538.407)	1.511.824.842
	<u>(167.380.763)</u>	<u>987.900.044</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(37.256.648)</u>	<u>8.309.122</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis, líquida de alienações e abates	635.983	910.007
Recebimento de dividendos	(1.789.307)	(697.934)
Variação de partes de capital em empresas filiais e associadas	1.869	-
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(1.151.455)</u>	<u>212.073</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Aumento de capital	394.785	383.605
Variação de passivos subordinados	10.550.718	(17.963.964)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>10.945.503</u>	<u>(17.580.359)</u>
Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes	<u>(25.159.690)</u>	<u>(9.483.310)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	201.621.137	211.104.447
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>176.461.447</u>	<u>201.621.137</u>
A Caixa e seus equivalentes no fim do exercício integra:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	165.745.228	190.181.994
disponibilidades em outras instituições de crédito	10.716.219	11.439.143
	<u>176.461.447</u>	<u>201.621.137</u>

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

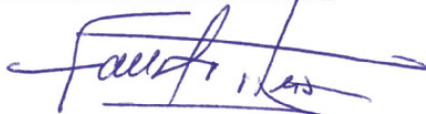


O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO, C.R.L.
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Reservas de reavaliação	Outras Reservas e resultados transitados		Resultado do exercício	Total
			Outras reservas	Resultados transitados		
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	220.882.560	(2.623.561)	1.210.564	(71.645.181)	1.236.674	149.061.056
Aplicação do resultado do exercício de 2009:						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	1.236.674	(1.236.674)	-
Aumento de capital	383.605	-	-	-	-	383.605
Resultado integral do exercício de 2010	-	(4.147.314)	-	(314.213)	2.268.545	(2.192.982)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	221.266.165	(6.770.875)	1.210.564	(70.722.720)	2.268.545	147.251.679
Aplicação do resultado do exercício de 2010:						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	2.268.545	(2.268.545)	-
Aumento de capital	394.785	-	-	-	-	394.785
Resultado integral do exercício de 2011	-	(1.926.357)	-	(314.213)	1.035.502	(1.205.068)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	221.660.950	(8.697.232)	1.210.564	(68.768.388)	1.035.502	146.441.396

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

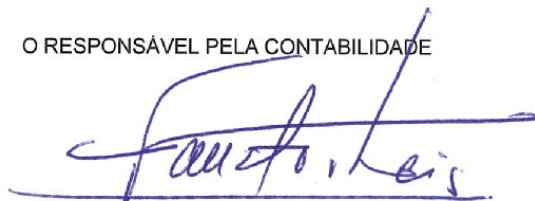
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO, C.R.L.
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes expressos em Euros)

	2011	2010
Resultado líquido do exercício	1.035.502	2.268.545
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	(5.172.398)	(6.231.618)
Impacto fiscal	1.499.995	1.807.168
Transferência para resultados por alienação	2.459.219	242.560
Impacto fiscal	(713.174)	(70.342)
Actualização das reservas por impostos diferidos à taxa da derrama estadual	-	104.918
	(1.926.357)	(4.147.314)
Amortização anual do impacto de transição das pensões	(314.213)	(314.213)
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	(2.240.570)	(4.461.527)
Rendimento integral do exercício	(1.205.068)	(2.192.982)

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

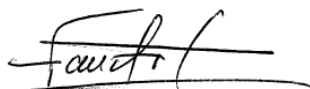
SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	2011			2010		PASSIVO E CAPITAL	2011	2010
	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	249.483.562	-	249.483.562	272.414.293	Recurso de bancos centrais	1.600.384.722	1.650.886.111	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	93.419.665	-	93.419.665	88.710.190	Passivos financeiros detidos para negociação	485.820	660.166	
Activos financeiros detidos para negociação	1.442.330	-	1.442.330	1.386.212	Recursos de outras instituições de crédito	184.686.425	227.415.030	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	12.895.659	-	12.895.659	13.324.450	Recursos de clientes e outros empréstimos	9.883.886.964	9.988.676.153	
Activos financeiros disponíveis para venda	523.425.880	(3.047.817)	520.378.063	339.857.625	Provisões	7.721.515	9.021.347	
Aplicações em instituições de crédito	274.970.261	-	274.970.261	76.716.905	Passivos por impostos correntes	10.301.289	10.184.678	
Crédito a clientes	8.587.038.166	(598.736.802)	7.988.301.364	8.068.507.474	Passivos por impostos diferidos	626.951	622.478	
Investimentos detidos até à maturidade	2.973.325.949	-	2.973.325.949	3.465.099.641	Instrumentos representativos de capital	30.661.100	32.188.360	
Propriedades de investimento	72.104	-	72.104	-	Outros passivos subordinados	125.005.528	136.382.890	
Outros activos tangíveis	454.154.940	(189.523.549)	264.631.391	268.798.354	Outros passivos	128.803.230	130.324.426	
Activos intangíveis	14.924.253	(14.372.088)	552.165	606.221	Total do Passivo	11.972.563.544	12.186.361.639	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	89.248.981	(3.674.722)	85.574.259	88.093.278	Capital	867.605.506	823.462.101	
Activos por impostos correntes	4.219.594	-	4.219.594	3.265.830	Reservas de reavaliação	(11.794.019)	(1.783.253)	
Activos por impostos diferidos	116.318.722	-	116.318.722	94.723.937	Outras reservas e resultados transitados	148.508.132	168.406.026	
Outros activos	492.855.597	(48.229.732)	444.625.865	431.278.040	Lucro do exercício	53.327.790	36.335.937	
Total do Activo	13.887.795.663	(857.584.710)	13.030.210.953	13.212.782.450	Total do Capital	1.057.647.409	1.026.420.811	
					Total do Passivo e do Capital	13.030.210.953	13.212.782.450	

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

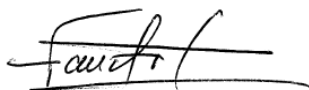
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	2011	2010
Juros e rendimentos similares	541.909.369	456.628.614
Juros e encargos similares	(198.869.678)	(151.022.084)
Margem financeira	343.039.691	305.606.530
Rendimentos de instrumentos de capital	1.983.117	964.483
Rendimentos de serviços e comissões	127.857.658	121.600.485
Encargos com serviços e comissões	(11.471.034)	(11.132.125)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(171.030)	4.682.726
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5.043.617	688.572
Resultados de reavaliação cambial	1.672.869	813.280
Resultados de alienação de outros activos	(12.152.989)	723.278
Outros resultados de exploração	15.919.813	21.310.233
Produto bancário	471.721.712	445.257.462
Custos com pessoal	(161.263.522)	(158.646.642)
Gastos gerais administrativos	(127.893.558)	(124.232.304)
Amortizações do exercício	(15.810.785)	(16.098.636)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(215.985)	880.461
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(111.522.364)	(104.338.393)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	39.639	(167.527)
Resultado antes de impostos	55.055.137	42.654.421
Impostos correntes	(21.472.785)	(19.614.440)
diferidos	19.745.438	13.295.956
Resultado líquido do exercício	53.327.790	36.335.937

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



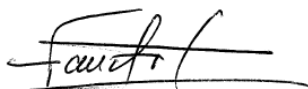
GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2011			2010		PASSIVO E CAPITAL	Notas	2011	2010
		Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	249.487.738	-	249.487.738	272.417.271	Recursos de bancos centrais	21	1.600.384.722	1.650.886.111	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	93.456.831	-	93.456.831	88.764.653	Passivos financeiros detidos para negociação	12	1.716.326	1.994.507	
Activos financeiros detidos para negociação	8	12.140.020	-	12.140.020	1.604.207	Recursos de outras instituições de crédito	21	304.731.772	227.419.192	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	14.689.416	-	14.689.416	13.373.031	Recursos de clientes e outros empréstimos	22	9.821.451.825	9.938.725.616	
Activos financeiros disponíveis para venda	10	826.872.288	(1.583.076)	825.289.212	994.997.751	Provisões	23	6.915.759	8.167.312	
Aplicações em instituições de crédito	11	304.024.843	-	304.024.843	112.151.385	Provisões técnicas de contratos de seguros	19	1.006.883.614	918.705.439	
Crédito a clientes	13	8.507.282.600	(593.718.383)	7.913.564.217	8.041.093.976	Passivos por impostos correntes	18	13.778.395	12.199.884	
Investimentos detidos até à maturidade	14	3.351.291.089	-	3.351.291.089	3.465.099.641	Passivos por impostos diferidos	18	1.887.260	1.862.578	
Propriedades de Investimento		72.104	-	72.104	-	Instrumentos representativos de capital	24	30.661.100	32.188.360	
Outros activos tangíveis	15	531.049.404	(241.325.618)	289.723.786	435.179.883	Outros passivos subordinados	25	125.005.528	136.382.890	
Activos intangíveis	16	194.627.342	(139.375.319)	55.252.023	52.706.373	Outros passivos	26	280.676.715	255.022.967	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	17	69.842.180	-	69.842.180	8.945.669	Total do Passivo		13.194.093.016	13.183.554.856	
Activos por impostos correntes	18	5.452.370	-	5.452.370	4.574.168					
Activos por impostos diferidos	18	119.153.323	-	119.153.323	97.793.984	Capital	28	867.605.506	823.462.101	
Outros activos	20	1.002.360.237	(64.967.123)	937.393.114	635.399.852	Reservas de reavaliação	29	(12.634.414)	(170.987)	
						Outras reservas e resultados transitados	29	135.704.993	180.792.575	
						Lucro do exercício	30	55.023.902	35.501.401	
						Interesses minoritários	31	1.039.263	961.898	
						Total do Capital		1.046.739.250	1.040.546.988	
Total do Activo		15.281.801.785	(1.040.969.519)	14.240.832.266	14.224.101.844	Total do Passivo e do Capital		14.240.832.266	14.224.101.844	

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

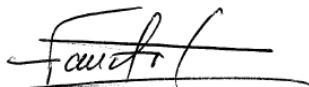


O Anexo faz parte integrante destes balanços.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	Notas	2011	2010
Juros e rendimentos similares	32	579.724.239	485.638.168
Juros e encargos similares	33	(199.070.517)	(150.703.301)
Margem financeira		380.653.722	334.934.867
Margem técnica da actividade de seguros	42	10.134.559	5.228.878
Rendimentos de instrumentos de capital	34	2.144.136	2.595.464
Rendimentos de serviços e comissões	35	114.712.436	110.592.778
Encargos com serviços e comissões	36	(17.440.760)	(17.377.313)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	37	277.905	4.616.643
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38	4.967.891	9.372.038
Resultados de reavaliação cambial	39	1.672.877	813.280
Resultados de alienação de outros activos	40	(4.317.920)	1.253.431
Outros resultados de exploração	41	12.254.988	23.528.080
Produto bancário		505.059.834	475.558.146
Custos com pessoal	43	(189.236.505)	(185.918.700)
Gastos gerais administrativos	44	(109.361.316)	(102.688.681)
Amortizações do exercício	15 e 16	(31.655.922)	(37.369.005)
Provisões líquidas de reposições e anulações	23	719.770	1.824.495
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	23	(107.443.088)	(96.169.637)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	(10.504.321)	(9.119.013)
Diferenças de consolidação negativas	30	668.932	37.226
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	30	1.560.603	(927.398)
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		59.807.987	45.227.433
Impostos correntes	18	(24.532.613)	(22.964.579)
diferidos	18	19.841.983	13.319.790
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		55.117.357	35.582.644
Interesses minoritários	30 e 31	(93.455)	(81.243)
Resultado consolidado do exercício		55.023.902	35.501.401

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

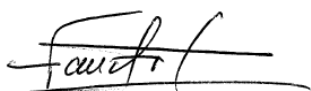
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	2011	2010
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	694.436.675	596.230.946
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(216.511.277)	(168.080.614)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(294.654.096)	(285.191.970)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões	(3.943.725)	(3.415.411)
(Pagamentos)/recebimentos do Imposto sobre o rendimento	(13.342.368)	(11.152.036)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional	71.975.568	170.246.407
	237.960.777	298.637.322
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Crédito a clientes	(19.805.918)	(252.204.874)
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados	11.574.293	7.192
Activos financeiros disponíveis para venda	(81.663.542)	113.514.048
Aplicações em instituições de crédito	191.873.458	(812.472.851)
Investimentos detidos até à maturidade	(113.808.552)	2.216.086.839
Outros activos	340.833.544	133.024.292
	329.003.283	1.397.954.646
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	26.811.191	1.177.548.393
Recursos de clientes e outros empréstimos	(117.273.791)	(26.307.201)
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	(278.181)	(417.373)
Outros passivos	102.668.624	8.386.920
	11.927.843	1.159.210.739
Caixa líquida das actividades operacionais	(79.114.663)	59.893.415
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Dividendos	(2.144.136)	(2.595.464)
Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações	61.515.261	(1.601.336)
Aquisições de activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações	(114.360.332)	91.443.937
Caixa líquida das actividades de investimento	(54.989.207)	87.247.137
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	(11.377.362)	(18.696.910)
Interesses minoritários	19.568.054	21.644.819
Aumento (diminuição) de capital	(2.302.591)	(2.048.250)
Caixa líquida das actividades de financiamento	5.888.101	899.659
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(18.237.355)	(26.454.063)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	361.181.924	387.635.987
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	342.944.569	361.181.924
A Caixa e seus equivalentes no fim do exercício integra:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	249.487.738	272.417.271
Disponibilidades em outras instituições de crédito	93.456.831	88.764.653
	342.944.569	361.181.924

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

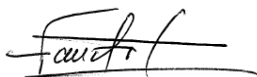
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	Outras reservas e resultados transitados				Resultado consolidado do exercício		Interesses minoritários		
	Capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Total		Sub-total	Total	
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	776.679.616	8.298.018	309.472.693	(132.219.844)	177.252.849	52.370.461	1.014.600.944	1.062.794	1.015.663.738
Aplicação do resultado do exercício de 2009:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	32.461.407	19.909.054	52.370.461	(52.370.461)	-	-	-
Distribuição de resultados a sócios	-	-	(3.372.253)	-	(3.372.253)	-	(3.372.253)	-	(3.372.253)
Aumento de capital por incorporação de reservas	45.458.482	-	(45.458.482)	-	(45.458.482)	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	6.897.235	-	-	-	-	-	6.897.235	-	6.897.235
Diminuição de capital por reembolso a sócios	(5.573.232)	-	-	-	-	-	(5.573.232)	-	(5.573.232)
Aumento de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	(100.896)	(100.896)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2010	-	(8.469.005)	-	-	-	35.501.401	27.032.396	-	27.032.396
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	823.462.101	(170.987)	293.103.365	(112.310.790)	180.792.575	35.501.401	1.039.585.090	961.898	1.040.546.988
Aplicação do resultado do exercício de 2010:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	46.569.591	(11.068.190)	35.501.401	(35.501.401)	-	-	-
Distribuição de resultados a sócios	-	-	(2.721.225)	-	(2.721.225)	-	(2.721.225)	-	(2.721.225)
Aumento de capital por incorporação de reservas	46.445.996	-	(46.445.996)	-	(46.445.996)	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	3.271.664	-	-	-	-	-	3.271.664	-	3.271.664
Diminuição de capital por reembolso a sócios	(5.574.255)	-	-	-	-	-	(5.574.255)	-	(5.574.255)
Aumento de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	77.365	77.365
Rendimento integral consolidado do exercício de 2011	-	(12.463.427)	-	-	-	55.023.902	42.560.475	-	42.560.475
alteração metodo de consolidação do FII CA Patrimônio Crescente	-	-	-	(31.421.762)	(31.421.762)	-	(31.421.762)	-	(31.421.762)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	867.605.506	(12.634.414)	290.505.735	(154.800.742)	135.704.993	55.023.902	1.045.699.987	1.039.263	1.046.739.250

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

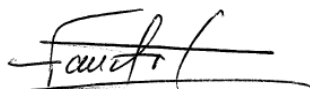
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes expressos em Euros)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resultado consolidado do exercício	55.023.902	35.501.401
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda, líquido	(15.292.933)	(15.116.004)
Variação da reserva de reavaliação de imobilizado	(406.518)	(163.318)
Transferência para resultados por alienação	2.459.219	345.971
	<u>(13.240.232)</u>	<u>(14.933.351)</u>
Impacto fiscal:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda, líquido	776.805	6.459.760
Variação da reserva de reavaliação de imobilizado	-	(100.332)
Actualização das reservas por impostos diferidos à taxa da derrama estadual	-	104.918
	<u>776.805</u>	<u>6.464.346</u>
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	(12.463.427)	(8.469.005)
Rendimento integral consolidado	<u>42.560.475</u>	<u>27.032.396</u>

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



2. Notas Explicativas Anexas às Contas Consolidadas

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Com a constituição, em 1991, do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), constituído pela Caixa Central e pelas Caixas Associadas, estabelece-se um regime de co-responsabilidade entre estas. As Caixas têm liberdade de associação à Caixa Central podendo, prosseguir a sua actividade fora do SICAM, mas submetendo-se a regras mais exigentes, semelhante às aplicadas para as restantes instituições de crédito.

As contas consolidadas apresentadas reflectem a situação patrimonial do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), conjunto formado pela Caixa Central e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas, que com as respectivas empresas filiais e associadas formam o Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo (ou Grupo Crédito Agrícola – “GCA”), sendo elaboradas em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor constantes no Artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei n.º 36/92 e das instruções previstas no Artigo n.º 7º deste diploma.

Assim, o Grupo Crédito Agrícola é um Grupo Financeiro de âmbito nacional, integrado por um vasto número de bancos locais (Caixas Agrícolas) e por empresas especializadas, tendo como estruturas centrais a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, instituição bancária dotada igualmente de competências de supervisão, orientação e acompanhamento das actividades das Caixas Associadas e a Fenacam, instituição de representação cooperativa e prestadora de serviços especializados ao GCA..

A principal alteração relevante à estrutura do grupo, ocorrida no ano de 2011, resulta da alteração, no perímetro de Consolidação de Contas ao método de consolidação do FII CA Património Crescente, que deixou de ser consolidado pelo método integral e passou a entrar no processo de consolidação pelo método de equivalência patrimonial. Considera-se que esta entidade, para efeitos de consolidação de contas é uma associada.

Na actividade do Grupo Crédito Agrícola no exercício de 2011 o facto mais marcante para o Grupo Crédito Agrícola, prendeu-se com as comemorações do seu primeiro centenário de existência.

No ano de 2011 e decorrente do programa de assistência financeira a Portugal, o Grupo Crédito Agrícola, na qualidade de um dos maiores oito grupos financeiros portugueses, foi alvo de um acompanhamento ao seu plano de financiamento (necessidades de funding), bem como de um programa especial de inspecção, incidindo sobre a carteira de crédito e os rácios de capital, com referência a 30 de Junho de 2011, cujas conclusões não implicaram a necessidade de quaisquer ajustamentos nas contas do Grupo ou do seu rácio de capital.

Em 2010, é apenas de destacar os processos de fusão ocorridos entre Caixas Agrícolas Associadas, reduzindo o seu número de 88 para 85, aumentando a sua dimensão e solidez financeira, potenciando uma maior competitividade nos mercados em que operam e visando uma estratégia de optimização de gestão.

As alterações ocorridas no âmbito do SICAM decorreram apenas de fusões entre Caixas Agrícolas associadas.

As contas consolidadas integram as contas das 84 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas à data de 31 de Dezembro de 2011.

O Grupo Crédito Agrícola detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. São consideradas empresas filiais aquelas em que a percentagem de participação excede 50% do seu capital. Empresas associadas são aquelas em que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50% do seu capital ou em que o SICAM, directa ou indirectamente, exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do GCA foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), nos termos adoptados pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e de acordo com as normas específicas de consolidação de contas constantes no artigo nº. 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei nº 36/92 de 28 de Março e Instrução nº 71/96 do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do GCA que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 1 (alteração), ‘Adopção pela primeira vez das IFRS’	1-Jan-11	Veio permitir às entidades que adoptem IAS/IFRS pela primeira vez, usufruírem do mesmo regime transitório da IFRS 7 – ‘Instrumentos financeiros – Divulgações’, o qual permite a isenção na divulgação dos comparativos para a classificação do justo valor pelos três níveis exigidos pela IFRS 7, desde que o período comparativo termine até de 31 de Dezembro de 2009.
IAS 24 (alteração) ‘Partes relacionadas’	1-Jan-11	elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da Entidade com o Estado e quaisquer transacções significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidades relacionadas com o Estado.
IAS 32 (alteração), ‘Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos’	1-Jan-11	A revisão da IAS 32 introduziu alterações na contabilização de direitos emitidos denominados em moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos pro-rata aos accionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transacção com accionistas a classificar em capitais próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser registados como instrumentos derivados passivos, incluindo novas designações para as peças das demonstrações financeiras, assim como alterações ao nível do formato e conteúdo de tais peças.
IFRIC 14 (alteração) ‘IAS	1-Jan-11	A alteração à IFRIC 14, veio clarificar que quando é

19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas'

apurado um saldo activo resultante de pagamentos antecipados voluntários por conta de contribuições mínimas futuras, o excesso positivo pode ser reconhecido como um activo.

A aplicação destas Normas e Interpretações não teve impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola em 31 de Dezembro de 2011.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que não são ainda obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início só após 1 de Janeiro de 2011 e que a Sociedade não adoptou antecipadamente são as seguintes:

a) Já endossadas pela UE:

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda à IFRS 7 requer novas divulgações qualitativas e quantitativas relativas a transferência de activos financeiros quando:

- uma entidade desreconhecer activos financeiros transferidos na sua totalidade, mas mantiver um envolvimento continuado nesses activos (opções ou garantias nos activos transferidos);
- uma entidade não desreconheça na totalidade os activos financeiros;

b) Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 1 (Emenda) Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os activos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este Justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses activos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.

A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS 1 relativas ao desreconhecimento de activos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transacções no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2011. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Activos Financeiros:

Todos os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objectivo da detenção do activo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os activos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Os instrumentos financeiros de capital próprios detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor através de proveitos e perdas. Todavia, as entidades têm uma opção irrevogável por instrumento para todos os outros instrumentos financeiros de capital próprio.

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de Rendimento Integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas excepto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação antecipada das disposições relativamente aos activos é permitida, desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação e na IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da empresa-mãe.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos

A IFRS 11:

- substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades Conjuntamente Controladas — Contribuições Não Monetárias por Empreendedores.
- altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através da método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.
- define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de activos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos activos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos e na IAS 28 Investimentos em Associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

IFRS 13 – Mensuração do Justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O Justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção entre duas partes a actuar no mercado na data de mensuração”.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é prospectiva permitida desde que divulgada.

IAS 1 (Emenda) Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem para lucros ou perdas.

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

IAS 12 Impostos sobre o Rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a Propriedades de Investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efectuada através do seu uso.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efectuada através da venda destes activos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

IAS 19 (Revista) Benefícios dos Empregados

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral ,sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
- os objectivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.
- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

IAS 27 (revista em 2011) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011).

IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às entidades conjuntamente controladas à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações à IAS 28 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011).

Em 3 de Maio de 2012, o Conselho de Administração Executivo da Caixa Central aprovou as demonstrações financeiras consolidadas do GCA com referência a 31 de Dezembro de 2011 e autorizou a sua emissão. As demonstrações financeiras serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Associados a realizar no dia 26 de Maio de 2012.

2.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

A consolidação de contas do Grupo Crédito Agrícola é efectuada para dar cumprimento aos requisitos da seguinte legislação:

- Artigo nº. 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola (Decreto Lei nº 24/91, de 11 de Janeiro com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto Lei nº 142/2009, de 16 de Junho);
- Decreto-Lei nº 36/92 de 28 de Março; e
- Instrução nº 71/96 do Banco de Portugal.

a) Empresas filiais

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. (Caixa Central), das Caixas de Crédito Agrícola Associadas e das empresas filiais e associadas controladas directamente e indirectamente pela Caixa Central (Nota 4).

A nível das empresas participadas, são consideradas “filiais” aquelas nas quais o GCA exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global, desde o momento em que a Caixa Central assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo Crédito Agrícola.

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

Até 1 de Janeiro de 2006, e conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o *goodwill* era totalmente anulado por contrapartida de reservas no ano de aquisição das participações. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, o GCA não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2006 permanece registado em reservas.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica “Interesses minoritários”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do SICAM e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

b) Empresas associadas

As empresas associadas são entidades nas quais o GCA exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. Os eventuais dividendos recebidos são registados por contrapartida de uma diminuição do valor do investimento financeiro.

As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o GCA passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao GCA do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pela empresa associada.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2006, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O *goodwill* é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com o IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor é superior ao custo de aquisição (*goodwill* negativo), o diferencial é reconhecido em resultados.

2.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O GCA adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros, são regra geral, registados contabilisticamente na sua data de liquidação (data da transacção efectiva).

c) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, às taxas de câmbio em vigor na data em que foram realizadas. Adicionalmente, são adoptados os seguintes procedimentos contabilísticos:

- a posição cambial à vista por moeda, que corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos numa determinada moeda, é reavaliada diariamente de acordo com os câmbios de "fixing" indicados pelo Banco de Portugal, por contrapartida de resultados;
- a posição cambial a prazo numa moeda, que corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, é reavaliada à taxa de câmbio a prazo de mercado ou, na ausência desta, a uma taxa calculada com base nas taxas de juro de mercado para essa moeda e para o prazo residual da operação. A diferença entre os saldos convertidos para Euros às taxas de reavaliação utilizadas e os saldos convertidos às taxas contratadas, corresponde à reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registada em resultados.

d) Crédito e outros valores a receber

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial), sendo reconhecidas pelo valor nominal.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo o método da taxa efectiva, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria devem ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa efectiva.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e custos associados aos créditos periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

Imparidade

Periodicamente, o GCA analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento de imparidade do crédito concedido, o GCA segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Extrapatrimoniais.
-

Adicionalmente, foram incluídas as responsabilidades relativas a papel comercial, operações em moeda estrangeira e contratos de locação financeira.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no GCA para a carteira de crédito a clientes, é analisada a existência de perdas por imparidade em termos individuais, através de análise casuística, e em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares.

Sempre que o GCA entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, para reflectirem os efeitos das condições actuais.

Os critérios de selecção dos clientes alvo de análise individual foram os seguintes:

- Todos os clientes com responsabilidades superiores a 1.000.000 Euros; e
- Clientes com crédito vencido (à mais de 90 dias) superior a 50.000 Euros.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo GCA está relacionada com a observação de diversos eventos denominados “eventos de perda”, entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
 - . das condições e/ou capacidade de pagamento;

- das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de indícios (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash flows dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar numa situação de incumprimento durante um período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelos Serviços do GCA (*incurred but not reported*). Para todos os segmentos da carteira, o GCA considerou um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência de que o GCA incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos é reduzido pelo saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, o GCA abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração Executivo do GCA. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados, na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

De acordo com as políticas em vigor no GCA, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de créditos vencidos que se encontrem garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados. Não obstante, para os créditos com garantia real e hipotecária com prestações de capital vencidas e não pagas há mais de seis e doze meses, respectivamente, o cálculo e o registo de juros sobre o capital vincendo é interrompido.

As recuperações de juros abatidos no activo são igualmente reflectidos a crédito da rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

e) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados incluem os títulos de rendimento fixo transaccionados em mercados activos que a Caixa Central optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados, enquadrando-se no ponto 9 b)i) da IAS 39, de forma a evitar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu “bid-price” ou a cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash-flows”.

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash-flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, investimentos a deter até à maturidade, crédito ou empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio “reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente em resultados do período.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iii) Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, sendo do interesse do GCA mantê-los até ao seu reembolso.

Os investimentos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo de aquisição. Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

iv) Aplicações em instituições de crédito

Nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No reconhecimento inicial estes activos são valorizados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros

estimados associados ao instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

v) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

vi) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 182/87, de 21 de Abril, foi criado o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, cujo funcionamento foi regulamentado pelo Decreto-Lei 345/98, de 9 de Novembro. Este último visou reconverter o Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo, por forma a que o mesmo tivesse por objecto (i) garantir o reembolso de depósitos constituídos na Caixa Central e nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas e (ii) promover e realizar acções que visem assegurar a solvabilidade e liquidez das referidas instituições, com vista à defesa do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM).

Em 31 de Dezembro de 2011, o GCA possuía empréstimos subordinados concedidos pelo Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo no montante de 86.433.884 Euros (102.301.428 Euros em 31 de Dezembro de 2010), descritos na Nota 25.

vii) Imparidade em activos financeiros

O GCA efectua análises periódicas de imparidade aos activos financeiros, efectuando para o crédito a clientes e outros valores a receber o referido na Nota 2.3.c).

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade registam-se por contrapartida de resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

Caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

No caso de activos disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de

um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

No caso de activos financeiros disponíveis para venda com evidência de imparidade, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados.

f) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nominal. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash flows descontados e modelos de valorização de opções.

Os derivados são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respectivamente.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo GCA para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 10
Viaturas	4

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do GCA, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilização esperada ou do contrato de arrendamento.

Conforme previsto no IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2006 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos

fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuadas avaliações aos imóveis de modo a identificar eventuais perdas por imparidade.

h) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a sistemas de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de perdas por imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica inclui os montantes de 32.440.920 Euros e 27.104.229 Euros, respectivamente, relativos a custos incorridos com os colaboradores afectos a software desenvolvido internamente na CA Serviços (Nota 16).

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

i) Activos tangíveis disponíveis para venda

O GCA regista em “Outros activos” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados. Os activos tangíveis são registados nesta rubrica a partir do momento da celebração do contrato promessa de dação ou da arrematação.

O GCA não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

j) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos fiscais, processos judiciais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do Crédito Agrícola, de acordo com o IAS 37 (Nota 23).

k) Benefícios de empregados

O SICAM subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o Crédito Agrícola (denominado por Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo) pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os empregados estão inscritos na Segurança Social, as responsabilidades do SICAM com pensões relativamente aos seus colaboradores consistem no pagamento de complementos face aos níveis previstos no ACTV.

Para cobertura das suas responsabilidades o SICAM dispõe de um Fundo de Pensões do Grupo Crédito Agrícola, o qual se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social. Estes complementos são calculados, por referência ao ACTV, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma, (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e o número total de anos de serviço à data de reforma.

Este Fundo, cujos benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Crédito Agrícola Mútuo, assume, assim, a natureza de um Fundo solidário, estando a sua gestão a cargo da Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A.

De acordo com os estatutos do SICAM, os membros dos seus órgãos sociais não são abrangidos pelos benefícios descritos.

Para o cálculo das pensões do ACTV, o tempo de serviço assumido foi calculado a partir das seguintes datas:

- Para as diuturnidades futuras e respectiva evolução automática na carreira, considerou-se a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades;
- Para o cálculo das percentagens do anexo V na atribuição das pensões, assumiu-se a data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões.

Para a repartição das responsabilidades por serviços passados a cargo do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, admitiu-se o seguinte:

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é posterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo dos tempos de serviço passado e total;
- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é anterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo do tempo de serviço passado e da data de antiguidade para efeitos de nível e diuturnidades para o tempo de serviço total, uma vez que esta corresponde à da admissão na Banca.

Os métodos de cálculo utilizados foram o do *Projected Unit Credit* para a reforma por velhice e sobrevivência diferida e o dos Prémios Únicos Sucessivos para a reforma por invalidez e sobrevivência imediata.

O cálculo da pensão de sobrevivência aplicou-se somente aos participantes efectivamente casados, admitindo-se como idade do cônjuge a do participante diminuída ou acrescida de três anos, consoante este seja do sexo masculino ou feminino. O cálculo deste benefício encontra-se em função do nível de remuneração do participante, de acordo com o Anexo VI do ACTV.

O SICAM regista anualmente como custo a contribuição para o Fundo de Pensões que é estimada pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A. para cada entidade contribuinte em função do número de trabalhadores inscritos.

Em 1 de Janeiro de 2006 o SICAM optou por não aplicar retrospectivamente o IAS 19, não tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse sido adoptado desde o início dos planos de pensões. Deste modo, a totalidade dos ganhos e perdas actuariais já existentes e os acréscimos de

responsabilidades calculados à data de transição decorrentes da aplicação pela primeira vez do IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados na data de transição.

Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), os quais foram calculados com base nos mesmos pressupostos que as responsabilidades com complementos de pensões.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo numa rubrica de desvios actuariais e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do valor actual das responsabilidades totais ou do valor do fundo, dos dois o maior, reportados igualmente ao início do ano, são imputados a resultados durante o período estimado de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos dos planos e dos ganhos e perdas actuariais não reconhecidos em resultados devido ao método do corredor, são registadas em “Outros passivos”.

O Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção do IAS 19. O SICAM reconheceu na rubrica “Outras reservas e resultados transitados” o impacto da adopção do IAS no dia 1 de Janeiro de 2006.

l) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACTV, o SICAM assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O SICAM determina o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método *Projected Unit Credit*. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade utilizadas para o apuramento das responsabilidades com pensões. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

m) Impostos sobre os lucros

As entidades do GCA são tributadas individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

As contas das sucursais são integradas nas contas da Caixa Central para efeitos fiscais. A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 34º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto na Portaria nº 555/2002, de 4 de Junho, considera-se que pelo menos 80% do lucro tributável da actividade global da Caixa Central é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira. Apesar de ter cessado em 31 de Dezembro de 2011, a actividade da Sucursal “Off-shore” na Madeira, o seu resultado final apurado, ainda teve efeitos na actividade global da Caixa Central, no final do exercício de 2011.

Até 31 de Dezembro de 2009, a taxa fiscal utilizada no cálculo de impostos diferidos foi de 26,5% para as diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício. No exercício de 2010, os impostos diferidos foram actualizados a uma taxa adicional de 2,5%, denominada de Derrama Estadual. Assim, à taxa de 26,5% acresce uma taxa adicional de 2,5%, incidente sobre a parte do lucro tributável superior a 2.000.000 Euros, sujeito e não isento de IRC, que seja apurado por sujeitos passivos residentes em território português e que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza industrial, comercial ou agrícola bem como por não residentes com estabelecimento estável neste território.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados como impostos diferidos activos.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças tributárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que a Caixa Central tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.
-

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

n) Locação financeira

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

o) Seguros

i) Contratos de Seguro

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo GCA respeita as disposições do IFRS 4 – “Contratos de seguro”. Esta Norma veio permitir aos emissores de contratos de seguro a manutenção das políticas contabilísticas utilizadas antes da adopção dos IFRS, desde que seja assegurado o cumprimento de determinados requisitos mínimos, estabelecidos pela referida norma, incluindo a realização com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras de um teste de adequacidade dos passivos associados aos contratos detidos.

Neste sentido, no registo dos contratos de seguro emitidos e dos contratos de resseguro detidos pelo GCA foram aplicados os princípios contabilísticos previstos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma nº 20/2007-R, de 31 de Dezembro, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

Os principais impactos decorrentes da introdução do IFRS 4 nas demonstrações financeiras das companhias de seguros detidas pelo GCA respeitam à classificação dos contratos emitidos ou adquiridos pelo GCA em contratos de seguro ou contratos de investimento. Os contratos com risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro e registados no âmbito do IFRS 4. Os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39, situação que não se aplicou no GCA.

Adicionalmente, de acordo com o permitido pelo IFRS 4, o GCA manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de investimento com participação nos resultados, quando essa participação inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo o correspondente aumento de responsabilidades.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidos entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial de participações de resultados atribuídas.

ii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando emitidos, na rubrica “Prémios, líquidos de resseguro”, da demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

As principais políticas contabilísticas e bases de mensuração das provisões técnicas, são as seguintes:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflecte a parte dos prémios emitidos contabilizados no exercício, respeitantes a riscos ainda não incorridos à data do balanço e a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes, com o objectivo de garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos dele resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, pela aplicação do método prorata temporis aos prémios brutos emitidos.

Ao montante calculado da provisão para prémios não adquiridos é deduzido a parte do custo a diferir das remunerações pela mediação de seguros e de outros custos de aquisição.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro directo, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência, de despesas e de rendimentos, de acordo com o definido pelo ISP.

iii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados ("IBNR") e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização. A provisão para sinistros participados e não participados é estimada pelo GCA com base na experiência passada, informação disponível e pela aplicação de métodos estatísticos.

Para o cálculo da provisão para IBNR, nos ramos automóvel, acidentes de trabalho, habitação, comércio e serviços e responsabilidade civil (exploração e geral), foram efectuadas estimativas actuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo. Para os restantes ramos, aplicou-se uma taxa genérica de 4% ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, para provisionar a responsabilidade com sinistros a serem participados após o fecho do exercício. A provisão para custos de gestão de sinistros é calculada utilizando o método do custo médio.

Considerou-se ainda uma provisão matemática no ramo de acidentes de trabalho, relativa às seguintes responsabilidades com sinistros ocorridos até 31 de Dezembro: (i) pensões a pagar já homologadas pelo Tribunal do Trabalho; (ii) pensões a pagar com acordo de conciliação já realizado; (iii) pensões de sinistros já ocorridos mas que se encontram pendentes de acordo final ou sentença. As provisões matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de acidentes de trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais baseados em métodos actuariais reconhecidos e na legislação laboral vigente.

Adicionalmente, constitui-se uma provisão matemática para fazer face: (i) às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento; e (ii) a sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões para sinistros não são reconhecidas pelo seu valor actual, com excepção da provisão matemática de acidentes de trabalho, que é calculada com base numa estimativa dos fluxos de caixa futuros, actualizados a uma taxa de desconto de 3,5%.

Qualquer insuficiência ou excesso da provisão para sinistros, se vier a existir, é registada nos resultados correntes, quando determinada.

A provisão para sinistros no ramo vida é determinada pela conjugação de dois métodos. O primeiro, baseia-se numa análise caso a caso, determinando os sinistros ocorridos e ainda por liquidar. O segundo, consiste na aplicação de métodos estatísticos que calculam a provisão dos sinistros ocorridos mas não declarados à data do Balanço e eventuais custos associados (IBNR).

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pelo CGA, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pelo GCA.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em consideração as percentagens de cessão ao resseguro, bem como outras cláusulas constantes nos tratados de resseguro em vigor.

vi) Provisão matemática do ramo vida

As provisões matemáticas do Ramo Vida têm como objectivo registar o valor actuarial das responsabilidades futuras do GCA relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos actuariais reconhecidos e aprovados pelo ISP.

Em termos quantitativos, os principais pressupostos considerados no cálculo das provisões matemáticas relativas a seguros de vida são:

	<u>Tábua de mortalidade</u>	<u>Taxa técnica</u>
Planos Poupança Reforma e Produtos de Capitalização		
. Produtos lançados até 2008	GKM 80	3%
. Produtos lançados após 2008	GKM 80	Taxa variável por ano civil
Seguros em caso de morte	GKM 80	3%

vii) Provisão para estabilização de carteira do ramo vida

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo anuais renováveis, que garantem como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que este tenha sido tarifado com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

viii) Provisão para compromissos de taxa do ramo vida

A cada data de reporte, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Essa avaliação é efectuada tendo por base a projecção dos cash flows futuros associados a cada contrato, descontados às taxas determinadas com base na curva eurosswap, sendo feita produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

ix) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato. A estimativa dos montantes a atribuir aos segurados sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades deve ser calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tenha em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, dos activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde deve ser integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência para a provisão para participação nos resultados atribuída.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados que não tenham ainda sido distribuídos mas que já foram atribuídos.

x) Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme acima referido, o GCA manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que a participação nos resultados inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêm a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e

- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As responsabilidades originadas por contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são incluídas nos testes de adequacidade de passivos realizados pelo GCA.

xi) Derivados embutidos em contratos de seguro

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

xii) Testes de adequacidade de passivos

De acordo com os requisitos do IFRS 4, o GCA realiza com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor actual dos *cash flows* futuros associados aos contratos, incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os *cash flows* associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor actual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos activos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo vida

O teste da adequação dos passivos é feito através da actualização, à taxa de juro de mercado sem risco dos cash-flows futuros de sinistros, resgates, vencimentos, comissões e despesas de gestão, deduzidos dos cash-flows futuros de prémios.

Estes cash-flows futuros são projectados apólice a apólice, atendendo às bases técnicas prudentes em utilização, as quais são calculadas com base na análise histórica dos seus dados do seguinte modo:

Mortalidade:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se o número de pessoas seguras por idade no início, no fim e as sinistradas no ano. A partir destes dados, calcula-se o número de pessoas expostas ao risco em cada idade, e multiplicando-se este valor pela probabilidade de morte de uma determinada tábua de mortalidade determina-se o número esperado de sinistros, de acordo com essa tábua. Comparando esse valor com o real obtém-se a sinistralidade real do ano em percentagem da tábua. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se então o pressuposto de mortalidade. Esta análise é feita em separado para os produtos de Vida Risco e Capitalização.

Resgates:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se as provisões matemáticas no início e fim do ano e os montantes resgatados, por produto. A partir destes dados, calcula-se o valor médio de provisões matemáticas de cada produto, e dividindo-se o montante de resgates por esse valor obtém-se a taxa de resgate do ano. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se o pressuposto de resgate de cada produto.

Despesas:

As despesas repartem-se em despesas de investimento, administrativas e com sinistros. Por forma a obter os custos unitários, divide-se as despesas de investimento pelo valor médio de provisões matemáticas, as administrativas pelo número médio de pessoas seguras e as de sinistros pelo número total de sinistros do ano.

Taxas de Rendimento:

A determinação das taxas de rendimento futuras, a aplicar às provisões matemáticas, é feita com base na taxa de juro de mercado sem risco. Com base nas taxas de rendimento obtidas são projectadas participações nos resultados futuras, as quais são posteriormente incorporadas nas provisões matemáticas, sendo depois projectadas nos vencimentos, sinistros e resgates futuros.

Provisões para Sinistros:

São projectados os cash flows futuros do run-off da empresa nas coberturas de morte e invalidez tendo em vista determinar o seu custo futuro por comparação com o custo actual. Para este efeito usam-se métodos estatísticos. Os cash flows, sendo de curto prazo, são calculados sem desconto de provisões.

Ramos não vida

Os actuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das provisões socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam ainda um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

xiii) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o GCA avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida da demonstração de resultados do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

p) Informação comparativa

Os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior, com excepção da seguinte alteração: O Grupo passou a reconhecer as unidades de participação de fundos de investimento, que estão incluídas no perímetro de consolidação, detidas por entidades externas ao Grupo em "Outros passivos", por ser uma responsabilidade, conforme AG29A e BC68 da IAS32, deixando de reconhecer em "interesses minoritários".

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, créditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios a empregados

As responsabilidades com complemento de pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis, foram efectuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data da concessão do crédito.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o GCA valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Investimentos detidos até à maturidade

A classificação dos títulos registados na rubrica “Investimentos detidos até à maturidade” pressupõe a capacidade do Grupo Crédito Agrícola de os manter até ao seu vencimento.

Imparidade de imóveis de serviço próprio

Os imóveis de serviço próprio encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. As avaliações dos imóveis de serviço próprio, utilizadas na realização dos testes de imparidade, foram efectuadas com o pressuposto da continuidade das operações e utilizando o método do custo da reposição depreciado.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.3. n) acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas consolidadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2011, as entidades que integram o Grupo Crédito Agrícola são:

	Capitais Próprios	Activo Líquido	Lucro/(Prejuízo) do exercício	Participação directa	Participação efectiva	Método de consolidação
Bancos						
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (1)	1.130.318.211	11.185.613.294	51.690.786	100,00%	100,00%	Integral
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	146.441.396	5.473.878.101	1.035.502	100,00%	100,00%	Integral
Crédito especializado						
Rural Rent-Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.	(405.415)	10.034	(18.079)	100,00%	100,00%	Integral
Gestão de activos e corretagem						
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	3.753.898	4.514.524	174.760	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal, Lda.	(9.261.359)	77.508.036	(9.546.879)	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Finance - Gestão de Activos (L.F.I.), Sociedade Unipessoal S.A..	327.362	329.028	(58.766)	100,00%	100,00%	Integral
Prestação de Serviços						
FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	4.280.577	6.662.977	442.723	99,98%	99,98%	Integral
Crédito Agrícola Consult - Assessoria Financeira e de Gestão S.A.	138.858	659.755	(678.558)	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Informática-Serviços de Informática S.A.	5.608.582	29.158.787	109.806	99,45%	99,45%	Integral
Capital de risco						
Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	935.960	1.073.001	18.995	66,67%	66,67%	Integral
Fundos de investimento						
FII CA Património Crescente	156.839.977	172.224.929	5.331.471	15,56%	39,44%	Eq. Patrimonial
FII CA Imobiliário	322.893.679	450.834.018	(6.341.415)	68,46%	68,74%	Integral
FII CA Arrendamento Habitacional	98.842.335	99.180.469	(466.986)	100,00%	100,00%	Integral
FCR Central Frie	2.710.481	2.713.387	(14.541)	28,57%	28,57%	Eq. Patrimonial
FCR InovCapital Global 2	10.174.109	10.468.254	(1427.717)	26,05%	26,05%	Eq. Patrimonial
FCR Agrocapital 1	14.638.414	14.763.859	(554.391)	27,78%	30,00%	Eq. Patrimonial
Seguros						
Crédito Agrícola Seguros	25.195.219	159.553.203	3.197.063	97,40%	97,40%	Integral
Crédito Agrícola Vida	50.661.534	990.552.974	4.134.117	89,92%	99,92%	Integral
Outras						
CA Serviços - Serviços Informáticos e de Gestão - ACE		57.561.467		97,72%	99,98%	Integral
Crédito Agrícola SGPS S.A.	65.367.149	151.134.020	1.284.610	100,00%	100,00%	Integral
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	1.253.383	1.254.782	9.043	100,00%	100,00%	Integral
Nota: Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2011 (saldo contabilístico antes de ajustamentos de consolidação)						
(1) Estes valores correspondem à soma algébrica dos balanços das Caixas Agrícolas Associadas						

As sedes das entidades do Grupo são as seguintes:

A Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, a Rural Rent – Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, S.A., a Crédito Agrícola SGPS S.A. e a Crédito Agrícola Vida, S.A. e a Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal, Lda têm sede na Rua Castilho, n.º 233 – 1099-004 Lisboa.

A Crédito Agrícola Seguros, S.A., tem a sua sede na Rua de Campolide 372, 1070-040 Lisboa.

A CA Informática – Serviços de Informática, S.A. e a CA Serviços – Serviços Informáticos e de Gestão - ACE têm sede na Rua Teófilo Braga, Lote 43 Damaia – 2720-526 Amadora.

A Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., a Crédito Agrícola Consult S.A., a CCCAM SGPS Unipessoal Lda e a Agrocapital SCR S.A. têm sede na Avenida da Republica, n.º 23 – 1050-185 Lisboa.

A FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, tem sede na Rua Professor Henrique Barros, Edifício Sagres, 7.º Piso - 2685-338 Prior Velho.

A Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco S.A. tem sede na Rua Júlio Dinis nº.535 – 4050-325 Porto.

O FII CA Património Crescente, o FII CA Imobiliário e o FII CA Arrendamento Habitacional são fundos de investimento imobiliário, cuja sociedade gestora é a Square Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A, que tem sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3, Piso 7, Sala 706, 1070-274 Lisboa.

O FCR Agrocapital 1 é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Agrocapital SCR S.A..

O FCR Central Frie é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Caixa Central CRL, que tem sede na Rua Castilho, n.º. 233 – 1099-004 Lisboa.

O FCR InovCapital Global 2 é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a InovCapital – Sociedade de Capital de Risco SA, que tem sede na Av. Dr. Antunes Guimarães, 103 – 4100-079 Porto.

As alterações ocorridas no perímetro de consolidação em 2011 e 2010 encontram-se descritas na Nota 1.

5. RELATO POR SEGMENTOS

De forma a cumprir o disposto na norma IFRS 8, o Grupo Crédito Agrícola efectuou uma análise às suas linhas de negócio, tendo identificado quatro segmentos materialmente relevantes. A saber:

Banca comercial/de retalho: Inclui todas as actividades relacionadas com a carteira própria, derivados, aplicações e recursos de outras instituições de crédito, operações de tesouraria.

Gestão de fundos investimento e patrimónios: Inclui as operações relacionadas principalmente com a gestão de fundos de investimento imobiliário.

Actividade seguradora: Inclui as operações relacionadas com a comercialização e gestão dos seguros do ramo vida e de ramos reais (não vida).

Serviços de consultoria: Inclui a prestação de serviços de assessoria económico-financeira ou estratégia especializada, a prestação de serviços de natureza contabilística ou de consultoria de direcção e gestão de empresas, a elaboração ou a revisão de estudos económico-financeiros.

Outros: Inclui todas as restantes operações, nomeadamente as relacionadas com a prestação de outros serviços de apoio ao negócio do GCA.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a segmentação dos resultados do GCA por linhas de negócio é a seguinte:

	2011					
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Actividade seguradora		serviços de consultoria	Outros
			Ramo vida	Ramo não vida		
Margem financeira	341.881.392	(21.822)	37.769.448	3.795.395	(12.769)	(2.757.923)
Rendimentos de instrumentos de capital	(1.763.002)	-	1.209.435	75.000	-	2.622.702
Resultados de serviços e comissões	116.465.365	(3.543.629)	(8.572.258)	(7.019.379)	-	(58.423)
Outros resultados de exploração e outros	(44.749.531)	445.838	62.721.350	28.098.030	1.078.462	61.827.455
Produto bancário	411.834.225	(3.119.613)	93.127.975	24.949.045	1.065.693	61.633.812
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(225.275.232)	(3.353.444)	(5.283.117)	(14.080.102)	(1.687.823)	(48.918.102)
Amortizações do exercício	(15.260.107)	(75.629)	(454.633)	(2.161.060)	(32.702)	(13.671.791)
Provisões e imparidade	(110.283.988)	-	(81.952.756)	(4.231.921)	(6.325)	(6.497.663)
Resultados de participações em associadas	1.560.603	-	-	-	-	-
Resultado antes de impostos e de int. minoritários	62.575.501	(6.548.687)	5.437.468	4.475.962	(661.157)	(7.453.744)
Impostos	(1.701.223)	(84.954)	(1.303.352)	(1.278.898)	(17.400)	(304.802)
Resultado após impostos e antes de int. minoritários	60.874.278	(6.633.641)	4.134.117	3.197.064	(678.558)	(7.758.546)
Interesses minoritários	1.889.188	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	62.763.466	(6.633.641)	4.134.117	3.197.064	(678.558)	(7.758.546)

	2010					
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Actividade seguradora		Serviços de consultoria	Outros
			Ramo vida	Ramo não vida		
Margem financeira	305.075.245	106.584	28.400.840	3.289.730	(4.773)	(1.932.759)
Rendimentos de instrumentos de capital	(1.641.680)	-	1.898.259	75.000	-	2.263.885
Resultados de serviços e comissões	110.612.003	(5.175.014)	(6.575.836)	(7.714.385)	-	2.068.697
Outros resultados de exploração e outros	(41.649.918)	6.179.657	(10.160.601)	23.898.676	1.545.193	67.085.587
Produto bancário	372.395.650	1.111.227	13.562.662	19.549.021	1.540.420	69.485.410
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(215.805.057)	(3.505.388)	(5.246.223)	(13.185.069)	(1.710.251)	(49.155.393)
Amortizações do exercício	(17.770.912)	(35.564)	(475.818)	(1.862.072)	(19.975)	(17.204.664)
Provisões e imparidade	(102.577.345)	(500.000)	(154.639)	-	(58.534)	(173.637)
Resultados de participações em associadas	(890.172)	-	-	-	-	-
Resultado antes de impostos e de int. minoritários	35.352.164	(2.929.725)	7.685.982	4.501.880	(248.340)	2.951.716
Impostos	(6.245.204)	(44.217)	(1.578.932)	(1.405.229)	(9.494)	(361.713)
Resultado após impostos e antes de int. minoritários	29.106.960	(2.973.942)	6.107.050	3.096.651	(257.834)	2.590.003
Interesses minoritários	(2.167.487)	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	26.939.473	(2.973.942)	6.107.050	3.096.651	(257.834)	2.590.003

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a segmentação dos principais activos e passivos do GCA por linhas de negócio é a seguinte:

2011							
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Actividade seguradora		serviços de consultoria	Outros	Total
			Ramo vida	Ramo não vida			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	338.926.497	72.808	942.061	784.804	9.221	2.209.178	342.944.569
Activos financeiros detidos para negociação	1.442.330	-	10.477.769	-	-	219.922	12.140.020
Activos financeiros disponíveis para venda	136.973.466	20.529.593	615.869.192	47.054.695	-	4.862.266	825.289.212
Aplicações em instituições de crédito	214.397.187	32.643.562	23.164.186	31.871.095	-	1.948.813	304.024.843
Crédito a clientes	7.913.564.217	-	-	-	-	-	7.913.564.217
Investimentos detidos até à maturidade	2.973.325.949	-	334.991.486	42.973.654	-	-	3.351.291.089
Outros	640.443.253	500.973.328	3.463.834	30.979.025	650.535	315.068.340	1.491.578.316
Activo líquido total	12.219.072.899	554.219.291	988.908.529	153.663.273	659.755	324.308.519	14.240.832.266
Recursos de bancos centrais	(1.600.384.722)	-	-	-	-	-	(1.600.384.722)
Passivos financeiros detidos para negociação	(485.820)	-	(1.230.506)	-	-	-	(1.716.326)
Recursos de outras instituições de crédito	(24.038.040)	(125.258.433)	-	(1.171.484)	(50.000)	(154.213.815)	(304.731.772)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(9.821.451.825)	-	-	-	-	-	(9.821.451.825)
Outros	(194.155.816)	(3.876.676)	(937.016.489)	(127.296.568)	(470.897)	(102.039.251)	(1.364.855.698)
Passivo total	(11.840.516.223)	(129.135.109)	(938.246.995)	(128.468.053)	(520.897)	(256.253.066)	(13.093.140.343)

2010							
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Actividade seguradora		Serviços de consultoria	Outros	Total
			Ramo vida	Ramo não vida			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	357.914.965	-	881.888	2.385.071	-	-	361.181.924
Activos financeiros detidos para negociação	1.386.211	-	-	-	-	217.996	1.604.207
Activos financeiros disponíveis para venda	68.238.107	-	827.876.027	96.537.965	-	2.345.652	994.997.751
Aplicações em instituições de crédito	30.006.511	20.008.279	35.820.355	21.451.340	-	4.864.900	112.151.385
Crédito a clientes	8.041.093.976	-	-	-	-	-	8.041.093.976
Investimentos detidos até à maturidade	3.465.099.641	-	-	-	-	-	3.465.099.641
Outros	1.206.794.395	-	8.214.540	32.964.025	-	-	1.247.972.960
Activo líquido total	13.170.533.806	20.008.279	872.792.810	153.338.401	-	7.428.548	14.224.101.844
Recursos de bancos centrais	(1.650.886.111)	-	-	-	-	-	(1.650.886.111)
Passivos financeiros detidos para negociação	(660.166)	-	(1.334.341)	-	-	-	(1.994.507)
Recursos de outras instituições de crédito	(69.217.174)	(1.706.817)	-	(1.939.953)	(190.000)	(154.365.248)	(227.419.192)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(9.938.725.616)	-	-	-	-	-	(9.938.725.616)
Outros	(327.706.949)	-	(827.502.944)	(127.857.552)	-	-	(1.283.067.445)
Passivo total	(11.987.196.016)	(1.706.817)	(828.837.285)	(129.797.505)	(190.000)	(154.365.248)	(13.102.092.871)

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa	95.863.948	93.876.672
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	153.623.790	178.540.599
	-----	-----
	249.487.738	272.417.271
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Disponibilidades em Instituições de Crédito no País:		
Cheques a cobrar	84.746.847	79.276.424
Depósitos à ordem	4.798.266	5.688.637
	-----	-----
	89.545.113	84.965.061
	-----	-----
Disponibilidades em Instituições Crédito no Estrangeiro:		
Depósitos à ordem	3.910.234	3.798.314
Cheques a cobrar	303	450
	-----	-----
	3.910.537	3.798.764
	-----	-----
Juros a receber	1.181	828
	-----	-----
	93.456.831	88.764.653
	=====	=====

8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de capital	1.434.136	1.160.458
Instrumentos de dívida	-	183.814
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo (Nota 12):		
. Forwards cambiais	228.116	155.567
. Swaps de taxa de juro	10.477.768	104.368
	-----	-----
	12.140.020	1.604.207
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Títulos		
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	14.645.706	13.324.450
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	43.710	48.581
	-----	-----
	14.689.416	13.373.031
	=====	=====

A totalidade dos títulos emitidos por residentes, corresponde a dívida soberana portuguesa.

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	164.110.379	878.421.944
Instrumentos de capital	23.888.016	82.422.721
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	583.851.474	32.307.528
Instrumentos de capital	55.022.419	3.545.975
	-----	-----
	826.872.288	996.698.168
	-----	-----
Imparidade (Nota 23)	(1.583.076)	(1.700.417)
	-----	-----
	825.289.212	994.997.751
	=====	=====

Nos títulos de dívida emitidos por residentes, 152.125.226 Euros correspondem a dívida soberana portuguesa. Nos títulos emitidos por não residentes, a parte respeitante a dívida soberana estrangeira corresponde a 266.726.983 Euros, dos quais, 761.647 Euros respeitam a dívida soberana espanhola, não existindo nesta carteira, dívida soberana emitida pela Grécia e Irlanda.

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Aplicações em instituições de crédito no país:		
No Banco de Portugal:		
Depósitos	100.000.000	-
Em outras instituições de crédito:		
Depósitos	129.511.972	96.252.254
Papel comercial a desconto	4.000.000	-
Empréstimos	8.300.000	5.000.000
Outras aplicações	10.003.925	10.002.377
	-----	-----
	151.815.897	111.254.631
	-----	-----
Em outras instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos	50.000.000	-
Outras aplicações	1.365.000	-
	-----	-----
	51.365.000	-
	-----	-----
Juros a receber	843.946	896.754
	-----	-----
	304.024.843	112.151.385
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Até três meses	288.581.066	83.753.022
Entre três meses e um ano	14.599.831	27.501.609
	-----	-----
	303.180.897	111.254.631
	-----	-----
Juros a receber	843.946	896.754
	-----	-----
	304.024.843	112.151.385
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe desta rubrica por entidade, apresenta-se de seguida:

. Banco de Portugal	100.000.000
. Banco Espírito Santo, S.A.	56.868.000
. Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A.	50.000.000
. Caixa Geral de Depósitos	30.000.000
. Unicre	15.000.000
. Montepio	10.500.000
. Banco Internacional do Funchal	10.000.000
. Banco Finantia, S.A.	7.728.572
. Banco Português de Gestão, S.A.	7.000.000
. Banco Santander Totta, S.A.	6.248.500
. Banco Comercial Português, S.A.	5.106.500
. Finanfarma	3.300.000
. UBS London	1.365.000
. Caixa Económica de Cabo Verde	60.400
. Outras	3.925

	303.180.897
	=====

12. DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

		2011		
		Montante nocional	Valor contabilístico	
		Derivados de negociação	Activos detidos para negociação (Nota 8)	Passivos detidos para negociação
				Total
Operações Cambiais a Prazo				
<u>Forwards Cambiais</u>				
Compras		1.741.437	228.116	(89.327)
Vendas		1.565.536		
<u>Swaps</u>		140.925.000	10.477.768	(1.626.999)
		<u>144.231.973</u>	<u>10.705.884</u>	<u>(1.716.326)</u>
				<u>8.989.558</u>
		2010		
		Montante nocional	Valor contabilístico	
		Derivados de negociação	Activos detidos para negociação (Nota 8)	Passivos detidos para negociação
				Total
Operações Cambiais a Prazo				
<u>Forwards Cambiais</u>				
Compras		1.582.353	155.567	(170.243)
Vendas		1.428.478		
<u>Swaps</u>		209.000.000	104.368	(1.824.264)
		<u>212.010.831</u>	<u>259.935</u>	<u>(1.994.507)</u>
				<u>(1.734.572)</u>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do GCA em 31 de Dezembro de 2011 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

			> 3 meses	> 6 meses	> 1 ano	
			<= 3 meses	<= 6 meses	<= 1 ano	<= 5 anos
						Total
Operações Cambiais a Prazo						
<u>Forwards Cambiais</u>						
Compras		-	837.146	904.291		1.741.437
Vendas		-	792.679	772.857		1.565.536
<u>Swaps</u>					77.130.000	63.795.000
		-	1.629.825	78.807.148	63.795.000	144.231.973

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do GCA em 31 de Dezembro de 2011 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

			Valor	Valor
			Nocional	Contabilístico
Operações Cambiais a Prazo				
<u>Forwards Cambiais</u>				
<i>Clientes</i>			3.306.973	138.789
<u>Swaps</u>				
<u>Swaps de taxa de juro</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>			140.925.000	8.850.769
			144.231.973	8.989.558

13. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Crédito interno</u>		
Médio e longo prazo:		
Empréstimos com garantia real	3.250.253.942	3.275.949.858
Empréstimos sem garantia real	898.564.154	977.294.035
Empréstimos à habitação regime geral	2.124.483.832	2.089.452.525
Empréstimos à habitação bonificado	267.540.162	290.215.389
Papel comercial	157.883.333	94.133.333
Contratos de locação financeira	173.322.640	180.009.353
Curto prazo:		
Créditos em conta corrente	596.437.463	592.221.780
Outros créditos		
Cartões de crédito	34.400.760	35.704.862
Outros créditos	390.998.107	493.214.595
Descobertos em depósitos à ordem	19.590.520	17.218.588
	7.913.474.913	8.045.414.318
<u>Crédito ao exterior</u>		
Médio e longo prazo:		
Empréstimos	12.367.045	12.396.225
Curto prazo		
Descobertos depósitos à ordem	241	195
Outros créditos	1.160.657	1.055.032
	13.527.943	13.451.452
Juros a receber	42.019.780	35.087.134
<u>Comissões associadas ao custo amortizado:</u>		
Receitas com rendimento diferido	(16.535.239)	(15.505.508)
Despesas com encargo diferido	60.207	72.205
	(16.475.032)	(15.433.303)
Total crédito não vencido	7.952.547.604	8.078.519.602
<u>Crédito e juros vencidos</u>		
Crédito vencido	542.638.373	446.193.424
Juros vencidos	12.096.622	8.808.785
	554.734.996	455.002.209
	8.507.282.600	8.533.521.811
<u>Imparidade (Nota 23)</u>		
Para crédito e juros vencidos	(376.487.297)	(321.416.641)
Para créditos de cobrança duvidosa	(217.231.086)	(171.011.194)
	(593.718.383)	(492.427.835)
	7.913.564.217	8.041.093.976

Em 31 de Dezembro de 2011, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	não vencido	vencido	Total 2.011
Empresas			
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	350.966.461	12.216.866	363.183.326
Pesca	9.413.260	4.457.154	13.870.415
Indústrias extractivas			
Extracção de produtos energéticos	-	-	-
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	16.653.522	3.357.046	20.010.568
Indústrias transformadoras			
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	275.574.447	19.689.705	295.264.152
Indústria têxtil	25.143.484	5.528.681	30.672.165
Indústria do couro e de produtos de couro	7.969.442	696.732	8.666.174
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	33.803.694	5.504.604	39.308.299
Indústrias de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	17.454.415	1.582.365	19.036.780
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combustível nuclear	293.819	9.539	303.358
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	39.364.826	657.566	40.022.392
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	16.196.877	2.148.913	18.345.790
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	46.526.188	4.414.456	50.940.645
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	47.149.914	4.666.212	51.816.126
Fabrico de máquinas e de equipamentos	8.127.932	467.380	8.595.312
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	3.779.202	138.471	3.917.673
Fabrico de material de transporte	9.095.137	1.264.004	10.359.141
Fabrico de mobiliário e colchões	16.272.966	2.866.748	19.139.714
Indústrias transformadoras não especificadas	4.865.999	182.858	5.048.858
Reparação, manutenção e instalação de máq. e equipamentos	4.698.029	151.531	4.849.560
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	34.445.513	84.359	34.529.872
Construção	527.741.814	87.355.228	615.097.042
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	636.235.673	56.841.274	693.076.948
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	186.675.357	12.816.666	199.492.023
Transportes, armazenagem e comunicações	93.885.938	11.278.299	105.164.237
Actividades financeiras, de seguros e intermediação	250.786.677	8.506.878	259.293.554
Actividades imobiliárias	311.142.128	39.044.023	350.186.151
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	73.756.555	3.535.490	77.292.046
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	48.670.072	2.309.536	50.979.608
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	195.535.121	1.442.155	196.977.276
Educação	30.463.130	1.654.535	32.117.666
Saúde e segurança social	182.249.692	2.994.506	185.244.198
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	93.365.384	3.960.048	97.325.432
Famílias com empregados domésticos	34.427	-	34.427
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais		-	-
Outros	159.467.948	32.012.517	191.480.466
	<u>3.757.805.045</u>	<u>333.836.348</u>	<u>4.091.641.393</u>
Particulares			
Habituação	2.398.623.816	44.217.518	2.442.841.334
Outros fins	1.770.573.995	176.681.130	1.947.255.125
	<u>4.169.197.811</u>	<u>220.898.648</u>	<u>4.390.096.459</u>
Juros e comissões			
Juros a receber	42.019.780	-	42.019.780
Comissões ao custo amortizado	(16.475.032)	-	(16.475.032)
	<u>25.544.748</u>	<u>-</u>	<u>25.544.748</u>
	<u><u>7.952.547.604</u></u>	<u><u>554.734.996</u></u>	<u><u>8.507.282.600</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os prazos residuais dos recursos de clientes apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Até três meses	700.726.810	729.916.875
Entre três meses e um ano	692.504.314	841.473.351
Entre um ano e três anos	1.377.542.995	1.444.798.731
Entre três e cinco anos	4.993.851.597	4.862.004.839
Mais de cinco anos	717.112.137	635.674.184
	-----	-----
	8.481.737.853	8.513.867.980
Juros a receber	42.019.780	35.087.134
Comissões associadas ao custo amortizado	(16.475.032)	(15.433.303)
	-----	-----
	8.507.282.600	8.533.521.811
	=====	=====

14. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Titulos detidos até à maturidade:		
Títulos cotados:		
Títulos emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública portuguesa	1.815.494.685	2.246.472.793
De outros residentes	1.023.350.590	811.962.031
Títulos emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos estrangeiros	129.724.005	103.328.284
De outros não residentes	320.297.976	247.590.655
	-----	-----
	3.288.867.256	3.409.353.763
	-----	-----
Juros a receber	62.423.833	55.745.878
	-----	-----
	3.351.291.089	3.465.099.641
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os investimentos financeiros a deter até à maturidade Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os investimentos financeiros a deter até à maturidade encontram-se registados ao custo de aquisição. Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Em 31 de Dezembro de 2011, estes títulos apresentam menos valias potenciais no montante de 296.599.147 Euros, face ao seu justo valor, apurado pelo GCA através da utilização do preço máximo de um conjunto de ofertas de compra indicadas por dez entidades externas com quem o GCA efectua transacções.

A Caixa Central adquiriu nos primeiros meses de 2010 um conjunto de Obrigações do Tesouro, inicialmente registadas na carteira de "Activos financeiros detidos para negociação" e, no decurso do exercício de 2010, reclassificadas para a carteira de "Instrumentos detidos até à maturidade". Com esta reclassificação, a Caixa Central registou ganhos no montante de 5.832.100 Euros na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" (Nota 37).

Nos títulos de dívida emitidos por residentes, 1.815.494.685 Euros correspondem a dívida soberana portuguesa. Nos títulos emitidos por não residentes, a parte respeitante a dívida soberana estrangeira corresponde a 129.724.005 Euros, dos quais, 40.517.662 Euros respeitam a dívida soberana espanhola e

31.949.551 Euros respeitam a dívida soberana irlandesa, não existindo nesta carteira, dívida soberana emitida pela Grécia.

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

15. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	31-12-2010					31-12-2011
	Valor				Abates,	Valor
Descrição	líquido	Aquisições	Amortizações	Imparidade	alienações e outros	líquido
				(Nota 23)		
Imóveis:						
De serviço próprio	361.505.595	5.941.080	(5.455.616)	(85.585)	(139.896.429)	222.009.046
Obras em imóveis arrendados	9.526.337	899.066	(980.881)	-	(98.689)	9.345.833
Outros imóveis	1.980.971	-	(80.835)	-	416.885	2.317.021
	373.012.903	6.840.146	(6.517.332)	(85.585)	(139.578.233)	233.671.899
Equipamento	51.320.085	9.184.254	(15.180.818)	-	(1.139.642)	44.183.879
Património artístico	949.166	10.840	-	-	-	960.006
Equipamento em locação financeira:						
Equipamento	482.549	39.662	(143.340)	-	(5.000)	373.871
Outros activos em locação financeira	(7.564)	-	(13.150)	-	(11.065)	(31.779)
	474.985	39.662	(156.490)	-	(16.065)	342.092
Outros activos tangíveis:						
Activos tangíveis em curso	9.035.916	1.238.949	-	-	(238.894)	10.035.971
Outros	386.829	9.468	(102.560)	-	236.202	529.939
	9.422.745	1.248.417	(102.560)	-	(2.692)	10.565.910
	435.179.883	17.323.319	(21.957.200)	(85.585)	(140.736.631)	289.723.786

	31-12-2009					31-12-2010
	Valor				Abates,	Valor
Descrição	líquido	Aquisições	Amortizações	Imparidade	alienações e outros	líquido
				(Nota 23)		
Imóveis:						
De serviço próprio	302.568.398	66.337.159	(5.699.392)	(37.716)	(1.662.854)	361.505.595
Obras em imóveis arrendados	9.793.350	939.872	(931.225)	-	(275.659)	9.526.338
Outros imóveis	2.064.819	63.915	(77.931)	-	(69.832)	1.980.971
	<u>314.426.567</u>	<u>67.340.946</u>	<u>(6.708.548)</u>	<u>(37.716)</u>	<u>(2.008.345)</u>	<u>373.012.904</u>
Equipamento	56.615.948	13.579.652	(17.067.335)	-	(1.808.181)	51.320.084
Património artístico	959.483	3.400	-	-	(13.717)	949.166
Equipamento em locação financeira:						
Equipamento	569.833	128.143	(205.276)	-	(10.151)	482.549
Outros activos em locação financeira	5.585	-	(13.150)	-	-	(7.565)
	<u>575.418</u>	<u>128.143</u>	<u>(218.426)</u>	<u>-</u>	<u>(10.151)</u>	<u>474.984</u>
Outros activos tangíveis:						
Activos tangíveis em curso	14.968.385	173.520	-	-	(6.105.990)	9.035.915
Outros	320.899	143.365	(77.433)	-	(1)	386.830
	<u>15.289.284</u>	<u>316.885</u>	<u>(77.433)</u>	<u>-</u>	<u>(6.105.991)</u>	<u>9.422.745</u>
	<u>387.866.700</u>	<u>81.369.026</u>	<u>(24.071.742)</u>	<u>(37.716)</u>	<u>(9.946.385)</u>	<u>435.179.883</u>

Durante os exercícios de 2011 e 2010, as mais e menos valias apuradas na alienação de activos tangíveis encontram-se registadas na rubrica “Resultados de alienação de outros activos – Outros activos tangíveis” (Nota 40).

16. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2010	Aquisições	Amortizações	Abates, alienações e outros	31-12-2011
	Valor líquido				Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	45.316.310	2.758.893	(9.686.845)	4.596.684	42.985.042
Outros activos intangíveis	182.737	-	(11.877)	-	170.860
Activos intangíveis em curso	7.207.326	9.388.503	-	(4.499.708)	12.096.121
	<u>52.706.373</u>	<u>12.147.396</u>	<u>(9.698.722)</u>	<u>96.976</u>	<u>55.252.023</u>

Descrição	31-12-2009	Aquisições	Amortizações	Abates, alienações e outros	31-12-2010
	Valor líquido				Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	33.462.678	12.671.687	(13.280.204)	12.462.149	45.316.310
Outros activos intangíveis	222.504	-	(17.059)	(22.708)	182.737
Activos intangíveis em curso	10.775.357	11.397.980	-	(14.966.011)	7.207.326
	<u>44.460.539</u>	<u>24.069.667</u>	<u>(13.297.263)</u>	<u>(2.526.570)</u>	<u>52.706.373</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Sistema de tratamento automático de dados (software)” inclui os montantes de 32.440.920 Euros e 27.104.229 Euros, respectivamente, relativos a custos incorridos com os colaboradores afectos a software desenvolvido internamente na CA Serviços. O valor incorrido relativo ao exercício de 2011 ascendeu a 5.336.691 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Activos intangíveis em curso” diz respeito essencialmente a custos incorridos com os colaboradores afectos a software que se encontra em fase de desenvolvimento interno na CA Serviços.

17. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
FII CA Património Crescente	61.865.429	-
FCR Agrocapital 1	4.391.525	4.557.842
FCR InovCapital Global 2	2.650.356	3.560.894
FCR Central Frie	774.384	816.947
Rede Nacional de Assistência, SA	150.500	-
Rurabela	9.986	9.986
	<u>69.842.180</u>	<u>8.945.669</u>
	=====	=====

Em 2011 foi alterado o método de consolidação do FII CA Património Crescente, deixando de ser consolidado pelo método integral e passando a entrar no processo de consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

No exercício de 2011, a CA Seguros adquiriu 20% do capital da RNA - Rede Nacional de Assistência, SA, sociedade que tem por objecto social a prestação de serviços de assistência.

Em 31 de Dezembro de 2011, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras não auditadas destas empresas encontram-se resumidos na Nota 4.

18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 eram os seguintes:

	2011	2010
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	118.279.318	97.173.591
Por prejuízos fiscais reportáveis	874.005	620.393
	-----	-----
	119.153.323	97.793.984
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	(1.887.260)	(1.862.578)
	-----	-----
	117.266.063	95.931.406
	=====	=====
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	5.452.370	4.574.168
	-----	-----
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(13.778.395)	(12.199.884)
	-----	-----
	(8.326.025)	(7.625.716)
	=====	=====

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011				
	Saldo	Varição	Varição	Varição	Saldo
	em	em	em Resultados	em	em
	31-12-2010	Resultados	Transitados	Reservas	31-12-2011
. Activos tangíveis e imparidade	348.295	(251.029)	-		97.266
. Activos intangíveis	24.925	29.768	-		54.693
. Provisões não aceites fiscalmente:					
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	46.261.409	5.501.058	-		51.762.467
Provisões para crédito e juros vencidos	34.957.404	10.036.752	-		44.994.156
Provisões para riscos gerais de crédito	5.184.430	1.164.123	-		6.348.553
Provisão para aplicações financeiras	135.218	(4.701)	-		130.517
Provisões para imóveis	327.016	45.717	-		372.733
Provisões para outras aplicações	284.098	640.941	-		925.039
Provisões para outros riscos e encargos	1.451.797	(398.072)	-		1.053.725
. Pensões					
Reformas antecipadas	269.677	105.568	-		375.245
Contribuição efectuada	-	-	-		-
Prémio de antiguidade	3.764.223	194.608	-		3.958.831
Encargos com saúde	151.279	52.768	-		204.047
. Valorização ao justo valor por reservas de activos financeiros disponíveis para venda	1.807.168	2.907.789	715.869	776.805	6.207.631
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(1.681.357)	528.916	-		(1.152.441)
. Valias fiscais	(137.789)	(146.404)	-		(284.193)
. Prejuízos fiscais reportáveis	620.393	253.612	-		874.005
. Comissões	353.486	(283.476)	-		70.010
. Valorização dos activos disponíveis para venda	(43.432)	(407.194)	-		(450.626)
. Outros	1.853.166	(128.761)			1.724.405
	95.931.406	19.841.983	715.869	776.805	117.266.063

		2010				
		Saldo	Varição	Varição	Varição	Saldo
		em	em	em Resultados	em	em
		31-12-2009	Resultados	Transitados	Reservas	31-12-2010
. Activos tangíveis e imparidade		669.984	(308.956)	-		361.028
. Activos intangíveis		22.625	(10.433)	-		12.192
. Provisões não aceites fiscalmente:						
Provisões para créditos de cobrança duvidosa		38.684.812	7.576.597	-		46.261.409
Provisões para crédito e juros vencidos		26.792.657	8.164.747	-		34.957.404
Provisões para riscos gerais de crédito		4.706.574	477.856	-		5.184.430
Provisão para aplicações financeiras		233.229	(98.011)	-		135.218
Provisões para imóveis		314.127	12.889	-		327.016
Provisões para outras aplicações		1.006.907	(722.809)	-		284.098
Provisões para outros riscos e encargos		1.400.875	50.922	-		1.451.797
. Pensões						
Reformas antecipadas		267.048	2.629	-		269.677
Contribuição efectuada		986	(986)	-		-
Prémio de antiguidade		3.688.932	75.291	-		3.764.223
Encargos com saúde		161.153	(9.874)	-		151.279
. Valorização ao justo valor por reservas de AFDV		-	(4.657.178)	-	6.464.346	1.807.168
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente		(1.981.411)	300.054	-		(1.681.357)
. Valias fiscais		(203.967)	66.178	-		(137.789)
. Prejuízos fiscais reportáveis		51.162	569.231	-		620.393
. Comissões		650.642	(297.156)	-		353.486
. Valorização dos activos disponíveis para venda		(404.144)	360.712	-		(43.432)
. Outros		85.079	1.768.087			1.853.166
		<u>76.147.270</u>	<u>13.319.790</u>	<u>-</u>	<u>6.464.346</u>	<u>95.931.406</u>

O elevado montante dos impostos diferidos activos nos exercícios de 2011 e 2010 resulta maioritariamente de provisões para crédito concedido com garantia hipotecária.

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Impostos correntes	24.532.613	22.964.579
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(19.841.983)	(13.319.790)
	-----	-----
Total de impostos reconhecidos em resultados	4.690.630	9.644.789
Lucro antes de impostos	57.825.344	47.313.677

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser demonstrada como segue:

	2011		2010	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Resultado antes de impostos		57.825.344		47.313.677
Imposto apurado com base na taxa de imposto nominal	26,50%	15.323.716	26,50%	12.538.124
Taxa adicional (derrama estadual)	1,13%	655.892	0,92%	437.537
Actualização dos impostos diferidos à taxa da derrama estadual	0,00%	-	-4,14%	(1.960.287)
Derrama Municipal	1,96%	1.134.888	1,66%	783.553
Tributações autônomas	1,48%	857.270	2,35%	1.110.814
Correcções de impostos relativos a exercícios anteriores	-4,25%	(2.457.862)	-1,53%	(725.765)
Operações efectuadas ao abrigo de regimes de taxa reduzida	-2,20%	(1.271.319)	-3,88%	(1.835.446)
Benefícios Fiscais	-3,22%	(1.860.575)	-0,21%	(98.739)
Outros	-13,30%	(7.691.379)	-1,28%	(605.002)
Imposto registado na demonstração de resultados	8,11%	4.690.630	20,38%	9.644.789

No exercício de 2011, a rubrica “Outros” inclui principalmente correcções a impostos diferidos, os quais, geraram um impacto em resultados no montante total de 19.841.983 Euros

No exercício de 2010, a rubrica “Outros” inclui o montante de 1.110.814 Euros relativo a tributações autónomas sobre bónus e outras remunerações variáveis de gestores, custos com viaturas e despesas de representação.

No exercício de 2010, a rubrica “Proveitos não tributados” refere-se essencialmente a dividendos não tributados de títulos estrangeiros detidos pela CA Vida. No exercício de 2009, esta rubrica inclui também mais valias obtidas na venda de imobilizado financeiro.

No exercício de 2011 e 2010, a rubrica “Operações efectuadas ao abrigo de regimes de taxa reduzida” refere-se a operações tributadas à taxa de 20% prevista no Estatuto Fiscal Cooperativo e a operações tributadas à taxa de 15% correspondente ao regime de incentivos fiscais à interioridade, previsto no Artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Nos exercícios de 2011 e 2010, a rubrica “Correcções de imposto de exercícios anteriores” corresponde a reembolsos recebidos de IRC relativos a acertos de pagamentos de imposto efectuados pelo GCA em exercícios anteriores.

Até 31 de Dezembro de 2009, a taxa fiscal utilizada no cálculo de impostos diferidos foi de 26,5% para as diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício. No exercício de 2010, os impostos diferidos foram actualizados a uma taxa adicional de 2,5%, denominada de Derrama Estadual. Assim, para os anos de 2010 e 2011, à taxa de 26,5% acresce uma taxa adicional de 2,5%, incidente sobre a parte do lucro tributável superior a 2.000.000 Euros, sujeito e não isento de IRC, que seja apurado por sujeitos passivos residentes em território português e que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza industrial, comercial ou agrícola bem como por não residentes com estabelecimento estável neste território. No exercício de 2010, a percentagem média de taxa da derrama estadual apurada no GCA é de 0,92%, uma vez que a maioria das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas apresentam um lucro tributável inferior a 2.000.000 Euros.

19. PROVISÕES TÉCNICAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Ramo vida:</u>		
Provisão matemática	874.826.127	796.028.773
Provisão para sinistros	3.410.637	3.243.130
Outras provisões técnicas:		
. Provisão para participação nos resultados	4.842.687	1.348.930
. Provisão para estabilização da carteira	15.661.590	16.136.668
. Provisão para compromisso de taxa	2.480.988	-
	-----	-----
	901.222.029	816.757.501
	-----	-----
<u>Ramos não vida:</u>		
Provisão para sinistros	84.690.280	84.565.557
Provisão para prémios não adquiridos	17.778.550	14.118.693
Outras provisões técnicas:		
. Provisão para riscos em curso	2.672.502	2.819.307
. Provisão para desvios de sinistralidade	520.253	444.381
	-----	-----
	105.661.585	101.947.938
	-----	-----
	1.006.883.614	918.705.439
	=====	=====

O movimento ocorrido nas provisões técnicas durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

<u>Saldo em</u> <u>31-12-2009</u>	<u>Reforços líquidos</u> <u>de reposições</u> <u>e anulações</u> <u>(Nota 42)</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2010</u>	<u>Reforços líquidos</u> <u>de reposições</u> <u>e anulações</u> <u>(Nota 42)</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Regulariz.</u>	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2011</u>
842.091.561	92.854.075	(16.240.197)	918.705.439	85.745.013	-	2.433.162	1.006.883.614
=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro 2011 e 2010, a provisão matemática apresenta a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Protecção Poupança Investimento	191.662.811	275.660.311
Protecção Poupança Reforma	147.686.394	165.792.578
Protecção Poupança Educação	19.552.070	20.391.292
CA Poupança Activa	239.028.868	221.431.332
CA PPR+6	18.290.162	18.431.435
CA PPR	103.453.211	94.126.343
Protecção Super-Crédito	15.075	10.837
CA Protecção Livre	204.782	172.919
CA Vida Plena	19.847	11.726
CA Super 4,25	75.814.695	-
CA Primavera	25.601.926	-
CA Verão Taxa Crescente	24.739.298	-
CA Verão PPR	10.481.159	-
CA Futuro Garantido PPR	18.274.058	-
CA Mulher	1.771	-
	-----	-----
	874.826.127	796.028.773
	=====	=====

20. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Outros activos</u>		
Outras disponibilidades	38.043	6.499
Ouro e outros metais preciosos	574.918	558.494
Devedores por operações sobre futuros	7.879	5.540
Aplicações conta-caução	1.202.204	322.041
Outras aplicações	59.856	59.856
Sector Público Administrativo		
IVA a recuperar	992.464	4.479.084
IMT – reembolsos pedidos	1.057.869	1.270.989
Outros valores a receber	3.115.521	3.088.358
Devedores por capital não realizado	1.430	730
Despesas de crédito em contencioso	2.863.484	3.034.935
Suprimentos	1.176.317	1.176.317
Bonificações a receber	2.789.010	5.479.183
Devedores diversos - adiantamentos	220.987.688	6.793.311
Clientes de locação financeira	1.312.037	1.127.457
Outros devedores diversos	62.946.639	56.142.810
	-----	-----
	299.125.359	83.545.604
	-----	-----
<u>Rendimentos a receber</u>		
Por compromissos irrevogáveis assumidos	122.089	144.980
Por serviços bancários prestados	2.110.133	1.638.071
Outros rendimentos a receber	1.572.168	395.609
	-----	-----
	3.804.390	2.178.660
	-----	-----
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Comissões por prestação de serviços	764.540	1.712.277
Rendas e alugueres	442.245	69.968
Seguros	986.943	990.873
Outras despesas a diferir	6.914.793	4.636.993
	-----	-----
	9.108.521	7.410.111
	-----	-----

O movimento dos activos tangíveis disponíveis para venda durante os exercícios de 2011 e 2010 pode ser apresentado da seguinte forma:

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outros activos - Suprimentos” diz respeito a suprimentos concedidos à Propaço.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Devedores diversos - adiantamentos” inclui o montante de 213.892.224 Euros, relativos a adiantamentos efectuados pelo FII CA Imobiliário na compra de imóveis.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outros devedores diversos” inclui os montantes de 15.283.021 Euros e 13.747.315 Euros, respectivamente, relativos a bonificações a receber do IFAP pela CA Seguros.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Comissões por prestação de serviços” diz respeito ao montante pago à Cotacambios pela aquisição do negócio de agenciamento da Western Union. O montante pago ascendeu a 4.100.000 Euros e encontra-se a ser diferido ao longo do período de duração do contrato, que ascende a 5 anos, pelo método da taxa efectiva.

21. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Recursos de Bancos Centrais</u>		
Recursos do Banco de Portugal		
Depósitos a prazo	1.600.000.000	1.650.000.000
Juros a pagar	384.722	886.111
	-----	-----
	1.600.384.722	1.650.886.111
	=====	=====
<u>Recursos de instituições de crédito no país</u>		
Depósitos	19.104.640	27.036.036
Outros recursos	120.045.347	25.710
	-----	-----
	139.149.987	27.061.746
	-----	-----
<u>Recursos de instituições de crédito no estrangeiro</u>		
Outras instituições de crédito:		
Depósitos	7.832.011	7.768.930
Operações de venda com acordo de recompra	157.730.205	191.977.204
Outros recursos	-	597.761
	-----	-----
	165.562.217	200.343.895
	-----	-----
Juros a pagar	19.568	13.551
	-----	-----
	304.731.772	227.419.192
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra” diz respeito a operações de reporte de títulos de dívida pública portuguesa efectuadas com contrapartes estrangeiras, tendo em vista a obtenção de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o prazo residual dos recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito apresenta a seguinte estrutura:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Até três meses	1.493.908.903	1.877.405.641
Entre três meses e um ano	110.803.300	-
Entre um ano e três anos	-	-
Entre três anos e cinco anos	300.000.000	-
	-----	-----
	1.904.712.203	1.877.405.641
	-----	-----
Juros a pagar	404.290	899.662
	-----	-----
	1.905.116.494	1.878.305.303
	=====	=====

A rubrica “Recursos do Banco de Portugal” inclui quatro empréstimos no montante total de 1.600.000.000 Euros, com vencimentos em Janeiro 2012 (825.000.000€), Março 2012 (475.000.000€) e Janeiro 2015 (300.000.000€).

Os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal para cobertura de operações de financiamento junto do Eurosistema, com referência a 31 de Dezembro de 2011 são:

ISIN	Quantidade	Valor Final
ES0214950133	50	4.320.307,75
ES0313377014	200	9.565.237,00
ES0314843303	200	9.550.277,00
ES0314950470	182	8.662.674,02
PTBAFPOE0003	112.680	90.289.345,93
PTBCLQOM0010	580	14.753.726,08
PTBCP7OM0061	252	7.494.558,12
PTBCP9OM0051	4.690	202.367.496,80
PTBCPUOM0010	60	1.751.008,50
PTBCSKOM0019	700	28.607.689,25
PTBCT3OM0000	8.105	3.983.646,81
PTBEMPOE0018	4.865	209.852.565,56
PTBERHOM0013	370	14.419.070,20
PTBERLOM0017	156	5.059.246,92
PTBLMGOM0002	858	23.528.668,02
PTBLMWOM0002	384	13.005.424,32
PTBLMXOM0019	60	1.293.502,62
PTCPP4OM0023	697	31.002.825,56
PTOTE1OE0019	2.142.100.000	15.562.509,77
PTOTE3OE0017	4.950.000.000	31.230.509,06
PTOTE6OE0006	250.000.000	1.437.091,56
PTOTECO0029	3.830.000.000	18.497.811,51
PTOTEGOE0009	71.431.070.000	567.653.680,83
PTOTEKOE0003	22.335.800.000	208.355.318,99
PTOTELOE0010	500.000.000	2.581.234,80
PTOTE0OE0017	1.500.000.000	10.074.101,40
PTPBT2GE0011	53.000.000	49.473.963,00
PTPBTFG0010	240.000.000	225.393.840,00
PTPBTPG0018	180.100.000	169.871.130,45
PTRELAOM0000	100	3.686.310,00
		1.983.324.771,83

Os activos não desreconhecidos que estão associados a operações de venda com acordo de recompra são os seguintes:

Designação	ISIN	Quantidade	Valor recompra
BACR 01/13	XS0459903620	5.000.000	4.416.650,35
BBVA 01/14	XS0408528833	3.750.000	3.362.632,28
BBVASM 01/13	XS0479528753	9.000.000	7.747.032,82
BBVASM 05/12	XS0427109896	7.000.000	6.363.787,05
BPCE 20/07/12	FR0010844381	3.500.000	3.067.489,74
BTPS 02/12	IT0003190912	5.000.000	4.494.154,33
BTPS 02/17	IT0004164775	750.000	555.747,32
BTPS 02/20	IT0003644769	5.400.000	3.930.873,71
BTPS 08/13	IT0003472336	10.000.000	9.072.770,81
BTPS 03/20	IT0004536949	15.000.000	10.514.517,41
BTPS 03/25	IT0004513641	1.800.000	1.237.654,68
BTPS 03/25	IT0004513641	3.000.000	2.065.577,20
CSFLD 01/13	XS0472310860	3.000.000	2.636.618,34
DANBNK 06/14	XS0431725901	3.750.000	3.510.116,15
DNB NOR 2/12	XS0385623128	3.000.000	2.635.495,89
IRISH JAN 14	IE00B3KWYS29	10.000.000	7.711.986,28
ISPIM 01/12	XS0478281396	3.500.000	3.034.835,99
ISPIM 01/15	XS0478285389	6.000.000	5.222.371,13
ISPIM 12/12	XS0470624205	2.500.000	2.190.190,12
NORDEAB 12/12	XS0472575066	7.000.000	6.141.709,11
OT SET 13	PTOTEGOE0009	19.000.000	16.726.167,18
RABOBK 01/14	XS0408832151	30.000.000	27.346.787,27
SANTANDER 01/12	XS0477243843	2.000.000	1.731.881,62
SANTANDER 01/13	XS0283070554	7.000.000	6.033.423,18
SOCGEN 2014	XS0446860826	1.000.000	900.897,04
SVSKHB 01/13	XS0478420184	10.000.000	8.787.853,82
SVSKHB 08/12	XS0447005223	7.000.000	6.290.984,64
			157.730.205,46

22. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos:		
À ordem	2.469.477.281	2.628.656.231
A prazo	4.570.827.737	3.952.162.208
De poupança	2.718.388.503	3.317.843.558
Outros recursos de clientes	596.652	396.694
Cheques e ordens a pagar	4.579.878	7.749.782
Outros	62.346	2.533.766
	-----	-----
	9.763.932.397	9.909.342.239
	-----	-----
Juros a pagar	57.519.428	29.383.377
	-----	-----
	9.821.451.825	9.938.725.616
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Até três meses	5.566.146.545	6.022.712.403
Entre três meses e um ano	3.293.704.506	2.701.934.285
Entre um ano e três anos	889.273.971	1.158.437.576
Entre três e cinco anos	11.365.585	18.854.511
Mais de cinco anos	3.441.790	7.403.464
	-----	-----
	9.763.932.397	9.909.342.239
	-----	-----
Juros a pagar	57.519.428	29.383.377
	-----	-----
	9.821.451.825	9.938.725.616
	=====	=====

23. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do GCA durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011				
	Saldos em 31-12-2010	Reforços líquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2011
Imparidade para crédito sobre clientes (Nota 13):					
Créditos de cobrança duvidosa	171.011.194	(438.215)	-	(7.351.539)	217.231.086
Crédito e juros vencidos	321.416.641	107.881.303	(48.550.292)	1.221.941	376.487.297
	<u>492.427.835</u>	<u>107.443.088</u>	<u>(48.550.292)</u>	<u>(6.129.598)</u>	<u>593.718.383</u>
Provisões:					
Outros riscos e encargos	8.167.312	(719.770)	(1.755.055)	238.625	6.915.759
	<u>8.167.312</u>	<u>(719.770)</u>	<u>(1.755.055)</u>	<u>238.625</u>	<u>6.915.759</u>
Imparidade de outros activos financeiros:					
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	1.700.417	(39.522)	(77.819)	-	1.583.076
Imparidade de outros activos:					
Outros activos (Nota 20)	50.988.875	10.458.258	(4.747.220)	5.890.973	64.967.123
Activos tangíveis (Nota 15)	460.218	85.585	(3.256)	-	545.422
	<u>53.149.510</u>	<u>10.504.321</u>	<u>(4.828.295)</u>	<u>5.890.973</u>	<u>67.095.621</u>
	<u>553.744.657</u>	<u>117.227.639</u>	<u>(55.133.642)</u>	<u>-</u>	<u>667.729.763</u>

	2010				
	Saldos em 31-12-2009	Reforços líquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2010
Imparidade para crédito sobre clientes (Nota 13):					
Créditos de cobrança duvidosa	159.755.607	11.255.587	-	-	171.011.194
Crédito e juros vencidos	255.324.247	84.914.050	(21.084.654)	2.262.998	321.416.641
	<u>415.079.854</u>	<u>96.169.637</u>	<u>(21.084.654)</u>	<u>2.262.998</u>	<u>492.427.835</u>
Provisões:					
Outros riscos e encargos	10.170.875	(1.824.495)	-	(179.068)	8.167.312
	<u>10.170.875</u>	<u>(1.824.495)</u>	<u>-</u>	<u>(179.068)</u>	<u>8.167.312</u>
Imparidade de outros activos financeiros:					
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	1.828.058	167.527	(545.168)	250.000	1.700.417
Imparidade de outros activos:					
Outros activos (Nota 20)	44.458.415	8.989.202	(124.812)	(2.333.930)	50.988.875
Activos tangíveis (Nota 15)	501.567	(37.716)	(3.633)	-	460.218
	<u>46.788.040</u>	<u>9.119.013</u>	<u>(673.613)</u>	<u>(2.083.930)</u>	<u>53.149.510</u>
	<u>472.038.769</u>	<u>103.464.155</u>	<u>(21.758.267)</u>	<u>-</u>	<u>553.744.657</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Provisões – outros riscos e encargos” inclui provisões constituídas para fazer face a riscos fiscais, legais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do GCA.

24. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
C.C.A.M. Costa Azul, CRL	17.928.070	17.928.420
C.C.A.M. Açores, CRL	7.180.885	7.180.885
C.C.A.M. Porto de Mós, CRL	1.455.465	1.726.670
C.C.A.M. Guadiana Interior, CRL	1.444.200	1.835.415
C.C.A.M. Nordeste Alentejano, CRL	782.210	792.190
C.C.A.M. Pernes, CRL	407.400	431.870
C.C.A.M. Sotavento Algarvio, CRL	399.300	400.280
C.C.A.M. Tramagal, CRL	316.295	321.285
C.C.A.M. Ribatejo Norte, CRL	258.070	430.415
C.C.A.M. Beira Baixa (Sul), CRL	156.580	659.595
C.C.A.M. Douro, Corgo e Tâmega, CRL	122.295	124.655
C.C.A.M. Médio Ave, CRL	117.960	117.960
C.C.A.M. Oliveira do Hospital, CRL	56.765	58.765
C.C.A.M. Baixo Vouga, CRL	32.435	32.435
C.C.A.M. Campo Maior, CRL	2.870	2.870
C.C.A.M. Estremoz, CRL	190	190
C.C.A.M. Mogadouro e Vimioso	100	100
C.C.A.M. Alentejo Central, CRL	10	10
C.C.A.M. Beira Douro, CRL	0	134.010
C.C.A.M. Serra da Estrela, CRL	0	10.340
	-----	-----
	30.661.100	32.188.360
	=====	=====

De acordo com o IAS 32, os títulos de capital são instrumentos de capital próprio caso a entidade tenha um direito incondicional de recusar o seu reembolso. A introdução dos IAS/IFRS implicou um ajustamento com referência a 1 de Janeiro de 2006 no montante de 41.447.495 Euros, resultante da classificação dos títulos de capital especial como passivo (Nota 28).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as condições de remuneração dos títulos de capital variavam entre 3,5% e 6%, e o prazo de reembolso de 3 a 5 anos.

25. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Empréstimos subordinados concedidos pelo FGCAM:</u>		
Não titulados	86.433.884	102.301.428
<u>Títulos de investimento:</u>		
Emitidos	38.171.740	33.757.440
	-----	-----
	124.605.624	136.058.868
	-----	-----
Juros a pagar	399.904	324.022
	-----	-----
	125.005.528	136.382.890
	=====	=====

Tendo em consideração os prazos de vencimento dos passivos subordinados, a duração residual do saldo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 analisa-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Menos de três meses	2.500.000	3.500.000
Entre três meses e um ano	5.742.100	16.617.543
Entre um ano e três anos	37.896.124	22.283.580
Entre três e cinco anos	36.456.900	66.071.917
Mais de cinco anos	42.010.500	27.585.828
Juros a pagar	399.904	324.022
	-----	-----
	125.005.528	136.382.890
	=====	=====

O saldo do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo analisa-se como segue:

Descrição	Entidade detentora dos títulos	Moeda	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2011	Data de vencimento	Saldo a 31.12.2011
Empréstimo do FGCAM	C1340 - Vale de Sousa e Baixo Tâmega	Euro	16-Jun	0,5000%	16-06-2013	5.0
Empréstimo do FGCAM	C1440 - Área Metropolitana do Porto	Euro	23-Dez		23-12-2011	3.4
Empréstimo do FGCAM	C3220 - Costa Verde	Euro	31-Jan	0,5000%	31-01-2018	11.0
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Aguireira	Euro	05-Mai	0,5000%	05-05-2016	5.0
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Aguireira	Euro	05-Mai	0,5000%	05-05-2018	5.0
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Aguireira	Euro	16-Jun	0,5000%	16-06-2021	6.0
Empréstimo do FGCAM	C4050 - Beira Baixa (Sul)	Euro	15-Mai	0,5000%	15-05-2013	4.0
Empréstimo do FGCAM	C5020 - Alcobaça	Euro	23-Dez		23-12-2011	9.9
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2014	5.0
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2014	9.0
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2014	2.4
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2014	2.4
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	29-Out	0,5000%	31-12-2014	10.0
Empréstimo do FGCAM	C6020 - Alcacer Sal e Montemor-Novo	Euro	30-Nov	0,5000%	30-11-2022	12.0
Empréstimo do FGCAM	C6240 - Moravis	Euro	15-Dez	0,5000%	15-12-2022	8.0
Empréstimo do FGCAM	C6440 - Alentejo Central	Euro	23-Out	0,5000%	23-10-2015	1.9
Empréstimo do FGCAM	C6440 - Alentejo Central	Euro	23-Out	0,5000%	23-10-2015	7.4
Empréstimo do FGCAM	CCCAM	Euro	23-Dez		23-12-2011	2.4
						<u>102.3</u>

Descrição	Entidade detentora dos títulos	Número de Obrigações	Moeda	Valor Nominal Unitário	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2011	Data de vencimento	31
Tit.Investimento/2006	CCGAM	10.000	Euro	300	28-Jun	2,2500%	28-12-2013	
Tit.Investimento/2007- 1ª Emissão	CCGAM	10.000	Euro	300	27-Mar	2,0000%	27-03-2014	
Tit.Investimento/2007- 2ª Emissão	CCGAM	40.000	Euro	200	10-Abr	1,9375%	10-10-2012	
Tit.Investimento/2008	C1280 - Médio Ave	2.025	Euro	500	30-Jun	2,2700%	31-12-2013	
Tit.Investimento/2007	C1290 - Vila Verde e Terras do Bouro	219.260	Euro	5	12-Jun	1,7500%	12-06-2012	
Tit.Investimento/2006	C1340 - Vale de Sousa e Baixo Tâmega	500	Euro	5	30-Set	2,5000%	31-03-2011	
Tit.Investimento/2010	C1340 - Vale de Sousa e Baixo Tâmega	2.000.000	Euro	5	30-Jun	5,0000%	31-12-2015	
Tit.Investimento/2006	C1420 - Noroeste	5.000	Euro	500	30-Mar	4,8000%	30-03-2012	
Tit.Investimento/2008	C1420 - Noroeste	3.133	Euro	500	02-Fev	1,5000%	02-02-2014	
Tit.Investimento/2011	C1420 - Noroeste	5.883	Euro	500	03-Mar	3,0000%	30-09-2016	
Tit.Investimento/2011	C1420 - Noroeste	21	Euro	500	02-Abr	5,7500%	02-04-2017	
Tit.Investimento/2011	C1440 - Área Metropolitana do Porto	14.001	Euro	100	23-Dez	3,5000%	22-12-2016	
Tit.Investimento/2010	C2090 - Beira Douro	1.032	Euro	500	15-Jun	3,0625%	15-06-2015	
Tit.Investimento/2007	C2160 - Vale do Távora	2.146	Euro	500	02-Jul	1,7500%	30-06-2012	
Tit.Investimento/2008 - 1ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	3.000	Euro	500	01-Jul	1,7500%	01-07-2013	
Tit.Investimento/2008 - 2ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	1.899	Euro	500	1-Jul	1,5000%	01-07-2013	
Tit.Investimento/2009	C2160 - Vale do Távora	392	Euro	500	30-Set	2,5625%	30-09-2014	
Tit.Investimento/2011	C2160 - Vale do Távora	1.016	Euro	500	01-Jul	3,5000%	30-06-2016	
Tit.Investimento/2011	C2160 - Vale do Távora	3.000	Euro	500	31-Dez	3,5000%	30-12-2016	
Tit.Investimento/2007	C2190 - Terra Quente	1.721	Euro	500	02-Jan	1,5625%	02-07-2012	
Tit.Investimento/2008	C2190 - Terra Quente	2.965	Euro	500	01-Jan	2,3125%	01-07-2013	
Tit.Investimento/2011	C2190 - Terra Quente	3.000	Euro	500	30-Mar		30-09-2016	
Tit.Investimento/2007	C3160 - Vale de Cambra	200.000	Euro	5	01-Fev	6,0000%	01-02-2011	
Tit.Investimento/2011	C3160 - Vale de Cambra	286.600	Euro	5	01-Abr	4,5000%	01-04-2016	
Tit.Investimento/2009	C3370 - Serras de Ansião	60.000	Euro	5	16-Abr	3,1250%	16-04-2014	
Tit.Investimento/2010	C3370 - Serras de Ansião	60.000	Euro	5	31-Mar	3,7500%	29-03-2015	
Tit.Investimento/2007	C6040 - Aljustrel e Almodovar	400.000	Euro	500	01-Abr	2,1000%	01-10-2012	
Tit.Investimento/2007	C6120 - Campo Maior	108.800	Euro	5	02-Jan	2,2770%	02-07-2012	
Tit.Investimento/2008	C6120 - Campo Maior	40.900	Euro	5	40938	0,0115	30-01-2014	
Tit.Investimento/2006	C6250 - Guadiana Interior	16.700	Euro	5	02-Mai	2,6000%	02-11-2012	
Tit.Investimento/2010	C6250 - Guadiana Interior	376.228	Euro	5	01-Abr	3,2460%	01-09-2015	
Tit.Investimento/2006	C7010 - Albufeira	150.000	Euro	5	04-Dez	1,7500%	04-12-2011	

26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Credores por operações sobre futuros	-	541
Recursos - conta cativa	1.810.524	1.882.710
Recursos - conta caução	6.386.450	4.722.300
Outros recursos	778.523	626.058
Sector Público Administrativo		
Retenção de impostos na fonte	8.914.979	9.629.150
Contribuições para a Segurança Social	3.053.229	2.858.906
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.268.159	941.493
Outros impostos	3.822.138	3.426.899
Cobranças por conta de terceiros	186.719	181.883
Contribuições para outros sistemas de saúde	605.689	600.965
Passivos financeiros de contratos de seguros	26.018.166	-
Passivos em fundos de investimento, integrados no perímetro de consolidação	100.952.674	81.461.985
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens e serviços	11.368.175	14.265.384
Clientes de operações de valores mobiliários	-	184
Credores por valores a liquidar	367.238	353.901
Credores por valores prescritos	-	150
Credores - cartões de crédito	65.349	53.705
Adiantamentos por contratos-promessa de compra e venda (imóveis)	4.167.517	12.676.078
Bonificações a receber	8.904	8.904
Outros credores	16.019.461	26.512.468
	<u>185.793.894</u>	<u>160.203.664</u>
<u>Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 45)</u>		
Responsabilidades totais	46.602.071	50.508.602
Valor patrimonial do fundo de pensões	(43.511.745)	(41.606.217)
Valor a entregar ao fundo de pensões	3.090.326	8.902.385
Desvios actuariais	13.649.988	6.855.490
	<u>16.740.314</u>	<u>15.757.875</u>
<u>Encargos a pagar</u>		
Por gastos com pessoal		
Provisão para férias e subsídio de férias	21.959.029	21.595.074
Prémio de antiguidade (Nota 45)	18.110.364	18.334.845
Outros	2.025.311	2.092.104
Por gastos gerais administrativos	27.674	44.653
Outros	2.302.692	1.249.786
	<u>44.425.070</u>	<u>43.316.462</u>
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Comissões sobre garantias prestadas	615.342	608.778
Rendas	167.126	633.441
Outras	307.217	265.286
	<u>1.089.685</u>	<u>1.507.505</u>
<u>Valores a regularizar</u>		
Posição cambial	44.467	156.834
Transferências electrónicas	13.765.368	9.921.457
Valores cobrados – sistema de débitos directos (SDD)	4.895.670	4.522.720
Compensação de valores	6.118.450	5.928.741
Outras operações a regularizar	7.803.797	13.707.709
	<u>32.627.752</u>	<u>34.237.461</u>
	<u>280.676.715</u>	<u>255.022.967</u>

O Grupo passou a reconhecer as unidades de participação de fundos de investimento, que estão incluídas no perímetro de consolidação, detidas por entidades externas ao Grupo em "Outros passivos", por ser uma responsabilidade, conforme AG29A e BC68 da IAS32, deixando de reconhecer em "interesses minoritários".

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica "Credores e outros recursos – Passivos financeiros de contratos de seguros" respeita a contratos da CA Vida, de taxa garantida, sem participação nos resultados discricionária, valorizados ao custo amortizado. A evolução entre 31 de Dezembro de 2010 e 2011 foi a seguinte:

	Montante gerido em 31.12.2010	Montantes		Variações de ganhos e perdas (juro técnico)	Montante gerido em 31.12.2011
		Entradas	Saídas		
Valorizados ao custo amortizado	-	25.764.614	114.104	367.657	26.018.166

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica "Credores e outros recursos – Adiantamentos por contratos-promessa de compra e venda (imóveis)" inclui o montante de 2.812.030 Euros e 5.552.278 Euros, respectivamente, referente a contratos de promessa de venda de algumas fracções de habitação do imóvel da Expo 98, já recebidos pela CA Imóveis.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica "Valores a regularizar – Transferências electrónicas" refere-se a transferências bancárias a expedir na respectiva data-valor, através do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica "Valores a regularizar – Valores cobrados - sistema de débitos directos (SDD)" inclui montantes ao abrigo do sistema de débitos directos. Os valores registados nesta rubrica foram cobrados ao cliente da entidade ordenante, tendo sido compensados através do Banco de Portugal nos primeiros dias de Janeiro de 2012 e 2011, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica "Outras operações a regularizar", inclui movimentos às contas Nostro, nomeadamente em moeda estrangeira, que ficam a aguardar a data-valor do movimento. A maior parte corresponde a operações com data valor do início Janeiro de 2012 e 2011, respectivamente, regularizando-se as operações nesse momento.

27. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2011	2010
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</u>		
Garantias e avals prestados	242.961.371	251.686.349
Activos dados em garantia	15.141.688	45.991.035
Créditos documentários abertos	10.280.781	2.698.200
Activos dados em garantia – outros activos	520.000	750.000
Fianças	17.494	24.467
<u>Compromissos perante terceiros</u>		
Por linhas de crédito		
Compromissos irrevogáveis	706.977.214	887.865.186
Compromissos revogáveis	327.198.796	307.580.000
Por subscrição de títulos	44.320.000	110.650.000
Responsabilidade potencial para com o sistema de indemnização aos investidores	223.298	254.679

Responsabilidades por prestação de serviços

Depósito e guarda de valores	764.880.211	1.904.625.412
Valores administrados pela instituição	1.250.549.525	1.151.031.317
Valores recebidos para cobrança	143.167.710	148.772.876
Outros	83.179	53.500
	-----	-----
	3.506.321.267	4.812.396.454
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011, encontram-se registados na rubrica "compromissos irrevogáveis", o montante de 59.809.450 Euros correspondentes à garantia relativa ao compromisso irrevogável de aquisição de títulos que irão integrar a carteira do Fundo FEI Rendimento Fixo.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a totalidade do saldo da rubrica "Compromissos perante terceiros – Por subscrição de títulos" corresponde a papel comercial.

Apesar de não se encontrar registado nas contas extrapatrimoniais, ao abrigo do regime jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, o Grupo é solidário relativamente ao valor não financiado do fundo de pensões das Caixas Agrícolas que não pertencem ao SICAM (Nota 46).

28. CAPITAL

O capital estatutário do Grupo Crédito Agrícola, dividido e representado por títulos de capital nominativos, com o valor nominal unitário de 5 Euros é de 867.605.506 Euros em 31 de Dezembro de 2011.

Do montante total de capital subscrito, foi transferido para uma rubrica de passivo “Instrumentos representativos de capital com natureza de passivo”, o montante de 30.661.100 Euros, por aplicação da IAS 32 – Instrumentos Financeiros (Nota 24).

Com a publicação do novo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, em Diário de Republica (Decreto-Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho), conforme mencionado na Nota Introdutória, procedeu-se à adequação dos Estatutos das Caixas de Crédito Agrícola ao novo Regime Jurídico que, no limite, deveriam ser alterados até à data da realização da primeira assembleia geral obrigatória que se realize no exercício de 2010, conforme mencionado nas disposições transitórias constantes no Artigo 5º do decreto-lei n.º 142/2009 de 16 de Junho. Dessa forma, no decorrer do ano de 2009 e início de 2010, os Estatutos das CCAM foram alterados e aprovados em Assembleia Geral, de forma a sujeitar a uma decisão da Assembleia Geral a exoneração dos associados, motivo pelo qual se manteve a classificação, nos termos da IAS 32, como capital dos títulos nominativos das Caixas Agrícolas subscritos pelos seus associados, com excepção dos que se enquadram na definição de passivo, de acordo com a IAS 32.

De acordo com os Estatutos das Caixas Agrícolas, as condições de exoneração dos associados são as seguintes:

- Até ao dia trinta e um de Outubro de cada ano, podem os associados que o desejarem apresentar a sua exoneração, ou solicitar a redução da sua participação, por carta dirigida ao Conselho de Administração, de acordo com as condições :
 - Terem decorrido, pelo menos, três anos desde a data da realização dos títulos de capital.
 - O reembolso não implicar a redução do capital social para valor inferior ao capital mínimo previsto nos estatutos, nem implicar o incumprimento ou o agravamento de incumprimento de quaisquer relações ou limites prudenciais fixados por lei ou pelo Banco de Portugal em relação à Caixa Agrícola.
- A exoneração torna-se efectiva após a aprovação pela Assembleia Geral que deliberar sobre o relatório e contas relativos ao ano em que o pedido for apresentado.
- O associado exonerado, bem como o que tenha reduzido a sua participação têm direito ao reembolso dos seus títulos de capital, nos termos do número sete do artigo oitavo dos estatutos, podendo, no entanto, o Conselho de Administração mandar suspender o reembolso conforme previsto no número oito do mesmo artigo oitavo.
- O reembolso poderá ser realizado em três prestações anuais, salvo se prazo inferior for decidido pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2011, verificaram-se aumentos de capital, um no montante de 46.445.996 Euros por incorporação de reservas e outro no montante de 3.271.664 Euros por entrada de novos sócios.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o capital estatutário correspondia aos associados das seguintes Caixas Agrícolas:

	2011	2010
CCAM de Pombal, CRL	55.980.440,00	40.274.405,00
CCAM Batalha, CRL	31.579.085,00	31.294.675,00
CCAM Região Bragança e Alto Douro, CRL	30.533.405,00	30.432.350,00
CCAM Costa Azul, CRL	30.004.255,00	29.591.365,00
CCAM do Noroeste, CRL	28.665.075,00	28.862.600,00
CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	24.972.570,00	17.867.775,00
CCAM Açores, CRL	21.746.995,00	21.314.970,00
CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	20.871.800,00	20.201.455,00
CCAM da Serra da Estrela, CRL	18.797.015,00	18.424.575,00
CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	18.266.790,00	17.966.660,00
CCAM P. Varzim, V. Conde e Esposende, CRL	18.136.940,00	18.261.435,00
CCAM de São Teotónio, CRL	17.540.325,00	17.538.210,00
CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	17.117.710,00	16.420.085,00
CCAM do Douro, Corgo e Tâmega, CRL	16.623.980,00	15.483.660,00
CCAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CRL	16.172.260,00	15.916.385,00
CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	16.011.705,00	14.603.585,00
CCAM do Baixo Mondego, CRL	15.602.935,00	15.613.855,00
CCAM Coimbra, CRL	13.070.070,00	12.465.560,00
CCAM Alenquer, CRL	12.824.645,00	12.407.270,00
CCAM do Baixo Vouga, CRL	12.114.275,00	11.984.980,00
CCAM S. João da Pesqueira, CRL	11.654.365,00	11.624.690,00
CCAM da Zona do Pinhal, CRL	11.555.365,00	11.295.680,00
CCAM Costa Verde, CRL	11.432.440,00	11.492.940,00
CCAM do Guadiana Interior, CRL	11.154.245,00	11.194.840,00
CCAM Beja e Mértola, CRL	11.060.210,00	11.017.465,00
CCAM de Alcobaça, CRL	11.054.550,00	7.350.175,00
CCAM Beira Douro, CRL	11.023.625,00	10.692.240,00
CCAM Vale do Dão e Alto Vouga, CRL	10.870.030,00	10.584.405,00
CCAM Salvaterra de Magos, CRL	10.569.470,00	10.604.030,00
CCAM Coruche, CRL	10.106.215,00	10.023.080,00
CCAM Lourinhã, CRL	9.915.885,00	10.060.920,00
CCAM Albufeira, CRL	9.752.295,00	9.468.115,00
CCAM Loures, Sintra e Litoral, CRL	9.433.875,00	9.443.035,00
CCAM Médio Ave, CRL	9.060.460,00	9.065.005,00
CCAM S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	8.900.605,00	8.506.625,00
CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	8.775.595,00	8.252.975,00
CCAM de Silves, CRL	8.760.035,00	8.414.730,00
CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	8.680.605,00	8.621.650,00
CCAM de Terras de Viriato, CRL	8.604.250,00	8.253.325,00
CCAM da Terra Quente, CRL	8.598.665,00	8.682.875,00
CCAM Ribatejo Norte, CRL	8.338.800,00	8.372.600,00
CCAM de Moravis, CRL	7.401.570,00	7.367.355,00
CCAM Nordeste Alentejano, CRL	7.314.425,00	7.014.050,00
CCAM Ferreira do Alentejo, CRL	7.231.820,00	7.240.465,00
CCAM da Bairrada e Aguireira, CRL	6.871.810,00	6.855.615,00
CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	6.688.705,00	6.685.190,00
CCAM Arouca, CRL	6.651.945,00	6.614.185,00
CCAM Alentejo Central, CRL	6.580.990,00	6.459.370,00
CCAM Oliveira do Bairro, CRL	6.513.930,00	6.188.945,00
CCAM Alcácer-Sal e Montemor-Novo, CRL	6.502.740,00	6.484.445,00

	2010	2010
CCAM Cadaval, CRL	6.370.120,00	6.355.615,00
CCAM de Lafões, CRL	6.264.510,00	5.063.170,00
CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	6.169.925,00	6.040.335,00
CCAM Porto de Mós, CRL	6.158.200,00	5.927.080,00
CCAM Beira Centro, CRL	5.784.275,00	5.206.505,00
CCAM do Ribatejo Sul, CRL	5.729.885,00	5.560.205,00
CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	5.651.760,00	5.664.550,00
CCAM Sousel, CRL	5.602.690,00	5.434.065,00
CCAM Estremoz, CRL	5.505.585,00	5.467.675,00
CCAM Pernes, CRL	5.371.785,00	4.786.050,00
CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	5.251.770,00	5.208.770,00
CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	5.232.815,00	4.241.315,00
CCAM Vagos, CRL	5.180.765,00	5.222.585,00
CCAM Vila Franca de Xira, CRL	5.131.895,00	5.118.050,00
CCAM Azambuja, CRL	5.043.100,00	4.641.135,00
CCAM Aljustrel e Almodovar, CRL	5.020.975,00	5.015.530,00
CCAM Anadia, CRL	4.997.195,00	4.992.875,00
CCAM Vila Verde e Terras do Bouro, CRL	4.829.380,00	4.687.985,00
CCAM Oliveira de Azeméis, CRL	4.678.455,00	4.795.580,00
CCAM do Algarve, CRL	4.533.201,00	4.555.411,00
CCAM do Norte Alentejano, CRL	4.471.790,00	4.083.960,00
CCAM Paredes, CRL	4.346.110,00	4.201.780,00
CCAM de Albergaria e Sever, CRL	4.175.200,00	3.726.280,00
CCAM Cartaxo, CRL	3.864.930,00	3.675.180,00
CCAM Borba, CRL	3.825.325,00	3.765.710,00
CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	3.734.025,00	3.393.425,00
CCAM Oliveira do Hospital, CRL	3.721.925,00	3.829.340,00
CCAM Entre Tejo e Sado, CRL	3.586.015,00	3.552.765,00
CCAM Tramagal, CRL	3.562.660,00	3.546.465,00
CCAM Vale de Cambra, CRL	3.517.620,00	3.343.410,00
CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	3.516.465,00	2.964.875,00
CCAM Serras de Ansião, CRL	3.316.570,00	3.099.645,00
CCAM Alcanhões, CRL	3.016.400,00	2.687.285,00
CCAM Estarreja, CRL	2.750.390,00	2.750.620,00
	867.605.506,00	823.462.101,00

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a estrutura accionista do GCA encontra-se distribuída por milhares de subscritores de títulos de capital nas Caixas Agrícolas, não existindo detentores de capital com participação superior a 0,1%.

29. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Reservas de reavaliação:</u>		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor, líquido:		
De activos financeiros disponíveis para venda	(19.593.931)	(7.537.022)
Reservas de reavaliação do imobilizado, líquido	6.959.517	7.366.035
	(12.634.414)	(170.987)
Outras reservas	290.505.735	293.103.365
Resultados transitados	(154.800.742)	(112.310.790)
	135.704.993	180.792.575
Lucro do exercício (Nota 30)	55.023.902	35.501.401
	178.094.481	216.122.989
	=====	=====

Reserva legal

A reserva legal destina-se a cobrir eventuais perdas do exercício. Nos termos do artigo 33º dos estatutos das Caixas a reserva legal é anualmente creditada com 20% dos excedentes anuais líquidos e quaisquer outras prestações das associadas para o mesmo fim, até que o seu montante seja igual ao capital.

Reserva para formação e educação cooperativa

A reserva para formação e educação cooperativa, destina-se a financiar despesas com programas de formação técnica, cultural e cooperativa das associadas, dirigentes e empregados na Caixa Central, é reforçada no máximo com 2,5% dos excedentes anuais líquidos e ainda as importâncias que, a qualquer título, forem obtidas para aquela finalidade.

Reserva para mutualismo

A reserva para mutualismo, destina-se a custear acções de entreajuda e auxílio mútuo de que careçam associadas ou empregados, sendo creditada, no máximo, com 2,5% dos excedentes anuais líquidos.

Reservas de reavaliação

Esta rubrica inclui a reserva de reavaliação resultante da valorização ao justo valor de activos financeiros de activos disponíveis para venda e de reavaliação do imobilizado. Esta reserva não poderá ser distribuída, podendo, no caso da decorrente da reavaliação do imobilizado, ser utilizada para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

30. LUCRO CONSOLIDADO

Nos exercícios de 2011 e 2010, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	2011
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ⁽¹⁾	51.690.786
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	1.035.502
	52.726.288
Impacto no resultado líquido da reconciliação entre saldos comuns no SICAM	601.502
Resultado líquido do SICAM	53.327.790
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	(49.723)
FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	442.723
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	174.760
Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A.	(678.558)
Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.	109.806
Crédito Agrícola Serviços - ACE ⁽²⁾	-
FII CA Imobiliário	(6.341.415)
Crédito Agrícola SGPS S.A.	1.284.610
Rural Rent - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.	(18.079)
CA Imóveis, Unipessoal Lda	(9.546.879)
Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	18.995
Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.	4.134.117
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	3.197.065
FII CA Arrendamento Habitacional	(466.986)
	(7.739.564)
Anulação do reforço de provisões para imparidade em filiais e associadas registadas nas contas individuais das empresas do Grupo	1.771.423
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas	941.854
Apuramento da 1.ª diferença equivalência patrimonial do FII CA Património Crescente (negativa)	668.932
Anulação da amortização acumulada da diferença consolidação do FII CA Património Crescente	2.889.313
	6.271.522
Ajustamentos de relações intragrupo e anulações de saldos comuns:	
Anulação das mais e menos valias obtidas na venda de imóveis do CA Imóveis adquiridos pelo FII CA Imobiliário	402.851
Ajustamento ao imobilizado vendido intragrupo - anulação de mais valias e correcção às amortizações	190.628
Anulação dos ganhos e perdas potenciais dos imóveis detidos pelos FII CA Imobiliário e FII Património Crescente ⁽³⁾	335.620
Anulação das provisões na CA SGPS sobre participações financeiras em empresas do GCA	405.689
Anulação das provisões na CA SGPS sobre Prestações suplementares (empréstimos) concedidos a empresas do GCA	839.414
Anulação de dividendos intra-grupo	(3.592.971)
Anulação das mais valias obtidas na venda de imóveis da Caixa Central adquiridos pelo CA Imóveis	2.260.895
Anulação das comissões de intermediação de seguros pagas às CCAMs	105.668
Anulação de facturação e prestação de serviços intra-grupo	(546.719)
Anulação dos prémios de seguros da Caixa Central e das CCAMs	815.467
Ajustamento no CA Serviços relativo ao estorno dos movimentos do fundo de pensões	(65.236)
Anulação dos juros do contrato de suprimento entre a CA SGPS e a CA Imóveis	264.914
Resultados em fundos de investimento, integrados no perímetro de consolidação	1.982.643
Outros ajustamentos de consolidação	(141.254)
	3.257.609
	55.117.357
Resultados atribuível a interesses minoritários	(93.455)
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	55.023.902

	2010
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ⁽¹⁾	34.532.074
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	2.268.545
	36.800.619
Resultados das CCAMs alvo de fusões no exercício	(594.512)
Resultados de ajustamentos de conciliação	(168.614)
Resultados de diferenças de conciliação	298.444
Resultado líquido do SICAM	36.335.937
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	(82.804)
FII CA Património Crescente	3.253.149
FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	524.701
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	133.227
Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A.	(257.834)
Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.	146.365
Crédito Agrícola Serviços - ACE ⁽²⁾	-
FII CA Imobiliário	(5.746.953)
Crédito Agrícola SGPS S.A.	2.119.516
Rural Rent - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.	(11.263)
CA Imóveis, Unipessoal Lda	(187.314)
Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	(15.199)
Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.	6.107.050
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	3.096.651
FII CA Arrendamento Habitacional	(585.643)
	8.493.649
Anulação do reforço de provisões para imparidade em filiais e associadas registadas nas contas individuais das empresas do Grupo	3.034
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas	(867.870)
Reforço da amortização da diferença consolidação do FII CA Património Crescente	(1.796.270)
	(2.661.106)
Ajustamentos de relações intragrupo e anulações de saldos comuns:	
Anulação das +/- valias obtidas na venda de imóveis das CCAMs adquiridos pelo FII CA Arrendamento Habitacional	(183.954)
Resultado do ajustamento das amortizações dos imóveis da Caixa Central adquiridos pelo FII CA Património Crescente	(389.015)
Anulação dos ganhos potenciais dos imóveis detidos pelos FII CA Imobiliário e FII Património Crescente ⁽³⁾	(444.364)
Anulação dos prémios de seguros da Caixa Central e das CCAMs	984.035
Anulação da Facturação emitida pela CA serviços às CCAMs	(158.868)
Ajustamento no CA Serviços relativo ao estorno dos movimentos do fundo de pensões	(725.361)
Anulação da Facturação emitida pela CA Informática às CCAMs	(417.429)
Ajustamento ao imobilizado vendido intragrupo pela CA informática - anulação de mais valias e correcção às amortizações	64.358
Ajustamento no CA Informática relativo ao estorno dos movimentos do fundo de pensões	215.980
Anulação da facturação emitida pela Fenacam às CCAMs em 2010	(165.611)
Ajustamento ao imobilizado vendido intragrupo pela Fenacam - anulação de mais valias e correcção às amortizações	(305.108)
Anulação dos dividendos do resultado de 2009 da CA SGPS, registados como proveitos em 2010, pelo GCA	(596.177)
Anulação dos dividendos do resultado de 2009 da CA Vida, registados como proveitos em 2010, pelo GCA	(668.645)
Anulação dos dividendos do resultado de 2009 da CA Seguros, registados como proveitos em 2010, pelo GCA	(1.264.238)
Anulação dos custos da CA serviços à CA informática por prestação de serviços em anos anteriores	(136.448)
Anulação dos juros do contrato de suprimento entre a CA SGPS e a CA Imóveis	(295.446)
Resultados em fundos de investimento, integrados no perímetro de consolidação	(2.086.244)
Outros ajustamentos de consolidação	(13.301)
	(6.585.836)
	35.582.644
Resultados atribuível a interesses minoritários	(81.243)
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	35.501.401

31. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2011 e 2010, tem a seguinte distribuição por entidade:

	2011		2010	
	Balço	Demonstrao dos resultados	Balço	Demonstrao dos resultados
Crédito Agrícola Seguros	655.076	(83.124)	589.031	(80.513)
Agrocapital SCR	311.955	(6.331)	305.625	5.066
Crédito Agrícola Vida	40.529	(3.307)	36.232	(4.886)
Crédito Agrícola Informática	30.847	(604)	30.243	(805)
Fenacam	856	(89)	767	(105)
	<u>1.039.263</u>	<u>(93.455)</u>	<u>961.898</u>	<u>(81.243)</u>

O movimento nos interesses minoritários durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 apresenta-se de seguida:

Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2009	1.062.794
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses minoritários:	
Crédito Agrícola Seguros	80.513
Credito Agrícola Vida	4.886
Outros	(4.156)
	<u>81.243</u>
Varição nos capitais próprios (reservas de reavaliação) das seguradoras	(182.139)
Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2010	<u>961.898</u>
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses minoritários:	
Crédito Agrícola Seguros	83.124
Agrocapital SCR	6.331
Credito Agrícola Vida	3.307
Outros	693
	<u>93.455</u>
Varição nos capitais próprios (reservas de reavaliação) das seguradoras	(16.090)
Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2011	<u>1.039.263</u>

32. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Juros de disponibilidades em bancos centrais	2.191.044	1.858.077
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito		
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país	21.361	18.300
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro	1.872	1.248
	-----	-----
	23.233	19.548
	-----	-----
Juros de aplicações em instituições de crédito		
Aplicações em instituições de crédito no país	3.057.154	4.976.671
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	39.516	118.274
	-----	-----
	3.096.670	5.094.945
	-----	-----
Juros de crédito a clientes		
Empréstimos	208.495.381	181.548.815
Habitação	61.211.877	48.090.835
Créditos em conta corrente	36.679.821	30.936.494
Descobertos em depósitos à ordem	9.699.774	9.173.930
Outros	54.428.614	52.702.736
	-----	-----
	370.515.467	322.452.810
	-----	-----
Juros de crédito vencido	19.487.043	20.594.810
Juros de outros activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	470.261	685.826
Juros de activos financeiros detidos para venda	22.391.571	31.897.332
Juros de activos financeiros detidos para negociação	6.757.330	4.426.525
Juros de investimentos detidos até à maturidade	127.186.883	85.654.933
Outros juros e rendimentos similares	27.604.737	12.953.362
	-----	-----
	203.897.825	156.212.788
	-----	-----
	579.724.239	485.638.168
	=====	=====

33. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	146.868.776	112.098.059
Juros de recursos de outras instituições de crédito	3.730.085	4.341.448
Juros de recursos de bancos centrais	21.986.528	7.677.292
Juros de passivos financeiros de negociação		
Instrumentos financeiros derivados	1.450.344	3.301.257
Desconto das operações sobre obrigações no mercado de capitais	578.474	457.081
Juros de passivos subordinados	1.719.812	1.423.043
Fundo de pensões (Nota 46)	-	-
Outros juros e encargos similares	22.736.498	21.405.121
	-----	-----
	199.070.517	150.703.301
	=====	=====

34. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Activos financeiros disponíveis para venda:		
Emitidos por residentes	1.358.818	2.012.908
Emitidos por não residentes	785.318	582.556
	-----	-----
	2.144.136	2.595.464
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica refere-se a dividendos recebidos de instrumentos de capital constantes nas carteiras de títulos da CA Vida e da CA Seguros.

35. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Por garantias prestadas</u>		
Garantias e avales	4.972.393	5.024.510
Créditos documentários abertos	250.061	143.235
Outras	197	745
	-----	-----
	5.222.651	5.168.490
	-----	-----
<u>Por compromissos assumidos perante terceiros</u>		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	4.901.704	4.244.025
Outros compromissos irrevogáveis	963.182	644.249
	-----	-----
	5.864.886	4.888.274
	-----	-----
<u>Por serviços prestados</u>		
Operações de crédito		
Outras operações de crédito	28.649.535	29.043.990
Anuidades	5.603.492	4.727.440
Transferência de valores	3.726.049	4.329.744
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários		
Comissão de gestão	943.477	1.002.211
Comissão de resgate de unidades de participação	264.390	24.958
Comissão de emissão de unidades de participação	98	313
Cobrança de valores	922.818	1.038.193
Depósito e guarda de valores	786.312	430.941
Gestão de cartões	60.503	139.370
Administração de valores	304	211
Outros serviços prestados		
Colocação e comercialização	2.753.321	1.805.464
Outras comissões interbancárias	306.870	338.394
Outros	29.151.317	27.723.019
	-----	-----
	73.168.486	70.604.248
	-----	-----
<u>Por operações realizadas por conta de terceiros</u>		
Sobre títulos		
Em operações de Bolsa	103.512	147.235
Em operações fora de Bolsa	10	13
Outras operações realizadas por conta de terceiros	70.983	84.290
	-----	-----
	174.505	231.538
	-----	-----
Outras comissões recebidas	30.281.908	29.700.228
	-----	-----
	114.712.436	110.592.778
	=====	=====

36. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Por garantias recebidas	268	6.865
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Depósito e guarda de valores	568.042	445.527
Cobrança de valores	28.223	33.458
Administração de valores	68.674	120.024
Outros serviços bancários prestados por terceiros	15.506.287	15.484.448
Por operações realizadas por terceiros	181.338	239.405
Outras comissões pagas	1.087.925	1.047.586
	-----	-----
	17.440.760	17.377.313
	=====	=====

37. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

		2011		
		Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:				
Títulos		121.850	(4.901)	116.949
Derivados de negociação		1.453.031	(783.221)	669.810
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados		162.102	(670.956)	(508.854)
		<u>1.736.983</u>	<u>(1.459.078)</u>	<u>277.905</u>

		2010		
		Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:				
Títulos		6.201.899	(713.481)	5.488.418
Derivados de negociação		1.356.964	(2.196.584)	(839.620)
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados		70.544	(102.699)	(32.155)
		<u>7.629.407</u>	<u>(3.012.764)</u>	<u>4.616.643</u>

No exercício de 2010, a rubrica "Activos Financeiros detidos para negociação – Títulos" inclui ganhos no montante de 5.832.100 Euros, decorrentes da reavaliação de títulos de dívida pública portuguesa (Nota 14).

38. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	9.409.574	10.456.556
Instrumentos de capital	(1.190.031)	(1.232.565)
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	(3.251.652)	(206.283)
Instrumentos de capital	-	354.330
	-----	-----
	4.967.891	9.372.038
	=====	=====

39. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

No exercício de 2011 e 2010, os resultados relativos a reavaliação cambial correspondem a operações cambiais à vista.

40. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resultados em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	(3.332.618)	(131.598)
Outros activos tangíveis	(366.853)	1.409.143
Outros activos não financeiros	(618.449)	(24.114)
	-----	-----
	(4.317.920)	1.253.431
	=====	=====

41. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Rendas	1.460.107	3.193.537
Reembolso de despesas	2.121.892	2.739.049
Recuperação de créditos, juros e despesas		
Recuperação de créditos incobráveis	15.853.822	19.660.430
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	15.303.538	15.346.169
Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.504.915	3.670.480
Ganhos relativos a anos anteriores	1.396.551	1.330.429
Resultados em fundos de investimento, integrados no		
perímetro de consolidação	1.982.643	-
Outros	15.019.183	20.519.656
	-----	-----
	56.642.651	66.459.750
	-----	-----
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Quotizações e donativos	(1.526.033)	(1.781.317)
Contribuições para FGCAM	(8.244.473)	(7.854.122)
Outros impostos	(4.283.516)	(3.459.734)
Falhas na gestão e execução de procedimentos	(143.666)	(333.096)
Outros encargos e gastos operacionais		
relativos exercícios anteriores	(1.353.160)	(1.237.015)
Resultados em fundos de investimento, integrados no		
Perímetro de consolidação	-	(2.086.244)
Outros encargos e gastos operacionais	(28.836.815)	(26.180.142)
	-----	-----
	(44.387.663)	(42.931.670)
	-----	-----
	12.254.988	23.528.080
	=====	=====

42. MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Prémios líquidos de resseguro</u>		
Ramo vida		
Prémios brutos emitidos	277.030.338	254.442.080
Prémios de resseguro cedido	(7.550.940)	(7.479.980)
	<u>269.479.398</u>	<u>246.962.100</u>
Ramo não vida		
Prémios brutos emitidos	79.917.445	77.288.813
Prémios de resseguro cedido	(13.866.590)	(13.083.728)
	<u>66.050.855</u>	<u>64.205.085</u>
	<u>335.530.253</u>	<u>311.167.185</u>
<u>Custos com sinistros</u>		
Montantes pagos		
Montantes brutos	246.603.109	220.509.147
Parte dos resseguradores	(6.952.428)	(7.424.915)
	<u>239.650.681</u>	<u>213.084.232</u>
Variação de provisões técnicas, líquidas de resseguro (Nota 19)	(85.745.013)	(92.854.075)
	<u>10.134.559</u>	<u>5.228.878</u>

43. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Salários e vencimentos		
Empregados	134.327.530	133.099.134
Órgãos de Gestão e Fiscalização	14.902.687	14.052.769
Encargos sociais obrigatórios		
Fundo de Pensões (Nota 46):		
Custo do serviço corrente	832.648	1.369.538
Custo dos juros	2.799.389	3.073.333
Rendimento esperado dos activos de fundo	(1.777.094)	(1.723.370)
Ganhos e perdas actuariais	(184.856)	(58.078)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	460.036	584.048
Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	27.183.163	25.308.699
SAMS	6.211.661	6.241.325
Outros	2.157.549	1.648.225
Outros encargos sociais obrigatórios	628.346	959.754
Encargos Sociais Facultativos	53.403	50.098
Outros Custos com Pessoal		
Indemnizações contratuais	666.348	206.664
Outros	975.695	1.106.561
	-----	-----
	189.236.505	185.918.700
	=====	=====

O número médio de colaboradores do GCA em 2011 e 2010 apresenta a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Direcção	164	164
Chefias e gerência	878	878
Quadros Técnicos	665	663
Comerciais	1.639	1.640
Administrativos	736	762
Outros	268	274
	-----	-----
	4.350	4.381
	=====	=====

A política de remunerações em vigor para os órgãos sociais da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, casa-mãe do GCA encontra-se descrita no capítulo do Relatório e Contas individual da Caixa Central sobre a Estrutura e as práticas de governo societário.

44. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Com fornecimentos:		
Água energia e combustíveis	7.243.025	6.640.594
Material de consumo corrente	1.293.058	1.434.625
Material de higiene e limpeza	339.177	365.303
Publicações	148.320	161.636
Material para assistência e reparação	46.103	67.783
Outros fornecimentos de terceiros	1.322.036	1.456.849
	-----	-----
	10.391.719	10.126.790
	-----	-----
Com serviços:		
Comunicações	14.582.912	14.226.558
Conservação e reparação	7.562.928	8.321.740
Publicidade e edição de publicações	8.085.948	6.409.762
Deslocações, estadas e despesas de representação	4.326.584	5.155.764
Rendas e alugueres	8.011.775	5.181.805
Transportes	2.460.386	2.196.503
Seguros	653.649	671.421
Formação de pessoal	884.125	656.435
Serviços especializados:		
Informática	10.080.178	9.129.115
Avenças e honorários	7.773.991	8.413.783
Judiciais, contencioso e notariado	3.445.484	2.986.614
Segurança e vigilância	1.198.697	999.245
Informações	1.372.490	1.511.151
Mão de obra eventual	151.585	135.834
Bancos de dados	176.575	215.535
Outros serviços especializados:		
Serviços multibanco	7.845.334	7.257.046
Avaliadores externos	712.003	603.817
Outros serviços de terceiros	19.644.953	18.489.763
	-----	-----
	98.969.597	92.561.891
	-----	-----
	109.361.316	102.688.681
	=====	=====

A rubrica "Outros serviços especializados – outros serviços de terceiros" inclui o montante de 2.689.818 Euros relativos aos honorários totais facturados pelos Revisores Oficiais de Contas durante o exercício de 2011, divulgados para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

45. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2011, o montante de créditos concedidos a membros dos órgãos sociais relativos às Caixas Agrícolas que integram o GCA ascende a 14.078.445 Euros (16.475.109 Euros em 31 de Dezembro de 2010).

46. PENSÕES DE REFORMA

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Grupo Crédito Agrícola relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida, S.A. (entidade do Grupo Crédito Agrícola).

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram os seguintes:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<u>Pressupostos financeiros:</u>		
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento	4,27%	4,28%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	2,0%	2,5%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
<u>Pressupostos demográficos</u>		
Tábua de mortalidade	TV – 88/90	TV – 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Idade de reforma	65	65
Método de avaliação	"Projected Unit Credit"	"Projected Unit Credit"

- Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social – (nº2 Artº 27 do Decreto Lei 187/2007) 1,81%

- Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social (nº1 Artº 27 do Decreto-Lei 187/2007)..... 1,75%

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões do Grupo para os exercícios de 2011 e 2010 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
	<u>Pressupostos</u>	<u>Real</u>	<u>Pressupostos</u>	<u>Real</u>
Taxa de rendimento	5,50%	1,22%	5,50%	2,04%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,08%	2,50%	2,54%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	0,00%	1,75%	1,00%

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	29.241.065	33.410.984
. Licenças sem vencimento	948.257	913.022
. Pré-reformados	590.247	709.984
. Pensões em pagamento	15.933.475	15.474.612
	-----	-----
Total de responsabilidades (Nota 26)	46.713.044	50.508.602
	=====	=====
Cobertura das responsabilidades:		
. Valor patrimonial do Fundo (Nota 26)	43.511.745	41.606.217
	-----	-----
Valor financiado em excesso / (insuficiência)	(3.201.299)	(8.902.385)
	=====	=====

O IAS 19 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo.

O Fundo de Pensões do SICAM engloba as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, Torres Vedras e Mafra. No entanto, estas não fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Crédito Agrícola. As responsabilidades destas Caixas Agrícolas apuradas nos termos do IAS 19, e a respectiva quota-parte no valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2011, decompõem-se como segue:

Total das responsabilidades por serviços passados	2.933.214
Cobertura das responsabilidades:	
. Valor patrimonial do Fundo	2.969.232

Valor financiado em excesso	36.018
	=====

Em 31 de Dezembro de 2011, os saldos de balanço do GCA não incluem estes montantes.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os saldos em balanço relativos ao fundo de pensões, são os seguintes (Nota 26):

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valor das responsabilidades com pensões	(46.713.044)	(50.508.602)
Valor do Fundo de Pensões	43.511.745	41.606.217
	-----	-----
Diferencial	(3.201.299)	(8.902.385)
Desvios actuariais diferidos	(13.649.988)	(6.855.490)
	-----	-----
	(16.851.287)	(15.757.875)
	=====	=====

De acordo com o IAS 19, o custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado. Nos exercícios de 2011 e 2010, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 43):

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custo do serviço corrente	832.648	1.369.538
Custo dos juros	2.799.389	3.073.333
Rendimento esperado dos activos do Fundo	(1.777.094)	(1.723.370)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	(184.856)	(58.078)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	460.036	584.048
	-----	-----
Acréscimo anual de responsabilidades	2.130.123	3.245.471
	=====	=====

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a decomposição dos desvios é a seguinte:

Desvios por amortizar em 31 de Dezembro de 2010	(6.855.490)

Correcção aos desvios de 2010	(233.621)
Desvios gerados em 2011	
. Desvio financeiro	1.268.308
. Desvio actuarial	(7.829.185)

Desvios por amortizar em 31 de Dezembro de 2011	(13.649.988)
	=====

O desvio actuarial gerado em 2011 deriva essencialmente da alteração dos pressupostos usados face ao ano anterior e da actualização das tabelas salariais do ACT do Grupo Crédito Agrícola abaixo do pressuposto estabelecido, conforme seguinte detalhe:

Alteração do pressuposto da taxa de crescimento dos salários (2,5% para 2%)	(7.039.942)
Actualização de salários e pensões abaixo do pressuposto definido pelo ACT	(789.243)

	(7.829.185)
	=====

O movimento ocorrido no valor das responsabilidades durante os exercícios de 2010 e 2011 foi o seguinte:

Custo do serviço corrente	1.369.538
Contribuições dos empregados	1.103.756
Custo dos juros	3.073.333
Ganhos e perdas actuariais	(9.632.403)
Pensões pagas	(958.312)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(300.831)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	584.048
Outros	105.632

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010	50.508.602

Custo do serviço corrente	832.648
Contribuições dos empregados	1.292.600
Custo dos juros	2.799.389
Ganhos e perdas actuariais	(7.829.185)
Pensões pagas	(1.022.541)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(328.505)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	460.036

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2011	46.713.044
	=====

O movimento no Fundo de Pensões durante o exercício de 2010 e 2011 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	40.637.935
Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	966.733
Contribuições dos empregados	1.209.385
Capitais recebidos de seguro	389.612
Rendimento líquido do Fundo	818.212
Prémios de seguro pagos	(1.156.515)
Pensões pagas	(958.314)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(300.831)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	41.606.217
Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	791.442
Contribuições dos empregados	1.292.600
Capitais recebidos de seguro	213.099
Rendimento líquido do Fundo	508.783
Participação de resultados no seguro	1.601.394
Prémios de seguro pagos	(1.150.734)
Pensões pagas	(1.022.551)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(328.505)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	43.511.745

Em 31 de Dezembro de 2011, os activos que integram o Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, são compostos por: Dívida Pública (48,24%), obrigações empresas (30,51%), acções (15,08%), relacionadas com investimentos imobiliários (2,19%) e outros activos de investimento (3,97%).

Adicionalmente, o Grupo Crédito Agrícola assumiu o compromisso de comparticipação do prémio de antiguidade dos colaboradores (Nota 26). Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades são como seguem:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prémio de antiguidade:		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	17.519.258	17.680.388
. Licenças sem vencimento	637.726	654.457
Total de responsabilidades com prémio de antiguidade (Nota 26)	18.156.984	18.334.845

47. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de Mercado

O risco de mercado reflecte perdas eventuais resultantes de uma alteração adversa do valor de mercado de um instrumento financeiro como consequência da variação, nomeadamente, de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, *spreads* de crédito ou outras variáveis equivalentes.

As regras de gestão do risco de mercado estabelecidas pela Caixa Central para cada carteira, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

De modo a mitigar os riscos associados a uma avaliação dos riscos incorridos, encontra-se implementada uma política de segregação de funções entre a execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido a cada momento decorrente das mesmas.

Eventuais operações de cobertura podem ser propostas tanto pelos gestores das carteiras como pelos responsáveis pelo controlo do risco, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados.

No caso da CA Vida, a carteira de títulos é gerida na sua totalidade pela CA Gest, estando definido um benchmark de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada.

A referida carteira é valorizada mensalmente com base em inputs da Entidade Gestora.

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a CA Vida efectua os seguintes controlos:

- São feitos contactos permanentes com a Entidade Gestora, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- Periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pela Entidade Gestora, sendo efectuada a respectiva análise; e
- São realizadas reuniões com a mesma e sempre que as condições e perspectivas de evolução do mercado o recomendem, redefinindo-se os perfis de risco das carteiras caso seja necessário.

Risco Cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

O controlo e a avaliação do risco cambial são efectuados diariamente a nível individual, para cada uma das Sucursais e a nível consolidado. São calculados valores e cumprimento de limites em termos posição aberta total.

No Grupo Crédito Agrícola, a gestão do risco cambial encontra-se centralizada, sendo responsabilidade do Departamento Financeiro sob enquadramento de limites aprovados pelo Conselho de Administração Executivo.

O Grupo Crédito Agrícola apresenta uma reduzida exposição a este tipo de risco. Efectivamente, o perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida.

Risco de Taxa de Juro

O Grupo Crédito Agrícola incorre em risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros cujo valor presente é sensível a variações das taxas de juro.

O risco de taxa de juro agregado suportado deriva de diversos factores, nomeadamente:

- diferentes prazos de vencimento ou revisão das taxas dos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais (risco de repricing);
- alterações da inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva);
- variações assimétricas das diversas curvas de mercado que afectam as distintas massas patrimoniais e extrapatrimoniais (risco de base); e
- existência de opções explícitas ou implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

A política de gestão do risco de taxa de juro é definida e monitorizada pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).

A Caixa Central avalia mensalmente a sua exposição a este tipo de risco com recurso a uma metodologia baseada no agrupamento dos diversos activos e passivos sensíveis em intervalos temporais de acordo com as respectivas datas de revisão de taxa. Para cada intervalo são calculados os cash flows activos e passivos apurando-se o correspondente gap sensível ao risco de taxa de juro. Procede-se então à avaliação do impacto dos gaps mencionados sobre a evolução da margem financeira e sobre o valor económico da entidade em diversos cenários de evolução das taxas de juro.

A relação risco/ rentabilidade encontra-se enquadrada por limites definidos e monitorizados mensalmente pelo ALCO ao nível da exposição da margem financeira e do valor económico a variações adversas das taxas de juro.

Na CA Vida este risco é monitorizado diariamente, sendo observado o diferencial entre o montante de activos e de passivos que irão estar sujeitos a refinação de taxa de juro com base em intervalos temporais pré-definidos.

A Companhia poderá transaccionar instrumentos financeiros derivados, nomeadamente, efectuar a venda de futuros sobre taxas de juro, com o objectivo estrito de realizar a cobertura do risco de variação do património. A utilização de futuros, contempla apenas contratos transaccionáveis em Bolsa ou mercados regulamentados.

A Companhia transacciona também swaps de taxa de juro, over-the-counter, destinados a garantir uma adequada modelização dos fluxos financeiros gerados pelas carteiras fechadas, negociados e contratualizados com instituições financeiras cuja notação de rating seja preferencialmente investment grade, de forma a minimizar o risco de crédito e/ou de contraparte das carteiras.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição ao risco de taxa de juro, excluindo derivados, pode ser resumida como se segue (valores em milhares de Euros):

	2011					
	Taxa Fixa	Taxa Variavel	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	249.488	249.488	-	-	249.488
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	93.457	93.457	-	-	93.457
Activos financeiros detidos para negociação	9.978	-	9.978	-	2.162	12.140
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.750	12.939	14.689	-	-	14.689
Activos financeiros disponíveis para venda	643.184	46.820	690.004	133.436	3.432	826.872
Aplicações em Instituições de Crédito	284.749	18.432	303.181	844	-	304.025
Crédito a Clientes (saldo bruto)	1.176.372	7.281.652	8.458.024	25.545	23.714	8.507.283
Investimentos a deter até a maturidade	3.068.703	220.164	3.288.867	62.424	-	3.351.291
	5.184.736	7.922.952	13.107.688	222.249	29.308	13.359.245
Passivo						
Recursos de bancos centrais	1.600.000	-	1.600.000	385	-	1.600.385
Passivos financeiros detidos para negociação	1.716	-	1.716	-	-	1.716
Recursos de outras instituições de Crédito	270.626	28.381	299.007	20	5.705	304.732
Recursos de clientes e outros empréstimos	9.684.530	46.332	9.730.862	57.519	33.071	9.821.452
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	30.661	-	30.661
Outros passivos subordinados	-	124.606	124.606	400	-	125.006
	11.556.872	199.319	11.756.191	88.985	38.776	11.883.952
Derivados detidos para negociação	127.925	13.000	140.925	-	-	140.925
Exposição Líquida	(6.500.061)	7.710.633	1.210.572	133.264	(9.468)	1.334.368

	2010					
	Taxa Fixa	Taxa Variavel	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	272.417	272.417	-	-	272.417
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	88.765	88.765	-	-	88.765
Activos financeiros detidos para negociação	184	-	184	-	1.420	1.604
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	13.373	13.373	-	-	13.373
Activos financeiros disponíveis para venda	808.674	149.992	958.666	21.517	16.515	996.698
Aplicações em Instituições de Crédito	106.254	5.000	111.254	897	-	112.151
Crédito a Clientes (saldo bruto)	1.792.497	6.613.148	8.405.645	35.087	92.790	8.533.522
Investimentos a deter até a maturidade	3.129.037	280.317	3.409.354	55.746	-	3.465.100
	5.836.646	7.423.012	13.259.658	113.247	110.725	13.483.630
Passivo						
Recursos de Bancos Centrais	1.650.000	-	1.650.000	886	-	1.650.886
Recursos de outras instituições de Crédito	204.968	8.900	213.868	13.551	-	227.419
Recursos de clientes e outros empréstimos	9.837.034	47.089	9.884.123	29.404	25.199	9.938.726
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	32.188	-	32.188
Outros passivos subordinados	-	136.059	136.059	324	-	136.383
Passivos financeiros de negociação	1.334	-	1.334	-	661	1.995
	11.693.336	192.048	11.885.384	76.353	25.860	11.987.597
Derivados detidos para negociação	16.000	193.000	209.000	-	-	209.000
Exposição Líquida	(5.840.690)	7.423.964	1.583.274	36.894	84.865	1.705.033

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o desenvolvimento dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refixação, excluindo derivados, é apresentado no quadro seguinte (valores em milhares de Euros):

	2011									
	Datas de Refixação/Datas de Maturidade									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	249.488	-	-	-	-	-	249.488	-	-	249.488
Disponibilidades em outras instituições de crédito	93.457	-	-	-	-	-	93.457	-	-	93.457
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	2.710	7.268	9.978	-	2.162	12.140
Outros activos financeiros ao justo valor através	-	-	7.157	21	6.681	830	14.689	-	-	14.689
Activos financeiros disponíveis para venda	-	194.840	33.454	120.082	163.460	178.168	690.004	133.436	3.432	826.872
Aplicações em instituições de crédito	-	294.881	8.300	-	-	-	303.181	844	-	304.025
Crédito a clientes (saldo bruto)	41.507	4.855.707	2.966.268	194.860	103.482	296.200	8.458.024	25.545	23.714	8.507.283
Investimentos a deter até à maturidade	-	1.151.710	450.986	1.248.636	229.584	207.951	3.288.867	62.424	-	3.351.291
	384.452	6.497.138	3.466.165	1.563.599	505.917	690.417	13.107.688	222.249	29.308	13.359.245
Passivos										
Recursos de bancos centrais	-	1.300.000	-	-	300.000	-	1.600.000	385	-	1.600.385
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	980	736	-	-	1.716	-	-	1.716
Recursos de outras instituições de crédito	3.077	174.558	115.872	5.500	-	-	299.007	20	5.705	304.732
Recursos de clientes e outros empréstimos	23.132	3.772.555	4.107.510	1.813.200	11.094	3.371	9.730.862	57.519	33.071	9.821.452
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-	30.661	-	30.661
Outros passivos subordinados	1.133	123.473	-	-	-	-	124.606	400	-	125.006
	27.342	5.370.586	4.224.362	1.819.436	311.094	3.371	11.756.191	88.985	38.776	11.883.952
Exposição Líquida	357.110	1.126.552	(758.197)	(255.837)	194.823	687.046	1.351.497	133.264	(9.468)	1.475.293

	2010									
	Datas de Refixação/Datas de Maturidade									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	272.417	-	-	-	-	-	272.417	-	-	272.417
Disponibilidades em outras instituições de crédito	88.765	-	-	-	-	-	88.765	-	-	88.765
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	184	184	-	1.420	1.604
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	25	7.250	6.098	-	13.373	-	-	13.373
Activos financeiros disponíveis para venda	-	163.304	56.977	154.246	262.329	321.810	958.666	21.517	16.515	996.698
Aplicações em instituições de crédito	-	83.754	27.500	-	-	-	111.254	897	-	112.151
Crédito a clientes (saldo bruto)	58.599	4.828.572	2.980.919	231.001	100.859	298.485	8.498.435	35.087	-	8.533.522
Investimentos a deter até à maturidade	-	519.400	924.412	758.332	1.079.343	127.867	3.409.354	55.746	-	3.465.100
	419.781	5.595.030	3.989.833	1.150.829	1.448.629	748.346	13.352.448	113.247	17.935	13.483.630
Passivo										
Recursos de bancos centrais	-	1.650.000	-	-	-	-	1.650.000	886	-	1.650.886
Recursos de outras instituições de crédito	3.230	199.238	5.467	5.933	-	-	213.868	13.551	-	227.419
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.522	4.064.760	3.636.126	2.149.150	11.221	7.344	9.884.123	29.404	25.199	9.938.726
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-	32.188	-	32.188
Outros passivos subordinados	-	130.854	5.205	-	-	-	136.059	324	-	136.383
	18.752	6.044.852	3.646.798	2.155.083	11.221	7.344	11.884.050	76.353	25.199	11.985.602
Exposição Líquida	401.029	(449.822)	343.035	(1.004.254)	1.437.407	741.002	1.468.397	36.894	(7.264)	1.498.027

Considerando os valores apurados, os quadros anteriores apresentam uma exposição ao risco de taxa de juro, tanto da margem financeira como do valor económico do capital, pouco relevante. Este risco mede o impacto de uma variação das taxas de juro, positiva ou negativa, sobre os referidos indicadores em função da exposição líquida nos diversos intervalos temporais.

Apresenta-se de seguida a análise de sensibilidade para o risco de taxa de juro a que o GCA se encontra exposto em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, efectuada a partir da simulação, nos activos e passivos sensíveis, de variações de até 200 pontos base nas taxas de referência, (valores em milhares de Euros):

	2011					
	Impacto resultante da variação da taxa de juro de referência					
	- 200 bp	- 100bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	(259)	(100)	(44)	32	54	73
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.785	881	437	(432)	(858)	(1.693)
Activos financeiros de negociação	3.501	1.669	852	(681)	(1.400)	(2.749)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	602	307	152	(148)	(294)	(576)
Activos financeiros disponíveis para venda	47.577	25.221	12.278	(11.816)	(23.349)	(44.731)
Aplicações em instituições de crédito	157	78	39	(39)	(77)	(153)
Crédito a clientes (saldo bruto)	212.340	100.768	49.138	(46.823)	(91.489)	(174.904)
Investimentos a deter até à maturidade	75.529	38.691	19.081	(18.667)	(37.020)	(72.317)
	341.232	167.513	81.932	(78.573)	(154.434)	(297.050)
Passivo						
Recursos de bancos centrais	20.952	10.282	5.094	(5.001)	(9.912)	(19.473)
Recursos de outras instituições de crédito	884	438	218	(216)	(431)	(856)
Recursos de clientes e outros empréstimos	120.889	59.720	29.682	(29.334)	(58.325)	(115.306)
Outros passivos subordinados	369	186	93	(94)	(188)	(378)
Passivos financeiros de negociação	4	2	1	(1)	(2)	(4)
	143.097	70.628	35.088	(34.646)	(68.859)	(136.017)
Impacto na margem financeira	198.135	96.886	46.844	(43.926)	(85.574)	(161.033)

	2010					
	Impacto resultante da variação da taxa de juro de referência					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	464	231	115	(114)	(228)	(454)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.676	827	411	(406)	(805)	(1.589)
Outros activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	739	362	179	(175)	(347)	(680)
Activos Financeiros disponíveis para venda	83.080	36.343	17.825	(17.206)	(33.865)	(65.380)
Aplicações em instituições de crédito	(297)	(150)	(76)	76	154	310
Crédito a clientes	188.354	89.799	43.879	(41.970)	(82.153)	(157.594)
Investimentos detidos até a maturidade	58.010	28.384	14.042	(13.752)	(27.223)	(53.359)
	332.026	155.796	76.375	(73.547)	(144.467)	(278.746)
Passivos						
Recursos de Bancos Centrais	2.673	1.328	662	(658)	(1.313)	(2.611)
Recursos de outras instituições de crédito	436	216	107	(106)	(211)	(418)
Recursos de clientes e outros empréstimos	139.692	68.885	34.207	(33.746)	(67.042)	(132.314)
Outros passivos subordinados	794	399	200	(201)	(403)	(808)
Passivos financeiros de negociação	(9)	(7)	(3)	3	7	13
	143.586	70.821	35.173	(34.708)	(68.962)	(136.138)
Impacto na margem financeira	188.440	84.975	41.202	(38.839)	(75.505)	(142.608)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à potencial incapacidade do Grupo Crédito Agrícola financiar o seu activo satisfazendo nas datas contratadas todas as responsabilidades exigíveis.

A política de gestão da liquidez é definida e monitorizada pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), estando a sua gestão diária cometida ao Departamento Financeiro.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, no curto, médio e longo prazos, são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como avaliar a cobertura dinâmica dos mesmos. É também realizado um acompanhamento por parte do Grupo e da Caixa Central dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Refira-se que em matéria de liquidez, o Grupo Crédito Agrícola prossegue uma política conservadora que se traduz num rácio de transformação em cada uma das suas unidades claramente abaixo da média do rácio de transformação do sistema financeiro nacional.

Os recursos excedentários do Grupo Crédito Agrícola são canalizados para a Caixa Central, onde são centralmente aplicados em activos de boa qualidade creditícia e liquidez, nomeadamente obrigações de dívida pública de países da Zona Euro e aplicações de prazo curto sobre Instituições de Crédito de referência, nacionais ou internacionais.

O Grupo Crédito Agrícola dispõe de uma sólida implantação no mercado de retalho, distribuída de forma equilibrada ao longo do país, que se traduz numa rede de 686 balcões e numa base de funding dispersa, estável e com elevada permanência.

Numa óptica de prevenção e de gestão de contingência de risco de liquidez são especialmente tidos em conta e acompanhados os seguintes aspectos:

- Controle e contenção de eventuais concentrações de recursos comerciais que, tendendo a desenvolver-se, pudessem vir a concorrer para uma maior permeabilidade da carteira diminuindo a sua estabilidade e permanência. São efectuadas regularmente simulações de impactos ao abrigo de hipóteses conservadoras sobre a estabilidade dos recursos de retalho e sem consideração do concurso de fontes de financiamento adicionais.
- Embora sem dependência de tais fontes de financiamento complementares atendendo à posição estrutural de tesouraria do Grupo Crédito Agrícola, manutenção de linhas de financiamento junto de Instituições de Crédito nacionais e internacionais, regularmente testadas;
- Lançamento regular de produtos de passivo que concorram para a manutenção dos padrões de permanência dos recursos projectados.
- Manutenção de uma almofada de activos com liquidez imediata para fazer face a um qualquer aumento inesperado de saídas de caixa.

A tesouraria da CA Vida é acompanhada numa base diária, existindo controlos dos saldos bancários e dada a orientação necessária para que sejam cumpridas as necessidades de liquidez. A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de dinheiro ou instrumentos financeiros líquidos suficientes e a possibilidade de fechar posições de mercado. A Gestão monitoriza previsões actualizadas da reserva de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados, tendo por base uma análise da maturidade contratual remanescente dos passivos financeiros e das suas obrigações com contratos de seguro e a data esperada dos inflows dos activos financeiros. Especificamente no que respeita às carteiras de investimento, a Entidade Gestora faz a gestão diária da tesouraria, tendo em consideração os fluxos de entrada e saída de dinheiro, e as liquidações das transacções realizadas sobre valores mobiliários. Adicionalmente, faz parte da política de investimentos a aquisição privilegiada de valores mobiliários transaccionados em mercados regulamentados.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição (valores em milhares de Euros):

	2011								
	Prazos residuais contratuais								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Juros e comissões diferidas	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	249.488	-	-	-	-	-	-	-	249.488
Disponibilidades em outras instituições de crédito	93.457	-	-	-	-	-	-	-	93.457
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	5.962	4.743	-	-	-	1.435	12.140
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	7.052	109	6.766	762	-	-	14.689
Activos financeiros disponíveis para venda	-	145.465	42.079	162.765	168.062	253.961	51.108	3.432	826.872
Aplicações em instituições de crédito	-	288.581	14.600	-	-	-	844	-	304.025
Crédito a clientes (saldo bruto)	7.592	693.135	692.504	1.377.543	4.993.852	717.112	25.545	-	8.507.283
Investimentos a deter até à maturidade	-	1.056.458	485.635	1.354.006	209.074	183.694	62.424	-	3.351.291
	350.537	2.183.639	1.247.832	2.899.166	5.377.754	1.155.529	139.921	4.867	13.359.245
Passivos									
Recursos de bancos centrais	-	1.300.000	-	-	300.000	-	385	-	1.600.385
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	980	736	-	-	-	-	1.716
Recursos de outras instituições de crédito	3.077	190.832	110.803	-	-	-	20	-	304.732
Recursos de clientes e outros empréstimos	22.966	5.543.181	3.293.704	889.274	11.366	3.442	57.519	-	9.821.452
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	30.661	-	30.661
Outros passivos subordinados	-	2.500	5.742	37.896	36.457	42.011	400	-	125.006
	26.043	7.036.513	3.411.229	927.906	347.823	45.453	88.985	-	11.883.952
Diferencial	324.494	(4.852.874)	(2.163.397)	1.971.260	5.029.931	1.110.076	50.936	4.867	1.475.293

	2010							
	Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	272.417	-	-	-	-	-	-	272.417
Disponibilidades em outras instituições de crédito	88.765	-	-	-	-	-	-	88.765
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	184	1.420	1.604
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	25	7.250	6.098	-	-	13.373
Activos financeiros disponíveis para venda	-	26.915	89.723	241.669	315.920	284.439	38.032	996.698
Aplicações em instituições de crédito	-	79.252	32.002	-	-	-	897	112.151
Crédito a clientes	22.843	1.286.758	1.373.491	1.383.191	851.258	3.580.894	35.087	8.533.522
Investimentos a deter até à maturidade	-	294.167	976.544	923.737	1.087.340	127.566	55.746	3.465.100
	384.025	1.687.092	2.471.785	2.555.847	2.260.616	3.993.083	131.182	13.483.630
Passivos								
Recursos de Bancos Centrais	-	1.650.000	-	-	-	-	886	1.650.886
Recursos de outras instituições de crédito	3.230	199.238	5.467	5.933	-	-	13.551	227.419
Recursos de clientes e outros empréstimos	21.024	4.043.229	3.617.453	2.183.852	11.221	7.344	54.603	9.938.726
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	32.188	32.188
Outros passivos subordinados	-	3.500	16.617	22.284	66.072	27.586	324	136.383
	24.254	5.895.967	3.639.537	2.212.069	77.293	34.930	101.552	11.985.602
Diferencial	359.771	(4.208.875)	(1.167.752)	343.778	2.183.323	3.958.153	29.630	1.498.028

Considerando a informação acima indicada, poder-se-á concluir pela existência de um risco de liquidez reduzido.

Risco de Crédito

O ano de 2011 ficou assinalado pelo início do processo de reorientação do esforço de investimento que se tinha vindo a realizar na área tecnológica desde 2006, visando-se agora alcançar uma consolidação das estruturas de suporte à gestão do risco de crédito e, em paralelo, uma maior homogeneização da cultura de risco, transversal a todo o SICAM e em linha com os objectivos estratégicos do GCA.

Porém, o facto mais determinante do ano transacto consistiu no envolvimento da Caixa Central (em representação do Grupo Crédito Agrícola) no “Programa Especial de Inspeções” (SIP) realizado aos oito maiores grupos bancários nacionais sob a égide do Banco de Portugal e que se enquadra no Plano de Assistência Económica e Financeira a Portugal.

O SIP teve como objectivo validar os dados sobre risco de crédito utilizados na avaliação da solidez financeira do GCA, através de uma avaliação independente das suas carteiras de crédito e da adequação das suas políticas e procedimentos de gestão de risco, tendo visado, de igual modo, a confirmação do cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito e a adequação das metodologias e parâmetros utilizados nos exercícios de “stress-test”.

Os resultados globalmente alcançados vieram confirmar a consistência das metodologias e processos implementados e a solidez financeira do Grupo, em particular, a sua apreciável resiliência às condições adversas que hoje se observam no mercado.

Não obstante, foram identificadas diversas oportunidades de melhorias em matéria de políticas e procedimentos seguidos na gestão do risco de crédito, pelo que o GCA irá estabelecer um plano para a sua correcção a curto prazo, em estreita articulação com o Banco de Portugal.

Pela sua inusitada amplitude, o SIP veio a envolver um elevado número de recursos, circunstância esta que, a partir do final do 1º semestre, condicionou decisivamente a concretização de alguns dos projectos planeados que, na sequência do esforço de modernização em curso, visavam disponibilizar novas ferramentas de apoio à Função Risco, quer na Caixa Central, quer nas Caixas Associadas.

Pese embora estes constrangimentos que, aliás, ainda se irão registar durante os próximos anos, mas expectavelmente numa escala de menor intensidade, deve relevar-se a circunstância da Caixa Central ter continuado a desenvolver um vasto conjunto de actividades em matéria de suporte ao negócio e de natureza regulamentar. Entre estas, merecem destaque as seguintes iniciativas:

1. Projectos concretizados

1.1 Gestão de grupos económicos e de riscos (GER)

Perante a actual conjuntura económica e por força de imperativos regulamentares, tornava-se necessário dotar o GCA de uma ferramenta que permitisse uma melhor gestão comercial e de risco de clientes, numa perspectiva de “grupos de clientes interligados entre si”, sendo necessário para tal, uniformizar conceitos de partilha de risco e sistematizar processos no SICAM.

Por outro lado, a dispersão da informação sobre grupos económicos e de risco, ao nível do SICAM, gerava constantemente constrangimentos às diferentes estruturas que utilizavam esta informação, quer no âmbito do reporte a entidades externas (no quadro regulamentar), quer para utilização interna (como suporte à decisão de crédito e ao processo de provisionamento), ou ainda no âmbito da informação de gestão (gestão de limites e de concentração da carteira), ocasionando, por vezes, algumas desconformidades quanto à forma e ao conteúdo da informação considerada pelas diferentes entidades do GCA que dela necessitam.

A entrada em produção desta nova base de dados no final de 2011, veio permitir que se ultrapassassem os actuais constrangimentos na gestão dos GER, possibilitando às Caixas ver melhorada a qualidade dos dados e monitorizar, com incremento de eficiência, a informação reportada a entidades externas e internas, utilizada para gestão do risco dos seus clientes e, simultaneamente, aproveitar as sinergias geradas para encontrar oportunidades comerciais junto de potenciais clientes.

1.2 Modelo de notação de risco para empresas (Rating)

O controlo e a gestão dos riscos têm vindo a assumir um papel preponderante na gestão da actividade do GCA, apresentando-se como um dos pilares estratégicos no suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

A implementação de um modelo heurístico de rating, suportado na Plataforma de Automatização de Processos e cuja entrada em produção veio a ocorrer no início de Fevereiro de 2011, constitui um dos principais vectores desta estratégia.

Com esta nova metodologia de notação de risco para empresas, visa-se uniformizar a análise, do ponto de vista do risco intrínseco, dos clientes e das respectivas operações de crédito, possibilitando ao Grupo continuar a desenvolver e a melhorar a sua capacidade de gestão do risco, com base numa visão mais exacta do perfil de risco da sua carteira.

2. Reportes regulamentares e prudenciais

2.1 Adequação do capital interno ao perfil de risco (ICAAP)

Em linha com as orientações emanadas pelo Banco de Portugal, através da Instrução 15/2007, a Caixa Central continuou a assegurar a análise e a produção do respectivo relatório, em base consolidada, o qual, para além da mera obrigação regulamentar, constitui um importante referencial para a gestão estratégica do GCA. A principal conclusão alcançada neste trabalho permitiu confirmar que o nível de capital interno de que o Grupo dispõe, supera amplamente as necessidades de capital suscitadas pela cobertura dos diversos tipos de risco inerentes à sua actividade corrente.

2.2 – Relatório de disciplina de mercado

Conforme disposto no Aviso 10/2007, do Banco de Portugal, a Caixa Central procedeu à elaboração, em base consolidada, e à divulgação pública do relatório anual onde detalhou as principais políticas e práticas do Grupo Crédito Agrícola na gestão dos diferentes riscos materialmente relevantes.

2.3 – Risco de concentração

A concentração de riscos constitui um dos principais factores potenciais de perda a que uma instituição de crédito se encontra sujeita. Num cenário de concentração, as perdas originadas por um número reduzido de exposições podem ter um efeito desproporcionado, confirmando o relevo da gestão deste risco na manutenção de níveis adequados de solvabilidade. A gestão do risco de concentração constitui-se assim como um importante instrumento na tomada de decisões relativamente à constituição das carteiras do Grupo e às actividades de controlo e mitigação a implementar.

Assim e conforme orientação emanada do Banco de Portugal através da Instrução n.º 2/2010, a Caixa Central, seguindo uma prática recorrente de gestão do risco de concentração, resultante das actividades desenvolvidas pelas várias entidades do Grupo, produziu um novo relatório, em base consolidada, cujas conclusões confirmam a não existência deste risco na carteira de crédito do SICAM.

2.4 – Plano de financiamento e de capital (F&CP)

No contexto do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras, o Banco de Portugal acordou com a Troika (CE/FMI/CE) que os oito maiores grupos bancários deveriam apresentar, trimestralmente e em base consolidada, os seus planos de financiamento e de capital, de acordo com regras e metodologias previamente definidas pela entidade de supervisão.

Os exercícios já realizados têm permitido verificar a adequação da estratégia do GCA, bem como das políticas adoptadas em matéria de gestão de risco, com particular ênfase para os riscos de crédito e de liquidez.

2.5 – Testes de esforço (stress tests)

Ainda de acordo com o Memorando de Políticas Económicas e Financeiras, o Banco de Portugal estabeleceu com a Troika (CE/FMI/CE) a realização regular de exercícios de stress-test aos oito maiores grupos bancários que, assim, ficaram temporariamente dispensados do cumprimento do disposto na Instrução 32/2009.

Tomando como “cenário base” o planeamento concebido no F&CP, o Banco de Portugal veio a suscitar a realização de dois exercícios, com variáveis particularmente exigentes, de molde a testar o modelo de planeamento de capital e de liquidez do GCA, tendo-se confirmado, pelos resultados alcançados, que o Grupo continua a dispor de uma elevada capacidade para absorver os choques mais adversos, em condições de mercado desfavoráveis.

3. Desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas

3.1 – Gestão de garantias

Um dos principais objectivos da Caixa Central consiste em dispor de um novo processo de registo de todas as garantias recebidas, subjacentes às operações de crédito do Grupo, onde se assegure uma caracterização detalhada, de forma a sustentar a melhoria dos processos de cálculo de provisões e de requisitos de capital. Com este objectivo e no decurso do ano transacto, prosseguiu no SICAM o processo de recolha de informação, tendo em vista corrigir e completar os registos actualmente existentes no PROFILE.

Idêntico processo decorre em paralelo na Caixa Central, esperando-se que este projecto, de assinalável magnitude, se conclua em meados de 2012, sendo posteriormente monitorizado no âmbito da “Qualidade de dados” de molde a assegurar a contínua melhoria da informação disponibilizada pelo novo sistema.

Previamente à entrada em produção desta nova base de dados, efectuar-se-ão os necessários testes de aceitação que deverão decorrer durante o 2º semestre.

3.2 – Repositório de risco (DDS-SAS)

Os desafios impostos no quadro de Basileia II induzem a uma gestão integrada do risco implícito na

actividade da Caixa Central (e do Grupo), a par do necessário cumprimento dos requisitos regulamentares.

Com estes objectivos e, em particular, o de assegurar a devida monitorização e controlo do risco de crédito, visando a sua minimização, foi decidido proceder à implementação de uma “Infra-estrutura de Suporte ao Risco (ISR)” a qual, dando continuação ao trabalho desenvolvido com a “Infra-estrutura de Suporte ao Marketing (ISM)”, utilizará a mesma arquitectura tecnológica e partilhará o Datawarehouse corporativo de arquitectura SAS, entretanto criado, completando-o com a informação referente ao risco.

O processo de implementação, de elevada complexidade, concluiu-se em meados de 2011. Com a recente conclusão do SIP e a menor concorrência de recursos para assegurar as actividades inerentes ao F&CP, admite-se que os Datamart relativos ao cálculo da imparidade e ao cálculo dos fundos próprios e requisitos de capital, bem como do reporte prudencial, possam vir a entrar em produção em meados de 2012, potenciando deste modo a integração da informação residente nos diferentes sistemas operacionais do Crédito Agrícola.

3.3 – Central de balanços

Visando acomodar o novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), procedeu-se ao desenho das novas funcionalidades a implementar nesta base de dados e, em simultâneo, aproveitou-se a oportunidade para melhorar o seu desempenho, mediante a identificação de um conjunto de pequenos ajustamentos a implementar.

Enquanto ferramenta crítica de suporte ao modelo de rating para empresas, está previsto a sua entrada em produção durante o 1º semestre de 2012.

4. Manutenção de processos:

4.1 – Sistema de controlo interno

Os trabalhos conducentes à estruturação do sistema de controlo interno da Caixa Central (e do SICAM), dando cumprimento aos requisitos regulamentares definidos pelo Aviso 5/2008, do Banco de Portugal, vieram a ser interrompidos no 2º trimestre de 2011, por via das tarefas exigidas no âmbito do SIP.

Em particular, as actividades dirigidas à implementação de uma Função Risco independente em cada uma das Caixas abrangidas pelos requisitos definidos no mencionado Aviso, só poderão ser retomadas em 2012, uma vez que continua a constituir propósito da Caixa Central contribuir para o progressivo alinhamento do SICAM nesta matéria.

4.2 – Backtesting do modelo de scoring de crédito à habitação e multiusos

No sentido de avaliar a estabilidade e o desempenho dos sistemas de notação de risco e da respectiva estimação de parâmetros, com o propósito de garantir a sua qualidade e posicioná-los como instrumentos efectivos de apoio à gestão do risco de crédito, foram utilizados modelos analíticos de validação que incluem o acompanhamento dos seus resultados e da sua estabilidade, a revisão da sua especificação, bem como mecanismos que visam a comparação de resultados dos modelos com os resultados observados, considerando a existência de factores que podem provocar a deterioração da sua performance, tais como alterações na carteira de crédito, alterações nos processos de gestão do risco, mudanças nos comportamentos de risco dos clientes, nível de qualidade da informação utilizada e alterações macroeconómicas relevantes.

Concluiu-se que o poder discriminante do modelo, i.e., a sua capacidade de diferenciar possíveis incumprimentos de não incumprimentos é considerada muito aceitável, tendo sido efectuados pequenos ajustamentos nalgumas variáveis discriminantes do modelo no sentido de ampliar a, já de si boa, capacidade preditiva do mesmo.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	2011	2010
Patrimoniais:		
Crédito a clientes	8.507.282.600	8.533.521.811
Disponibilidades em outras instituições de crédito	93.456.831	88.764.653
Aplicações em instituições de crédito	304.024.843	112.151.385
	8.904.764.274	8.734.437.849
Extrapatrimoniais:		
Garantias prestadas	242.961.371	251.686.349
Compromissos irrevogáveis	706.977.214	887.865.186
	949.938.585	1.139.551.535
	9.854.702.859	9.873.989.384

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a qualidade de crédito dos activos financeiros de acordo com o rating de referência interno, pode ser resumida como se segue (valores em milhares de euros):

Activo	2011								Total
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Baa1 a B3	C	Indeterminado	
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	12.140	12.140
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	8.884	-	5.761	44	-	-	14.689
Activos financeiros disponíveis para venda	302.612	14.493	21.068	56.351	134.182	215.167	-	82.999	826.872
Activos financeiros detidos até à maturidade	46.052	6.738	24.311	56.014	167.775	3.048.085	-	2.316	3.351.291
	348.664	21.231	54.263	112.365	307.718	3.263.296	-	97.455	4.204.992

Activo	2010								Total
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Entre Baa1 a Baa3	Caa	Indeterminado	
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	52.452	-	-	59.699	112.151
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	184	-	-	1.420	1.604
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	13.324	-	49	-	-	-	13.373
Activos financeiros disponíveis para venda	325.779	114.836	70.998	54.671	261.860	65.782	783	100.289	994.998
Activos financeiros a deter até à maturidade	29.954	32.118	152.144	22.396	3.116.583	56.462	-	55.443	3.465.100
	355.733	146.954	236.466	77.067	3.431.128	122.244	783	216.851	4.587.226

O Grupo Crédito Agrícola utiliza como rating de referência, o rating divulgado pela agência internacional Moody's, ou caso este não exista, o maior dos ratings divulgados pelas agências Fitch e Standard & Poors.

Relativamente ao crédito a clientes, e tal como referido acima, o Grupo não dispõe actualmente de ratings internos ou externos de modo a aferir da qualidade da sua carteira. O GCA implementou recentemente um sistema de scoring para particulares para auxílio à decisão da concessão de crédito e planeia implementar brevemente um sistema de rating para empresas.

Antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas pode ser resumida como segue (Nota 13):

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Até 3 meses	43.057.623	25.112.100
De 3 a 6 meses	35.592.925	27.905.199
De 6 a 12 meses	103.798.845	74.592.081
De 1 a 3 anos	211.054.671	206.403.226
De 3 a 5 anos	92.989.912	73.168.611
Mais de 5 anos	56.144.398	39.012.207
Juros a receber	12.096.622	8.808.785
	-----	-----
	554.734.996	455.002.209
	=====	=====

Riscos específicos da actividade seguradora

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do risco específico de seguros.

Natureza do risco específico de seguros

O risco específico de seguros inclui os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- a) Risco de desenho dos produtos: risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.
- b) Risco de prémios: relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).
- c) Risco de subscrição: risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar.
- d) Risco de provisionamento: é o risco de as provisões para sinistros constituídas venham a revelar-se insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.
- e) Risco de sinistralidade: é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.
- f) Risco de retenção: é o risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.

Existe ainda o risco catastrófico, o qual resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

Gestão do risco específico de seguros

O risco específico de seguros é gerido pela Companhia através da implementação de processos operacionais, com controlos preventivos e detectivos embebidos, com elevada automatização, utilizando pessoal qualificado e com responsabilidades atribuídas aos directores de topo:

a) Desenho dos produtos (novos e alterações aos existentes) e tarificação, no âmbito do qual são identificados os riscos resultantes das coberturas e capitais seguros, definidos os sistemas de determinação dos prémios, verificada a adequação do programa de resseguro associado aos novos produtos, verificado o cumprimento das normas legais e regulamentos internos, efectuado um programa de testes completo, definido o plano de formação e contratação de serviços em outsourcing associados ao novo produto. As tarifas aplicadas aos riscos são ajustadas em função de factores de tarificação, que permitem avaliar o nível de risco associado a cada contrato de seguro, o que é determinado com base em estudos técnico-actuariais.

b) Distribuição e gestão da carteira de riscos, no âmbito do qual são definidas as políticas de subscrição, os níveis de delegação de poderes na aceitação de riscos, os sistemas de incentivos à venda e à subscrição de novos seguros e os procedimentos de gestão da carteira e de revisão de prémios. As regras de aceitação de riscos são parametrizadas nos sistemas informáticos de suporte, bem como fixados mecanismos de impedimento e alerta sempre que alguma dessas regras seja violada. A aceitação de condições de excepção/interditas compete à Área de Subscrição.

c) Provisionamento, no âmbito do qual são geridas e definidas as provisões técnicas, assegurando a cobertura das obrigações da Companhia perante os segurados e sinistrados, com base em estudos de adequação das provisões regularmente preparados pela Actuária Responsável.

d) Gestão de sinistros, no âmbito do qual são efectuados os pagamentos de indemnizações a sinistrados, assegurando: (i) o tratamento e gestão dos sinistros de forma atempada; (ii) a rápida prestação de assistência aos sinistrados; (iii) o cumprimento rigoroso das leis, normas regulamentares e regulamentos internos; (iv) a minimização do custo médio dos sinistros, sem comprometer o tratamento justo de todos os reclamantes e sinistrados.

e) Gestão do resseguro, no âmbito do qual é efectuada a especificação, implementação, monitorização, reporte e controlo dos tratados e outras condições acordadas com as resseguradoras; a política de resseguro desempenha um papel central na mitigação dos riscos específicos de seguros, permitindo uma maior estabilização de resultados e dos níveis de solvência, a utilização mais eficiente dos capitais disponíveis e aumentar a capacidade de aceitação de riscos da Companhia.

A gestão do risco específico de seguros é ainda suportada pela realização de estudos diversos pelo Gabinete Técnico e pela Actuária Responsável, que analisam a adequação das tarifas, identificam os tipos de risco e segmentos mais rentáveis, e determinam os valores adequados para as provisões técnicas.

Justo valor de activos e passivos financeiros

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é apresentado no quadro seguinte (montantes em milhares de Euros):

	2011				
	Saldo Analisados			Saldo não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	249.488	249.488	-	-	249.488
Disponibilidades em outras instituições de crédito	93.457	93.457	-	-	93.457
Aplicações em Instituições de Crédito	304.025	304.398	373	-	304.025
Crédito a Clientes (saldo líquido)	7.702.810	7.194.287	(508.523)	210.754	7.913.564
Investimentos a deter até a maturidade	3.351.291	3.054.692	(296.599)	-	3.351.291
	11.701.071	10.896.322	(804.749)	210.754	11.911.825
Passivo					
Recursos de bancos centrais	1.600.385	1.600.385	-	-	1.600.385
Recursos de OICs	304.732	307.557	2.825	-	304.732
Recursos de clientes e outros empréstimos	9.821.452	9.810.633	(10.819)	-	9.821.452
Outros passivos subordinados	125.006	125.130	124	-	125.006
	11.851.575	11.843.705	(7.870)	-	11.851.575

	2010				
	Saldo Analisados			Saldo não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	272.417	272.417	-	-	272.417
Disponibilidades em outras instituições de crédito	88.765	88.765	-	-	88.765
Aplicações em Instituições de Crédito	110.659	112.211	1.552	1.492	112.151
Crédito a Clientes (Liq. de provisões)	7.949.197	7.926.229	(22.968)	91.897	8.041.094
Investimentos detidos até à maturidade	3.465.100	3.383.475	(81.625)	-	3.465.100
	11.886.138	11.783.097	(103.041)	93.389	11.979.527
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais	1.650.886	1.650.886	-	-	1.650.886
Recursos de outras instituições de Crédito	227.419	227.454	35	-	227.419
Recursos de clientes e outros empréstimos	9.938.726	9.884.363	(54.363)	-	9.938.726
Outros passivos subordinados	136.383	148.661	12.278	-	136.383
	11.953.414	11.911.364	(42.050)	-	11.953.414

As principais considerações sobre o justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- Relativamente aos saldos à vista, considerou-se que o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Relativamente aos investimentos a deter até à maturidade, utilizou-se o bid de mercado máximo de uma pool de 10 contribuidores;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Grupo Crédito Agrícola com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:
 - a) Taxas de juro de mercado para “Aplicações em Instituições de Crédito” e “Outros Passivos Subordinados”;
 - b) Taxa de juro praticadas nas operações concedidas pela Caixa Central para tipos de créditos comparáveis;
 - c) Taxas de juro de referência para emissão de produtos para colocação no retalho.

Foram utilizadas curvas específicas para as rubricas de “Crédito a Clientes”, “Aplicações em outras instituições de crédito” e “Recursos de outras instituições de crédito” que tiveram por base a aplicação sobre a curva Euribor/SWAP a 31 de Dezembro de 2011 dos spreads médios das operações efectuadas nos últimos 3 meses até 31 de Dezembro de 2011. As taxas aplicadas foram as seguintes:

	Euribor - Euribor / Swap	Spread Crédito Particulares	Spread Crédito Negocio	Spread Crédito Habitação	Spread Recursos Clientes	Spread Recursos OIC's
1 day (overnight)	0,63%	7,01%	3,90%	3,33%	0,74%	0,80%
1 month(s)	1,02%					
2 month(s)	1,18%					
3 month(s)	1,36%					
4 month(s)	1,44%					
5 month(s)	1,52%					
6 month(s)	1,62%					
9 month(s)	1,79%					
12 month(s)	1,95%					
2 year(s)	1,31%					
3 year(s)	1,36%					
4 year(s)	1,54%					
5 year(s)	1,72%					
8 year(s)	2,19%					
10 year(s)	2,38%					
15 year(s)	2,86%					
20 year(s)	2,69%					
30 year(s)	2,56%					

Em 31 de Dezembro de 2011, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

	valorizados ao custo histórico ⁽¹⁾	Cotações em mercado activo ⁽²⁾	Técnicas de Valorização		Total
			Dados de mercado ⁽³⁾	Modelos ⁽⁴⁾	
Activos financeiros detidos para negociação	-	1.434.136	10.705.884	-	12.140.020
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	14.689.416	-	-	14.689.416
Activos financeiros disponíveis para venda	-	820.540.236	-	4.748.976	825.289.212
	-	836.663.788	10.705.884	4.748.976	852.118.648
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.716.326	-	1.716.326
	-	-	1.716.326	-	1.716.326

- (1) Títulos não cotados para os quais não é possível determinar de forma fiável o justo valor.
- (2) Para além dos instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores, esta categoria inclui os títulos valorizados com base em preços de mercados activos divulgados através de plataformas de negociação.
- (3) Valorização baseada em taxas de mercado (curvas de swap).
- (4) correspondem a títulos valorizados através de Bids indicativos.

48. FUNDOS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

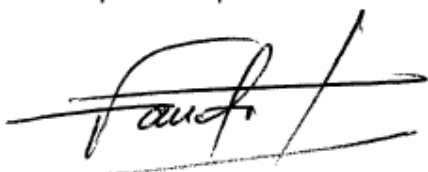
Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos fundos próprios do Grupo Crédito Agrícola apresenta-se de seguida:

	2011	2010
Fundos próprios de base	1.053.906.222	1.038.408.037
Fundos próprios complementares	83.382.657	98.686.813
Deduções	(52.005.681)	(28.177.376)
Fundos próprios totais	1.085.283.198	1.108.917.475
Riscos ponderados totais	8.571.359.575	8.300.691.508
Rácio de solvabilidade	12,7%	13,4%

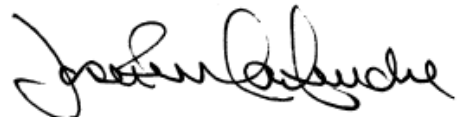
49. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data da aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração Executivo da Caixa Central, não se verificava nenhum evento subsequente a 31 de Dezembro de 2011, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 - Acontecimentos após a data do balanço.

O Responsável pela Contabilidade



O Conselho de Administração Executivo


P. V. R. 15


GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
ACTIVOS FINANCIEROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO													
Instrumentos de capital													
RAÍZ VALOR ACUMULADO	CCCAM	AFDN	PTYCFKMM0005	OUT	PRT	N	10,4035	116.712	---	JV	1.214.214	-	-
FIM Raiz Tesouraria	AGROCAPITAL SCR	AFDN	---	OUT	PRT	N	7,25	28.332	---	JV	219.922	-	-
											1.434.136	-	-
Instrumentos financeiros derivados													
Forwards cambiais	CCCAM	AFDN	---	---	---	---	---	---	---	---	228.116	-	-
Swaps de taxa de juro	CA VIDA	AFDN	---	---	---	---	---	---	---	---	10.477.768	-	-
											10.705.884	-	-
Total								145.044			12.140.020	-	-
OUTROS ACTIVOS FINANCIEROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS													
Instrumentos de dívida													
De dívida pública													
OT Junho 2002-2012 (OTEOE)	CA GEST	OAFJVAR	PTOTEKOE0003	OUT	PRT	S	96,83%	23.700	1,00	JV	22.948	-	-
OT Junho 2009-2014 (OTEOOE)	CA GEST	OAFJVAR	PTOTE0OE0017	OUT	PRT	S	71,93%	28.000	1,00	JV	20.762	-	-
											43.710	-	-
De outros emissores													
Dívida não subordinada													
SVSKHB 08/12	CCCAM	OAFJVAR	XS0447005223	IC	SWE	S	1,00822	7.000.000	1,00	JV	7.134.425	-	-
ISPIM 01/15	CCCAM	OAFJVAR	XS0478285389	IC	ITA	S	0,92812	6.000.000	1,00	JV	5.761.234	-	-
UCGIM 2.625% 31/10/15	CA VIDA	OAFJVAR	IT0004638737	OUT	ITA	S	0,9198667	1.000.000	1,00	JV	919.867	-	-
UCGIM 4.25% 29/07/16	CA VIDA	OAFJVAR	IT0004511959	OUT	ITA	S	0,9766825	850.000	1,00	JV	830.180	-	-
											14.645.706	-	-
Total								14.901.700			14.689.416	-	-
ACTIVOS FINANCIEROS DISPONÍVEIS PARA VENDA													
Instrumentos de dívida													
De dívida pública													
OT AGO 12	CCCAM	AFDV	XS0448667146	OUT	PRT	S	93,75%	2.000.000	1,00	JV	1.450.289	-	(70.833)
BT 20/01/12	CCCAM	AFDV	PTBPTGE0018	OUT	PRT	S	99,81%	126.100.000	1,00	JV	125.854.105	-	87.770
CONSOLIDADO 43	CCCAM	AFDV	PTCON3OE0006	OUT	PRT	S	39,50%	10	1,00	JV	4	-	(1)
CONSOLIDADO 42	CCCAM	AFDV	PTCON2OE0007	OUT	PRT	S	19,55%	0	1,00	JV	-	-	-
CONSOLIDADO 41	CCCAM	AFDV	PTCON1OE0008	OUT	PRT	S	20,00%	0	1,00	JV	-	-	-
CONSOLIDADO CENTENÁRIOS 40	CCCAM	AFDV	PTCON4OE0005	OUT	PRT	S	23,00%	0	1,00	JV	-	-	-
OT 4,8% 15/JUN20	CCAM BRAGANÇA	AFDV	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	51,91%	20.000.000	1,00	JV	11.850.403	-	-
Portugal 2019-06-14	CCAM BATALHA	AFDV	PTOTEMOE0027	OUT	PRT	S	53,23%	134.250	1,00	JV	76.499	-	-
Portugal 2020-06-15	CCAM BATALHA	AFDV	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	51,91%	105.344	1,00	JV	57.385	-	-
Portugal 2021-04-15	CCAM BATALHA	AFDV	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	49,91%	179.246	1,00	JV	96.331	-	-
Portugal 2023-10-25	CCAM BATALHA	AFDV	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	49,12%	77.977	1,00	JV	38.788	-	-
Portugal 2013-09-23	CCAM BATALHA	AFDV	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	85,70%	87.343	1,00	JV	76.899	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
Portugal 2012-06-15	CCAM BATALHA	AFDV	PTOTEKOE0003	OUT	PRT	S	96,83%	131.742	1,00	JV	130.755	-	-
Portugal 2020-06-15	CCAM BATALHA	AFDV	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	51,91%	3.500.000	1,00	JV	1.896.895	-	-
OT 14/Junho/2019	CCAM PORTO DE MÓS	AFDV	PTOTEMOE0027	OUT	PRT	S	53,23%	603.956	1,00	JV	344.150	-	-
OT 15/Abril/2021	CCAM PORTO DE MÓS	AFDV	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	49,91%	943.429	1,00	JV	507.022	-	-
OT 15/Junho/2020	CCAM PORTO DE MÓS	AFDV	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	51,91%	2.024.056	1,00	JV	1.102.585	-	-
OT 25/Outubro/2023	CCAM PORTO DE MÓS	AFDV	PTOTEADE0021	OUT	PRT	S	49,12%	528.416	1,00	JV	262.847	-	-
OT 23/Setembro/2013	CCAM PORTO DE MÓS	AFDV	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	85,70%	1.324.065	1,00	JV	1.165.742	-	-
OT 15/Junho/2012	CCAM PORTO DE MÓS	AFDV	PTOTEKOE0003	OUT	PRT	S	96,83%	1.122.550	1,00	JV	1.116.426	-	-
OT Junho 09/19	CCAM SOBRAL M. AGRAÇO	AFDV	PTOTEMOE0027	OUT	PRT	S	53,23%	468.908	1,00	JV	267.196	-	-
OT Junho 15/20	CCAM SOBRAL M. AGRAÇO	AFDV	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	51,91%	420.153	1,00	JV	228.874	-	-
OT Abril 05/21	CCAM SOBRAL M. AGRAÇO	AFDV	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	49,91%	666.706	1,00	JV	358.304	-	-
OT Outubro 08/23	CCAM SOBRAL M. AGRAÇO	AFDV	PTOTEADE0021	OUT	PRT	S	49,12%	290.226	1,00	JV	144.365	-	-
OT Setembro 2013	CCAM SOBRAL M. AGRAÇO	AFDV	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	85,70%	924.909	1,00	JV	814.315	-	-
OT Junho 2012	CCAM SOBRAL M. AGRAÇO	AFDV	PTOTEKOE0003	OUT	PRT	S	96,83%	493.498	1,00	JV	490.806	-	-
Obrigações do Tesouro 16/06/2014	CA SEGUROS	AFDV	PTOTEKOE0003	OUT	PRT	S	75,30%	4.750.000	1,00	JV	3.794.241	-	-
Divida Pública Alemanha 04/07/2020	CA SEGUROS	AFDV	DE0001135408	OUT	DEU	S	111,00%	6.000.000	1,00	JV	6.749.196	-	-
Divida Pública Alemanha 04/01/2020	CA SEGUROS	AFDV	DE0001135390	OUT	DEU	S	112,91%	5.000.000	1,00	JV	5.806.814	-	-
Divida Pública França 25/10/2018	CA SEGUROS	AFDV	FR0010670737	OUT	FRA	S	110,13%	7.230.000	1,00	JV	8.019.706	-	-
Divida Pública Holanda 15/07/2018	CA SEGUROS	AFDV	NL0006227316	OUT	NLD	S	113,66%	4.550.000	1,00	JV	5.256.202	-	-
BGB 2% 28/03/12	CA VIDA	AFDV	BE0000317264	OUT	BEL	S	101,99%	500.000	1,00	JV	509.973	-	-
BGB 3.25% 28/09/16	CA VIDA	AFDV	BE0000307166	OUT	BEL	S	101,67%	2.600.000	1,00	JV	2.643.305	-	-
BGB 4% 28/03/17	CA VIDA	AFDV	BE0000309188	OUT	BEL	S	106,00%	10.080.000	1,00	JV	10.685.221	-	-
BKO 1% 14/12/12	CA VIDA	AFDV	DE0001137321	OUT	DEU	S	101,07%	5.500.000	1,00	JV	5.558.805	-	-
BKO 1.00% 16/03/12	CA VIDA	AFDV	DE0001137297	OUT	DEU	S	101,03%	6.800.000	1,00	JV	6.870.249	-	-
BTNS 2% 12/07/15	CA VIDA	AFDV	FR0118462128	OUT	FRA	S	102,67%	9.000.000	1,00	JV	9.240.332	-	-
BTNS 2.25% 25/02/16	CA VIDA	AFDV	FR0119105809	OUT	FRA	S	103,94%	2.500.000	1,00	JV	2.598.599	-	-
BTNS 2.50% 12/01/14	CA VIDA	AFDV	FR0116114978	OUT	FRA	S	105,72%	8.500.000	1,00	JV	8.986.171	-	-
BTNS 2.50% 15/01/15	CA VIDA	AFDV	FR0117836652	OUT	FRA	S	105,77%	2.500.000	1,00	JV	2.644.353	-	-
BTNS 3% 12/07/14	CA VIDA	AFDV	FR0116843335	OUT	FRA	S	106,05%	4.000.000	1,00	JV	4.242.041	-	-
BTNS 4.50% 12/07/13	CA VIDA	AFDV	FR0114683842	OUT	FRA	S	108,13%	1.000.000	1,00	JV	1.081.321	-	-
BTPS 2% 15/12/12	CA VIDA	AFDV	IT0004564636	OUT	ITA	S	98,60%	3.750.000	1,00	JV	3.697.479	-	-
CANADA 3.50% 13/01/20	CA VIDA	AFDV	XS0477543721	OUT	CAN	S	116,43%	3.250.000	1,00	JV	3.784.070	-	-
DBR 2.25% 04/09/21	CA VIDA	AFDV	DE0001135457	OUT	DEU	S	104,90%	1.750.000	1,00	JV	1.835.748	-	-
DBR 2.25% 04/09/20	CA VIDA	AFDV	DE0001135416	OUT	DEU	S	105,63%	17.565.000	1,00	JV	18.553.305	-	-
DBR 3% 04/07/20	CA VIDA	AFDV	DE0001135408	OUT	DEU	S	111,00%	16.000.000	1,00	JV	17.997.858	-	-
DBR 3.25% 04/07/15	CA VIDA	AFDV	DE0001135283	OUT	DEU	S	111,31%	4.600.000	1,00	JV	5.120.133	-	-
DBR 3.25% 04/01/20	CA VIDA	AFDV	DE0001135390	OUT	DEU	S	112,91%	3.250.000	1,00	JV	3.774.429	-	-
DBR 3.50% 04/07/19	CA VIDA	AFDV	DE0001135382	OUT	DEU	S	116,27%	500.000	1,00	JV	581.329	-	-
DBR 3.75% 04/01/17	CA VIDA	AFDV	DE0001135317	OUT	DEU	S	118,09%	100.000	1,00	JV	118.092	-	-
DBR 4.25% 04/07/14	CA VIDA	AFDV	DE0001135259	OUT	DEU	S	112,16%	4.000.000	1,00	JV	4.486.471	-	-
DBR 4.25% 04/07/17	CA VIDA	AFDV	DE0001135333	OUT	DEU	S	119,72%	600.000	1,00	JV	718.331	-	-
FINL 4% 04/07/25	CA VIDA	AFDV	FI4000006176	OUT	FIN	S	117,00%	1.500.000	1,00	JV	1.754.972	-	-
FRTR 3.25% 25/04/16	CA VIDA	AFDV	FR0010288357	OUT	FRA	S	108,18%	2.500.000	1,00	JV	2.704.546	-	-
FRTR 3.25% 25/10/21	CA VIDA	AFDV	FR0011059088	OUT	FRA	S	101,54%	2.500.000	1,00	JV	2.538.471	-	-
FRTR 3.5% 25/04/20	CA VIDA	AFDV	FR0010854182	OUT	FRA	S	106,39%	4.500.000	1,00	JV	4.787.472	-	-
FRTR 3.75% 25/04/17	CA VIDA	AFDV	FR0010415331	OUT	FRA	S	110,51%	10.000.000	1,00	JV	11.051.172	-	-
FRTR 3.75% 25/10/19	CA VIDA	AFDV	FR0010776161	OUT	FRA	S	107,21%	8.890.000	1,00	JV	9.531.122	-	-
LGB 3.375% 18/05/20	CA VIDA	AFDV	XS0506445963	OUT	LUX	S	111,67%	3.500.000	1,00	JV	3.908.466	-	-
LGB 3.75% 04/12/13	CA VIDA	AFDV	XS0398117746	OUT	LUX	S	105,56%	1.000.000	1,00	JV	1.055.599	-	-
NETHER 2.75% 15/01/15	CA VIDA	AFDV	NL0009213651	OUT	NLD	S	108,54%	12.840.000	1,00	JV	13.936.218	-	-
NETHER 3.25% 15/07/15	CA VIDA	AFDV	NL0000102242	OUT	NLD	S	109,62%	5.400.000	1,00	JV	5.919.726	-	-
NETHER 3.50% 15/07/20	CA VIDA	AFDV	NL0009348242	OUT	NLD	S	112,81%	4.250.000	1,00	JV	4.794.581	-	-
NETHER 4% 15/07/18	CA VIDA	AFDV	NL0006227316	OUT	NLD	S	113,66%	1.000.000	1,00	JV	1.155.209	-	-
NETHER 4% 15/07/19	CA VIDA	AFDV	NL0009086115	OUT	NLD	S	116,28%	7.000.000	1,00	JV	8.139.804	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
OBL 2.25% 10/04/15	CA VIDA	AFDV	DE0001141570	OUT	DEU	S	107,56%	5.000.000	1,00	JV	5.377.913	-	-
OBL 2.25% 11/04/14	CA VIDA	AFDV	DE0001141547	OUT	DEU	S	106,56%	3.750.000	1,00	JV	3.996.079	-	-
OBL 2.5% 10/10/14	CA VIDA	AFDV	DE0001141554	OUT	DEU	S	106,70%	2.000.000	1,00	JV	2.133.939	-	-
RAGB 3.20% 20/02/17	CA VIDA	AFDV	AT0000A0GLY4	OUT	AUT	S	107,87%	4.000.000	1,00	JV	4.314.786	-	-
RAGB 3.5% 15/07/15	CA VIDA	AFDV	AT0000386198	OUT	AUT	S	108,69%	6.150.000	1,00	JV	6.684.477	-	-
RAGB 3.8% 20/10/13	CA VIDA	AFDV	AT0000385992	OUT	AUT	S	106,41%	5.200.000	1,00	JV	5.533.212	-	-
RAGB 3.9% 15/07/20	CA VIDA	AFDV	AT0000386115	OUT	AUT	S	109,62%	2.000.000	1,00	JV	2.192.490	-	-
RAGB 4% 15/09/16	CA VIDA	AFDV	AT0000A011T9	OUT	AUT	S	111,00%	4.765.000	1,00	JV	5.289.309	-	-
RAGB 4.3% 15/07/14	CA VIDA	AFDV	AT0000386073	OUT	AUT	S	110,35%	2.000.000	1,00	JV	2.206.905	-	-
RFGB 1.75% 15/04/16	CA VIDA	AFDV	FI0000018049	OUT	FIN	S	104,08%	3.500.000	1,00	JV	3.642.728	-	-
RFGB 3.125% 15/09/14	CA VIDA	AFDV	FI0001006462	OUT	FIN	S	107,69%	500.000	1,00	JV	538.436	-	-
RFGB 3.875% 15/09/17	CA VIDA	AFDV	FI0001006066	OUT	FIN	S	112,75%	9.950.000	1,00	JV	11.218.171	-	-
SPGB 4.25% 31/10/16	CA VIDA	AFDV	ES0000012312	OUT	ESP	S	101,55%	750.000	1,00	JV	761.647	-	-
											418.852.209	-	16.936
De outros emissores públicos													
BERGER 3.125% 14/09/15	CA VIDA	AFDV	DE000A0EY723	OUT	DEU	S	106,66%	4.000.000	1,00	JV	4.266.426	-	-
EEC 3.125% 27/01/15	CA VIDA	AFDV	EU000A1AKD47	OUT	SUPRANAT.	S	107,30%	2.500.000	1,00	JV	2.682.510	-	-
EEC 3.25% 07/11/14	CA VIDA	AFDV	EU000A0T74M4	OUT	SUPRANAT.	S	105,18%	1.000.000	1,00	JV	1.051.814	-	-
EIB 2.5% 16/09/19	CA VIDA	AFDV	XS0541909213	OUT	SUPRANAT.	S	98,99%	750.000	1,00	JV	742.424	-	-
EIB 2.625% 15/03/18	CA VIDA	AFDV	XS0518184667	OUT	SUPRANAT.	S	103,00%	1.000.000	1,00	JV	1.029.953	-	-
EIB 4.25% 15/04/19	CA VIDA	AFDV	XS0412826579	OUT	SUPRANAT.	S	113,39%	1.000.000	1,00	JV	1.133.937	-	-
ICO 3.25% 10/02/15	CA VIDA	AFDV	XS0485309313	OUT	ESP	S	100,03%	1.500.000	1,00	JV	1.500.433	-	-
ICO Float 15/07/13	CA VIDA	AFDV	XS0503709411	OUT	ESP	S	95,75%	250.000	1,00	JV	239.380	-	-
KFW 3.50% 04/07/15	CA VIDA	AFDV	DE0002760956	OUT	DEU	S	109,37%	2.500.000	1,00	JV	2.734.272	-	-
KFW 4.25% 04/07/14	CA VIDA	AFDV	DE0002760931	OUT	DEU	S	110,02%	800.000	1,00	JV	880.158	-	-
RATFPF 2.875% 09/09/22	CA VIDA	AFDV	XS0540501359	OUT	FRA	S	96,09%	1.250.000	1,00	JV	1.201.156	-	-
SBAB Float 03/03/12	CA VIDA	AFDV	XS0491432737	OUT	SWE	S	100,24%	750.000	1,00	JV	751.786	-	-
											18.214.249	-	-
De outros emissores													
Dívida não subordinada													
BES 19/03/12	CCCAM	AFDV	PTBERHOM0013	IC	PRT	S	98,21%	5.000.000	1,00	JV	4.913.443	-	(78.309)
DNB NOR 1/12	CCCAM	AFDV	XS0385623128	IC	NOR	S	100,16%	3.000.000	1,00	JV	3.011.295	-	6.884
PARFLEX 04/2017	CCCAM	AFDV	XS0297481870	IC	JEY	S	91,21%	3.000.000	1,00	JV	2.736.300	-	(263.700)
SANTANDER 01/12	CCCAM	AFDV	XS0283070554	IC	ESP	S	99,88%	2.000.000	1,00	JV	2.003.390	-	(1.645)
Auchan 02/12/16	CA SEGUROS	AFDV	FR0011156017	OUT	FRA	S	102,58%	700.000	1,00	JV	719.981	-	-
CAFP 06/05/13	CA SEGUROS	AFDV	FR0010257873	OUT	FRA	S	101,94%	750.000	1,00	JV	782.385	-	-
CEIFP 23/09/16	CA SEGUROS	AFDV	FR0010804482	OUT	FRA	S	95,21%	750.000	1,00	JV	721.993	-	-
FRTEL21/02/12	CA SEGUROS	AFDV	XS0286704787	OUT	FRA	S	100,42%	235.000	1,00	JV	244.825	-	-
GE 06/02/2014	CA SEGUROS	AFDV	XS0285388632	OIF	IRL	S	103,83%	500.000	1,00	JV	538.309	-	-
HSBC 15/11/17	CA SEGUROS	AFDV	XS0558893094	OUT	GBR	S	1,00%	750.000	1,00	JV	751.427	-	-
IBESM 13/10/16	CA SEGUROS	AFDV	XS0548801207	OUT	ESP	S	96,80%	750.000	1,00	JV	731.738	-	-
IMTLN 02/12/19	CA SEGUROS	AFDV	XS0715437140	OUT	GBR	S	105,11%	300.000	1,00	JV	316.601	-	-
KPN 13/11/12	CA SEGUROS	AFDV	XS0330631051	OIF	NLD	S	102,85%	569.000	1,00	JV	589.043	-	-
TELEFO 07/02/14	CA SEGUROS	AFDV	XS0284891297	OUT	ESP	S	100,88%	500.000	1,00	JV	525.391	-	-
VIVFP 30/11/15	CA SEGUROS	AFDV	FR0011157726	OUT	FRA	S	102,98%	750.000	1,00	JV	774.876	-	-
VKFP 14/02/17	CA SEGUROS	AFDV	FR0011149947	OUT	FRA	S	102,00%	200.000	1,00	JV	204.416	-	-
WSTP 20/03/17	CA SEGUROS	AFDV	XS0494870701	OUT	NZL	S	101,17%	500.000	1,00	JV	521.091	-	-
AARB 2.375% 03/02/14	CA VIDA	AFDV	DE000AAR0090	IC	DEU	S	103,73%	1.900.000	1,00	JV	1.970.932	-	-
BCPPL 2.375% 18/01/12	CA VIDA	AFDV	PTBCSKOM0019	IC	PRT	S	101,95%	900.000	1,00	JV	917.571	-	-
BESPL 3.75% 19/01/12	CA VIDA	AFDV	PTBEMPOE0018	IC	PRT	S	103,24%	2.400.000	1,00	JV	2.477.714	-	-
SEB 3% 20/01/16	CA VIDA	AFDV	XS0580613106	IC	SWE	S	106,67%	1.000.000	1,00	JV	1.066.718	-	-
SPNTAB 3% 21/01/16	CA VIDA	AFDV	XS0581062675	IC	SWE	S	106,52%	1.500.000	1,00	JV	1.597.809	-	-
AALLN 4.375% 02/12/16	CA VIDA	AFDV	XS0470632646	OUT	GBR	S	107,31%	100.000	1,00	JV	107.307	-	-
AALLN 5.875% 17/04/15	CA VIDA	AFDV	XS0358158052	OUT	GBR	S	114,71%	1.000.000	1,00	JV	1.147.054	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
ABBEY 2.50% 18/03/13	CA VIDA	AFDV	X50496065672	IC	GBR	S	102,06%	750.000	1,00	JV	765.458	-	-
ABBEY 3.125% 30/06/14	CA VIDA	AFDV	X50520785394	IC	GBR	S	101,91%	500.000	1,00	JV	509.573	-	-
ABBEY Float 04/10/12	CA VIDA	AFDV	X50612402767	IC	GBR	S	99,69%	250.000	1,00	JV	249.229	-	-
ABESM 5.75% 09/03/18	CA VIDA	AFDV	X50602534637	OUT	NLD	S	103,52%	500.000	1,00	JV	517.605	-	-
ACACB 2.625% 28/01/14	CA VIDA	AFDV	FR0010998872	IC	FRA	S	102,90%	1.750.000	1,00	JV	1.800.729	-	-
ACAFP Float 12/03/13	CA VIDA	AFDV	X50493818834	IC	FRA	S	98,45%	250.000	1,00	JV	246.114	-	-
ACESM 4.375% 30/03/20	CA VIDA	AFDV	ES0211845203	OUT	ESP	S	90,94%	2.400.000	1,00	JV	2.182.443	-	-
AEMSPA 4.50% 02/11/16	CA VIDA	AFDV	X50463509959	OUT	ITA	S	96,71%	2.150.000	1,00	JV	2.079.345	-	-
AGIM 4.25% 23/01/12	CA VIDA	AFDV	X50282614204	S	IRL	S	103,81%	2.000.000	1,00	JV	2.076.177	-	-
AHOLD 5.875% 14/03/12	CA VIDA	AFDV	X50140280644	OIF	USA	S	105,51%	250.000	1,00	JV	263.783	-	-
ALOFP 2.875% 05/10/15	CA VIDA	AFDV	FR0010948232	OUT	FRA	S	98,64%	800.000	1,00	JV	789.138	-	-
ALOFP 4% 23/09/14	CA VIDA	AFDV	FR0010801761	OUT	FRA	S	103,58%	500.000	1,00	JV	517.894	-	-
ALVGR 5% 06/03/13	CA VIDA	AFDV	DE000A07R7K7	S	NLD	S	107,82%	1.100.000	1,00	JV	1.185.998	-	-
ANZ 2.625% 16/11/12	CA VIDA	AFDV	X50466878419	IC	GBR	S	101,28%	100.000	1,00	JV	101.276	-	-
ANZ 3.75% 10/03/17	CA VIDA	AFDV	X50493543986	IC	GBR	S	105,40%	1.000.000	1,00	JV	1.054.000	-	-
ARRFP 5% 12/01/17	CA VIDA	AFDV	FR0010989111	OUT	FRA	S	106,65%	400.000	1,00	JV	426.589	-	-
AXASA 3.625% 04/04/16	CA VIDA	AFDV	FR0011027150	S	FRA	S	105,85%	1.000.000	1,00	JV	1.058.490	-	-
AXASA 4.50% 23/01/15	CA VIDA	AFDV	X50434882014	S	FRA	S	107,99%	250.000	1,00	JV	269.982	-	-
AYT Cédulas Cajas Global 4.25% 29/07/14	CA VIDA	AFDV	ES0312298237	OIF	ESP	S	96,07%	1.300.000	1,00	JV	1.248.968	-	-
AYTCED 3.50% 14/03/16	CA VIDA	AFDV	ES0312298013	OIF	ESP	S	89,39%	600.000	1,00	JV	536.321	-	-
Aegon 7% 29/04/12	CA VIDA	AFDV	X50425811865	S	NLD	S	106,29%	500.000	1,00	JV	531.435	-	-
Astrazeneca 5.125% 15/01/15	CA VIDA	AFDV	X50321640301	OUT	GBR	S	116,06%	1.350.000	1,00	JV	1.566.816	-	-
BAC 4.45% 31/01/14	CA VIDA	AFDV	X50284283081	IC	USA	S	99,70%	200.000	1,00	JV	199.402	-	-
BACA Float 11/03/13	CA VIDA	AFDV	AT0008048533	IC	AUT	S	100,05%	250.000	1,00	JV	250.122	-	-
BACCOOP 3.125% 22/01/15	CA VIDA	AFDV	ES0313377030	IC	ESP	S	99,62%	250.000	1,00	JV	249.060	-	-
BACR 3.50% 18/03/15	CA VIDA	AFDV	X50495946310	IC	GBR	S	101,86%	1.000.000	1,00	JV	1.018.574	-	-
BACR 3.625% 13/04/16	CA VIDA	AFDV	X50616754007	IC	GBR	S	106,55%	1.000.000	1,00	JV	1.065.468	-	-
BACR 4.125% 15/03/16	CA VIDA	AFDV	X50605207983	IC	GBR	S	103,81%	775.000	1,00	JV	804.558	-	-
BACR 5.25% 27/05/14	CA VIDA	AFDV	X50430452457	IC	GBR	S	107,08%	750.000	1,00	JV	803.110	-	-
BACR Float 28/01/13	CA VIDA	AFDV	X50459903620	IC	GBR	S	100,18%	850.000	1,00	JV	851.540	-	-
BANSAB Float 20/02/12	CA VIDA	AFDV	ES0313860258	IC	ESP	S	99,91%	300.000	1,00	JV	299.728	-	-
BASF 3.375% 30/05/12	CA VIDA	AFDV	DE000A0EUB86	OUT	DEU	S	103,00%	2.250.000	1,00	JV	2.317.518	-	-
BASGR 6% 04/12/13	CA VIDA	AFDV	DE000A0T4DU7	OUT	NLD	S	109,23%	500.000	1,00	JV	546.155	-	-
BAYNGR 4.625% 26/09/14	CA VIDA	AFDV	X50420117383	OUT	NLD	S	109,85%	750.000	1,00	JV	823.866	-	-
BBVA SENIOR FIN 3,625% 14/05/12	CA VIDA	AFDV	X50427109896	OIF	ESP	S	102,19%	2.200.000	1,00	JV	2.248.242	-	-
BBVASM 3.25% 23/04/15	CA VIDA	AFDV	X50503253345	IC	ESP	S	97,14%	250.000	1,00	JV	242.841	-	-
BBVASM 3.25% 24/01/16	CA VIDA	AFDV	ES0413211113	IC	ESP	S	98,30%	1.000.000	1,00	JV	983.002	-	-
BBVASM 4.125% 13/01/14	CA VIDA	AFDV	ES0413211410	IC	ESP	S	103,90%	350.000	1,00	JV	363.644	-	-
BBVASM 4.25% 15/07/14	CA VIDA	AFDV	ES0413211055	IC	ESP	S	101,57%	700.000	1,00	JV	711.004	-	-
BBVASM Float 22/01/13	CA VIDA	AFDV	X50479528753	IC	ESP	S	97,31%	750.000	1,00	JV	729.826	-	-
BELG88 3.875% 07/02/18	CA VIDA	AFDV	8E6215434620	OUT	BEL	S	106,64%	500.000	1,00	JV	533.216	-	-
BESPL 3.375% 17/02/15	CA VIDA	AFDV	PTBLMV0E0011	IC	PRT	S	79,71%	250.000	1,00	JV	199.281	-	-
BFCM Float 20/04/13	CA VIDA	AFDV	X50250886388	IC	FRA	S	98,13%	1.900.000	1,00	JV	1.864.385	-	-
BG Energy Cap 3.375% 15/07/13	CA VIDA	AFDV	X50439816090	OUT	GBR	S	104,50%	200.000	1,00	JV	208.999	-	-
BGGRP 3% 16/11/18	CA VIDA	AFDV	X50706245163	OUT	GBR	S	100,90%	1.000.000	1,00	JV	1.008.990	-	-
BGGRP 3.625% 16/07/19	CA VIDA	AFDV	X50526811384	OUT	GBR	S	105,60%	1.000.000	1,00	JV	1.055.978	-	-
BHP 4.375% 26/02/14	CA VIDA	AFDV	X50288320798	OUT	GBR	S	110,06%	500.000	1,00	JV	550.294	-	-
BKTSM 3.75% 23/09/13	CA VIDA	AFDV	X50413679095	IC	ESP	S	99,90%	750.000	1,00	JV	749.224	-	-
BKTSM Float 15/01/13	CA VIDA	AFDV	ES0313679484	IC	ESP	S	97,34%	150.000	1,00	JV	146.009	-	-
BMW 2.875% 18/04/13	CA VIDA	AFDV	X50478929457	OUT	USA	S	104,02%	500.000	1,00	JV	520.103	-	-
BMW 3.25% 28/01/16	CA VIDA	AFDV	X50583801997	OIF	NLD	S	107,26%	1.500.000	1,00	JV	1.608.894	-	-
BMW 6.375% 23/07/12	CA VIDA	AFDV	X50408730157	OIF	USA	S	105,39%	600.000	1,00	JV	632.362	-	-
BNFP 2.50% 29/09/16	CA VIDA	AFDV	FR0011121631	OUT	FRA	S	103,71%	500.000	1,00	JV	518.555	-	-
BNG 2.625% 01/09/20	CA VIDA	AFDV	X50537711144	IC	NLD	S	98,79%	500.000	1,00	JV	493.950	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
BNP 2.875% 13/07/15	CA VIDA	AFDV	XS0525490198	IC	FRA	S	101,00%	500.000	1,00	JV	504.980	-	-
BNP 3.25% 27/03/12	CA VIDA	AFDV	XS0419259659	IC	FRA	S	102,80%	2.150.000	1,00	JV	2.210.229	-	-
BNP Float 28/03/12	CA VIDA	AFDV	XS0608252200	IC	FRA	S	99,95%	1.000.000	1,00	JV	999.493	-	-
BOUY 3.641% 29/10/19	CA VIDA	AFDV	FR0010957662	OUT	FRA	S	97,93%	250.000	1,00	JV	244.819	-	-
BPCEGP Float 29/10/13	CA VIDA	AFDV	FR0010956748	IC	FRA	S	98,55%	250.000	1,00	JV	246.369	-	-
BPIM 3.75% 07/08/12	CA VIDA	AFDV	XS0443820088	IC	ITA	S	100,52%	1.000.000	1,00	JV	1.005.211	-	-
BPIM Float 27/01/12	CA VIDA	AFDV	XS0481254257	IC	ITA	S	100,19%	250.000	1,00	JV	250.475	-	-
BPLN 3.472% 01/06/16	CA VIDA	AFDV	XS0633014427	OUT	GBR	S	107,23%	750.000	1,00	JV	804.188	-	-
BPLN 4.50% 08/11/12	CA VIDA	AFDV	XS0329663065	OUT	GBR	S	103,44%	800.000	1,00	JV	827.496	-	-
BRCORO 4.5% 05/12/16	CA VIDA	AFDV	PTBRIHOM0001	OUT	PRT	S	66,33%	3.200.000	1,00	JV	2.122.623	-	-
BRITEL 5.25% 22/01/13	CA VIDA	AFDV	XS0332154524	OUT	GBR	S	108,43%	1.000.000	1,00	JV	1.084.299	-	-
Banco Popular Español 3% 23/02/12	CA VIDA	AFDV	ES0313790000	IC	ESP	S	102,60%	1.000.000	1,00	JV	1.025.974	-	-
Banco Popular Español 3.50% 13/09/13	CA VIDA	AFDV	ES0413790108	IC	ESP	S	99,53%	750.000	1,00	JV	746.459	-	-
Bankinter 3% 24/02/12	CA VIDA	AFDV	ES0313679450	IC	ESP	S	102,59%	2.350.000	1,00	JV	2.410.826	-	-
CADEPO 3.5% 23/06/20	CA VIDA	AFDV	XS0516548384	OIF	CAN	S	106,97%	500.000	1,00	JV	534.835	-	-
CAFP 5.25% 24/10/18	CA VIDA	AFDV	XS0694766279	OUT	FRA	S	103,07%	500.000	1,00	JV	515.344	-	-
CAIXAB 3.75% 5/11/13	CA VIDA	AFDV	ES0314970163	IC	ESP	S	98,77%	1.000.000	1,00	JV	987.710	-	-
CAIXAC 3% 29/10/14	CA VIDA	AFDV	ES0314840184	IC	ESP	S	97,07%	1.000.000	1,00	JV	970.686	-	-
CAJAMM 3.125% 20/02/12	CA VIDA	AFDV	ES0314950454	IC	ESP	S	102,55%	2.350.000	1,00	JV	2.409.853	-	-
BKIASM 3.625% 05/10/16	CA VIDA	AFDV	ES0414950776	IC	ESP	S	91,37%	2.000.000	1,00	JV	1.827.432	-	-
CAJAMM 5.75% 29/06/16	CA VIDA	AFDV	ES0414950560	IC	ESP	S	102,18%	1.200.000	1,00	JV	1.226.161	-	-
CAJAMM Float 09/02/12	CA VIDA	AFDV	ES0214950158	IC	ESP	S	99,92%	1.000.000	1,00	JV	999.247	-	-
CAT 2.75% 06/06/14	CA VIDA	AFDV	XS0633342604	OUT	IRL	S	104,44%	500.000	1,00	JV	522.202	-	-
CAVAL 3% 27/10/14	CA VIDA	AFDV	ES0314977358	OUT	ESP	S	97,12%	1.100.000	1,00	JV	1.068.298	-	-
CBA 4.25% 10/11/06	CA VIDA	AFDV	XS0465601754	IC	AUS	S	106,48%	500.000	1,00	JV	532.419	-	-
CBAAU 4.25% 06/04/18	CA VIDA	AFDV	XS0613920502	IC	AUS	S	107,79%	1.000.000	1,00	JV	1.077.923	-	-
CCC 3.75% 10/03/14	CA VIDA	AFDV	XS0599959953	IF	FRA	S	99,15%	1.000.000	1,00	JV	991.510	-	-
CCC Float 18/03/13	CA VIDA	AFDV	XS0494840977	IF	FRA	S	97,29%	500.000	1,00	JV	486.434	-	-
CEAMI 3.125% 22/06/12	CA VIDA	AFDV	ES0315944001	OIF	ESP	S	101,41%	2.000.000	1,00	JV	2.028.258	-	-
CEIFP 4.625% 05/10/17	CA VIDA	AFDV	FR0011125442	OUT	FRA	S	97,28%	750.000	1,00	JV	729.570	-	-
CEZCO 3.625% 27/05/16	CA VIDA	AFDV	XS0630397213	OUT	CZE	S	105,55%	700.000	1,00	JV	738.815	-	-
CHF 2% 17/02/12	CA VIDA	AFDV	FR0010821298	IC	FRA	S	101,80%	750.000	1,00	JV	763.481	-	-
CITI Float 12/01/12	CA VIDA	AFDV	XS0277974076	OIF	USA	S	100,38%	1.200.000	1,00	JV	1.204.501	-	-
CLYDES Float 30/05/12	CA VIDA	AFDV	XS0302132898	IC	GBR	S	99,82%	2.000.000	1,00	JV	1.996.399	-	-
CS 2.875% 24/09/15	CA VIDA	AFDV	XS0544720641	IC	CHE	S	100,61%	1.250.000	1,00	JV	1.257.646	-	-
Carrefour Float 21/06/12	CA VIDA	AFDV	XS0306308585	OUT	FRA	S	100,03%	500.000	1,00	JV	500.164	-	-
Centrica 7.125% 09/12/13	CA VIDA	AFDV	XS0402535131	OUT	GBR	S	111,26%	900.000	1,00	JV	1.001.302	-	-
Citigroup Inc. 3.95% 10/10/13	CA VIDA	AFDV	XS0270148793	OIF	USA	S	100,67%	500.000	1,00	JV	503.364	-	-
Credit Suisse Float 07/01/13	CA VIDA	AFDV	XS0472310860	IC	CHE	S	100,49%	500.000	1,00	JV	502.468	-	-
Credit Suisse London 6.125% 05/08/13	CA VIDA	AFDV	XS0381268068	IC	GBR	S	107,81%	800.000	1,00	JV	862.492	-	-
DAIGR 3% 19/07/13	CA VIDA	AFDV	DE000A1C9VP6	OUT	DEU	S	103,66%	1.000.000	1,00	JV	1.036.567	-	-
DAIGR 4.625% 02/09/14	CA VIDA	AFDV	DE000A1A55G9	OUT	DEU	S	108,25%	500.000	1,00	JV	541.270	-	-
DAIGR 7.875% 16/01/14	CA VIDA	AFDV	DE000A0T55E6	OIF	NLD	S	119,14%	250.000	1,00	JV	297.851	-	-
DAIGR Float 17/12/12	CA VIDA	AFDV	DE000A1GSKZ1	OIF	NLD	S	99,92%	1.000.000	1,00	JV	999.150	-	-
DANBNK Float 29/06/12	CA VIDA	AFDV	XS0307699453	IC	DNK	S	99,72%	900.000	1,00	JV	897.471	-	-
DB 4.875% 24/09/12	CA VIDA	AFDV	DE000DB55501	IC	DEU	S	103,56%	750.000	1,00	JV	776.675	-	-
DBB 3.625% 16/10/17	CA VIDA	AFDV	XS0457145430	IC	NLD	S	107,47%	100.000	1,00	JV	107.474	-	-
DBB 4.25% 08/07/15	CA VIDA	AFDV	XS0171904583	IC	NLD	S	110,88%	1.100.000	1,00	JV	1.219.640	-	-
DBOERS 5% 22/04/13	CA VIDA	AFDV	XS0353963225	OIF	DEU	S	106,97%	500.000	1,00	JV	534.830	-	-
DEXGRP Float 06/02/12	CA VIDA	AFDV	XS0463000504	OIF	FRA	S	98,38%	250.000	1,00	JV	245.940	-	-
DLNA 4.25% 17/11/17	CA VIDA	AFDV	XS0559434351	S	NLD	S	94,86%	500.000	1,00	JV	474.287	-	-
DNB NOR 2.375% 31/08/17	CA VIDA	AFDV	XS0537686288	IC	NOR	S	100,40%	1.000.000	1,00	JV	1.003.962	-	-
DNB NOR 3.875% 29/06/20	CA VIDA	AFDV	XS0522030310	IC	NOR	S	102,04%	750.000	1,00	JV	765.279	-	-
DPW 4.875% 30/01/14	CA VIDA	AFDV	DE0008016502	OUT	NLD	S	110,77%	1.300.000	1,00	JV	1.439.967	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
DSM 5.75% 17/03/14	CA VIDA	AFDV	XS0417825444	OUT	NLD	S	113,08%	500.000	1,00	JV	565.375	-	-
DT 4.50% 25/10/13	CA VIDA	AFDV	XS0272605519	OUT	DEU	S	105,84%	1.100.000	1,00	JV	1.164.252	-	-
DT 5.75% 14/04/15	CA VIDA	AFDV	DE000A0TT2M2	OUT	DEU	S	114,93%	800.000	1,00	JV	919.425	-	-
DT Float 28/03/12	CA VIDA	AFDV	XS0293632260	OUT	DEU	S	100,10%	500.000	1,00	JV	500.514	-	-
E.ON 5.125% 02/10/12	CA VIDA	AFDV	XS0322976415	OIF	NLD	S	104,14%	200.000	1,00	JV	208.281	-	-
EADS Finance BV 4.625% 12/08/16	CA VIDA	AFDV	XS0445463887	OIF	NLD	S	110,81%	500.000	1,00	JV	554.027	-	-
EDF 4.625% 06/11/13	CA VIDA	AFDV	XS0179486526	OUT	FRA	S	106,29%	200.000	1,00	JV	212.589	-	-
EDF 5.125% 23/01/15	CA VIDA	AFDV	XS0409744744	OUT	FRA	S	113,54%	1.000.000	1,00	JV	1.135.391	-	-
EDF 5.625% 23/01/13	CA VIDA	AFDV	XS0400736475	OUT	FRA	S	109,64%	500.000	1,00	JV	548.225	-	-
EDNIM 3.25% 17/03/15	CA VIDA	AFDV	XS0495756537	OUT	ITA	S	95,52%	1.000.000	1,00	JV	955.241	-	-
ELEPOR 4.25% 12/06/12	CA VIDA	AFDV	XS0256996538	OUT	NLD	S	102,35%	1.150.000	1,00	JV	1.177.016	-	-
ELEPOR 4.75% 26/09/16	CA VIDA	AFDV	XS0435879605	OUT	NLD	S	85,76%	1.000.000	1,00	JV	857.619	-	-
ELEPOR 5.50% 18/02/14	CA VIDA	AFDV	XS0413462721	OUT	NLD	S	102,72%	500.000	1,00	JV	513.619	-	-
ENBW 4.125% 07/07/15	CA VIDA	AFDV	XS0438843871	OUT	DEU	S	109,42%	750.000	1,00	JV	820.644	-	-
ENEL 4% 14/09/16	CA VIDA	AFDV	XS0452187759	OUT	LUX	S	100,20%	1.000.000	1,00	JV	1.001.963	-	-
ENELIM 4.625% 24/06/15	CA VIDA	AFDV	XS0695403765	OUT	LUX	S	101,99%	1.000.000	1,00	JV	1.019.909	-	-
ENELIM 5.75% 24/10/18	CA VIDA	AFDV	XS0695401801	OUT	LUX	S	100,40%	250.000	1,00	JV	251.008	-	-
ENFP 4% 24/05/13	CA VIDA	AFDV	FR0010326967	OUT	FRA	S	106,25%	250.000	1,00	JV	265.631	-	-
ENGSM 3.25% 06/07/12	CA VIDA	AFDV	ES0330960008	OUT	ESP	S	102,06%	500.000	1,00	JV	510.307	-	-
ENI 4.625% 30/04/13	CA VIDA	AFDV	XS0167456267	OUT	ITA	S	106,10%	400.000	1,00	JV	424.406	-	-
ENIIM 3.5% 29/01/18	CA VIDA	AFDV	XS0563739696	OUT	ITA	S	102,30%	750.000	1,00	JV	767.231	-	-
ENIIM 4% 29/06/20	CA VIDA	AFDV	XS0521000975	OUT	ITA	S	100,26%	500.000	1,00	JV	501.299	-	-
EOANGR 4.875% 28/01/14	CA VIDA	AFDV	XS0410299357	OIF	NLD	S	111,28%	500.000	1,00	JV	556.412	-	-
ERSTBK 2.75% 09/03/15	CA VIDA	AFDV	XS0493198948	IC	AUT	S	103,40%	1.000.000	1,00	JV	1.033.981	-	-
ERSTBK 4.25% 12/04/16	CA VIDA	AFDV	XS0616431689	IC	AUT	S	102,63%	500.000	1,00	JV	513.138	-	-
EURHYP 2.25% 25/03/13	CA VIDA	AFDV	XS0496654079	IC	LUX	S	102,06%	1.000.000	1,00	JV	1.020.616	-	-
FBNETH 4% 03/02/15	CA VIDA	AFDV	XS0483673132	IC	NLD	S	105,37%	500.000	1,00	JV	526.872	-	-
FBNETH Float 03/02/12	CA VIDA	AFDV	XS0483673488	IC	NLD	S	100,51%	250.000	1,00	JV	251.276	-	-
FORTIS 4.625% 09/07/14	CA VIDA	AFDV	XS0196047723	IC	NLD	S	105,91%	300.000	1,00	JV	317.739	-	-
FRTTEL 3.875% 14/01/21	CA VIDA	AFDV	XS0563306314	OUT	FRA	S	105,04%	1.500.000	1,00	JV	1.575.615	-	-
FRTTEL 5% 22/01/14	CA VIDA	AFDV	XS0409370219	OUT	FRA	S	110,97%	1.000.000	1,00	JV	1.109.683	-	-
FRTUM 4.625% 20/03/14	CA VIDA	AFDV	XS0418730601	OUT	FIN	S	110,26%	600.000	1,00	JV	661.552	-	-
GASSM 3.125% 02/11/12	CA VIDA	AFDV	XS0458747028	OUT	ESP	S	100,90%	300.000	1,00	JV	302.686	-	-
GASSM 3.375% 27/01/15	CA VIDA	AFDV	XS0479542150	OUT	ESP	S	100,76%	2.400.000	1,00	JV	2.418.230	-	-
GASSM 5.25% 09/07/14	CA VIDA	AFDV	XS0436905821	OUT	ESP	S	104,96%	500.000	1,00	JV	524.813	-	-
GAZDF 4.75% 19/02/13	CA VIDA	AFDV	FR0000472326	OUT	FRA	S	108,24%	900.000	1,00	JV	974.190	-	-
GE 2.875% 28/10/14	CA VIDA	AFDV	XS0553035840	OUT	IRL	S	102,65%	2.500.000	1,00	JV	2.566.340	-	-
GE 3.75% 04/04/16	CA VIDA	AFDV	XS0612837657	OUT	IRL	S	105,37%	2.500.000	1,00	JV	2.634.372	-	-
GE 4.25% 01/03/17	CA VIDA	AFDV	XS0491042353	OUT	IRL	S	107,62%	250.000	1,00	JV	269.061	-	-
GE 4.875% 06/03/13	CA VIDA	AFDV	XS0350465422	OUT	IRL	S	107,08%	1.250.000	1,00	JV	1.338.503	-	-
GE Float 28/07/14	CA VIDA	AFDV	XS0197508764	OUT	IRL	S	96,51%	750.000	1,00	JV	723.846	-	-
GPPS 3.375% 18/01/16	CA VIDA	AFDV	XS0222473877	OUT	DEU	S	108,52%	2.000.000	1,00	JV	2.170.373	-	-
GS 4% 02/02/15	CA VIDA	AFDV	XS0211034540	IC	USA	S	99,88%	450.000	1,00	JV	449.479	-	-
GS Float 30/01/17	CA VIDA	AFDV	XS0284728465	IC	USA	S	81,75%	1.500.000	1,00	JV	1.226.297	-	-
GSK 3% 18/06/2012	CA VIDA	AFDV	XS0222377300	OUT	GBR	S	102,54%	3.000.000	1,00	JV	3.076.193	-	-
GSK 3.875% 06/07/15	CA VIDA	AFDV	XS0438140526	OUT	GBR	S	109,42%	500.000	1,00	JV	547.121	-	-
GSK 5.625% 13/12/17	CA VIDA	AFDV	XS0335134705	OUT	GBR	S	119,03%	2.300.000	1,00	JV	2.737.713	-	-
GSZFP 2.75% 18/10/17	CA VIDA	AFDV	FR0010952739	OUT	FRA	S	101,97%	1.200.000	1,00	JV	1.223.682	-	-
GSZFP 6.25% 24/01/14	CA VIDA	AFDV	FR0010678151	OUT	FRA	S	115,28%	500.000	1,00	JV	576.411	-	-
HAA 3.125% 24/07/13	CA VIDA	AFDV	XS0440690161	IC	AUT	S	103,68%	1.000.000	1,00	JV	1.036.847	-	-
HSBC 3.875% 16/03/16	CA VIDA	AFDV	XS0605521185	SGPS	GBR	S	106,78%	1.000.000	1,00	JV	1.067.849	-	-
HSBC 4% 15/01/2021	CA VIDA	AFDV	XS0526606537	IC	GBR	S	106,07%	1.500.000	1,00	JV	1.591.057	-	-
HSBC 4.50% 30/04/14	CA VIDA	AFDV	XS0426016753	SGPS	GBR	S	107,74%	500.000	1,00	JV	538.688	-	-
HSBC Float 28/10/13	CA VIDA	AFDV	XS0272672113	OIF	USA	S	95,37%	100.000	1,00	JV	95.372	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
HYPO ALPE-ADRIA 3.75% 17/03/14	CA VIDA	AFDV	X50247263048	IC	AUT	S	104,11%	1.000.000	1,00	JV	1.041.143	-	-
HYPO ALPE-ADRIA 4.375% 24/01/17	CA VIDA	AFDV	X50281875483	IC	AUT	S	104,58%	2.000.000	1,00	JV	2.091.646	-	-
HYPO TIROL BANK 3.625% 01/03/16	CA VIDA	AFDV	X50245578553	IC	AUT	S	106,80%	1.500.000	1,00	JV	1.602.056	-	-
Henkel 4.625% 19/03/14	CA VIDA	AFDV	X50418268198	OUT	DEU	S	110,86%	500.000	1,00	JV	554.307	-	-
IBERDROLA 4.875% 18/02/13	CA VIDA	AFDV	X50163023848	OUT	ESP	S	106,31%	300.000	1,00	JV	318.930	-	-
IBERDROLA 5.125% 09/05/13	CA VIDA	AFDV	X50362224254	OUT	ESP	S	105,97%	800.000	1,00	JV	847.784	-	-
IBESM 3.5% 13/10/16	CA VIDA	AFDV	X50548801207	OUT	ESP	S	97,57%	1.300.000	1,00	JV	1.268.345	-	-
IBESM 4.125% 23/03/20	CA VIDA	AFDV	X50494868630	OUT	ESP	S	97,91%	100.000	1,00	JV	97.910	-	-
INTNED 2.25% 31/08/15	CA VIDA	AFDV	X50537421736	IC	NLD	S	101,64%	500.000	1,00	JV	508.186	-	-
INTNED 3.375% 03/03/14	CA VIDA	AFDV	X50415072098	IC	NLD	S	107,47%	1.800.000	1,00	JV	1.934.393	-	-
INTNED 3.375% 03/03/15	CA VIDA	AFDV	X50491432901	IC	NLD	S	103,19%	750.000	1,00	JV	773.957	-	-
INTNED Float 28/03/13	CA VIDA	AFDV	X50609572663	IC	NLD	S	98,64%	1.000.000	1,00	JV	986.437	-	-
INTPET 4.875% 14/05/16	CA VIDA	AFDV	X50605558856	OIF	CYM	S	107,24%	2.730.000	1,00	JV	2.927.534	-	-
INTPET 5.875% 14/03/21	CA VIDA	AFDV	X50605559821	OIF	CYM	S	101,47%	250.000	1,00	JV	253.676	-	-
ISPIIM 3.375% 19/01/15	CA VIDA	AFDV	X50478285389	IC	ITA	S	96,61%	250.000	1,00	JV	241.521	-	-
ISPIIM 4.375% 16/08/16	CA VIDA	AFDV	IT0004690126	IC	ITA	S	96,50%	1.675.000	1,00	JV	1.616.435	-	-
ISPIIM Float 05/11/12	CA VIDA	AFDV	X50218873072	IC	ITA	S	99,13%	100.000	1,00	JV	99.135	-	-
JNI 4.75% 06/11/19	CA VIDA	AFDV	X50329522246	OUT	USA	S	117,45%	2.900.000	1,00	JV	3.405.986	-	-
JPM 4.375% 30/01/14	CA VIDA	AFDV	X50284840542	IC	USA	S	107,21%	650.000	1,00	JV	696.887	-	-
JPM Float 26/09/13	CA VIDA	AFDV	X50269056056	IC	USA	S	97,72%	500.000	1,00	JV	488.590	-	-
KAFIN 2.25% 24/03/14	CA VIDA	AFDV	X50494852717	OIF	AUT	S	102,34%	2.000.000	1,00	JV	2.046.715	-	-
KBC Float 26/10/12	CA VIDA	AFDV	X50327159074	IC	NLD	S	99,22%	200.000	1,00	JV	198.443	-	-
KPN 4% 22/06/15	CA VIDA	AFDV	X50222766973	OUT	NLD	S	107,34%	1.250.000	1,00	JV	1.341.766	-	-
KPN 4.5% 04/10/21	CA VIDA	AFDV	X50677389347	OUT	NLD	S	106,69%	250.000	1,00	JV	266.722	-	-
KPN 4.5% 18/03/13	CA VIDA	AFDV	X50248012923	OUT	NLD	S	106,86%	1.000.000	1,00	JV	1.068.633	-	-
KPN 5% 13/11/12	CA VIDA	AFDV	X50330631051	OUT	NLD	S	103,52%	50.000	1,00	JV	51.761	-	-
KPN 6.25% 16/09/13	CA VIDA	AFDV	X50387992661	OUT	NLD	S	109,21%	800.000	1,00	JV	873.698	-	-
LLOYDS 3.25% 26/11/12	CA VIDA	AFDV	X50469192388	IC	GBR	S	100,44%	750.000	1,00	JV	753.275	-	-
LLOYDS 3.375% 17/03/15	CA VIDA	AFDV	X50482808465	IC	GBR	S	104,16%	1.000.000	1,00	JV	1.041.622	-	-
LLOYDS Float 18/01/13	CA VIDA	AFDV	X50579627984	IC	GBR	S	100,25%	600.000	1,00	JV	601.485	-	-
LLOYDS Float 25/03/13	CA VIDA	AFDV	X50498391894	IC	GBR	S	99,12%	650.000	1,00	JV	644.299	-	-
LR 4.375% 21/03/18	CA VIDA	AFDV	FR0011022623	OUT	FRA	S	105,64%	200.000	1,00	JV	211.279	-	-
LUCSHI 6.625% 23/01/14	CA VIDA	AFDV	X50399674216	OUT	NLD	S	116,23%	1.000.000	1,00	JV	1.162.347	-	-
LXSGR 4.125% 23/05/18	CA VIDA	AFDV	X50629645531	OUT	DEU	S	105,93%	250.000	1,00	JV	264.831	-	-
Lloyds TSB Bank 6.375% 17/06/16	CA VIDA	AFDV	X50435070288	IC	GBR	S	106,99%	1.925.000	1,00	JV	2.059.553	-	-
MAN SE 5.375% 20/05/13	CA VIDA	AFDV	X50429607640	OUT	DEU	S	108,35%	500.000	1,00	JV	541.775	-	-
MCFP 3.375% 07/04/15	CA VIDA	AFDV	FR0011033281	OUT	FRA	S	107,40%	400.000	1,00	JV	429.590	-	-
MCFP 4% 06/04/18	CA VIDA	AFDV	FR0011033232	OUT	FRA	S	111,09%	100.000	1,00	JV	111.093	-	-
MRKGR 3.375% 24/03/15	CA VIDA	AFDV	X50497185511	OUT	DEU	S	106,69%	500.000	1,00	JV	533.448	-	-
MS 4.50% 23/02/16	CA VIDA	AFDV	X50594515966	IC	LUX	S	96,46%	835.000	1,00	JV	805.462	-	-
NAB 4% 13/07/20	CA VIDA	AFDV	X50525146907	IC	AUS	S	103,21%	1.500.000	1,00	JV	1.548.132	-	-
NAB Float 22/10/13	CA VIDA	AFDV	X50552807629	IC	GBR	S	100,00%	500.000	1,00	JV	500.013	-	-
NBHSS 2.5% 02/06/14	CA VIDA	AFDV	X50632992607	IC	FIN	S	103,54%	750.000	1,00	JV	776.557	-	-
NBHSS 3.75% 24/02/17	CA VIDA	AFDV	X50489825223	IC	SWE	S	105,34%	750.000	1,00	JV	790.029	-	-
NBHSS 4% 29/06/20	CA VIDA	AFDV	X50520755488	IC	SWE	S	103,16%	750.000	1,00	JV	773.732	-	-
NBHSS Float 10/12/2012	CA VIDA	AFDV	X50472575066	IC	FIN	S	100,10%	800.000	1,00	JV	800.837	-	-
NGGLN 3.25% 03/06/15	CA VIDA	AFDV	X50633148621	OUT	GBR	S	104,72%	1.750.000	1,00	JV	1.832.539	-	-
NIBCAP 3.125% 17/02/12	CA VIDA	AFDV	X50413550343	IC	NLD	S	103,03%	1.600.000	1,00	JV	1.648.474	-	-
National Grid Gas 5.125% 14/05/13	CA VIDA	AFDV	X50363740985	OUT	GBR	S	108,18%	1.750.000	1,00	JV	1.893.161	-	-
Novartis 4.25% 15/06/16	CA VIDA	AFDV	X50432810116	OUT	CHE	S	112,93%	1.500.000	1,00	JV	1.693.926	-	-
PEUGOT 3.25% 26/11/12	CA VIDA	AFDV	X50563144079	OIF	FRA	S	100,34%	500.000	1,00	JV	501.703	-	-
PEUGOT 4% 24/06/15	CA VIDA	AFDV	X50640796032	OIF	FRA	S	95,35%	500.000	1,00	JV	476.739	-	-
PFE 3.625% 03/06/13	CA VIDA	AFDV	X50432069747	OUT	USA	S	105,32%	1.750.000	1,00	JV	1.843.113	-	-
PFE 4.55% 15/05/17	CA VIDA	AFDV	X50301010145	OUT	USA	S	114,41%	2.000.000	1,00	JV	2.288.154	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
PG 4.125% 07/12/20	CA VIDA	AFDV	XS0237323943	OUT	USA	S	113,33%	1.000.000	1,00	JV	1.133.338	-	-
PG 4.5% 12/05/14	CA VIDA	AFDV	XS0300112108	OUT	USA	S	110,46%	2.500.000	1,00	JV	2.761.526	-	-
PM 4.25% 23/03/12	CA VIDA	AFDV	XS0419179972	OUT	USA	S	103,95%	250.000	1,00	JV	259.867	-	-
POHBK 3.125% 12/01/16	CA VIDA	AFDV	XS0576922271	IC	FIN	S	103,80%	1.000.000	1,00	JV	1.038.018	-	-
PORTEL 3.75% 26/03/12	CA VIDA	AFDV	XS0215828830	OUT	NLD	S	102,27%	1.350.000	1,00	JV	1.380.579	-	-
PORTEL 6% 30/04/13	CA VIDA	AFDV	XS0426126180	OUT	NLD	S	103,01%	400.000	1,00	JV	412.023	-	-
RABOBK 4.125% 14/01/20	CA VIDA	AFDV	XS0478074924	IC	NLD	S	107,73%	2.500.000	1,00	JV	2.693.202	-	-
RABOBK Float 14/01/13	CA VIDA	AFDV	XS0577548695	IC	NLD	S	100,40%	1.500.000	1,00	JV	1.506.054	-	-
RBIIV 3.625% 27/01/14	CA VIDA	AFDV	XS0584381544	IC	AUT	S	104,49%	1.000.000	1,00	JV	1.044.868	-	-
RBOSCH 4.375% 19/05/16	CA VIDA	AFDV	XS0254720633	OUT	DEU	S	113,72%	2.000.000	1,00	JV	2.274.349	-	-
RBS 5.75% 21/05/14	CA VIDA	AFDV	XS0430052869	IC	GBR	S	104,01%	700.000	1,00	JV	728.055	-	-
RDSALN 3.375% 09/02/12	CA VIDA	AFDV	XS0412968793	OUT	NLD	S	103,28%	900.000	1,00	JV	929.478	-	-
RDSALN 4.625% 22/05/17	CA VIDA	AFDV	XS0301945860	OUT	NLD	S	116,16%	2.750.000	1,00	JV	3.194.362	-	-
REDELE 3.50% 07/10/16	CA VIDA	AFDV	XS0545097742	OUT	ESP	S	100,32%	1.250.000	1,00	JV	1.253.943	-	-
REDELE 4.75% 18/09/13	CA VIDA	AFDV	XS0176347044	OUT	NLD	S	104,93%	1.000.000	1,00	JV	1.049.327	-	-
RENAUL 4% 02/12/13	CA VIDA	AFDV	XS0708763452	OIF	FRA	S	100,82%	500.000	1,00	JV	504.083	-	-
RENAUL 4% 25/01/16	CA VIDA	AFDV	XS0551845265	OIF	FRA	S	99,45%	1.330.000	1,00	JV	1.322.688	-	-
RENAUL 5.625% 05/10/15	CA VIDA	AFDV	XS0683639933	OIF	FRA	S	102,24%	1.000.000	1,00	JV	1.022.445	-	-
REPSM 4.625% 08/10/14	CA VIDA	AFDV	XS0202649934	OUT	NLD	S	104,67%	500.000	1,00	JV	523.351	-	-
RTE 4.125% 27/09/16	CA VIDA	AFDV	FR0010369587	OUT	FRA	S	108,23%	1.000.000	1,00	JV	1.082.260	-	-
RWE 4.625% 23/07/14	CA VIDA	AFDV	XS0196302425	OUT	NLD	S	109,54%	2.050.000	1,00	JV	2.245.470	-	-
RWE 5.75% 20/11/13	CA VIDA	AFDV	XS0399648301	OUT	NLD	S	108,80%	1.000.000	1,00	JV	1.087.968	-	-
Raiff Zentralbk 3% 13/03/12	CA VIDA	AFDV	XS0417093753	IC	AUT	S	102,82%	1.550.000	1,00	JV	1.593.710	-	-
Renault Float 24/01/12	CA VIDA	AFDV	XS0282627289	OIF	FRA	S	100,34%	1.450.000	1,00	JV	1.454.942	-	-
SABL N 4.50% 20/01/15	CA VIDA	AFDV	XS0440312725	OUT	GBR	S	110,72%	750.000	1,00	JV	830.383	-	-
SANFP 3.125% 10/10/14	CA VIDA	AFDV	XS0456451938	OUT	FRA	S	105,16%	250.000	1,00	JV	262.912	-	-
SANFP 3.5% 17/05/13	CA VIDA	AFDV	XS0428037666	OUT	FRA	S	105,29%	1.000.000	1,00	JV	1.052.919	-	-
SANFP 4.125% 10/10/19	CA VIDA	AFDV	XS0456451771	OUT	FRA	S	111,82%	500.000	1,00	JV	559.116	-	-
SANTAN 2.875% 20/09/13	CA VIDA	AFDV	XS0541340021	IC	ESP	S	98,36%	1.250.000	1,00	JV	1.229.539	-	-
SANTAN 3.75% 12/06/12	CA VIDA	AFDV	PTCP4OM0023	IC	PRT	S	100,33%	1.350.000	1,00	JV	1.354.521	-	-
SANTAN 3.75% 28/02/13	CA VIDA	AFDV	XS0593970014	IC	ESP	S	102,63%	800.000	1,00	JV	821.033	-	-
SANTAN Float 18/01/13	CA VIDA	AFDV	XS0477243843	IC	ESP	S	97,10%	200.000	1,00	JV	194.209	-	-
SANTAN Float 24/08/12	CA VIDA	AFDV	XS0264382176	IC	ESP	S	98,37%	500.000	1,00	JV	491.865	-	-
SEB 2.50% 01/09/15	CA VIDA	AFDV	XS0538031211	IC	SWE	S	98,20%	1.000.000	1,00	JV	981.963	-	-
SEB 4.375% 29/05/12	CA VIDA	AFDV	XS0430951888	IC	SWE	S	103,67%	2.000.000	1,00	JV	2.073.478	-	-
SGOFP 3.50% 30/09/15	CA VIDA	AFDV	XS0683565476	OUT	FRA	S	102,28%	500.000	1,00	JV	511.422	-	-
SHBASS 3% 20/08/12	CA VIDA	AFDV	XS0447005223	IC	SWE	S	102,02%	1.500.000	1,00	JV	1.530.305	-	-
SLB 2.75% 01/12/15	CA VIDA	AFDV	XS0562884733	OUT	USA	S	103,91%	200.000	1,00	JV	207.824	-	-
SOCGEN Float 05/03/12	CA VIDA	AFDV	XS0289186230	IC	FRA	S	100,02%	1.100.000	1,00	JV	1.100.208	-	-
SPABOL 2.5% 23/06/15	CA VIDA	AFDV	XS0519708613	IC	NOR	S	103,19%	1.000.000	1,00	JV	1.031.905	-	-
SUFFP 3.50% 22/01/19	CA VIDA	AFDV	FR0011119460	OUT	FRA	S	102,86%	200.000	1,00	JV	205.721	-	-
SWEDA 3.125% 04/03/13	CA VIDA	AFDV	XS0491438429	IC	SWE	S	103,61%	1.000.000	1,00	JV	1.036.081	-	-
Schneider Electric 4.5% 17/01/14	CA VIDA	AFDV	XS0260896542	OUT	FRA	S	110,16%	1.000.000	1,00	JV	1.101.647	-	-
TELEFO 3.406% 24/03/15	CA VIDA	AFDV	XS0494547168	OUT	ESP	S	99,65%	500.000	1,00	JV	498.248	-	-
TELEFO 4.375% 02/02/16	CA VIDA	AFDV	XS0241946630	OUT	ESP	S	103,16%	675.000	1,00	JV	696.333	-	-
TELEFO 4.693% 11/11/19	CA VIDA	AFDV	XS0462999573	OUT	ESP	S	94,87%	100.000	1,00	JV	94.872	-	-
TELEFO 5.125% 14/02/2013	CA VIDA	AFDV	XS0162867880	OUT	NLD	S	106,73%	1.000.000	1,00	JV	1.067.322	-	-
THAMES 3.25% 09/11/16	CA VIDA	AFDV	XS0557312922	OUT	GBR	S	103,77%	500.000	1,00	JV	518.863	-	-
TITIM 5.125% 25/01/16	CA VIDA	AFDV	XS0583059448	OUT	ITA	S	100,45%	1.600.000	1,00	JV	1.607.184	-	-
TITIM 5.375% 29/01/19	CA VIDA	AFDV	XS0184373925	OUT	ITA	S	93,77%	1.000.000	1,00	JV	937.717	-	-
TKA 5% 22/07/13	CA VIDA	AFDV	XS0172844283	OUT	AUT	S	105,80%	1.200.000	1,00	JV	1.269.573	-	-
TLIASS 4.25% 18/02/20	CA VIDA	AFDV	XS0592627003	OUT	SWE	S	111,94%	1.250.000	1,00	JV	1.399.226	-	-
TLIASS 4.75% 07/03/17	CA VIDA	AFDV	XS0289507997	OUT	SWE	S	115,60%	1.000.000	1,00	JV	1.155.974	-	-
TLIASS 5.125% 13/03/14	CA VIDA	AFDV	XS0416482106	OUT	SWE	S	111,87%	500.000	1,00	JV	559.364	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
TLIASS Float 07/03/13	CA VIDA	AFDV	XS0289507484	OUT	SWE	S	100,25%	250.000	1,00	JV	250.637	-	-
Telefonica 5,58% 12/06/13	CA VIDA	AFDV	XS0368055959	OUT	ESP	S	105,69%	500.000	1,00	JV	528.460	-	-
Telefonica Emis 4.393% 17/04/12	CA VIDA	AFDV	XS0270341950	OUT	ESP	S	103,70%	100.000	1,00	JV	103.700	-	-
Total Capital 4.75% 10/12/13	CA VIDA	AFDV	XS0402228471	OUT	FRA	S	107,24%	500.000	1,00	JV	536.188	-	-
Toyota Mtr Cred 5.25% 03/02/12	CA VIDA	AFDV	XS0411606246	OIF	USA	S	105,16%	155.000	1,00	JV	162.991	-	-
UBS 3.50% 15/07/15	CA VIDA	AFDV	XS0526073290	IC	CHE	S	103,76%	1.000.000	1,00	JV	1.037.567	-	-
UBS 5.625% 19/05/14	CA VIDA	AFDV	XS0428956287	IC	CHE	S	109,84%	750.000	1,00	JV	823.798	-	-
UBS 6.25% 03/09/13	CA VIDA	AFDV	XS0385798276	IC	CHE	S	107,99%	1.000.000	1,00	JV	1.079.872	-	-
UCGIM 4.125% 27/04/12	CA VIDA	AFDV	XS0425413621	IC	ITA	S	102,66%	1.300.000	1,00	JV	1.334.559	-	-
ULVR 4.875% 21/05/13	CA VIDA	AFDV	XS0364979632	OUT	NLD	S	108,30%	750.000	1,00	JV	812.234	-	-
UNICAJ 3.125% 06/10/14	CA VIDA	AFDV	ES0464872060	IC	ESP	S	95,41%	500.000	1,00	JV	477.039	-	-
UNICREDITO Float 24/01/12	CA VIDA	AFDV	XS0210641816	IC	ITA	S	100,18%	2.000.000	1,00	JV	2.003.651	-	-
VATFAL 5.75% 05/12/13	CA VIDA	AFDV	XS0401892038	OUT	SWE	S	108,56%	800.000	1,00	JV	868.513	-	-
VINCI 4% 24/09/18	CA VIDA	AFDV	FR0011119775	OUT	FRA	S	100,85%	300.000	1,00	JV	302.559	-	-
VIVFP 3.875% 30/11/15	CA VIDA	AFDV	FR0011157726	OUT	FRA	S	103,32%	250.000	1,00	JV	258.292	-	-
VIVFP 4% 31/03/17	CA VIDA	AFDV	FR0010878751	OUT	FRA	S	104,96%	400.000	1,00	JV	419.848	-	-
VIVFP 4.25% 01/12/16	CA VIDA	AFDV	FR0010830042	OUT	FRA	S	104,57%	500.000	1,00	JV	522.856	-	-
VIVFP 4.50% 03/10/13	CA VIDA	AFDV	FR0010369629	OUT	FRA	S	104,97%	500.000	1,00	JV	524.843	-	-
VOD 6.25% 15/01/16	CA VIDA	AFDV	XS0408285913	OUT	GBR	S	122,05%	500.000	1,00	JV	610.241	-	-
VW 2.375 28/06/13	CA VIDA	AFDV	XS0520522201	OIF	DEU	S	102,62%	800.000	1,00	JV	820.988	-	-
VW 2.75% 13/07/15	CA VIDA	AFDV	XS0576107519	OIF	DEU	S	103,16%	1.000.000	1,00	JV	1.031.604	-	-
VW Float 12/10/12	CA VIDA	AFDV	XS0614919370	OIF	DEU	S	100,36%	700.000	1,00	JV	702.508	-	-
Vodafone Float 06/06/14	CA VIDA	AFDV	XS0304458564	OUT	GBR	S	99,50%	300.000	1,00	JV	298.498	-	-
Vodafone Float 13/01/12	CA VIDA	AFDV	XS0257808500	OUT	GBR	S	100,48%	500.000	1,00	JV	502.384	-	-
Vodafone Group 6.875% 04/12/13	CA VIDA	AFDV	XS0402707367	OUT	GBR	S	111,00%	800.000	1,00	JV	887.976	-	-
WB 6% 23/05/13	CA VIDA	AFDV	XS0365663961	IC	USA	S	109,04%	1.500.000	1,00	JV	1.635.525	-	-
WFC 4.125% 03/11/16	CA VIDA	AFDV	XS0273766732	IC	USA	S	105,67%	650.000	1,00	JV	686.861	-	-
WURTH 3.75% 25/05/18	CA VIDA	AFDV	XS0625977987	OIF	NLD	S	107,53%	200.000	1,00	JV	215.051	-	-
Westpac Banking 4.25% 22/09/16	CA VIDA	AFDV	XS0453410978	IC	AUS	S	105,52%	850.000	1,00	JV	896.910	-	-
Dívida subordinada											308.882.719	-	(336.770)
BFT CAY.2015	CCCAM	AFDV	XS0218220191	IC	CYM	S	100,00%	2.000.000	1,00	JV	2.012.676	-	-
Instrumentos de capital											2.012.676	-	-
BFN 87 - Tit.Par.	CCCAM	AFDV	PTBFNDPE0001	OUT	PRT	S	100,00%	1.547	1,00	JV	1.547	-	-
BFN 87 - Tit.Part. 2ª Em	CCCAM	AFDV	PTBFNEPE0000	OUT	PRT	S	100,00%	0	1,00	JV	-	-	-
FLORESTA AT (B)	CCCAM	AFDV	PTFLTBIM0004	OUT	PRT	N	57,6198	18.000	-	JV	1.037.156	-	137.156
RAIZ CONSERVADOR	CCCAM	AFDV	PTYCFGLM0008	OUT	PRT	N	5,3567	199.996	-	JV	1.071.319	-	34.079
RAIZ EUROPA	CCCAM	AFDV	PTYCFFLM0009	OUT	PRT	N	3,3237	505.416	-	JV	1.679.851	-	(347.322)
RAIZ GLOBAL	CCCAM	AFDV	PTYCFELM0000	OUT	PRT	N	4,5208	339.329	-	JV	1.534.039	-	(25.925)
UNICAMPUS	CCCAM	AFDV	UNICAMPUS	OUT	PRT	N	1007,4261	500	-	JV	503.713	-	3.713
ADRAVE	CCCAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	100	4,99	CH	499	-	-
AGROGARANTE	CCCAM	AFDV	PTAGM0AM0007	OIF	PRT	N	-	149.550	1,00	CH	149.550	-	-
GARVAL	CCCAM	AFDV	PTGGM0AM0004	OUT	PRT	N	-	69.000	1,00	CH	69.000	-	-
LISGARANTE	CCCAM	AFDV	PTLGR0AM0003	OUT	PRT	N	-	100.000	1,00	CH	100.000	-	-
MATADOURO REG.ALGARVE	CCCAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	19.992	4,99	CH	998	(998)	-
NORGARANTE	CCCAM	AFDV	PTNGM0AM0000	OUT	PRT	N	-	86.860	1,00	CH	86.860	-	-
MATAD.BEIRA LITORAL, SA (PEC-LUSA)	CCCAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	687	4,99	CH	3.428	-	-
SIBS	CCCAM	AFDV	PTSIB0AM0008	OUT	PRT	N	-	25.680	5,00	CH	1.171.864	-	-
UNICRE	CCCAM	AFDV	PTUNE0AM0016	OUT	PRT	N	-	7.207	5,00	CH	460.223	-	-
UNITÉNIS	CCCAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	150,00	CH	3.990	-	-
FCR AICEP Capital Global - FIEP	CCCAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	510	1.000,00	CH	510.000	-	-
PROPAÇO	CCCAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	CH	194	(194)	-
SWIFT	CCCAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	5	-	CH	46.928	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
VISA EUROPE LIMITED	CCCAM	AFDV	US92826C3007	OUT	PRT	N	--	1	10,00	CH	10	-	-
VISA INC.	CCCAM	AFDV		OUT	USA	N	--	2.565	-	CH	68.383	-	-
Dolmen	CCAM V. SOUSA TÂMEGA	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	100	4,99	CH	499	-	-
Cooperativa de Melgaço	CCAM NOROESTE	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	499	5,00	CH	2.494	(2.494)	-
Epralima	CCAM NOROESTE	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	5	49,87	CH	249	-	-
Spidouro	CCAM BRAGANÇA	AFDV	--	OUT	PRT	N	4,99	1.500	4,99	CH	7.482	(7.482)	-
Cooperativa Agrícola de Valpaços	CCAM BRAGANÇA	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	5	2,49	CH	13	(13)	-
Spidouro	CCAM VALE TÁVORA	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	1.500	4,99	CH	7.482	(7.482)	-
ABAP	CCAM CANTANHEDE MIRA	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	1	5.000,00	CH	5.000	-	-
AIBAP	CCAM CANTANHEDE MIRA	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	1	5.000,00	CH	5.000	-	-
Credicentro	CCAM COIMBRA	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	48	2,49	CH	120	-	-
Regivouga	CCAM ESTARREJA	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	100	4,99	CH	499	(499)	-
Credicentro	CCAM POMBAL	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	1	433,95	CH	434	(434)	-
Sicogest	CCAM POMBAL	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	1	4.500,00	CH	4.500	-	-
Sicogest	CCAM SERRAS ANSIÃO	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	1	2.000,00	CH	2.000	-	-
Coop. Agro-Pecúaria Beira Central CRL	CCAM OLIVEIRA HOSPITAL	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	5	2,49	CH	12	-	-
Credigrícola	CCAM BAIRRADA	AFDV	--	OIF	PRT	N	--	38.266	5,00	CH	191.331	(191.331)	-
Escola Profissional da Mealhada	CCAM BAIRRADA	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	1	176.100,00	CH	176.100	-	-
Cerfundão, Lda.	CCAM REGIÃO FUNDÃO	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	1	50.000,00	CH	50.000	-	-
Parkurbis, S.A.	CCAM REGIÃO FUNDÃO	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	5.000	5,00	CH	25.000	(25.000)	-
Ovignu	CCAM BEIRA BAIXA (SUL)	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	149.185	5,00	CH	745.925	(745.925)	-
FERECC	CCAM ALCANHÕES	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	1	5,00	CH	5	-	-
FERECC	CCAM ALENQUER	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	1	5,00	CH	5	-	-
FERECC	CCAM ARRUDA VINHOS	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	1	5,00	CH	5	-	-
FERECC	CCAM CALDAS RAINHA	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	21	5,00	CH	105	-	-
FERECC	CCAM LOURES, SINTRA	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	1	5,00	CH	5	-	-
FERECC	CCAM CARTAXO	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	6	2,49	CH	15	-	-
União Regional	CCAM CORUCHE	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	2	2,49	CH	5	-	-
DAI, S.A.	CCAM CORUCHE	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	47.140	24,94	CH	1.272.811	-	-
FERECC	CCAM SOBRAL M. AGRADO	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	1	5,00	CH	5	-	-
FERECC	CCAM V. F. XIRA	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	360	2,49	CH	897	(897)	-
Credigrícola	CCAM V. F. XIRA	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	1.000	2,49	CH	2.495	(2.495)	-
ADIRN	CCAM RIBATEJO NORTE	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	10	4,99	CH	50	-	-
FERECC	CCAM RIBATEJO SUL	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	50	4,99	CH	249	-	-
Agrorallana	CCAM CAMPO MAIOR	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	1.000	4,98	CH	4.988	(4.988)	-
Agrorallana	CCAM ELVAS	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	6.000	2,49	CH	14.940	(14.940)	-
Mobilral	CCAM F. ALENTEJO	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	60	25,00	CH	1.500	(1.500)	-
Cooperativa Agrícola da Vidigueira	CCAM GUAD. INTERIOR	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	1	49,88	CH	50	-	-
Matadouro do Litoral Alentejano	CCAM S. TEOTÓNIO	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	160.000	5,00	CH	800.000	(198.184)	-
Unicama	CCAM S. TEOTÓNIO	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	4	2,49	CH	10	-	-
CARMIM	CCAM ALENTEJO CENTRAL	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	20	5,00	CH	100	-	-
Centro Tecnológico de Citricultura	CCAM SILVES	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	25	500,00	CH	12.500	(12.500)	-
AGETAV - Agência de Desenvolvimento de Tavira, S.A.	CCAM SOT. ALGARVIO	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	1.000	4,99	CH	4.988	-	-
Globalgarve	CCAM ALGARVE	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	250	10,00	CH	2.500	(2.500)	-
Ambifaro	CCAM ALGARVE	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	50	49,88	CH	2.494	(2.494)	-
Matadouro Regional do Algarve	CCAM ALGARVE	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	7.000	5,00	CH	35.000	(35.000)	-
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	CCAM AÇORES	AFDV	--	OIF	PRT	N	--	10.000	5,00	CH	1.281.911	-	-
Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A.	CCAM DOURO, C. TAMEGA	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	5.000	5,00	CH	25.000	(25.000)	-
Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A.	CCAM DOURO, C. TAMEGA	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	45.000	5,00	CH	225.000	(225.000)	-
Cortiço	CCAM ALJUSTREL	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	120	5,00	CH	600	-	-
Titulos CONFAGRI	FENACAM	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	2.800	5,00	CH	14.000	-	-
Ações SUCRAL, S.A.	FENACAM	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	12.254	25,00	CH	329.742	(60.762)	-
Ações MAP, S.A.	FENACAM	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	65.051	5,00	CH	201.924	-	-
Ações ADRAL, S.A.	FENACAM	AFDV	--	OUT	PRT	N	--	400	4,99	CH	1.996	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
Ações HORTOBEL, S.A.	FENACAM	AFDV	---	OUT	PRT	N	---	600	24,94	CH	14.964	(14.964)	-
Floresta Atlântica-Soc.Gestora Fundos Inv.Imob.SA	CA SGPS	AFDV	---	OUT	PRT	N	---	10.125	5,00	CH	50.625	-	-
Correção e Informação Monetária Y De Divisas, SA	CA SGPS	AFDV	---	OIF	ESP	N	---	29.040	6,01	CH	3.432.818	-	-
Raiz Global	CA SEGUROS	AFDV	---	OUT	PRT	N	---	759.108	---	JV	3.431.777	-	-
Fundo Florestal - Floresta Atlântica	CA SEGUROS	AFDV	---	OUT	PRT	N	---	10.000	---	JV	576.198	-	-
Fundo Raiz Valor Acumulado (RVA)	CA VIDA	AFDV	PTCYCFIMM0005	OIF	PRT	N	10,4035	227.250	---	JV	2.364.195	-	-
CA SAÚDE VALORIZAÇÃO	CA VIDA	AFDV	PTCYCFHE0004	OIF	PRT	N	521,5508	2.978	---	JV	1.553.178	-	-
RAIZ EUROPA (IUP)	CA VIDA	AFDV	PTCYCFILM0009	OIF	PRT	N	3,3237	603.507	---	JV	2.005.875	-	-
Allianz RCM Europe Equity Growth-IT	CA VIDA	AFDV	LU0256881128	OIF	LUX	S	1337,49	1.723	---	JV	2.304.271	-	-
DWS Alpha Opportunity-FC	CA VIDA	AFDV	LU0298696856	OIF	LUX	S	102,36	13.124	---	JV	1.343.394	-	-
DWS Invest Emerging Markets Corporates-FCH	CA VIDA	AFDV	LU0507270097	OIF	LUX	S	103,67	19.453	---	JV	2.016.720	-	-
DWS Invest Euro Equities-FC	CA VIDA	AFDV	LU0145635479	OIF	LUX	S	108,2	17.388	---	JV	1.881.352	-	-
DWS Invest Global ValueFC	CA VIDA	AFDV	LU0273144575	OIF	LUX	S	98,45	14.807	---	JV	1.457.757	-	-
Dexia Equities L - Emerging Markets -I	CA VIDA	AFDV	LU0133355080	OIF	LUX	S	568,89	2.367	---	JV	1.346.540	-	-
Dexia Long short Risk Arbitrage	CA VIDA	AFDV	FR0000991747	OIF	FRA	S	40859,922	45	---	JV	1.822.230	-	-
EASYETF EURO STOXX 50-B	CA VIDA	AFDV	FR0010129072	OIF	FRA	S	29,2	7.740	---	JV	226.008	-	-
Fidelity Funds - Euro Blue Chip	CA VIDA	AFDV	LU0088814487	OIF	LUX	S	12,38	56.541	---	JV	699.978	-	-
Fidelity Funds - World Fund - Y ACC Eur	CA VIDA	AFDV	LU0318941662	OIF	LUX	S	7,592	183.623	---	JV	1.394.067	-	-
Fidelity Funds-Emerging Markets Debt Fund-A Eur AH	CA VIDA	AFDV	LU0337572712	OIF	LUX	S	10,89	185.243	---	JV	2.017.295	-	-
Fidelity Funds-European Dynamic Growth Fund-Y ACC	CA VIDA	AFDV	LU0318940003	OIF	LUX	S	8,312	161.383	---	JV	1.341.417	-	-
Groupama FP Flex Allocated	CA VIDA	AFDV	FR0010646299	OIF	LUX	S	11136,47	149	---	JV	1.658.922	-	-
Lyxor ETF Euro Stoxx 50	CA VIDA	AFDV	FR0007054358	OIF	FRA	S	23,18	115.000	---	JV	2.665.700	-	-
Pictet - Absolu Return Global Diversified - I	CA VIDA	AFDV	LU0247079386	OIF	LUX	S	116,86	18.893	---	JV	2.207.894	-	-
Pictet - Europe Index-PC	CA VIDA	AFDV	LU0130731390	OIF	LUX	S	102,61	7.438	---	JV	763.165	-	-
Pictet-Emerging Local Currency Debt-HI Eur	CA VIDA	AFDV	LU0340553600	OIF	LUX	S	120,13	15.702	---	JV	1.886.277	-	-
Pictet-Emerging Markets-HI Eur	CA VIDA	AFDV	LU0407233666	OIF	LUX	S	339,43	3.389	---	JV	1.150.180	-	-
Pioneer Funds - Global Select - H Eur A	CA VIDA	AFDV	LU0271652900	OIF	LUX	S	772,96997	1.843	---	JV	1.424.622	-	-
Pioneer Funds-Commodity Alpha-AHSA	CA VIDA	AFDV	LU0313643370	OIF	LUX	S	38,44	41.701	---	JV	1.603.002	-	-
Schroder ISF - Emerging Markets-CA Eur	CA VIDA	AFDV	LU0248177411	OIF	LUX	S	9,5	143.917	---	JV	1.367.211	-	-
Schroder ISF - Global Equity Yield-C Eur A	CA VIDA	AFDV	LU0248167701	OIF	LUX	S	84,65	17.822	---	JV	1.508.604	-	-
AXA SA	CA VIDA	AFDV	FR0000120628	S	FRA	S	10,045	25.500	2,29	JV	256.148	-	-
Aegon NV	CA VIDA	AFDV	NL0000303709	S	NLD	S	3,101	74.030	0,12	JV	229.567	-	-
Ageas	CA VIDA	AFDV	BE0003801181	IC	BEL	S	1,2	132.220	---	JV	158.664	-	-
Ahold (Koninklijke) NV	CA VIDA	AFDV	NL0006033250	OUT	NLD	S	10,405	11.220	---	JV	116.744	-	-
Akzo Nobel NV.	CA VIDA	AFDV	NL0000009132	OUT	NLD	S	37,36	5.610	2,00	JV	209.590	-	-
Alcatel SA	CA VIDA	AFDV	FR0000130007	OUT	FRA	S	1,207	44.610	2,00	JV	53.844	-	-
Allianz AG Holding	CA VIDA	AFDV	DE0008404005	S	DEU	S	73,91	7.880	2,56	JV	582.411	-	-
Anheuser-Busch InBev NV	CA VIDA	AFDV	BE0003793107	OUT	NLD	S	47,305	7.430	---	JV	351.476	-	-
Arcelor Mittal	CA VIDA	AFDV	LU0323134006	OUT	NLD	S	14,13	32.480	1,00	JV	458.942	-	-
Banco Santander Central Hispano SA	CA VIDA	AFDV	ES0113900137	IC	ESP	S	5,87	35.810	0,05	JV	210.205	-	-
Basf AG NPV	CA VIDA	AFDV	DE0008BASF111	OUT	DEU	S	53,89	11.040	---	JV	594.946	-	-
Bayer, AG	CA VIDA	AFDV	DE0008BAY0017	OUT	DEU	S	49,4	13.430	2,56	JV	663.442	-	-
Bouygues, SA	CA VIDA	AFDV	FR0000120503	OUT	FRA	S	24,345	12.450	1,00	JV	303.095	-	-
CNP Assurances	CA VIDA	AFDV	FR0000120222	S	FRA	S	9,578	18.884	1,00	JV	180.871	-	-
Carrefour, SA	CA VIDA	AFDV	FR0000120172	OUT	FRA	S	17,615	5.830	2,50	JV	102.696	-	-
Compagnie de St.Gobain	CA VIDA	AFDV	FR0000125007	OUT	FRA	S	29,665	10.050	4,00	JV	298.133	-	-
DaimlerChrysler AG - Reg.	CA VIDA	AFDV	DE0007100000	OUT	DEU	S	33,92	14.810	2,87	JV	502.355	-	-
Danone SA	CA VIDA	AFDV	FR0000120644	OUT	FRA	S	48,57	8.540	0,25	JV	414.788	-	-
Deutsche Post AG.	CA VIDA	AFDV	DE0005552004	OUT	DEU	S	11,88	23.020	1,00	JV	273.478	-	-
E. ON AG	CA VIDA	AFDV	DE000EONAG999	OUT	DEU	S	16,67	33.330	---	JV	555.611	-	-
ENI Spa.	CA VIDA	AFDV	IT0003132476	OUT	ITA	S	16,01	40.450	1,00	JV	647.605	-	-
Electricite de France	CA VIDA	AFDV	FR0010242511	OUT	FRA	S	18,8	14.310	0,50	JV	269.028	-	-
Enel Spa.	CA VIDA	AFDV	IT0003128367	OUT	ITA	S	3,144	71.820	---	JV	225.802	-	-
France Telecom,SA.	CA VIDA	AFDV	FR0000133308	OUT	FRA	S	12,135	36.250	4,00	JV	439.894	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
Gamesa SA	CA VIDA	AFDV	ES0143416115	OUT	ESP	S	3,21	24.250	0,17	JV	77.843	-	-
Gdf Suez	CA VIDA	AFDV	FR0010208488	OUT	FRA	S	21,12	35.070	1,00	JV	740.678	-	-
ING Groep N.V.-CVA	CA VIDA	AFDV	NL0000303600	S	NLD	S	5,56	84.680	0,24	JV	470.821	-	-
Iberdrola SA	CA VIDA	AFDV	ES0144580Y14	OUT	ESP	S	4,839	43.180	0,75	JV	208.948	-	-
Intesa Sanpaolo	CA VIDA	AFDV	IT0000072618	IC	ITA	S	1,294	248.572	0,52	JV	321.652	-	-
KPN NV	CA VIDA	AFDV	NL0000009082	OUT	NLD	S	9,245	12.780	0,24	JV	118.151	-	-
Michelin	CA VIDA	AFDV	FR0000121261	OUT	FRA	S	45,675	3.680	2,00	JV	168.084	-	-
Nokia Oyj ser.A	CA VIDA	AFDV	FI0009000681	OUT	FIN	S	3,772	96.610	--	JV	364.413	-	-
Philips Electronics NV	CA VIDA	AFDV	NL0000009538	OUT	NLD	S	16,28	24.830	0,20	JV	404.232	-	-
Renault SA	CA VIDA	AFDV	FR0000131906	OUT	FRA	S	26,8	11.750	3,81	JV	314.900	-	-
Royal Dutch Shell PLC	CA VIDA	AFDV	GB000803MLX29	OUT	NLD	S	28,15	16.480	--	JV	463.912	-	-
SAP AG	CA VIDA	AFDV	DE0007164600	OUT	DEU	S	40,85	7.530	1,00	JV	307.601	-	-
Sanofi-Aventis	CA VIDA	AFDV	FR0000120578	OUT	FRA	S	56,75	11.240	2,00	JV	637.870	-	-
Schneider Electric SA	CA VIDA	AFDV	FR0000121972	OUT	FRA	S	40,68	9.000	4,00	JV	366.120	-	-
Siemens AG- Reg.	CA VIDA	AFDV	DE0007236101	OUT	DEU	S	73,94	9.560	3,00	JV	706.866	-	-
St.Microelectronics NV	CA VIDA	AFDV	NL0000226223	OUT	CHE	S	4,61	32.280	0,80	JV	148.811	-	-
Telecom Italia Spa	CA VIDA	AFDV	IT0003497168	OUT	ITA	S	0,831	362.520	0,55	JV	301.254	-	-
Telefonica (España) SA	CA VIDA	AFDV	ES0178430E18	OUT	ESP	S	13,385	51.980	1,00	JV	695.752	-	-
Total SA	CA VIDA	AFDV	FR0000120271	OUT	FRA	S	39,5	19.140	2,50	JV	756.030	-	-
UniCredito Italiano Spa	CA VIDA	AFDV	IT0004781412	IC	ITA	S	6,42	45.609	0,50	JV	292.810	-	-
Vallourec	CA VIDA	AFDV	FR0000120354	OUT	FRA	S	50,16	5.520	2,00	JV	276.883	-	-
Veolia Environnement SA	CA VIDA	AFDV	FR0000124141	OUT	FRA	S	8,469	21.720	5,00	JV	183.947	-	-
Vinci SA	CA VIDA	AFDV	FR0000125486	OUT	FRA	S	33,76	11.280	2,50	JV	380.813	-	-
Vivendi Universal SA	CA VIDA	AFDV	FR0000127771	OUT	FRA	S	16,92	37.050	5,50	JV	626.886	-	-
											78.910.435	(1.583.076)	(198.299)
Total								737.227.794			826.872.288	(1.583.076)	(518.133)
ACTIVOS FINANCIEROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE													
Instrumentos de dívida													
De dívida pública													
OT OUT 15	CCCAM	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	69,51%	49.500.000	1,00	CA	47.105.874	-	-
OT OUT 16	CCCAM	IDM	PTOTE6OE0006	OUT	PRT	S	62,26%	2.500.000	1,00	CA	2.302.107	-	-
OT OUT 17	CCCAM	IDM	PTOTELOE0010	OUT	PRT	S	56,56%	5.000.000	1,00	CA	5.059.131	-	-
OT OUT 14	CCCAM	IDM	PTOTE0OE0017	OUT	PRT	S	71,93%	15.000.000	1,00	CA	15.184.424	-	-
OT JUN 20	CCCAM	IDM	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	51,91%	38.300.000	1,00	CA	35.050.297	-	-
OT JUN 14	CCCAM	IDM	PTOTE1OE0019	OUT	PRT	S	75,30%	21.421.000	1,00	CA	21.440.092	-	-
OT JUN 12	CCCAM	IDM	PTOTEKOE0003	OUT	PRT	S	96,83%	223.358.000	1,00	CA	230.559.615	-	-
OT SET 13	CCCAM	IDM	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	85,70%	735.300.701	1,00	CA	770.583.163	-	-
BT 20/01/12	CCCAM	IDM	PTPBTGPE0018	OUT	PRT	S	99,81%	77.125.000	1,00	CA	76.965.878	-	-
BT 17/02/12	CCCAM	IDM	PTPBTGPE0010	OUT	PRT	S	99,44%	285.000.000	1,00	CA	283.161.600	-	-
BT 23/03/12	CCCAM	IDM	PTPBT2GE0011	OUT	PRT	S	98,89%	68.000.000	1,00	CA	67.221.464	-	-
BTPS 02/12	CCCAM	IDM	IT0003190912	OUT	ITA	S	100,10%	5.000.000	1,00	CA	5.110.860	-	-
BTPS 08/13	CCCAM	IDM	IT0003472336	OUT	ITA	S	98,75%	10.000.000	1,00	CA	10.179.024	-	-
IRISH JAN 14	CCCAM	IDM	IE0083KWY529	OUT	IRL	S	92,44%	10.000.000	1,00	CA	10.372.125	-	-
OT Junho 2014	CCAM V. SOUSA TÂMEGA	IDM	PTOTE1OE0019	OUT	PRT	S	75,30%	46.000.000	1,00	CA	47.853.373	-	-
OT Outubro 2015	CCAM V. SOUSA TÂMEGA	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	69,51%	7.500.000	1,00	CA	7.341.744	-	-
OT Setembro 2013	CCAM V. SOUSA TÂMEGA	IDM	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	85,70%	20.000.000	1,00	CA	20.634.397	-	-
OT Outubro 2018	CCAM V. SOUSA TÂMEGA	IDM	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	55,30%	2.500.000	1,00	CA	2.583.395	-	-
OT Outubro 2020	CCAM V. SOUSA TÂMEGA	IDM	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	51,91%	5.000.000	1,00	CA	5.085.914	-	-
Obrigações do Tesouro (Set 2013 - 5,45%)	CCAM NOROESTE	IDM	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	85,70%	10.000.000	1,00	CA	10.376.710	-	-
Obrigações do Tesouro (Jun 2012 - 5%)	CCAM NOROESTE	IDM	PTOTEKOE0003	OUT	PRT	S	96,83%	7.000.000	1,00	CA	7.195.395	-	-
OT Jun(4,375%)14	CCAM DOURO, C. TÂMEGA	IDM	PTOTE1OE0019	OUT	PRT	S	75,30%	3.000.000	1,00	CA	3.085.420	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
OT Jun(5%)12	CCAM DOURO, C. TÂMEGA	IDM	PTOTEKOE0003	OUT	PRT	S	96,83%	7.500.000	1,00	CA	7.728.937	-	-
OT Set(5,45%)13	CCAM DOURO, C. TÂMEGA	IDM	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	85,70%	2.500.000	1,00	CA	2.597.251	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM POMBAL	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	69,51%	2.500.000	1,00	CA	2.362.331	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM VALE CAMBRA	IDM	PTOTEKOE0003	OUT	PRT	S	96,83%	500.000	1,00	CA	514.503	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM VALE CAMBRA	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	69,51%	900.000	1,00	CA	868.494	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM VALE CAMBRA	IDM	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	85,70%	400.000	1,00	CA	421.236	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM VALE CAMBRA	IDM	PTOTEKOE0003	OUT	PRT	S	96,83%	500.000	1,00	CA	517.830	-	-
OTG-SET 98/13 5,45%	CCAM COSTA VERDE	IDM	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	85,70%	1.000.000	1,00	CA	1.018.870	-	-
OTG-SET 98/13 5,45%	CCAM COSTA VERDE	IDM	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	85,70%	1.000.000	1,00	CA	1.017.353	-	-
OTK-JUN 02/12 5%	CCAM COSTA VERDE	IDM	PTOTEKOE0003	OUT	PRT	S	96,83%	1.000.000	1,00	CA	1.042.407	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM BAIXO VOUGA	IDM	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	85,70%	4.500.000	1,00	CA	4.675.114	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM BAIXO VOUGA	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	69,51%	4.500.000	1,00	CA	4.406.002	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM REGIÃO FUNDAÇÃO	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	69,51%	1.000.000	1,00	CA	1.002.267	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM REGIÃO FUNDAÇÃO	IDM	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	85,70%	1.000.000	1,00	CA	898.354	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM ZONA PINHAL	IDM	PTOTELOE0010	OUT	PRT	S	56,56%	1.000.000	1,00	CA	1.000.126	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM ZONA PINHAL	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	69,51%	2.000.000	1,00	CA	1.981.199	-	-
OT 4,80% Jun 2020	CCAM LOURINHÃ	IDM	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	51,91%	5.500.000	1,00	CA	5.442.150	-	-
OT Jul 2010082400035	CCAM BEJA MERTOLA	IDM	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	51,91%	5.000.000	1,00	CA	4.993.852	-	-
OT OUT.(3,35%) 15 - PTOTE3OE0017	CCAM ALGARVE	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	69,51%	5.000.000	1,00	CA	5.054.217	-	-
OT JUN.(5%) 12 - PTOTEKOE0003	CCAM ALGARVE	IDM	PTOTEKOE0003	OUT	PRT	S	96,83%	2.500.000	1,00	CA	2.565.717	-	-
OT SET.(5,45%) 13 - PTOTEGOE0009	CCAM ALGARVE	IDM	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	85,70%	2.000.000	1,00	CA	2.075.457	-	-
Obrigações do Tesouro 15/06/2012	CA SEGUROS	IDM	PTOTEKOE0003	OUT	PRT	S	96,83%	5.000.000	1,00	JV	5.146.290	-	-
Obrigações do Tesouro 15/10/2015	CA SEGUROS	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	69,51%	10.000.000	1,00	JV	9.299.006	-	-
Obrigações do Tesouro 16/10/2017	CA SEGUROS	IDM	PTOTELOE0010	OUT	PRT	S	56,56%	2.377.000	1,00	JV	2.186.758	-	-
Obrigações do Tesouro 15/06/2018	CA SEGUROS	IDM	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	55,30%	7.400.000	1,00	JV	6.843.525	-	-
Obrigações do Tesouro 14/06/2019	CA SEGUROS	IDM	PTOTEMOE0027	OUT	PRT	S	53,23%	8.500.000	1,00	JV	7.830.438	-	-
Obrigações do Tesouro 15/04/2021	CA SEGUROS	IDM	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	49,91%	5.200.000	1,00	JV	4.357.597	-	-
Obrigações do Tesouro 25/10/2023	CA SEGUROS	IDM	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	49,12%	8.500.000	1,00	JV	7.310.040	-	-
OT 3.35% 15/10/15**	CA VIDA	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	69,51%	20.635.000	1,00	JV	19.197.188	-	-
OT 3.6% 15/10/14**	CA VIDA	IDM	PTOTE0OE0017	OUT	PRT	S	71,93%	13.600.000	1,00	JV	13.096.032	-	-
OT 4.20% 15/10/16**	CA VIDA	IDM	PTOTEGOE0006	OUT	PRT	S	62,26%	2.630.000	1,00	JV	2.463.493	-	-
OT 4.45% 15/06/18**	CA VIDA	IDM	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	55,30%	9.145.000	1,00	JV	8.367.685	-	-
OT 5% 15/06/12**	CA VIDA	IDM	PTOTEKOE0003	OUT	PRT	S	96,83%	7.000.000	1,00	JV	7.213.693	-	-
OT 5.45% 23/09/13**	CA VIDA	IDM	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	85,70%	3.918.517	1,00	JV	4.022.377	-	-
BGB 2.75% 28/03/16**	CA VIDA	IDM	BE0000319286	OUT	BEL	S	99,88%	5.500.000	1,00	JV	5.493.343	-	-
BGB 3.75% 28/09/20**	CA VIDA	IDM	BE0000318270	OUT	BEL	S	99,39%	2.500.000	1,00	JV	2.484.669	-	-
BGB 4% 28/03/13**	CA VIDA	IDM	BE0000310194	OUT	BEL	S	105,23%	2.250.000	1,00	JV	2.367.737	-	-
BTPS 2% 01/06/13**	CA VIDA	IDM	IT0004612179	OUT	ITA	S	98,73%	5.000.000	1,00	JV	4.936.625	-	-
BTPS 3% 15/06/15**	CA VIDA	IDM	IT0004615917	OUT	ITA	S	97,83%	6.250.000	1,00	JV	6.114.098	-	-
BTPS 3.75% 15/04/16**	CA VIDA	IDM	IT0004712748	OUT	ITA	S	95,84%	1.500.000	1,00	JV	1.437.655	-	-
BTPSR 0 01/02/19**	CA VIDA	IDM	IT0003513105	OUT	ITA	S	73,21%	2.000.000	1,00	JV	1.464.168	-	-
BTPSR 0 01/08/18**	CA VIDA	IDM	IT0004363450	OUT	ITA	S	75,71%	1.525.000	1,00	JV	1.154.621	-	-
BTPSS 0 01/02/19**	CA VIDA	IDM	IT0003268544	OUT	ITA	S	73,51%	1.550.000	1,00	JV	1.139.448	-	-
BTPSS 0 01/08/18**	CA VIDA	IDM	IT0003268494	OUT	ITA	S	75,03%	3.605.000	1,00	JV	2.704.951	-	-
FRTR 2.5% 25/10/20**	CA VIDA	IDM	FR0010949651	OUT	FRA	S	99,43%	1.500.000	1,00	JV	1.491.461	-	-
FRTR 4% 25/10/14**	CA VIDA	IDM	FR0010112052	OUT	FRA	S	106,75%	8.400.000	1,00	JV	8.966.913	-	-
IRISH 4% 15/01/14**	CA VIDA	IDM	IE0083KWY529	OUT	IRL	S	92,44%	8.000.000	1,00	JV	7.814.648	-	-
IRISH 4.50% 18/04/20**	CA VIDA	IDM	IE0034074488	OUT	IRL	S	78,04%	9.600.000	1,00	JV	7.492.045	-	-
IRISH 4.50% 18/10/18**	CA VIDA	IDM	IE00828H0X02	OUT	IRL	S	81,56%	4.380.000	1,00	JV	3.572.457	-	-
IRISH 5% 18/10/20**	CA VIDA	IDM	IE0086026194	OUT	IRL	S	77,12%	3.000.000	1,00	JV	2.313.618	-	-
RAGB 4.3% 15/09/17**	CA VIDA	IDM	AT00000A06P24	OUT	AUT	S	108,71%	3.000.000	1,00	JV	3.261.173	-	-
SPGB 2.75% 30/04/12**	CA VIDA	IDM	ES00000012118	OUT	ESP	S	101,69%	1.000.000	1,00	JV	1.016.883	-	-
SPGB 3% 30/04/15**	CA VIDA	IDM	ES00000122F2	OUT	ESP	S	98,11%	5.000.000	1,00	JV	4.905.584	-	-
SPGB 3.15% 31/01/16**	CA VIDA	IDM	ES00000120G4	OUT	ESP	S	97,58%	7.000.000	1,00	JV	6.830.887	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
SPGB 3.3% 31/10/14**	CA VIDA	IDM	ES00000121P3	OUT	ESP	S	98,39%	6.100.000	1,00	JV	6.002.036	-	-
SPGB 4.1% 30/07/18**	CA VIDA	IDM	ES00000121A5	OUT	ESP	S	97,05%	6.045.000	1,00	JV	5.866.545	-	-
SPGB 4.2% 30/07/13**	CA VIDA	IDM	ES0000012866	OUT	ESP	S	102,44%	1.000.000	1,00	JV	1.024.437	-	-
SPGB 4.3% 31/10/19**	CA VIDA	IDM	ES00000121O6	OUT	ESP	S	94,26%	500.000	1,00	JV	471.280	-	-
SPGB 4.4% 31/01/15**	CA VIDA	IDM	ES0000012916	OUT	ESP	S	104,45%	1.850.000	1,00	JV	1.932.338	-	-
SPGB 4.85% 31/10/20**	CA VIDA	IDM	ES00000122T3	OUT	ESP	S	96,71%	2.500.000	1,00	JV	2.417.707	-	-
SPGB Float 17/03/15**	CA VIDA	IDM	ES00000122G0	OUT	ESP	S	93,90%	1.500.000	1,00	JV	1.408.487	-	-
SPGBS 0 31/01/19**	CA VIDA	IDM	ES0000011934	OUT	ESP	S	68,62%	3.375.000	1,00	JV	2.315.874	-	-
De outros emissores públicos											1.932.371.479	-	-
PARPUB 7/13	CCCAM	IDM	PTPETQOM0006	OUT	PRT	S	73,87%	33.150.000	1,00	CA	33.168.656	-	-
ICO 4.375% 20/05/19**	CA VIDA	IDM	XS0428962921	OUT	ESP	S	96,21%	6.575.000	1,00	JV	6.325.604	-	-
											39.494.260	-	-
Outros													
Dívida não subordinada													
BBPI 25/1/12	CCCAM	IDM	PTBBSVOM0004	IC	PRT	S	99,27%	42.700.000	1,00	CA	42.879.476	-	-
BCP 09/05/14	CCCAM	IDM	PTBCT3OM0000	IC	PRT	S	61,00%	8.105.000	1,00	CA	7.836.874	-	-
BCP 18/01/12	CCCAM	IDM	PTBCKOM00019	IC	PRT	S	99,80%	35.300.000	1,00	CA	36.054.007	-	-
BCP 19/01/12	CCCAM	IDM	PTBCP9OM00051	IC	PRT	S	99,45%	236.750.000	1,00	CA	244.531.998	-	-
BCP 23/04/14	CCCAM	IDM	PTBCLQOM0010	IC	PRT	S	74,00%	29.400.000	1,00	CA	31.741.768	-	-
BCP 28/02/13	CCCAM	IDM	PTBCP7OM00061	IC	PRT	S	74,00%	12.600.000	1,00	CA	12.602.558	-	-
BCP 28/03/13	CCCAM	IDM	PTBCPUOM0010	IC	PRT	S	73,50%	3.000.000	1,00	CA	2.997.256	-	-
BES 08/05/13	CCCAM	IDM	PTBERLOM0017	IC	PRT	S	80,69%	7.800.000	1,00	CA	7.640.156	-	-
BES 19/01/12	CCCAM	IDM	PTBEMPOE0018	IC	PRT	S	98,75%	248.900.000	1,00	CA	257.561.085	-	-
BES 19/03/12	CCCAM	IDM	PTBERHOM0013	IC	PRT	S	98,21%	13.500.000	1,00	CA	13.470.309	-	-
BES 21/01/15	CCCAM	IDM	PTBLMXOM0019	IC	PRT	S	68,00%	3.000.000	1,00	CA	3.066.265	-	-
BESPL 06/14	CCCAM	IDM	PTBLMGOM0002	IC	PRT	S	78,00%	42.900.000	1,00	CA	45.622.775	-	-
BESPL 25/2/13	CCCAM	IDM	PTBLMWOM0002	IC	PRT	S	84,77%	19.200.000	1,00	CA	19.131.020	-	-
BNFPL 8/5/12	CCCAM	IDM	PTBAFPOE0003	IC	PRT	S	94,03%	126.680.000	1,00	CA	127.016.259	-	-
CGD 02/2014	CCCAM	IDM	PTCG1LOM0007	IC	PRT	S	90,77%	68.400.000	1,00	CA	71.759.696	-	-
CXGD 05/13	CCCAM	IDM	PTCG16OM0004	IC	PRT	S	90,88%	45.300.000	1,00	CA	46.968.785	-	-
MONTPIOS/13	CCCAM	IDM	PTCMHXOM0006	IC	PRT	S	72,13%	6.000.000	1,00	CA	5.892.675	-	-
REN 12/2013	CCCAM	IDM	PTRELAOM0000	OUT	PRT	S	100,41%	5.000.000	1,00	CA	5.089.375	-	-
SANTAN 06/12	CCCAM	IDM	PTCP94OM0023	IC	PRT	S	98,52%	34.850.000	1,00	CA	35.552.895	-	-
B COOP ESPANOL 2/4/2012	CCCAM	IDM	ES0313377014	IC	ESP	S	99,74%	10.000.000	1,00	CA	10.231.318	-	-
BARC 01/13	CCCAM	IDM	XS0459903620	IC	GBR	S	99,67%	5.000.000	1,00	CA	5.020.499	-	-
BBVA 01/14	CCCAM	IDM	XS0408528833	IC	ESP	S	100,42%	3.750.000	1,00	CA	4.069.878	-	-
BBVASM 01/13	CCCAM	IDM	XS0479528753	IC	ESP	S	99,06%	9.000.000	1,00	CA	9.022.869	-	-
BBVASM 05/12	CCCAM	IDM	XS0427109896	IC	ESP	S	99,73%	7.000.000	1,00	CA	7.160.179	-	-
BCPF 02/12	CCCAM	IDM	XS0284019659	IC	CYM	S	98,37%	46.000.000	1,00	CA	45.936.737	-	-
BPCE 20/07/12	CCCAM	IDM	FR0010844381	IC	FRA	S	99,62%	3.500.000	1,00	CA	3.513.436	-	-
CAIXA GALICIA 04/12	CCCAM	IDM	ES0314843303	IC	ESP	S	99,74%	10.000.000	1,00	CA	10.229.303	-	-
CAIAMM 04/12	CCCAM	IDM	ES0314950470	IC	ESP	S	99,64%	9.100.000	1,00	CA	9.293.884	-	-
CAIAMM1/6/12	CCCAM	IDM	ES0214950133	IC	ESP	S	99,37%	5.000.000	1,00	CA	4.989.985	-	-
CSFLD 01/13	CCCAM	IDM	XS0472310860	IC	GBR	S	99,88%	3.000.000	1,00	CA	3.014.555	-	-
DANBNK 06/14	CCCAM	IDM	XS0431725901	IC	DNK	S	101,66%	3.750.000	1,00	CA	3.986.194	-	-
ISPIM 01/12	CCCAM	IDM	XS0478281396	IC	ITA	S	99,96%	3.500.000	1,00	CA	3.513.457	-	-
ISPIM 12/12	CCCAM	IDM	XS0470624205	IC	ITA	S	97,01%	2.500.000	1,00	CA	2.504.511	-	-
MONTPIOS/12	CCCAM	IDM	XS0217992030	IC	CYM	S	99,16%	7.330.000	1,00	CA	7.328.075	-	-
NORDEAB12/12	CCCAM	IDM	XS0472575066	IC	SWE	S	99,93%	7.000.000	1,00	CA	7.007.467	-	-
RABOBK 01/14	CCCAM	IDM	XS0408832151	IC	NLD	S	105,03%	30.000.000	1,00	CA	31.205.960	-	-
SANTANDER 01/13	CCCAM	IDM	XS0477243843	IC	ESP	S	98,29%	7.000.000	1,00	CA	7.009.218	-	-
SOCGEN 2014	CCCAM	IDM	XS0446860826	IC	FRA	S	98,56%	1.000.000	1,00	CA	1.030.767	-	-
SVSKHB 01/13	CCCAM	IDM	XS0478420184	IC	SWE	S	100,10%	10.000.000	1,00	CA	10.038.100	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do ativo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correções de valor	Valias (+/-)
BCPPL 3.625% 19/01/12**	CA VIDA	IDM	PTBPC9OM0051	IC	PRT	S	99,45%	100.000	1,00	JV	103.345	-	-
BCPPL 4.75% 29/10/14**	CA VIDA	IDM	PTBCLU31E0002	IC	PRT	S	94,69%	1.750.000	1,00	JV	1.657.091	-	-
BCPPL 5.625% 23/04/14**	CA VIDA	IDM	PTBCLQOM0010	IC	PRT	S	74,00%	750.000	1,00	JV	700.204	-	-
BPIPL 3% 17/07/12**	CA VIDA	IDM	PTB824OE0000	IC	PRT	S	100,07%	1.000.000	1,00	JV	1.000.690	-	-
BRCORO 4.5% 05/12/16**	CA VIDA	IDM	PTBRIHOM0001	OUT	PRT	S	76,81%	2.050.000	1,00	JV	1.574.691	-	-
CXGD 3.625% 21/07/2014**	CA VIDA	IDM	PTCGGFOM0015	IC	PRT	S	95,43%	1.000.000	1,00	JV	954.290	-	-
CXGD 3.875% 06/12/16**	CA VIDA	IDM	PTCGF11E0000	IC	PRT	S	82,41%	2.200.000	1,00	JV	1.812.914	-	-
CXGD 4.25% 27/01/20**	CA VIDA	IDM	PTCG2YOE0001	IC	PRT	S	85,14%	5.000.000	1,00	JV	4.257.106	-	-
MONTPI 3.25% 27/07/12**	CA VIDA	IDM	PTCMKROE0009	IC	PRT	S	99,91%	4.000.000	1,00	JV	3.996.477	-	-
PARPUB 3.50% 08/07/13**	CA VIDA	IDM	PTPETQOM0006	SGPS	PRT	S	73,87%	1.700.000	1,00	JV	1.668.026	-	-
SANTAN 2.625% 15/04/13**	CA VIDA	IDM	PTCPROE0027	IC	PRT	S	98,90%	750.000	1,00	JV	741.763	-	-
ICO 5% 05/07/16**	CA VIDA	IDM	XS0613543957	OIF	ESP	S	101,83%	50.000	1,00	JV	50.913	-	-
ABESM 4.625% 14/10/09**	CA VIDA	IDM	ES0211845237	OUT	ESP	S	96,62%	300.000	1,00	JV	289.859	-	-
AEMSPA 4.50% 02/11/16**	CA VIDA	IDM	XS0463509959	OUT	ITA	S	98,32%	4.345.000	1,00	JV	4.271.870	-	-
AIB 4% 19/03/15**	CA VIDA	IDM	XS0496222877	IC	IRL	S	86,40%	1.000.000	1,00	JV	863.994	-	-
ATLUM 3.375% 18/09/17**	CA VIDA	IDM	XS0545222692	OUT	ITA	S	96,39%	1.500.000	1,00	JV	1.445.922	-	-
AYTCED 3.50% 14/03/16**	CA VIDA	IDM	ES0312298013	OIF	ESP	S	91,91%	700.000	1,00	JV	643.349	-	-
AYTCED 4.75% 04/12/18**	CA VIDA	IDM	ES0370148019	OIF	ESP	S	89,62%	1.500.000	1,00	JV	1.344.248	-	-
BAC 4% 23/03/15**	CA VIDA	IDM	XS0215823369	IC	USA	S	103,09%	1.500.000	1,00	JV	1.546.384	-	-
BAC 4.625% 07/08/17**	CA VIDA	IDM	XS0530879658	IC	USA	S	98,18%	1.000.000	1,00	JV	981.802	-	-
BAC 4.625% 18/02/14**	CA VIDA	IDM	XS0186317417	IC	USA	S	104,95%	600.000	1,00	JV	629.723	-	-
BACR 4% 20/01/17**	CA VIDA	IDM	XS0479945353	IC	GBR	S	101,73%	400.000	1,00	JV	406.911	-	-
BACR 4.125% 15/03/16**	CA VIDA	IDM	XS0605207983	IC	GBR	S	103,71%	1.031.000	1,00	JV	1.069.239	-	-
BBVASM 3.25% 24/01/16**	CA VIDA	IDM	ES0413211113	IC	ESP	S	97,92%	800.000	1,00	JV	783.344	-	-
BBVASM 3.625% 18/01/17**	CA VIDA	IDM	ES0413211345	IC	ESP	S	97,09%	250.000	1,00	JV	242.726	-	-
BBVASM 4.875% 23/01/14**	CA VIDA	IDM	XS0408528833	IC	ESP	S	100,42%	1.000.000	1,00	JV	1.055.432	-	-
BCPPL 3.75% 08/10/16**	CA VIDA	IDM	PTBSCSOE0011	IC	PRT	S	77,23%	6.100.000	1,00	JV	4.710.740	-	-
BESPL 5.625% 05/06/14**	CA VIDA	IDM	PTBLMGOM0002	IC	PRT	S	78,00%	5.850.000	1,00	JV	5.464.222	-	-
BILBIZ 4.4% 01/03/16**	CA VIDA	IDM	ES0314100076	IC	ESP	S	103,67%	1.000.000	1,00	JV	1.036.716	-	-
BKIASM 3.625% 05/10/16**	CA VIDA	IDM	ES0414950776	IC	ESP	S	89,67%	300.000	1,00	JV	269.014	-	-
BKIR 4% 28/01/15**	CA VIDA	IDM	XS0482810958	IC	IRL	S	88,01%	1.250.000	1,00	JV	1.100.139	-	-
BMW 8.875% 19/09/13**	CA VIDA	IDM	XS0400017199	OIF	NLD	S	113,62%	1.000.000	1,00	JV	1.136.179	-	-
BNFPL 3.25% 08/05/12**	CA VIDA	IDM	PTBAFPOE0003	IC	PRT	S	94,03%	490.000	1,00	JV	496.814	-	-
BNP 3.75% 25/11/20**	CA VIDA	IDM	XS0562852375	IC	FRA	S	97,91%	1.000.000	1,00	JV	979.126	-	-
BRCORO 4.797% 26/09/13**	CA VIDA	IDM	PTBSSAOM0005	OUT	PRT	S	104,49%	3.000.000	1,00	JV	3.134.715	-	-
CAIXAB 3.50% 31/03/16**	CA VIDA	IDM	ES0414970535	IC	ESP	S	96,24%	1.550.000	1,00	JV	1.491.765	-	-
CAIXAB 4.625% 04/06/19**	CA VIDA	IDM	ES0414970402	IC	ESP	S	97,23%	3.400.000	1,00	JV	3.305.757	-	-
CAJAMM 5% 28/06/19**	CA VIDA	IDM	ES0414950693	IC	ESP	S	96,08%	2.550.000	1,00	JV	2.450.101	-	-
CAJAMM 5.75% 29/06/16**	CA VIDA	IDM	ES0414950560	IC	ESP	S	103,10%	3.700.000	1,00	JV	3.814.538	-	-
CEIFP 3.5% 22/03/21**	CA VIDA	IDM	FR0010941690	OUT	FRA	S	96,06%	750.000	1,00	JV	720.442	-	-
CEIFP 3.875% 23/09/16**	CA VIDA	IDM	FR0010804492	OUT	FRA	S	97,44%	350.000	1,00	JV	341.041	-	-
CXGD 4.375% 13/05/13**	CA VIDA	IDM	PTCG16OM0004	IC	PRT	S	90,88%	2.000.000	1,00	JV	1.970.129	-	-
CXGD 5.125% 19/02/14**	CA VIDA	IDM	PTCG1LOM0007	IC	PRT	S	90,77%	1.050.000	1,00	JV	1.041.072	-	-
Carrefour SA 6.625% 02/12/13**	CA VIDA	IDM	XS0401494900	OUT	FRA	S	108,68%	1.000.000	1,00	JV	1.086.792	-	-
Citigroup Inc 4.375% 30/01/17**	CA VIDA	IDM	XS0284710257	OIF	USA	S	100,27%	400.000	1,00	JV	401.067	-	-
Citigroup Inc 6.4% 27/03/13**	CA VIDA	IDM	XS0354858564	OIF	USA	S	108,70%	1.000.000	1,00	JV	1.086.989	-	-
DEXGRP 2.625% 21/01/14**	CA VIDA	IDM	XS0480266484	OIF	FRA	S	103,28%	1.900.000	1,00	JV	1.962.291	-	-
DEXMA 2.75% 20/07/15**	CA VIDA	IDM	FR0010888420	OIF	FRA	S	100,31%	1.500.000	1,00	JV	1.504.694	-	-
DIAG 5.5% 01/07/13**	CA VIDA	IDM	XS0356009810	OUT	NLD	S	107,76%	2.100.000	1,00	JV	2.263.016	-	-
E.ON 5.125% 07/05/13**	CA VIDA	IDM	XS0361244402	OIF	NLD	S	107,55%	2.750.000	1,00	JV	2.957.604	-	-
ELEPOR 3.25% 16/03/15**	CA VIDA	IDM	XS0495010133	OUT	NLD	S	96,83%	2.850.000	1,00	JV	2.759.714	-	-
ELEPOR 4.25% 12/06/12**	CA VIDA	IDM	XS0256996538	OUT	NLD	S	103,01%	1.000.000	1,00	JV	1.030.057	-	-
ELEPOR 4.625% 13/06/16**	CA VIDA	IDM	XS0256997007	OUT	NLD	S	84,10%	450.000	1,00	JV	378.455	-	-
ELEPOR 5.875% 01/02/16**	CA VIDA	IDM	XS0586598350	OUT	NLD	S	96,48%	6.730.000	1,00	JV	6.493.078	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do ativo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correções de valor	Valias (+/-)
ENEL 4% 14/09/16**	CA VIDA	IDM	X50452187759	OUT	LUX	S	99,41%	2.350.000	1,00	JV	2.336.121	-	-
ENIIM 5.875% 20/01/14**	CA VIDA	IDM	X50400780887	OUT	ITA	S	112,28%	2.000.000	1,00	JV	2.245.542	-	-
GASSM 4.375% 02/11/16**	CA VIDA	IDM	X50458748851	OUT	ESP	S	97,12%	4.350.000	1,00	JV	4.224.890	-	-
GASSM 6.375% 09/07/19**	CA VIDA	IDM	X50436928872	OUT	ESP	S	107,27%	1.600.000	1,00	JV	1.716.272	-	-
GS 4.5% 09/05/16**	CA VIDA	IDM	X50625359384	IC	USA	S	102,78%	1.000.000	1,00	JV	1.027.761	-	-
GS 4.5% 30/01/17**	CA VIDA	IDM	X50284727814	IC	USA	S	98,01%	150.000	1,00	JV	147.018	-	-
GS 5.125% 23/10/19**	CA VIDA	IDM	X50459410782	IC	USA	S	101,25%	2.800.000	1,00	JV	2.835.070	-	-
HERA 4.125% 16/02/16**	CA VIDA	IDM	X50243960290	OUT	ITA	S	105,05%	1.000.000	1,00	JV	1.050.509	-	-
IBESM 3.5% 13/10/16**	CA VIDA	IDM	X50548801207	OUT	ESP	S	96,61%	3.250.000	1,00	JV	3.139.898	-	-
INTPET 4.875% 14/05/16**	CA VIDA	IDM	X50605558856	OIF	CYM	S	105,85%	530.000	1,00	JV	561.012	-	-
IPBS 3.125% 22/04/13**	CA VIDA	IDM	X50504108118	OIF	IRL	S	94,92%	1.000.000	1,00	JV	949.168	-	-
ISPIIM 3.75% 23/11/16**	CA VIDA	IDM	X50467864160	IC	ITA	S	98,63%	1.000.000	1,00	JV	986.300	-	-
ISPIIM 4.375% 16/08/16**	CA VIDA	IDM	IT0004690126	IC	ITA	S	100,63%	3.700.000	1,00	JV	3.723.452	-	-
JPM 3.875% 23/09/20**	CA VIDA	IDM	X50543758246	IC	USA	S	96,54%	1.750.000	1,00	JV	1.689.492	-	-
LLOYDS 5.375% 03/09/19**	CA VIDA	IDM	X50449361350	IC	GBR	S	101,12%	2.500.000	1,00	JV	2.527.898	-	-
Lloyds TSB Bank 6.375% 17/06/16**	CA VIDA	IDM	X50435070288	IC	GBR	S	108,00%	3.770.000	1,00	JV	4.071.707	-	-
MS 4% 17/11/15**	CA VIDA	IDM	X50235620142	IC	LUX	S	98,92%	1.000.000	1,00	JV	989.197	-	-
MS 4.50% 23/02/16**	CA VIDA	IDM	X50594515966	IC	LUX	S	99,51%	3.517.000	1,00	JV	3.499.736	-	-
MS 5% 02/05/19**	CA VIDA	IDM	X50298899534	IC	LUX	S	102,20%	1.950.000	1,00	JV	1.992.849	-	-
MTNA 4.625% 17/11/17**	CA VIDA	IDM	X50559641146	OUT	NLD	S	100,70%	500.000	1,00	JV	503.509	-	-
MTNA 9.375% 03/06/16**	CA VIDA	IDM	X50431928414	OUT	NLD	S	115,75%	2.570.000	1,00	JV	2.974.709	-	-
Nokia 6.75% 04/02/19**	CA VIDA	IDM	X50411735482	OUT	FIN	S	122,75%	1.550.000	1,00	JV	1.902.652	-	-
PEUGOT 4.25% 25/02/16**	CA VIDA	IDM	X50594299066	OIF	FRA	S	98,66%	1.570.000	1,00	JV	1.549.016	-	-
PORTEL 4.375% 24/03/17**	CA VIDA	IDM	X50215828913	OUT	NLD	S	78,33%	500.000	1,00	JV	391.631	-	-
PORTEL 5% 04/11/19**	CA VIDA	IDM	X50462994343	OUT	NLD	S	91,68%	3.300.000	1,00	JV	3.025.363	-	-
PORTEL 5.625% 08/02/16**	CA VIDA	IDM	X50587805457	OUT	NLD	S	95,58%	6.880.000	1,00	JV	6.576.107	-	-
RBS 4.875% 20/01/17**	CA VIDA	IDM	X50480133338	IC	GBR	S	101,54%	750.000	1,00	JV	761.548	-	-
RBS 5.375% 30/09/19**	CA VIDA	IDM	X50454984765	IC	GBR	S	98,97%	3.400.000	1,00	JV	3.364.829	-	-
RENAUL 4% 16/03/16**	CA VIDA	IDM	X50602211202	OIF	FRA	S	102,88%	500.000	1,00	JV	514.390	-	-
RENAUL 4% 25/01/16**	CA VIDA	IDM	X50551845265	OIF	FRA	S	101,81%	1.160.000	1,00	JV	1.180.962	-	-
RENEPL 6.375% 10/12/13**	CA VIDA	IDM	PTRELAOM0000	OUT	PRT	S	100,41%	3.750.000	1,00	JV	3.758.595	-	-
Royal Bank of Scotland 5.25% 15/05/13**	CA VIDA	IDM	X50363669408	IC	GBR	S	105,51%	800.000	1,00	JV	844.076	-	-
SAN PAOLO Float 15/03/13**	CA VIDA	IDM	X50246688435	IC	ITA	S	98,67%	2.000.000	1,00	JV	1.973.394	-	-
SANTAN 4.125% 09/01/17**	CA VIDA	IDM	ES0413900145	IC	ESP	S	100,14%	100.000	1,00	JV	100.136	-	-
SANTAN 4.25% 07/04/14**	CA VIDA	IDM	X50611215103	IC	ESP	S	102,34%	2.100.000	1,00	JV	2.149.151	-	-
TELEFO 4.375% 02/02/16**	CA VIDA	IDM	X50241946630	OUT	ESP	S	103,10%	2.560.000	1,00	JV	2.639.331	-	-
TELEFO 4.693% 11/11/19**	CA VIDA	IDM	X50462999573	OUT	ESP	S	98,80%	1.950.000	1,00	JV	1.926.614	-	-
TELEFO 4.75% 07/02/17**	CA VIDA	IDM	X50585904443	OUT	ESP	S	101,34%	500.000	1,00	JV	506.677	-	-
TERNA 4.9% 28/10/24**	CA VIDA	IDM	X50203712939	OUT	ITA	S	105,17%	500.000	1,00	JV	525.873	-	-
TITIM 5.125% 25/01/16**	CA VIDA	IDM	X50583059448	OUT	ITA	S	102,30%	2.900.000	1,00	JV	2.966.615	-	-
TITIM 5.375% 29/01/19**	CA VIDA	IDM	X50184373925	OUT	ITA	S	105,36%	1.700.000	1,00	JV	1.791.189	-	-
TITIM 6.75% 21/03/13**	CA VIDA	IDM	X50418509146	OUT	ITA	S	109,82%	750.000	1,00	JV	823.642	-	-
Telefonica 5.431% 03/02/14**	CA VIDA	IDM	X50410258833	OUT	ESP	S	109,15%	850.000	1,00	JV	927.751	-	-
UBIIM 3.375% 15/09/17**	CA VIDA	IDM	IT0004619109	IC	ITA	S	96,29%	1.000.000	1,00	JV	962.937	-	-
UBIIM 3.875% 28/02/13**	CA VIDA	IDM	X50596888395	IC	ITA	S	103,20%	1.000.000	1,00	JV	1.031.963	-	-
WFC 4.125% 03/11/16**	CA VIDA	IDM	X50273766732	IC	USA	S	101,33%	1.025.000	1,00	JV	1.038.594	-	-
											1.379.425.350	-	-
Total								3.298.858.218			3.351.291.089	-	-

3. Certificação Legal de Contas

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo ("Caixa Central"), Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas e Subsidiárias ("Grupo Crédito Agrícola"), as quais compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 14.240.832.266 Euros e um total de capital próprio de 1.045.699.987 Euros, incluindo um resultado líquido de 55.023.902 Euros), a Demonstração dos Resultados Consolidados por naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidado e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as

demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das entidades englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Crédito Agrícola, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Gep'.

Relato sobre outros requisitos legais

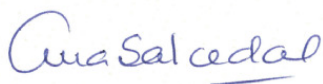
8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior sobre as demonstrações financeiras consolidadas, chamamos a atenção para a situação seguinte:
- (i) A Certificação Legal das Contas Consolidadas com referência a 31 de Dezembro de 2010, emitida por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas com data de 3 de Maio de 2011, apresentava uma reserva por limitação de âmbito pelo facto do trabalho de auditoria só ter abrangido as demonstrações financeiras da Caixa Central e de uma Caixa Agrícola (aproximadamente 40% dos activos líquidos consolidados e 10% dos resultados líquidos consolidados). Esta situação não é aplicável com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 em consequência dos resultados satisfatórios obtidos nos procedimentos específicos realizados por nós sobre as Demonstrações Financeiras das Caixas Agrícolas e Subsidiárias examinadas por outras Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, nos termos previstos nas Normas de Auditoria aplicáveis.

Lisboa, 17 de Maio de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

A handwritten signature in blue ink, reading "Ana Salcedas", with a horizontal line underneath.

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

4. Parecer do Conselho Consultivo

4. PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo da Caixa Central vem nos termos da alínea g) do artigo 37º dos Estatutos da Caixa Central, emitir o seu parecer sobre o Relatório e Contas Consolidado do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) para o exercício de 2011, em linha com a solicitação do Conselho Geral e de Supervisão, relatório que irá ser analisado discutido e votado em Assembleia Geral Ordinária a levar a efeito no próximo dia 26 de Maio.

O presente documento traduz de forma adequada e verdadeira o desempenho do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) durante o exercício de 2011.

Queremos em primeiro lugar sublinhar a recuperação conseguida no resultado consolidado do SICAM, o qual, ao situar-se em 53,3 milhões de euros, registou um crescimento de 46,7% relativamente a 2010. Este resultado do SICAM foi, no exercício, o segundo mais elevado da banca portuguesa, em que poucas instituições apresentaram resultados positivos, tendo sido o SICAM, aliás, o único grupo cujos lucros aumentaram comparativamente a 2010. Neste último ano, o SICAM apresentara resultados historicamente muito baixos pelas razões conhecidas do esmagamento das taxas *euribor* que conduziu a uma contracção brutal da margem financeira.

Foi precisamente esta rubrica, a margem financeira, a que registou a evolução mais positiva em 2011, ao crescer 12,2% sobre 2010, dando assim um contributo expressivo para o crescimento do produto bancário.

Merece, no entanto, especial atenção a evolução trimestral da margem financeira durante o ano de 2011 que apresenta uma forte e sucessiva desaceleração do crescimento ao longo do ano, registando um crescimento homólogo de 27% no primeiro trimestre e um crescimento homólogo de apenas 2,1% no último trimestre.

É também de referir o crescimento muito fraco do saldo de comissões, que ficou em apenas 5,4%, e o comportamento desfavorável de outras componentes do produto bancário, nomeadamente a rubrica residual de outros resultados de exploração, influenciada, entre outros factores, por menos-valias em imóveis, consequência da actual conjuntura depressiva e do seu impacto no mercado imobiliário.

Torna-se cada vez mais importante o reforço da margem complementar no contexto do agravamento das condições de exploração da actividade creditícia, como forma de criar sustentabilidade para o Produto Bancário e reduzir gradualmente a dependência dos resultados de exploração da expressão da margem financeira, pelo que devem ser intensificados os esforços para que esta rubrica retome o ritmo de expressão que vinha evidenciando nos últimos exercícios.

Ao nível dos custos de funcionamento, o SICAM conseguiu uma relativa contenção em pessoal – crescimento de 1,6% -, tendo porém apresentado uma subida expressiva nos gastos gerais administrativos, a qual se explica, porém, sobretudo pelo impacto da celebração do Centenário e até mesmo pela 1ª factura relativa à quota-parte do Crédito Agrícola nos custos do Programa Especial de Inspeções.

Face a esta evolução, o rácio de eficiência evolui de 67,2% em 2010 para 64,6% em 2011, contribuindo para esta redução exclusivamente a expansão do Produto Bancário, quando teria sido desejável que tal tivesse acontecido por via da redução dos custos de funcionamento.

Espera-se que no próximo exercício e fruto do processo de "Reestruturação da Caixa Central", bem como de medidas de racionalização em determinadas operações, seja possível inverter a situação do crescimento sucessivo dos custos de funcionamento e se assista a uma melhoria do rácio de eficiência, mas desta vez por via da redução dos custos de funcionamento.

Mantendo-se o ambiente de negócio muito pressionado, o Conselho Consultivo entende, com efeito, que a contenção e a redução de custos tem de estar na primeira linha de prioridades do Crédito Agrícola, sendo importante definir planos e promover acções concretas nesse sentido.

O crédito vencido no SICAM a mais de 90 dias, fruto da situação recessiva da economia portuguesa e consequentemente das dificuldades crescentes sentidas pelas empresas e pelas famílias, apresenta um crescimento de 18,7% no fecho do exercício quando comparado com o encerramento do exercício de 2010, crescendo de 420,7 milhões de euros em final de 2010 para 499,6 milhões de euros no termo de 2011.

Em resultado deste agravamento, o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias apresenta a 31 de Dezembro de 2011 o valor de 5,8%, contra os 4,9% registados no final de 2010.

Pelas razões conjunturais acima referidas, também o crédito vencido a menos de 90 dias sofreu um significativo crescimento no exercício de 2011 na ordem dos 62,6%, registando a Caixa Central um aumento de 4,1 milhões de euros, e as Caixas Associadas um aumento de 17,1 milhões de euros.

Esta expansão significativa do crédito vencido, resultou num reforço de provisões constituídas no exercício na ordem dos 61 milhões de euros, ou seja, mais 11,3% em relação a 2010.

Refira-se no entanto que embora o rácio de cobertura do crédito vencido registe uma redução de 6,26% face ao exercício anterior, continua a manter níveis bastantes confortáveis registando no final do exercício de 2011 o valor de 119,8%. Em 2007, ainda antes da actual crise, era de 109%.

Neste cenário de forte recessão económica, que se prevê se mantenha nos próximos anos, torna-se premente e urgente a definição de políticas integradas e de ferramentas informáticas vocacionadas para o combate ao crédito vencido, como forma de apoiar as Caixas Agrícolas nos processos de monitorização e recuperação de crédito.

O aumento nos níveis de incumprimento no crédito traduziu-se também num acréscimo substancial do parque de imóveis em posse das Caixas em resultado de processos de recuperação, seja por via judicial ou extra judicial, o que exige, a nosso ver, que sejam criadas com urgência soluções, e desde logo a possibilidade de as Caixas participarem em Fundos de Investimento, para que lhes seja possível retirarem esses imóveis do seu balanço, enquadrando-os em estruturas vocacionadas para a gestão imobiliária, que não é naturalmente a vocação das Caixas, enquanto entidades bancárias. Sem mencionar as questões também reais, que ao fim de algum tempo se colocam, no tocante ao consumo de fundos próprios e a custos fiscais, se tais activos persistirem no balanço das Caixas. O Conselho Consultivo enfatiza assim a necessidade de disponibilização urgente dos instrumentos referidos.

Um aspecto particularmente crítico do exercício findo, que já vinha sucedendo em anos anteriores, mas que neste último assumiu características muito mais gravosas, foi o da

extremada concorrência na captação de recursos, oferecendo várias instituições níveis de taxas de juro nos depósitos a prazo que se têm por insustentáveis. A postura defensiva que as Caixas têm mantido neste ambiente concorrencial desmesurado levou a que os depósitos de clientes se tenham reduzido em relação ao final de 2010, sendo no entanto a redução relativamente contida (-1%, e em valor 105 milhões de euros).

As necessidades de desalavancagem da banca comercial, aliadas à falta de liquidez com que as instituições se confrontam, continuarão a criar uma forte pressão sobre os depósitos, para a qual é fundamental a gestão integrada dos recursos, incluindo os de fora do balanço, numa relação cada vez mais próxima entre a Caixa Central e as Caixas Associadas, como forma de proteger permanentemente a liquidez do grupo Crédito Agrícola. Sendo a base de depósitos, a chave da posição confortável de liquidez de que o Crédito Agrícola tem desfrutado, a sua defesa é um factor crítico da nossa independência como grupo bancário.

Note-se, porém, que o rácio de transformação do Grupo, variável crítica no actual contexto, se mantém em nível muito confortável, em torno de 87%, o que poupa o Crédito Agrícola às exigências de desalavancagem do balanço que estão a ser impostas a outras instituições portuguesas.

Considerando os resultados do Grupo Crédito Agrícola, isto é, incluindo as empresas e outras entidades que integram o nosso perímetro de consolidação, o resultado líquido foi de 55 milhões de euros – contra 35,5 milhões em 2010 –, contribuindo positivamente para esse resultado sobretudo a actividade seguradora, mas sendo negative o impacto da esfera imobiliária. Neste contexto, é de referir que os lucros conseguidos pelo Grupo na sua área seguradora representaram 25% dos lucros totais do sector segurador em Portugal, onde há dezenas de companhias, facto que nos parece também digno de especial registo.

Também no caso do Grupo, tal como ocorreu no SICAM, a evolução do produto bancário deveu-se sobretudo à margem financeira (+12,3%), tendo a margem complementar descido 7,9% em relação a 2010. Registe-se o comportamento positivo das comissões líquidas, que num cenário de forte contração económica, apresentam um crescimento de 5,4%, tendência que se vem consolidando ao longo dos últimos anos.

O Conselho Consultivo gostaria também de registar as conclusões relativas ao Crédito Agrícola decorrentes do Programa Especial de Inspeções, que incidiram sobre os oito principais grupos financeiros, as quais se mostraram plenamente positivas, quer no tocante aos métodos e procedimentos que temos instituídos, quer nos aspectos quantitativos, relativos sobretudo:

- à cobertura das imparidades por provisões;
- ao rácio *Core Tier 1* – confirmado como o mais elevado do conjunto dos oito bancos analisados;
- e à resiliência perante cenários adversos evidenciada pelo exercício de “*stress test*” que culminou o processo de inspeções.

Na verdade, em termos prudenciais o Grupo Crédito Agrícola continua a apresentar indicadores bastante favoráveis, no contexto do mercado bancário português, apresentando no final do ano de 2011, um rácio de solvabilidade consolidado (*Core Tier 1*) de 12,72%, um rácio de transformação de 86,9%, o que representa por uma lado uma solidez económica capaz de absorver o eventual impacto de uma situação de perdas imprevisíveis e por outro lado uma solidez financeira que tem permitido ao Crédito Agrícola fazer face à crescente pressão exercida sobre os depósitos, mantendo a liquidez necessária para suportar a actividade creditícia.

A conclusão é a de que, sem esquecer as dificuldades que, tal como às demais instituições, se nos deparam, estamos numa boa posição para enfrentar os desafios da actual crise, sendo no entanto pré-condição fundamental que consigamos defender a base de depósitos.

O caminho percorrido pelo Crédito Agrícola nos últimos anos e a evolução permanente das ferramentas de apoio à actividade bancária, criaram as condições, que fazem hoje do Crédito Agrícola uma instituição Financeira de referência, no panorama do sector bancário português. Tal situação, deve ser permanentemente colocada ao serviço do Crédito Agrícola, como factor aglutinador e potenciador da criação de valor permanente para o Grupo. Só assim poderemos tirar partido do esforço que todos depositaram neste projecto e devolver a todos os benefícios que este grupo será capaz de gerar no futuro.

Cremos que as sugestões e comentários proferidos neste documento, naquilo que representam as preocupações e contributos dos membros do Conselho Consultivo, colherão dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central a sua melhor atenção, encontrando expressão no trabalho, dedicação e organização que manifestaram.

Conjuntamente com a comemoração do Centenário, que envolveu um conjunto de iniciativas de grande relevância, as conclusões do Programa Especial de Inspeções e a divulgação dos bons resultados do Grupo, contribuíram para uma acrescida visibilidade do Crédito Agrícola em 2011, e para um melhor reconhecimento das virtualidades do nosso modelo de banca, que temos de saber potenciar.

É o que nos parece ser de exprimir a esta Assembleia Geral sobre o Relatório e Contas Consolidadas do Grupo e sobre a conjuntura complexa na economia, na sociedade e no mercado bancário que estamos a atravessar, recomendando à Assembleia, após a sua análise e discussão, a aprovação do referido documento.

Lisboa, 09 de Maio de 2012

O Conselho Consultivo

Caixa de crédito Agrícola Mútuo de baixo Vouga (Presidente)

José Luis Sereno Gomes Quaresma

Caixa de Crédito Agrícola de Albufeira

João Manuel Correia da Saúde

Caixa de Crédito Agrícola de Alenquer

Hélio José de Lemos Rosa



Caixa de Crédito Agrícola de Batalha

Afonso de Sousa Marto



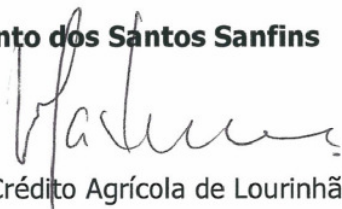
Caixa de Crédito Agrícola de Beja e Mértola

Francisco José Salgueiro Correia



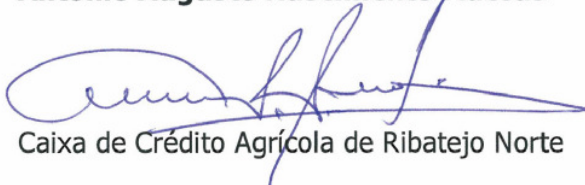
Caixa de Crédito Agrícola de Douro, Corgo e Tâmega

Alcino Pinto dos Santos Sanfins



Caixa de Crédito Agrícola de Lourinhã

António Augusto Nascimento Mateus



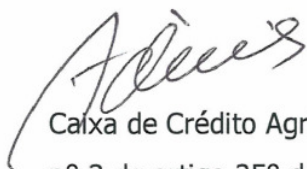
Caixa de Crédito Agrícola de Ribatejo Norte

Arnaldo Filipe Rodrigues Santos



Caixa de Crédito Agrícola de Zona do Pinhal

Ângelo de Jesus Antunes



Caixa de Crédito Agrícola de Região de Bragança e Alto Douro, por inerência, nos termos do nº 2 do artigo 35º dos Estatutos da caixa central.

Adriano Augusto Diegues